

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

MESTRADO EM PRODUÇÃO INTEGRADA

O OLIVAL EM MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADA NA REGIÃO DE SERPA

Carla Maria Guerreiro Félix

Orientador: Prof. José Regato

BEJA
2011

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

Resumo

Foi efectuado um estudo sobre diversos olivais conduzidos em Modo de Produção Integrada, na região de Serpa, no Alentejo, relativamente à campanha de 2010/2011.

Após contextualização deste Modo de Produção na legislação da Comissão Europeia e a sua transposição para a legislação nacional, assim como dos princípios da Produção Integrada baseados na OILB – Organização Internacional Luta Biológica; efectua-se a caracterização do sector olivícola a nível nacional e na região do Alentejo, com base nos dados estatísticos do último Recenseamento Agrícola.

Igualmente se procede ao posicionamento do sector olivícola nacional a nível da União Europeia e Mundial.

Com base na caracterização da amostra de olivais em estudo, descrevem-se alguns elementos relativos a estas explorações no âmbito da Produção Integrada no olival, com destaque para as técnicas culturais praticadas, nomeadamente: manutenção do solo, fertilização, protecção das culturas, métodos de colheita e produções obtidas.

Por último, como consideração final, faz-se um balanço entre os custos inerentes ao Modo de Produção Integrada e os apoios concedidos.

Refere-se ainda a importância dos registos efectuados no Caderno de Campo, relativamente à rastreabilidade dos produtos obtidos por este modo de produção.

Palavras-chave: Olival, Modo de Produção Integrada, Serpa, Alentejo.

Abstract

A study was conducted on various olive orchards in Integrated Production Mode, in the region of Serpa, Alentejo, for the marketing year 2010/2011.

After outlining this mode of production in the European Commission legislation and its transposition into national law, as well as the principles of Integrated Production of IOBC - International Organization for Biological and Integrated Control; characterizes the olive oil sector at national and Alentejo region level, based on the last Agricultural Census figures.

Also ranks the national olive sector at EU and Worldwide level.

Categorizes data of olive plantations in the sample study, describing some figures on these farms as part of olive grove Integrated Production, highlighting the employed cultivation techniques, namely: soil maintenance, fertilization, crop protection and harvesting methods regarding its output.

Finally, as closing remark, displays balance between Integrated Production Mode costs and its granted support.

Also refers importance of Field Book records, for traceability purposes.

Key-words: Olive-tree, Integrated Production Mode, Serpa, Alentejo.

Índice

| | |
|--|-----|
| Resumo | ii |
| Abstract | iii |
| Introdução e objectivos | 1 |
| 1.A Política Agrícola Comum e a Produção Integrada no Olival | 2 |
| 1.1.Evolução da Política Agrícola Comum (PAC) | 2 |
| 1.2.Legislação Comunitária | 5 |
| 1.3.Legislação Nacional | 6 |
| 2.Panorama do olival em Portugal | 12 |
| 2.1.Produção nacional de azeitona e azeite | 15 |
| 3.Panorama da produção de Portugal na União Europeia | 17 |
| 4.Descrição da amostra e metodologia seguida | 19 |
| 5.Cultivares | 23 |
| 5.1.Arbequina | 25 |
| 5.2. Cobrançosa | 25 |
| 5.3.Cordovil de Serpa | 25 |
| 5.4.Galega vulgar ou galega | 26 |
| 5.5.Galega Grada de Serpa | 26 |
| 5.6.Hojiblanca | 26 |
| 5.7.Picual | 27 |
| 5.8.Verdeal de Serpa | 27 |
| 6.Compasso | 31 |
| 7.Técnicas culturais praticadas | 36 |
| 7.1.A poda | 36 |
| 7.2.Conservação do solo | 37 |
| 7.3.Regas | 41 |
| 7.4.Fertilização | 46 |
| 7.5.Pragas, Doenças e Protecção Fitossanitária | 52 |
| 7.5.1.Olho-de-pavão – <i>Spilotea oleagina</i> | 54 |
| 7.5.2.Gafa da Oliveira - <i>Gloeosporium olivarium</i> | 54 |
| 7.5.4.Mosca da azeitona - <i>Bractocera oleae</i> | 55 |
| 7.5.3.Algodão da Oliveira – <i>Euphyllura olivina</i> | 55 |

| | |
|--|----|
| 7.5.5.Cochonilha-negra – <i>Saissetia oleae</i> | 56 |
| 7.5.6.Traça – <i>Prays oleae</i> | 58 |
| 7.5.7.Margarónia – <i>Margaronia unionalis</i> | 58 |
| 7.5.8.Protecção fitossanitária | 60 |
| 7.5.8.1.Identificação do agente e estimativa do risco | 60 |
| 7.5.8.2.Comparação com o nível económico de ataque – NEA | 63 |
| 7.5.8.3.Selecção dos meios de luta | 64 |
| 7.6.1.Avaliação da maturação da azeitona | 72 |
| 7.6.Colheita | 72 |
| 7.6.2.Colheita | 74 |
| 8.Comparação dos custos e das ajudas recebidas | 82 |
| 9.Considerações finais | 83 |
| Bibliografia | 86 |
| Anexos | |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Montante do apoio para a cultura do olival, modulado em função do escalão da área | 11 |
| Quadro 2: Superfície de olival em Portugal, por região e aptidão em 2009 | 12 |
| Quadro 3: Variação em % do número de explorações e superfície entre 1999 e 2009, em Portugal Continental | 14 |
| Quadro 4: Variação da dimensão média das explorações entre 1999 e 2009, em Portugal Continental | 14 |
| Quadro 5: Produção em toneladas de azeitona em 2010 por região agrária | 15 |
| Quadro 6: Área em sequeiro por compasso e densidade | 33 |
| Quadro 7: Área em regadio por compasso e densidade | 34 |
| Quadro 8: Influência do défice hídrico nos processos de crescimento e produção de azeitona | 41 |
| Quadro 9: Total de área em regadio e em sequeiro | 44 |
| Quadro 10: Estados fenológicos concelho de Serpa 2010 | 44 |
| Quadro 11: Parâmetros e periodicidade das análises a realizar no olival em produção integrada | 46 |
| Quadro 12: Evolução do consumo de azoto em Portugal entre 1999 e 2009 | 49 |
| Quadro 13: Número de operações de fertilização efectuadas | 49 |
| Quadro 14: Estados fenológicos concelho de Serpa –2010 | 53 |
| Quadro 15: nº de armadilhas a instalar/área da parcela | 62 |
| Quadro 16: Meios de protecção do olival aconselhados em Protecção Integrada | 65 |
| Quadro 17: Tratamentos efectuados em 2010 | 67 |
| Quadro 18: Produtividade mínima de referência nos olivais (ton/ha/ano) | 76 |
| Quadro 19: Datas e N° de dias de colheita – sequeiro | 77 |
| Quadro 20: Datas e N° de dias de colheita – regadio | 78 |

Índice de Figuras

| | |
|---|----|
| Fig.1: Representação da densidade de olival em Portugal em 2009 | 13 |
| Fig.2: Evolução da produção da quantidade de azeitona laborada e azeite produzido em Portugal entre 1995 e 2010 | 15 |
| Fig.3: Evolução da produção da quantidade de azeitona laborada e azeite produzido no Alentejo entre 1995 e 2010 | 16 |
| Fig.4: Produção de Azeite no Alentejo em 2010 por sistema de extracção | 16 |
| Fig.5: Evolução da produção de azeitona de mesa na CE (1990 a 2010) | 17 |
| Fig.6: Evolução da produção de azeite na CE (1990 a 2010) | 18 |
| Fig.7: Mapa do concelho de Serpa e localização no Alentejo | 19 |
| Fig.8: Área de olival na SAU. | 20 |
| Fig.9: Área das explorações em regadio e em sequeiro por escalões | 21 |
| Fig.10: Azeitona da cultivar Arbequina | 25 |
| Fig.11: Cultivar Cobrançosa | 25 |
| Fig.12: Cultivar Cordovil de Serpa | 25 |
| Fig.13: Cultivar Galega | 26 |
| Fig.14: Cultivar Galega Grada de Serpa | 26 |
| Fig.15: Azeitona cultivar Hojiblanca | 26 |
| Fig.16: Azeitona cultivar Picual | 27 |
| Fig.17: Cultivar Verdeal de Serpa | 27 |
| Fig.18: Área por conjunto de cultivares em olival de sequeiro | 28 |
| Fig.19: Área por conjunto de cultivares em olival de regadio | 29 |
| Fig.20: nº de explorações em sequeiro por compasso | 33 |
| Fig.21: nº de explorações em regadio por compasso | 34 |
| Fig.22: Área em regadio e em sequeiro por compasso | 35 |
| Fig.23: a)Poda manual, b)Lenha da poda na entrelinha do olival, c)Destroçamento da lenha de poda na entrelinha do olival | 36 |
| Fig.24: Acumulação de restos vegetais na linha de um olival de Serpa em produção integrada | 39 |
| Fig.25: Coberto vegetal da entrelinha de um olival de Serpa em produção integrada | 40 |
| Fig.26: Sistema de rega gota-a-gota – um tubo de rega | 42 |
| Fig.27: Sistema de rega gota-a-gota – dois tubos de rega | 42 |

| | |
|---|----|
| Fig.28: N° de explorações em regadio e em sequeiro em função da dimensão | 42 |
| Fig.29: Dimensão média das explorações em sequeiro e em regadio | 43 |
| Fig.30: Total de área em regadio e em sequeiro | 43 |
| Fig.31: Número de operações de fertilização efectuadas | 49 |
| Fig.32: Quantidade de azoto aplicado por hectare | 50 |
| Fig.33: Relação entre os estados fenológicos da oliveira e a ocorrência de pragas e doenças | 53 |
| Fig.34.: Sintomas de olho-de-pavão nos frutos e nas folhas da oliveira | 54 |
| Fig.35: Efeitos da Gafa da oliveira | 54 |
| Fig.36: a) Forma adulta, b) posturas, c) colónia de algodão | 55 |
| Fig.37: a)Adulto capturado, b) orifício de postura, c) observação da azeitona à lupa, d) larva na polpa da azeitona | 56 |
| Fig.38: Diferentes fases de desenvolvimento da cochonilha-negra. A- ovos; B - ninfa do 1º instar; C -ninha do 2º instar; D - ninfa do 3º instar; E - ninfa do 4º instar; F - fêmea adulta. | 57 |
| Fig.39: Folhas de oliveira revestidas por fumagina | 57 |
| Fig.40: Sintomatologia do ataque da traça da oliveira num cacho floral | 58 |
| Fig.41: Traças capturadas em armadilhas sexual tipo delta | 58 |
| Fig.42: Margarónia capturada em armadilha sexual tipo delta | 58 |
| Fig.43: Larva da <i>Margaronia unionalis</i> | 58 |
| Fig.44: Estragos provocados pela margarónia nas folhas da oliveira | 59 |
| Fig.45: Garrafa mosqueira | 61 |
| Fig.46: Armadilha tipo delta com difusor de feromona | 61 |
| Fig.47: Delimitação e divisão da armadilha cromotrópica, em sectores | 62 |
| Fig.48: total de pragas e doenças tratadas em 2010 | 67 |
| Fig.49: NEA do Olho de Pavão – média de tratamentos efectuados | 68 |
| Fig.50: NEA do Algodão – média de tratamentos efectuados | 68 |
| Fig.51: NEA do Margarónia – média de tratamentos efectuados | 69 |
| Fig.52: NEA da Traça da oliveira – média de tratamentos efectuados | 69 |
| Fig.53: NEA da Mosca da azeitona – média de tratamentos efectuados | 70 |
| Fig.54: Variação da cor da azeitona | 72 |
| Fig.55: Cálculo do índice de maturação | 73 |
| Fig.56: Colheita com vibrador de ramos | 74 |

| | |
|--|----|
| Fig.57: Colheita com vibrador de tronco com “chapéu-de-chuva” | 75 |
| Fig.58: Colheita com vibradores automotrizes | 75 |
| Fig.59: Colheita com vibradores automotrizes | 75 |
| Fig.60: Nº de dias de colheita por escalão de área – sequeiro | 77 |
| Fig.61: Nº de dias de colheita por escalão de área – regadio | 78 |
| Fig.62: Datas de entrega de azeitona nos lagares e ocorrência de precipitação | 79 |
| Fig.63: Produção em Kg de azeitona | 80 |
| Fig.64: Produção média em Kg de azeitona por hectare | 80 |
| Fig.65: Rótulo do Modo de Produção Integrada | 85 |

Introdução e objectivos

A partir de 1 de Janeiro de 2014, todos os agricultores profissionais da União Europeia, deverão gerir as respectivas explorações agrícolas segundo os princípios e normas da Protecção Integrada.

Desde os seus primórdios, até à actualidade, a Política Agrícola Comum sofreu várias reformas. O uso indiscriminado de factores de produção, entre outros, levou a cenários de excesso de produção, contaminação progressiva do ambiente e sucessivas crises de segurança alimentar; que conduziram a situações insustentáveis, dentro do território da União Europeia.

Foi em resposta, a esta situação, que foram implementadas medidas que fomentassem uma produção agrícola compatível com a sustentabilidade do espaço rural, protecção do ambiente e segurança e qualidade alimentar.

Em 1994, no segundo Quadro Comunitário de apoio à agricultura portuguesa que decorreu até 1999, foram introduzidas a nível comunitário, as Medidas Agro-Ambientais. O objectivo destas medidas é compensar os agricultores por eventuais perdas de rendimento e proporcionar prémios por serviços prestados à sociedade em matéria de defesa do ambiente, (Amaro, 2005).

Tendo esse objectivo em mente, foram implementadas quatro-medidas: a luta química aconselhada, Protecção integrada, Produção Integrada e a Agricultura Biológica.

Desde então, também estas medidas foram sujeitas a diversas alterações. Inicialmente estas medidas eram limitadas, a um pequeno leque de culturas, pelo que só em 2001 a cultura do olival passou a fazer parte do Modo de Protecção Integrada e Modo de Produção Integrada, (Amaro, 2005).

Em 2007, a medida Protecção Integrada foi absorvida pelo Modo de Produção Integrada. O Modo de Produção Integrada rege-se, no que diz respeito à protecção fitossanitária das culturas, pelas orientações da Protecção Integrada.

Pretendeu-se com este trabalho, fazer um ponto da situação, do olival em Modo de Produção Integrada, na região de Serpa.

Segundo o último Recenseamento Agrícola, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, o olival é, em termos de superfície, a principal cultura permanente de Portugal Continental sendo o Alentejo a principal região olivícola do país.

A plantação de olivais intensivos e super-intensivos, construção de lagares com tecnologia de ponta, e a realização de novas infra-estruturas hidroagrícolas, alteraram substancialmente a paisagem do Alentejo e em particular nesta região, na última década.

A olivicultura, na região onde decorreu este estudo, é uma actividade que remonta à altura em que fazia parte do Império Romano e a produção obtida era exportada para Roma. Actualmente esta região é uma fracção da área geográfica de produção do Azeite de Moura DOP.

Foi o contraste entre a tradição e antiguidade e a dinâmica que se tem assistido na última década neste sector, que tornou aliciante a escolha desta região para a análise no contexto do olival em Modo de Produção Integrada.

1.A Política Agrícola Comum e a Produção Integrada no Olival

1.1.Evolução da Política Agrícola Comum (PAC)

A Política Agrícola Comum (PAC) surgiu com base no cenário de pós guerra, nos anos 50, após vários anos de paralisação de produção agrícola que impediu o abastecimento alimentar da Europa ocidental. Na sua versão original a PAC reflectia a necessidade de aumentar a produção agrícola e garantir ao consumidor um aprovisionamento regular de géneros alimentícios a um preço acessível, munindo a Europa de um sector agrícola viável, (CEADR, 2009).

Com esta política, os agricultores beneficiavam de ajudas e sistemas que lhes garantiam os preços dos principais produtos agrícolas, incitando à produção. Eram cobrados direitos sobre os produtos agrícolas importados pela CEE e as exportações eram subsidiadas, quando os preços no mercado mundial eram inferiores aos praticados na Comunidade. Os objectivos foram atingidos no início dos anos 80, no entanto, rapidamente, a União Europeia deparou-se com excedentes constantes dos principais produtos agrícolas, (CEADR, 2009).

Inúmeras alterações foram implementadas no início da década de 90, com o objectivo de controlar o excesso de produção, como por exemplo as quotas leiteiras, que impunham limites às quantidades de leite que os agricultores eram autorizados a produzir; ou o sistema de retirada de terras da produção (“set-aside”), implementada após a adesão de Portugal à União Europeia, (CEADR, 2009).

Com a reforma “Mac Sharry” em 1992, os agricultores passaram a receber ajudas directas ao rendimento e foram criados programas destinados a incentivar práticas agrícolas menos intensivas e sustentáveis do ponto de vista ambiental, (CEADR, 2009).

Em 1999, com a “Agenda 2000”, dá-se uma nova mudança de orientação estratégica que privilegia a competitividade da agricultura europeia; incentiva a reestruturação das explorações e diversificação da produção, (CEADR, 2009).

Mas os anos 90, foram também marcados por crises de segurança alimentar (BSE, ou doença das vacas loucas, azeite contaminado, dioxinas detectadas nas rações) aumentando a preocupação com o bem-estar dos animais. A defesa dos consumidores passa a ser o leitmotiv da Política Agrícola Comum e em 2003 as ajudas, atribuídas ao agricultor, passaram a estar desligadas do volume de produção sendo substituídos por ajudas directas ao rendimento. Ele tem agora a liberdade de produzir em função da procura do mercado. Em contrapartida o

agricultor deve respeitar agora normas – Condicionalidade - em matéria de ambiente, segurança alimentar, fitossanitários, assim como relativamente à saúde e bem-estar animal, (CEADR, 2009).

É neste contexto que são introduzidas medidas para assegurar a segurança alimentar, gestão da qualidade da água, utilização de energias renováveis e preservação da biodiversidade.

Podem-se citar como exemplos: a introdução de sistemas de identificação dos bovinos e regras de rotulagem da carne bovina para permitir a rastreabilidade do produto desde o ponto de venda até à exploração agrícola de origem; normas relativas à saúde e bem-estar animal, qualidade da produção vegetal, controlo de resíduos de pesticidas e aditivos nos géneros alimentícios, (CEADR, 2009).

A estratégia dos regimes agro-ambientais para a alteração dos modos de produção (agricultura biológica, protecção integrada e produção integrada), foram igualmente determinantes para progredir em direcção de um género de produção mais sustentável, tanto do ponto de vista ambiental, como na obtenção de alimentos de qualidade.

Estas medidas consistem em incentivos, aos agricultores, para fornecer, voluntariamente, serviços ambientais que excedem o cumprimento de boas práticas agrícolas, por um período mínimo de 5 anos, de 2007 a 2013, (CEADR, 2009).

A partir de 1 de Janeiro de 2014, estes serviços ambientais deixarão de ser facultativos; todos os agricultores profissionais terão que se reger pelos princípios e orientações da protecção integrada na protecção fitossanitária das culturas, (CEADR, 2009). É neste contexto que se apresenta de seguida a legislação comunitária e nacional que fundamenta o Modo de Produção Integrada. Quadro comunitário, que compreende o período de 2007 a 2013 e antecede a data charneira de 1 Janeiro 2014.

1.2.Legislação Comunitária

O Regulamento (CE) nº 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro de 2005 (Anexo I) define as orientações estratégicas comunitárias de política para o desenvolvimento rural no período de programação compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, acima referido, complementado por acções nacionais, regionais e locais de cada estado membro.

Segundo este regulamento, o apoio ao desenvolvimento rural deve contribuir para atingir os seguintes objectivos:

- a) Aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura;
- b) Melhoria do ambiente e da paisagem rural através do apoio à gestão do espaço rural;
- c) Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das actividades económicas.

Das diferentes medidas delineadas para atingir os objectivos acima transcritos, salientam-se as seguintes:

Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal:

Com medidas que destinam-se a aumentar os conhecimentos nesta área, através de formação profissional, acções de divulgação, instalação de jovens agricultores, reforma antecipada de agricultores e trabalhadores agrícolas, utilização de serviços de aconselhamento agrícola; promoção da modernização de explorações agrícolas. Compreende ainda a valorização da produção e dos produtos agrícolas através de apoio aos agricultores, contribuindo parcialmente para os custos incorridos e a perda de rendimentos dos agricultores que têm de aplicar normas nos domínios da protecção do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem-estar dos animais e da segurança no trabalho.

Melhoria do ambiente e paisagem rural:

Apoios relacionados com a utilização sustentável das terras agrícolas, o bem-estar dos animais, pagamentos agro-ambientais.

Relativamente a estes últimos, abrangem apenas os compromissos que ultrapassem as normas obrigatórias estabelecidas nos termos dos artigos 4.º e 5.º e dos anexos III e IV do

Regulamento (CE) n.º1782/2003 (Anexo II), assim como os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários.

Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais:

Estimulando a diversificação das actividades económicas nas zonas rurais, como por exemplo: as actividades turísticas, conservação e valorização do património rural.

Com vista a atingir estes objectivos, cada Estado-Membro teve de apresentar um plano estratégico nacional tendo em conta as orientações estratégicas comunitárias.

Cada estado é por isso responsável pela execução adequada dos programas de desenvolvimento rural ao nível territorial, de acordo com as suas próprias disposições institucionais, devendo para isso designar uma autoridade de gestão; um organismo pagador acreditado e um organismo de controlo.

1.3.Legislação Nacional

A execução do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro é feita a nível nacional pela Portaria n.º 229-B/2008 de 6 de Março, a medida n.º 2.2, «Valorização de modos de produção» (Anexo III), do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER e revogado em 2010, pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto

A medida visa promover a adopção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais; a utilização sustentável “*in situ*” dos recursos genéticos autóctones designadamente os que estão ameaçados de extinção; incentivar a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que a incorporam.

Os apoios são atribuídos durante um período de 5 anos, aos agricultores ou empresários agrícolas, que pratiquem na sua unidade de produção o Modo de Produção Integrada (PRODI) ou o Modo de Produção Biológico (MPB) e aos criadores de raças autóctones ameaçadas de extinção.

Estas ajudas visam compensar a redução das produtividades atingidas e os gastos adicionais resultantes dos novos patamares de exigência destes modos de produção, e os beneficiários devem cumprir as seguintes condições:

- a) Requisitos legais de gestão e boas condições agrícolas e ambientais em conformidade com os artigos 4.º e 5.º e os anexos III e IV do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, e com a correspondente legislação nacional. Requisito revogado em 2010, pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, passando a estar em conformidade com os artigos 5.º e 6.º e os anexos II e III do Regulamento (CE) n.º 73/2009, do Conselho, de 19 de Janeiro e legislação nacional complementar;
- b) Adequada formação do aplicador de produtos fitofarmacêuticos, expressos no Decreto -Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro;
- c) Requisitos das zonas classificadas como de protecção às captações de água para abastecimento público, expressos no Decreto -Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro;
- d) Condições de aplicação e dosagens utilizadas referidas no Decreto -Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro. (Acrescentado pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto 2010).

Relativamente aos critérios de elegibilidade destaca-se que o beneficiário:

- Deve submeter toda a superfície agrícola ou agro-florestal da unidade de produção e os respectivos animais ao Modo de Produção Integrada ou ao Modo de Produção Biológico; contrariamente ao quadro comunitário anterior (RURIS) em que o agricultor e ou empresário agrícola podia submeter apenas um tipo de cultura ou espécie animal dentro da sua unidade de exploração;
- tem de ter celebrado contrato com organismo de controlo (OC) reconhecido, através do qual se garanta o controlo da sua unidade de produção, quando no quadro anterior o contrato com um organismo de controlo e certificação era opcional sendo no entanto obrigado a ser assistido por um serviço de apoio técnico;
- deve submeter ao mesmo modo de produção, toda a superfície cultivada com plantas da mesma espécie e no caso das culturas permanentes, as áreas candidatas ao apoio devem ter densidades mínimas por parcela, sendo no caso do olival, uma densidade de 60 árvores por hectare;
- terem uma ocupação agrícola cuja produção se destine directa ou indirectamente ao consumo humano e comercializar a produção obtida, na área objecto de apoio, certificada por um OC reconhecido no respectivo modo de produção.

Para além dos critérios acima referidos os beneficiários devem ainda:

- manter actualizado o caderno de campo, cujo modelo foi divulgado ou validado pela autoridade de gestão do PRODER, no qual deve registar toda a informação relativa às práticas agrícolas adoptadas e manejo do efectivo pecuário;
- adoptar as práticas culturais e de gestão relacionadas com a preservação dos recursos naturais de acordo com o quadro constante do anexo II a este Regulamento; que se passa a apresentar as relativas ao olival em Modo de Produção Integrada:

Relativamente à preservação do recurso natural água, é necessário:

- Utilizar exclusivamente os produtos fitofarmacêuticos integrantes da lista de produtos aconselhados em protecção integrada, elaborada pela DGADR e gerir o equipamento destinado à sua aplicação;
- efectuar a preparação de produtos fitofarmacêuticos longe das nas margens das linhas de água (mínimo 2 metros), incluindo as temporárias, e a menos de 100 metros das captações de água para consumo humano. A sua aplicação é interdita a menos de 40 metros das captações de água para consumo humano;
- dispor, no primeiro ano de compromisso, de análises de terras, análises da água de rega e foliares. Repetir as análises: de terras, em período nunca superior a 4 anos; as de água, em período nunca superior a 4 anos, salvo se estas apresentarem valores que excedam os limites máximo recomendados fixados pelo Decreto-Lei n.º 236/98, e as análises foliares repetir anualmente;

(revogado pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, que passou a exigir as análises foliares de dois em dois anos, mas mantido anualmente nas normas da Produção Integrada).

- Praticar as fertilizações adequadas tendo em conta os resultados obtidos nas análises;
- incorporar no sistema de rega uma válvula anti-retorno, se for utilizado para a aplicação de fertilizantes ou produtos fitofarmacêuticos e zelar pelo seu correcto funcionamento de forma a evitar fugas e garantir a possibilidade de regulação do débito;
- selar todas as estruturas hidráulicas (furo, poço ou charca), que não permitam a captação de águas subterrâneas;
- assegurar a disponibilização de água à cultura de acordo com as suas necessidades tendo por base, os avisos emitidos ou o balanço hídrico, nomeadamente no que se refere à oportunidade de rega e dotações a aplicar.

Relativamente à preservação do recurso natural Biodiversidade, é necessário:

- Manter os muros e faixas de separação das terras, a vegetação natural nas margens de todos os cursos e massas de água (sem prejuízo das limpezas e regularizações necessárias ao adequado escoamento ou capacidade de armazenamento) e as sebes, conservando-as em bom estado sanitário;
- manter os pontos de água da unidade de produção com água acessível à fauna bravia, durante o período de 1 de Maio a 30 de Novembro.

Relativamente à preservação do recurso natural Solo, é necessário:

- espalhar os correctivos orgânicos, sobre o terreno, de forma uniforme e incorporando-os até 2 dias após a aplicação, com recurso a técnicas de mobilização mínima, injeção ou utilizando grade de discos;
- se aplicar chorumes, dispor de análises dos mesmos (teores de azoto, zinco e cobre);
- manter o revestimento vegetal natural ou semeado das entrelinhas utilizando sempre técnicas de sempre técnicas de mobilização mínima, (revogado pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, que só exige a manutenção de coberto vegetal na entrelinha, em culturas permanentes instaladas há pelo menos três anos);
- controlar o desenvolvimento vegetativo através do pastoreio ou de cortes sem enterramento;
- no caso de culturas regadas não aplicar herbicidas;
- no caso de culturas de sequeiro só é permitido aplicar herbicidas entre 1 de Março e 1 de Agosto (assegurando que, pelo menos 3 % da área por parcela, incluindo bordaduras, em forma de faixas com a largura máxima da entrelinha, não é sujeita a monda química).

Os três últimos critérios referidos, foram derogados em 2010 pela Portaria n.º 814/2010 de 27 de Agosto, passando a ser possível aplicar herbicidas na entrelinha em ambos os sistemas: regadio e sequeiro, entre 1 de Março e 1 de Agosto (assegurando que pelo menos 3% da área por parcela, incluindo bordaduras, em forma de faixas com a largura máxima da entrelinha, não é sujeita a monda química), sendo possível remover o coberto vegetal através de técnicas de mobilização mínima em entrelinhas alternadas, no período entre 1 de Março e 1 de Agosto.

- A lenha da poda deve ser triturada e deixada à superfície, excepto se existirem razões sanitárias que justifiquem a sua remoção;
- em parcelas com IQFP \geq 3, só é permitida a instalação de culturas recorrendo a técnicas que minimizem a erosão do solo;
- em parcelas com IQFP $>$ 1, as mobilizações profundas necessárias à instalação devem ser realizadas segundo as curvas de nível.

Na mesma portaria são apresentados os montantes relativos às várias ajudas por tipo de cultura. No quadro 1, sintetiza-se o montante da ajuda para a cultura do olival, em sequeiro e em regadio em função dos diferentes escalões de área elegível a que se referem os n.^{os} 1 e 2 do artigo 12.º:

Quadro 1: Montante do apoio para a cultura do olival, modulado em função do escalão da área

| | Tipo de cultura | Escalões de área (hectares) | Montante Apoios (euro/ha) |
|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|---------------------------|
| Cultura permanente - olival | Regadio | < 10 | 260,00 |
| | | entre 10 e 20 | 208,00 |
| | | entre 20 e 50 | 130,00 |
| | | > 50 | 52,00 |
| | Sequeiro | < 20 | 164,00 |
| | | entre 20 e 40 | 131,20 |
| | | entre 40 e 100 | 82,00 |
| | | > 100 | 32,80 |

Fonte: Portaria n.º 229-B/2008 de 6 de Março

2. Panorama do olival em Portugal

O olival é, em termos de área e segundo os dados do recenseamento agrícola de 2009 efectuado pelo INE, a principal cultura permanente em Portugal continental; ocupando 336 mil hectares, sendo a esmagadora maioria (99%) destinados à produção de azeitona para azeite.

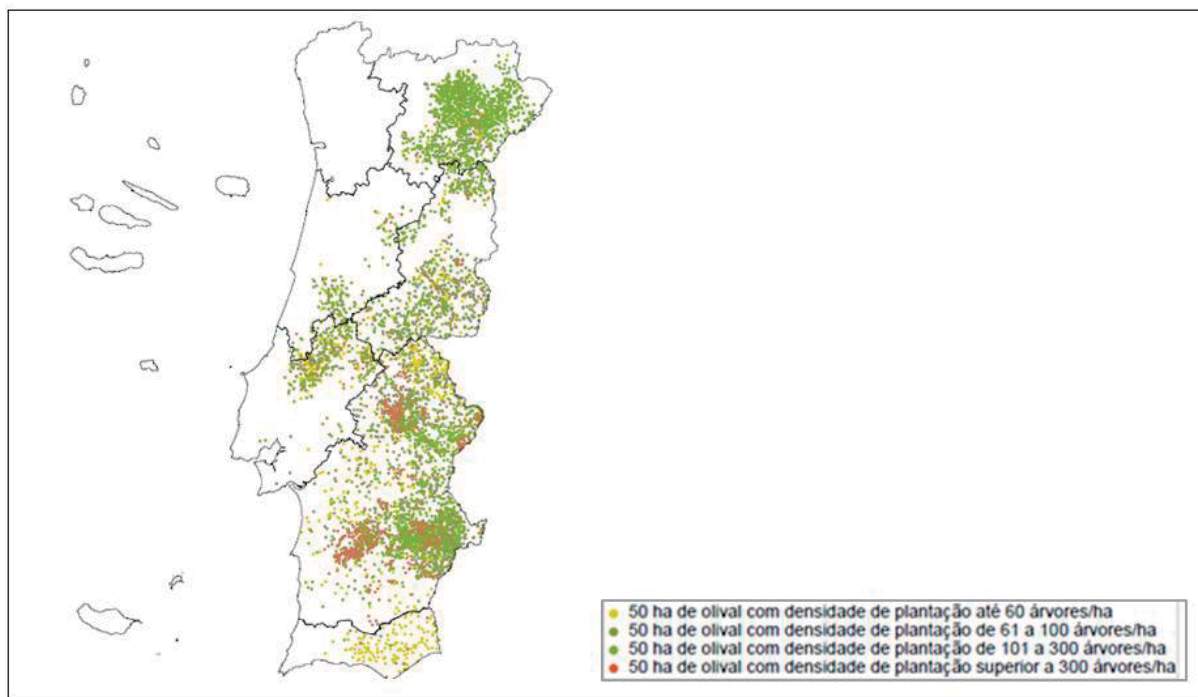
Como se pode ver no quadro 2 e figura 1, abaixo apresentadas, o Alentejo é a principal região olivícola, com 49% da área de olivais, seguido de Trás- -os-Montes (22%) e Beira Interior (14%).

As plantações de olivais intensivos e super-intensivos, com densidades médias superiores a 300 árvores por hectare, já ocupa 9% da superfície de olival para azeite, concentrada no Alentejo (79%), região onde esta cultura ocupa estrategicamente um lugar de destaque no aproveitamento dos novos empreendimentos hidroagrícolas que aí surgiram ao longo da última década, (INE, 2011).

Quadro 2: Superfície de olival em Portugal, por região e aptidão em 2009

| Olival, por região (2009) | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------|--------------------------|-----|---------------|-----|----------------|-----|-----------------|-----|-----------------|-----|----------------------|-----|-----------------------|-----|--------------|-----|
| Regiões | Para azeitona de mesa | | Para azeite | | | | | | | | | | | | Total | |
| | | | 45-60 árv./ha | | 61-100 árv./ha | | 101-300 árv./ha | | 301-700 árv./ha | | 701-1 500 árv./ha | | Mais 1 500 árv./ha | | Área (ha) | (%) |
| | Área (ha) | (%) | Área (ha) | (%) | Área (ha) | (%) | Área (ha) | (%) | Área (ha) | (%) | Área (ha) | (%) | Área (ha) | (%) | | |
| Portugal | 4 090 | 100 | 57 673 | 100 | 96 435 | 100 | 146 588 | 100 | 17 051 | 100 | 2 812 | 100 | 11 190 | 100 | 335 841 | 100 |
| Continente | 4 090 | 100 | 57 673 | 100 | 96 435 | 100 | 146 588 | 100 | 17 051 | 100 | 2 812 | 100 | 11 190 | 100 | 335 841 | 100 |
| EDM | 2 | 0 | 385 | 1 | 180 | 0 | 313 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 881 | 0 |
| TM | 2 740 | 67 | 4 822 | 8 | 14 513 | 15 | 51 627 | 35 | 1 321 | 8 | 188 | 7 | 55 | 0 | 75 266 | 22 |
| BL | 11 | 0 | 3 158 | 5 | 4 557 | 5 | 5 390 | 4 | 1 106 | 6 | 88 | 3 | 31 | 0 | 14 341 | 4 |
| BI | 244 | 6 | 8 244 | 14 | 20 037 | 21 | 16 827 | 11 | 1 506 | 9 | 108 | 4 | 370 | 3 | 47 336 | 14 |
| RO | 61 | 1 | 9 248 | 16 | 7 941 | 8 | 6 560 | 4 | 1 263 | 7 | 258 | 9 | 209 | 2 | 25 540 | 8 |
| ALE | 843 | 21 | 24 679 | 43 | 48 545 | 50 | 65 559 | 45 | 11 757 | 69 | 2 169 | 77 | 10 525 | 94 | 164 078 | 49 |
| ALG | 189 | 5 | 7 137 | 12 | 662 | 1 | 311 | 0 | 99 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 8 399 | 3 |
| Açores | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // |
| Madeira | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // | // |

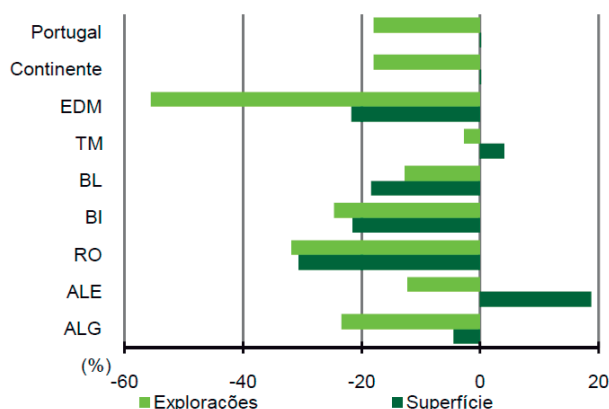
Fonte: INE, 2011



Adaptado de: INE, 2011

Fig.1: Representação da densidade de olival em Portugal em 2009

Segundo os dados do último recenseamento agrícola, entre 1999 e 2009 registou-se um decréscimo de 18% no número de explorações com olivais, mas a área praticamente não sofreu alteração (+0,2%). Tal se deve aos aumentos ocorridos da área de olival no Alentejo que aumentou de 19%, correspondendo a 26 mil hectares e aumentou 4% em Trás-os-Montes, o que corresponde a 3 mil hectares. Em contrapartida, na Beira Litoral, Beira Interior, no Ribatejo e Oeste observou-se na última década um decréscimo acentuado no olival, com quebras que ultrapassaram os 27,5 mil hectares. O facto de serem regiões onde predominam olivais de pequena dimensão, com compassos largos e variedades que, embora bem adaptadas às condições edafo-climáticas das regiões, apresentam ou baixas produtividades de azeitona ou baixo rendimento em azeite, contribuíram para a diminuição da área de olival, (INE, 2011). No quadro 3 apresenta-se a variação em percentagem do número de explorações e superfície entre 1999 e 2009, em Portugal Continental.

Quadro 3: Variação em % do número de explorações e superfície entre 1999 e 2009, em Portugal Continental

Fonte: INE, 2011

Como é apresentado no quadro 4, à excepção da Beira Litoral, foi observado um aumento da dimensão média do olival em todas as regiões, que em termos nacionais subiu dos 2,1 para os 2,6 hectares por exploração. Destacando-se o Alentejo do resto do território, com os olivais a deterem em média 8,3 hectares e um aumento de 35% na década em questão (INE, 2011).

Quadro 4: Variação da dimensão média das explorações entre 1999 e 2009, em Portugal Continental

| Dimensão média do olival (1999-2009) | | | |
|---|----------------|------|-------------------------|
| Regiões | Dimensão média | | |
| | 1999 | 2009 | Variação (1999-2009) |
| | (ha) | (ha) | (%) |
| Portugal | 2,1 | 2,6 | 22 |
| Continente | 2,1 | 2,6 | 22 |
| EDM | 0,2 | 0,3 | 76 |
| TM | 1,9 | 2,1 | 7 |
| BL | 0,7 | 0,6 | -7 |
| BI | 1,7 | 1,8 | 4 |
| RO | 1,9 | 1,9 | 2 |
| ALE | 6,1 | 8,3 | 35 |
| ALG | 0,8 | 1,0 | 25 |

Fonte: INE, 2011

Actualmente quase 40% da área de olival encontra-se concentrada em pouco mais de 2 mil explorações que individualmente apresentam uma dimensão média superior a 20 hectares, (INE, 2011). Estes valores reflectem a dinamização deste sector do ponto vista tecnológico e a dimensão pode permitir uma da gestão mais eficiente destes mesmos olivais.

2.1. Produção nacional de azeitona e azeite

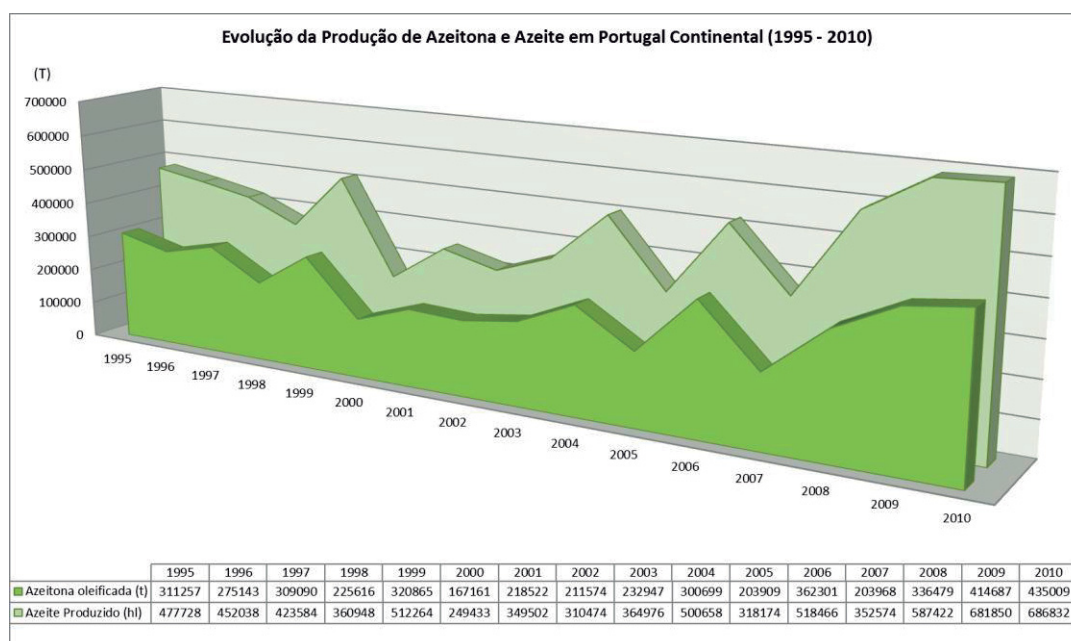
Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2010 a produção total de azeitona no território de Portugal continental foi de 435.009 toneladas, sendo a região de maior produção o Alentejo com 228.119 toneladas, seguida de Trás-os-Montes com 108.039 toneladas, (quadro 5).

Quadro 5: Produção em toneladas de azeitona em 2010 por região agrícola

| Local de proveniência da azeitona (Região agrícola) | Produção de azeitona (t) |
|---|--|
| | Período de referência dos dados (2010) |
| Portugal | 435009 |
| Entre Douro e Minho | 2789 |
| Trás-os-Montes | 108039 |
| Beira Litoral | 18768 |
| Beira Interior | 44559 |
| Ribatejo e Oeste | 27426 |
| Alentejo | 228119 |
| Algarve | 5309 |
| Açores | 0 |
| Madeira | 0 |

Adaptação de: INE 2011

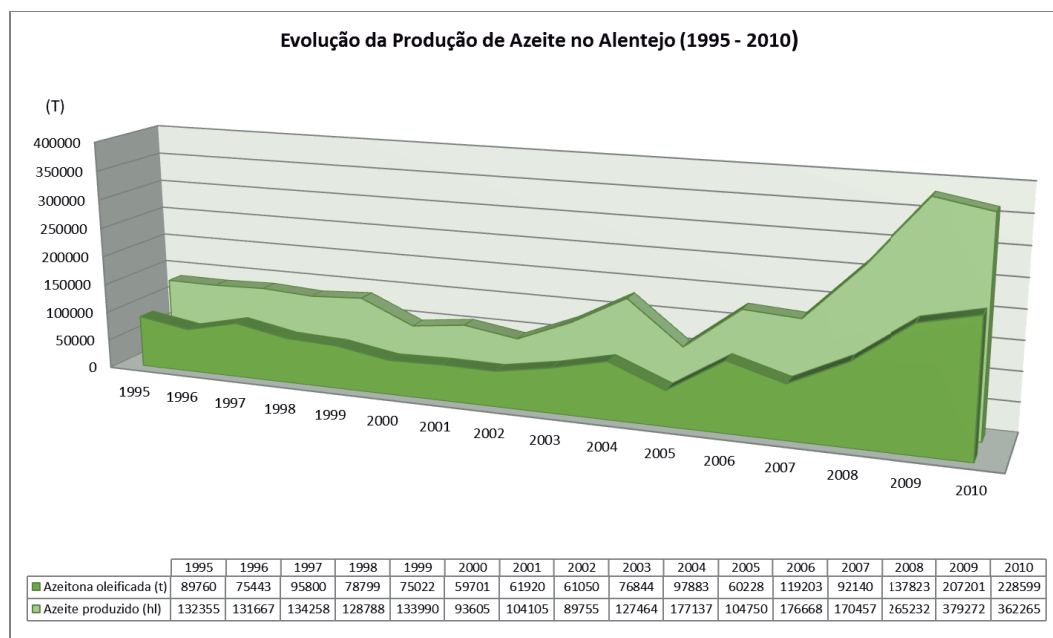
No gráfico que se segue, apresentam-se os dados da produção de azeite entre 1995 e 2010. Segundo o mesmo, verificou-se um aumento da produção a partir de 2007, atingindo um máximo em 2010, relativamente ao período em análise, (INE, 2011).



Adaptado de: INE, 2011

Fig.2: Evolução da produção da quantidade de azeitona laborada e azeite produzido em Portugal entre 1995 e 2010,

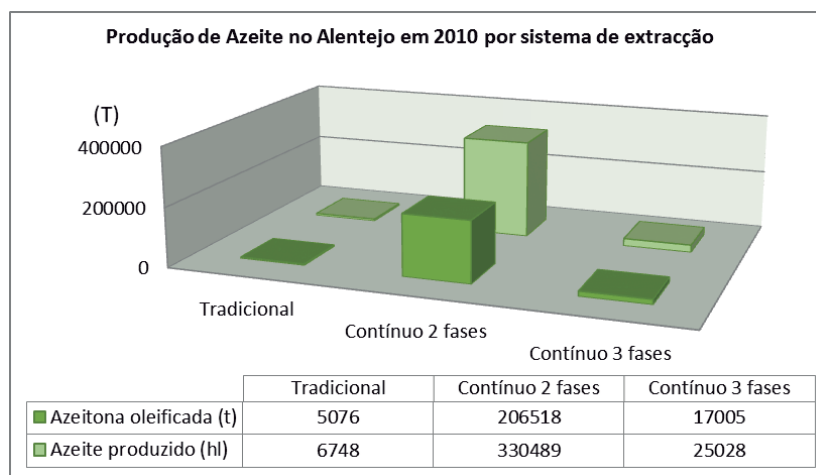
Segundo a mesma fonte, o total de azeite produzido na região do Alentejo no mesmo ano foi de 362.265 hectolitros de azeite, tendo apresentado um decréscimo relativamente ao ano anterior de 4,5%, (Fig.3).



Adaptado de: INE, 2011

Fig.3: Evolução da produção da quantidade de azeitona laborada e azeite produzido no Alentejo entre 1995 e 2010

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, existem actualmente na região do Alentejo, 27 lagares tradicionais, 26 contínuos três fases e 54 contínuos de duas fases. Na figura 4, apresenta-se a quantidade de azeite produzido, por sistema de extracção, em 2010, na região do Alentejo; destacando-se o sistema contínuo de duas fases, com 91% da produção de azeite desta região.



Adaptado de: INE, 2011

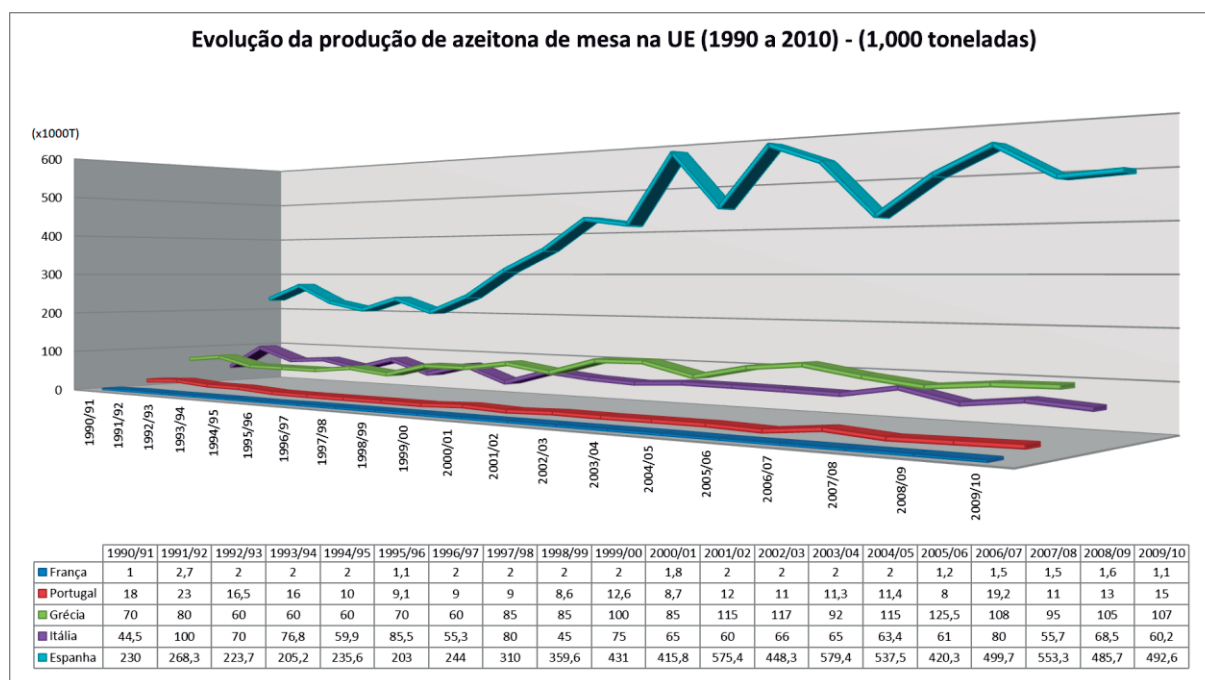
Fig.4: Produção de Azeite no Alentejo em 2010 por sistema de extracção

3. Panorama da produção de Portugal na União Europeia

A Europa ocupa uma posição de destaque no panorama mundial relativamente à produção de azeite. Segundo os dados do Conselho Oleícola Internacional, na campanha de 2008/2009, a EU representava, 72,7% da produção mundial de azeite. Em relação à produção de azeitona de mesa, e segundo a mesma fonte, embora seja o primeiro do ranking, o seu contributo na produção mundial é mais modesto, com 32,5% nesse ano.

Os cinco países produtores de azeite e azeitona de mesa, da União Europeia, são: França, Portugal, Grécia, Itália, Espanha. O Chipre e Eslovénia, com a sua adesão em 2004 à UE, passaram a fazer parte deste grupo embora tenham ainda pouca representatividade ao nível da produção.

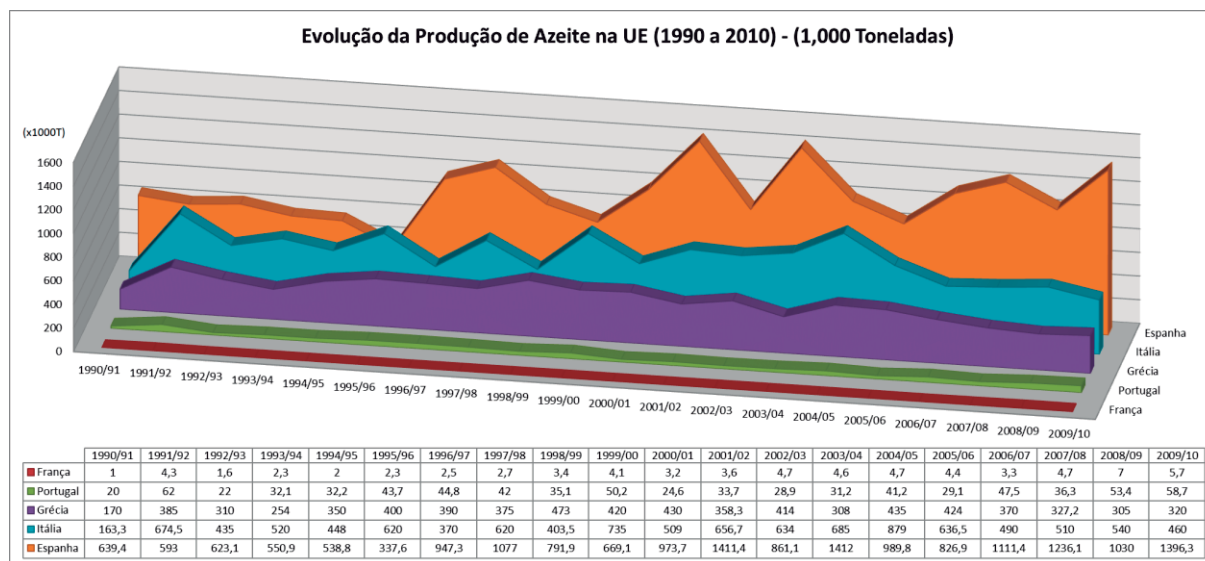
Nos dois gráficos a seguir, apresenta-se a evolução entre 1990 e 2010 ⁽¹⁾, da produção de azeitona de mesa e azeite, dos cinco países referidos:



Adaptado de: COI, 2011

Fig.5: Evolução da produção de azeitona de mesa na CE (1990 a 2010)

(1) -Dados da campanha 2009/2010, são provisórios.



Adaptado de: COI, 2011

Fig.6: Evolução da produção de azeite na CE (1990 a 2010)

Em função do volume de produção, destacam-se dois países: a Espanha e Grécia, na produção de azeitona de mesa, representando a primeira 72,9% da produção de azeitona de mesa da União Europeia, seguida pela Grécia com 15,8% e Espanha e Itália na produção de azeite, retratando 62,3% e 20,5%, respectivamente .

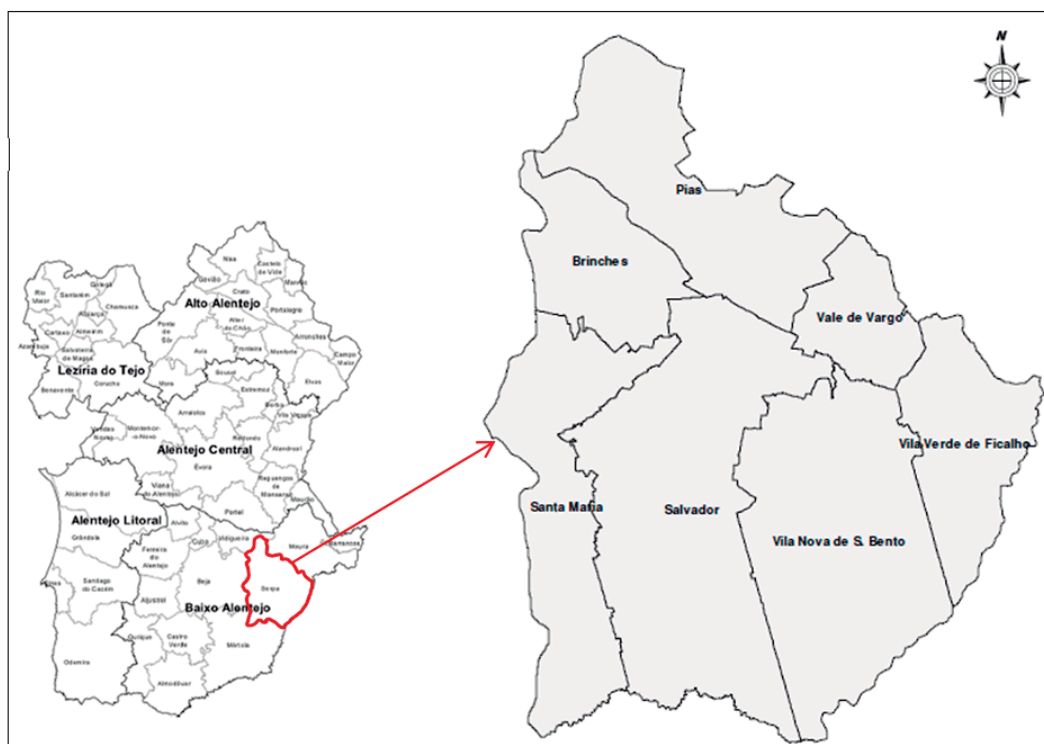
Portugal, neste contexto, representa apenas 2,6% da produção de azeite e 2,2% da produção de azeitona de mesa, da União Europeia.

4.Descrição da amostra e metodologia seguida

Este trabalho teve como base a análise de dados relativos a 70 explorações que se dedicam à cultura do olival localizadas no concelho de Serpa.

O concelho de Serpa situa-se no Baixo Alentejo (fig.7) e integra-se no Distrito de Beja. Está limitado a Oeste pelo Rio Guadiana, que faz a separação dos concelhos de Beja, Mértola e Vidigueira; a Norte pelo concelho de Moura; a Sul pelo concelho de Mértola e a Este pela fronteira com Espanha.

Ocupa uma área de uma área de 1106,5 km², distribuída por 7 freguesias, duas freguesias urbanas – Santa Maria e Salvador – e cinco freguesias rurais – Vila Nova de S. Bento, Pias, Vila Verde de Ficalho, Brinches e Vale de Vargo, (CMS, 2011).



Adaptado de: INE, 2011 e CMS, 2011

Fig.7: Mapa do concelho de Serpa e localização no Alentejo

Os olivais da região de Serpa são explorados tradicionalmente em sequeiro. Os olivais novos, efectuem a rega com recurso a barragens privadas. Actualmente e graças ao subsistema de rega do Ardila (anexo IV), ainda em fase de conclusão, o pequeno e médio agricultor da

área geográfica em questão, já tem disponível água para poder converter os olivais, ou outro tipo de culturas, ao regadio.

Este subsistema do bloco de rega do Alqueva, está situado entre as povoações de Moura, Brinches, Pias, Serpa e vai permitir regar cerca de 30 125 ha, (EDIA,2011).

O tarifário da água para uso nos blocos de rega do Alqueva começa nos 4,2 cêntimos/m³ à saída da rede primária (destinada às associações de regantes). As explorações agrícolas pagarão 8,9 cêntimos/m³ (alta pressão) ou 5,3 cêntimos/m³ (baixa pressão). Actualmente, os utilizadores estão a pagar uma percentagem desta tarifa, os preços sofrerão um acerto anual, até atingir aqueles valores em 2017, (EDIA,2011).

As 70 explorações analisadas, perfazem uma área de 3994,04 ha de olival, dos quais 3119,48 ha são explorados em regadio e 874,56 ha são explorados em sequeiro.

A importância da área de olival relativamente à superfície agrícola útil (SAU), representada na figura 8, é de 91%, nas explorações de olivais explorados exclusivamente em regadio, 63% em explorações com olivais explorados em sequeiro e 57% em explorações com parte dos olivais explorados em sequeiro e o restante em regadio.

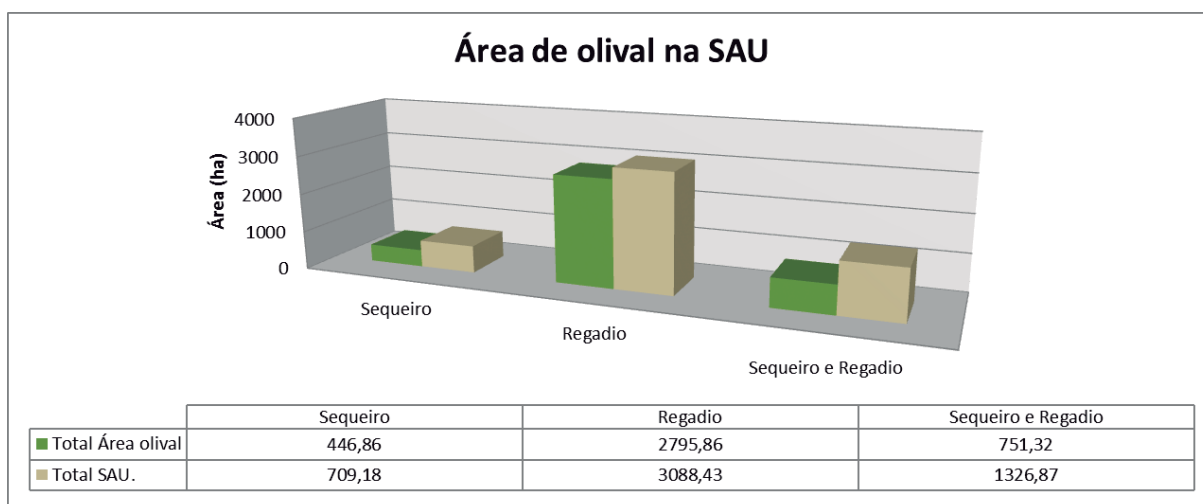


Fig.8: Área de olival na SAU

Todas as 70 explorações analisadas, são conduzidas segundo o Modo de Produção Integrada e candidataram-se à Medida n.º 2.2, das Agro-Ambientais relativa «Valorização de Modos de Produção», publicada na Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de Março.

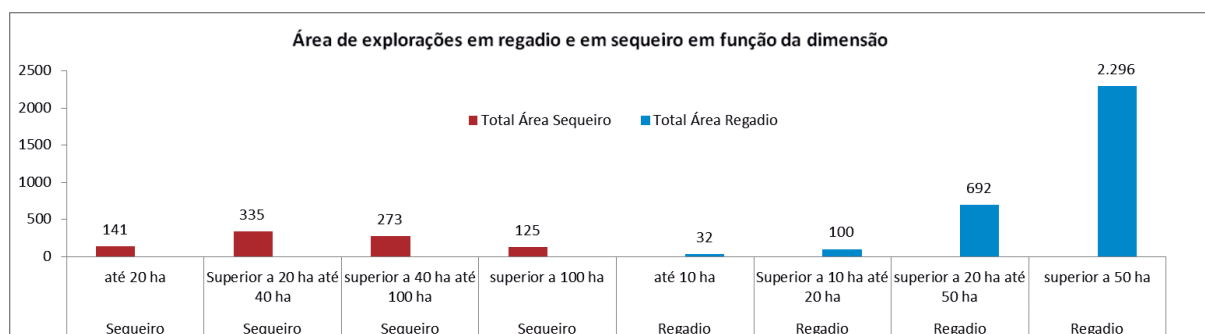


Fig.9: Área das explorações em regadio e em sequeiro por escalões

A figura 9 representa a distribuição dos 3994,04 ha de olival, em função da modulação por escalões de área, utilizada na atribuição das ajudas relativas a este modo de produção.

Relativamente às áreas de sequeiro, as mais representativas encontram-se no escalão entre os 20 e os 40 hectares, engloba 11 explorações, representa 335 ha de área e apenas 8% da totalidade da área da amostra. O escalão com maior número de explorações é o de olivais com áreas inferiores a 20 ha. É representada por 15 explorações e totaliza 141 hectares explorados em sequeiro. A área relativa ao escalão entre os 40 e 100ha é composta por 5 explorações. Com áreas superiores a 100ha, apenas se identificou uma exploração.

Na distribuição relativa à área explorada em regadio, destacam-se os olivais com áreas superiores a 50 hectares que apresentam mais de metade da superfície da amostra dos 70 olivais, totalizando 2296 ha. Representa 74% da área de regadio e é constituída por 24 explorações. É seguida pelo escalão entre os 20 e os 50 ha, com 19 explorações e que representa 22% da área de regadio. Os escalões entre 10 e 20 ha e o escalão relativo a olivais com área inferior a 10 ha, são representados por 7 e 6 explorações, respectivamente.

Fazem todas as partes da associação de agricultores da Cooperativa Agrícola Beja-Brinches, que lhes presta apoio técnico, relativo a este Modo de Produção e são todos controlados pelo mesmo organismo privado de controlo e certificação.

A metodologia seguida baseou-se na recolha de informações com base na consulta dos Cadernos de Campo, a contabilidade, os documentos ortofotográficos das parcelas (P3), caracterização da exploração agrícola (IE), Pedido Único, relatórios de análises de solo, água e foliares, registos dos Postos de Observação Biológica (POB) (Anexo V) realizados pela Cooperativa Agrícola Beja-Brinches, registos de entrega da azeitona no lagar; assim como a visita das 70 explorações e reuniões com os agricultores responsáveis dessas explorações.

No anexo VI é apresentado o modelo do Caderno de Campo, utilizado pelo PRODER, de registo obrigatório por parte das explorações que aderiram ao Modo de Produção Integrada. O seu preenchimento é anual, de 1 de Outubro a 30 de Setembro do ano seguinte. Destacam-se, como registos exigidos, os estados fenológicos da planta, as operações culturais efectuadas, a estimativa de risco das pragas ou doenças identificadas, os tratamentos fitossanitários realizados, os produtos fitofarmacêuticos aplicados, especificando as doses e datas de aplicação; a fertilização, a dotação de rega e as produções obtidas. Foram consultados os Cadernos de Campo dos agricultores, relativos ao ano de compromisso que teve início a 1 Outubro 2009 e terminou a 30 de Setembro de 2010 e ao ano de compromisso de 1 Outubro 2010 a 30 de Setembro de 2011,

A escolha do ano de compromisso 2010/2011, deveu-se à possibilidade de, relativamente a esse ano ser possível obter os dados definitivos da produção de azeitona, relativos a essa campanha.

No decurso desta apresentação serão apresentadas práticas efectuadas por esta amostra de 70 explorações, relativos ao Modo de Produção Integrada. Estas podem estar em conformidade ou em não conformidade relativamente a este modo de produção. Por essa razão, por motivos de confidencialidade, optou-se por não apresentar os dados elementares recolhidos, pois permitiriam com facilidade o reconhecimento das explorações.

5.Cultivares

Existem, a nível mundial, diversas cultivares de azeitona apresentando características que lhes conferem a utilização para azeitona de azeite ou de conserva e outras de dupla aptidão.

Em cada zona olivícola, as cultivares que se consolidaram, foram escolhidas a partir do material disponível “*in situ*”, seleccionando os espécimes que se destacavam ao longo do tempo pela sua produtividade, tamanho do fruto, rendimento e adaptação ao meio. A propagação vegetativa permitiu manter as características das cultivares seleccionadas e a repetição sucessiva de procedimentos como a hibridação, selecção de descendência, clonagem, deu origem à grande diversidade de cultivares autóctones que existem hoje em dia, (Barranco *et al.* 2008).

A área geográfica em estudo faz parte integrante das freguesias de produção do Azeite de Moura DOP. A olivicultura nesta região data aproximadamente do século I a.C., altura em que fazia parte do império Romano, e que a produção do azeite proveniente desta região era exportada para Roma, (GPP,2011).

Um produto DOP - Denominação de Origem Protegida, designa um produto agrícola ou género alimentício produzido, transformado e elaborado num determinado local, região ou país, que reflecta qualidades e características inerentes a esse mesmo local, e que está protegido a nível comunitário. O Azeite de Moura DOP, assim como qualquer outro produto DOP, deve cumprir determinadas especificidades, descritas num caderno de especificações próprio. Uma dessas especificidades são as cultivares utilizadas: 15 e 20% no máximo de azeitona da cultivar Verdeal, 35 a 40% de Cordovil e o restante da cultivar Galega, (GPP,2011). Esta exigência do caderno de especificações, já permite, só por si, identificar três das cultivares características, consideradas como adaptadas às condições edafo-climáticas da região.

Segundo o Conselho Oleícola Internacional hoje em dia, graças a estudos e colecções efectuadas, já é possível conhecer as características das principais cultivares a nível mundial e catalogá-las em função das exigências, de acordo com o interesse para o desenvolvimento desta cultura. Tem-se assistido por isso, nomeadamente nesta região, em adensamentos e na instalação de novos olivais, à introdução de exemplares que não fazem parte do banco de cultivares autóctones. Critérios como a qualidade do azeite, a facilidade de mecanização, resistência a pragas (Tombesi *et al.*, 2007), resistência a doenças, precocidade da entrada em

produção, elevada produtividade, regularidade da produção, adaptação ao regadio; têm conduzido essa estratégia.

Outro dos critérios a ter em conta nessa selecção é a aptidão deste fruto. Segundo García (2005), para as cultivares cujos frutos se destinam à produção de azeite há que se considerar, as seguintes características:

- elevada produtividade em peso do fruto;
- alto rendimento de óleo;
- qualidade do azeite;
- entrada rápida em produção;
- reduzida tendência à alternância de produção (safra e contra-safra);
- resistência a doenças e parasitas;
- boa adaptação ao meio (solo-clima)

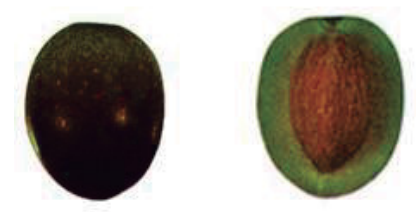
Para as cultivares cujos frutos se destinam a mesa, e segundo o mesmo autor, são importantes especificidades tais como:

- alta produção;
- alta relação polpa-carozo;
- boa aptidão para a industrialização;
- pouca oscilação nas produções de uns anos para os outros;
- facilidade para a colheita mecânica.

De seguida descrevem-se, de forma sucinta, as cultivares identificadas na área em estudo. Apesar de umas cultivares serem autóctones e outras, plantadas à relativamente pouco tempo, não o serem, optou-se estruturar a apresentação por ordem alfabética, de forma a facilitar a sua consulta.

5.1.Arbequina

O seu nome provém da localidade de Arbeka (Lérida), em Espanha. É uma cultivar de dupla aptidão, com entrada em produção precoce e elevada produção. Apresenta bom rendimento em azeite mas de baixa estabilidade. O seu vigor reduzido permite a plantação tanto em olival intensivo, como em super-intensivo, no entanto o seu fruto pequeno (fig.10) dificulta a colheita mecanizada por vibração, (Barranco *et al.* 2008).



Adaptado de: Barranco *et al.* 2008

Fig.10: Azeitona da cultivar Arbequina

Esta cultivar, que se desenvolve em terrenos pobres, tem uma elevada capacidade de enraizamento. É sensível à mosca, mas medianamente sensível à verticilose, sendo tolerante ao olho-de-pavão e à tuberculose, (García, 2005).

5.2. Cobrançosa

Esta cultivar é produtiva e bastante regular na sua produção. Tem aptidão para a produção de azeite e apresentando um bom rendimento em azeite. O fruto (fig.11) tem uma fraca resistência ao desprendimento, mas é de queda reduzida, sendo uma cultivar apropriada à colheita por vibração. Aprecia solos férteis e a sua capacidade de propagação por estaca herbácea, é mediana a boa. É pouco propensa a doenças da folhagem e acidentes climáticos, (Leitão *et al.* 1986).



Fonte: Leitão *et al.* 1986

Fig.11: Cultivar Cobrançosa

5.3.Cordovil de Serpa

É uma cultivar da região de Serpa-Moura, produtiva, mas pouco regular. De dupla aptidão, o fruto (fig.12) apresenta um bom rendimento em azeite, sendo igualmente apropriado para conserva em verde, caseira ou industrial. Apresenta resistência ao desprendimento e queda reduzida, tornando uma cultivar adaptada à colheita por vibração na fase de completa maturação. É muito susceptível ao ataque de tuberculose, mas tem alguma resistência à mosca da azeitona, (Leitão *et al.* 1986).



Fonte: Leitão *et al.* 1986

Fig.12: Cultivar Cordovil de Serpa

5.4. Galega vulgar ou galega

Esta é a cultivar mais difundida no nosso País. Apresenta uma grande rusticidade, mas apresenta grande alternância na produção, sobretudo nas regiões litorais. A azeitona desta cultivar é de dupla aptidão: o fruto é próprio para conserva em preto, no entanto apresenta fraco ou médio rendimento em azeite. Embora o fruto (fig.13) apresente uma certa resistência



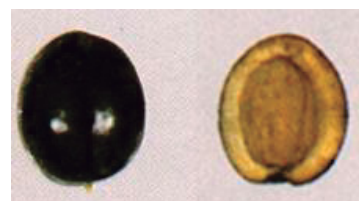
Fonte: Leitão *et al.* 1986
Fig.13: Cultivar Galega

ao desprendimento, a queda acentuada no fim da maturação torna-a pouco apropriada à colheita por vibração, (Leitão *et al.* 1986).

É uma cultivar muito sensível a pragas e doenças (tuberculose, cochonilha, fumagina, gafa e ao ataque da mosca da azeitona), no entanto recupera muito facilmente. O porta-enxerto tem uma boa afinidade para quase todas as cultivares e as raízes têm notável resistência ao ataque do *Verticillium*, (Leitão *et al.* 1986).

5.5. Galega Grada de Serpa

Como o nome indica, esta cultivar é autóctone desta região. O fruto (fig.14) é utilizado em conserva em preto do tipo artesanal. De produção regular, apresenta um rendimento fraco de azeite. O fruto de tamanho médio, apresenta desprendimento e queda acentuada. É uma variedade resistente à tuberculose, (Leitão *et al.* 1986).



Fonte: Leitão *et al.* 1986
Fig.14: Cultivar Galega Grada de Serpa

5.6. Hojiblanca

É uma cultivar espanhola, de dupla aptidão, mas produzida sobretudo para conserva em preto do tipo “Californiano”. Fruto (fig.15) de maturação tardia resiste ao desprendimento e o azeite é de boa qualidade embora apresente baixa estabilidade. É uma cultivar sensível à tuberculose e à mosca da azeitona e muito sensível à cochonilha-negra. O nome provém da cor clara das folhas, verde-acinzentada na página superior e prateada no lado inverso, (Barranco *et al.* 2008).

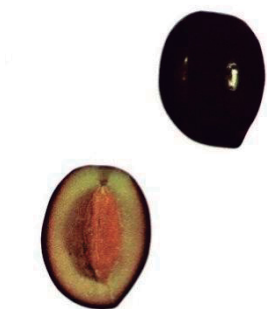


Fonte: Barranco *et al.* 2008
Fig.15: Azeitona cultivar Hojiblanca

5.7.Picual

Principal cultivar espanhola utilizada em plantações intensivas. Tem uma entrada em produção precoce e alta produtividade, o rendimento de azeite elevado, (Barranco *et al.* 2008).

Reduzida resistência do fruto (fig.16) ao desprendimento, mas apresenta queda reduzida sendo uma cultivar apropriada à colheita por vibração. É susceptível à mosca da azeitona, olho de pavão, cochonilha e traça, é tolerante à tuberculose, (Leitão *et al.* 1986).



Planta vigorosa, com grande desenvolvimento foliar, com bom equilíbrio entre madeira e folha. Tolerante ao frio e à salinidade, sensível a terrenos calcários, já em terrenos argilosos apresenta muita sensibilidade à seca, (García, 2005).

Fonte: Barranco *et al.* 2008

Fig.16: Azeitona cultivar Picual

5.8.Verdeal de Serpa

Esta cultivar da região de Serpa-Moura produtiva e regular. O fruto (fig.17) é de maturação muito tardia com resistência ao desprendimento e queda reduzida, daí ser pouco apropriada à colheita por vibração. Apresenta bom rendimento de azeite e é tradicionalmente utilizado para conserva em verde. A cultivar apresenta uma certa resistência à gafa e à mosca, (Leitão *et al.* 1986).



Fonte: Leitão *et al.* 1986

Fig.17: Cultivar Verdeal de Serpa

No universo da amostra em estudo foram identificadas as cultivares, já acima descritas. Destaca-se que foi impossível definir com exactidão as áreas que cada cultivar ocupa, porque os sistemas de registos oficiais não as identificam, fazendo na maior parte das vezes apenas referência à cultivar predominante e mesmo por desconhecimento do próprio proprietário.

De acordo com os dados disponíveis e apesar das limitações apresentadas efectuou-se a análise por conjuntos de cultivares de forma a determinar tendências verificadas; representadas na figura 18, relativamente às áreas exploradas em sequeiro e figura 19 relativamente às áreas exploradas em regadio.

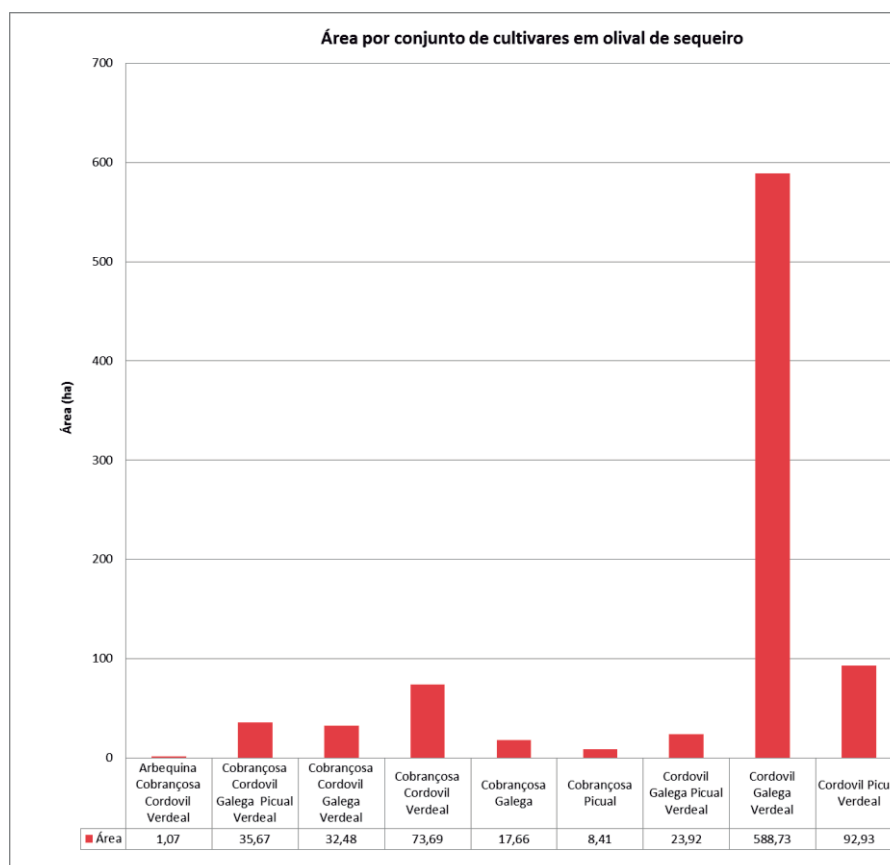


Fig.18: Área por conjunto de cultivares em olival de sequeiro

No gráfico acima apresentado destaca-se um dos conjuntos de cultivares, que representa 67,3% da área de olival de sequeiro da amostra em estudo, correspondendo a 588,73 ha. O conjunto das cultivares Cordovil, Galega e Verdeal, que como já foi referido são cultivares autóctones e fazem parte das cultivares exigidas na elaboração do Azeite de Moura DOP.

Seguido do conjunto Cordovil, Picual, Verdeal, com 92,93ha (10,6%), e o grupo Cobrançosa Cordovil e Verdeal, com 73,69ha (8,4%).

À excepção do conjunto constituído por Cobrançosa e Picual com 8,41ha, em todos os outros identifica-se a presença de uma ou mais cultivares presentes no grupo de destaque, Cordovil, Galega ou Verdeal.

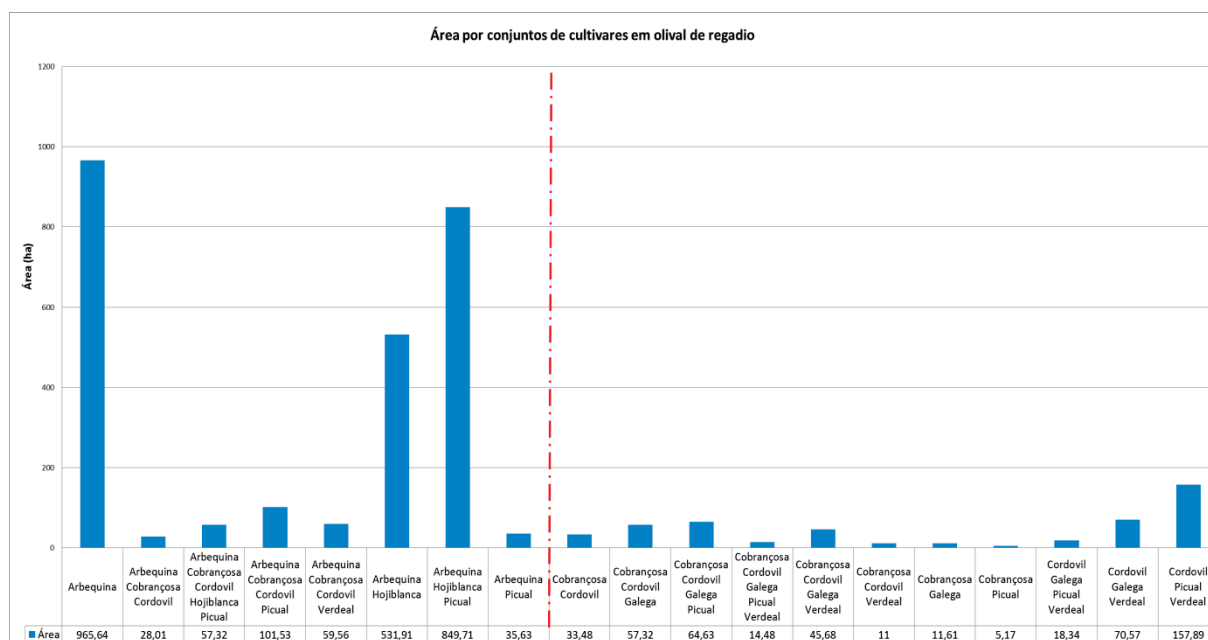


Fig.19: Área por conjunto de cultivares em olival de regadio

Relativamente à área de regadio (fig:19), evidencia-se a cultivar Arbequina que isoladamente corresponde a 965,64ha do olival de regadio (31%), o conjunto de cultivares Arbequina, Hojiblanca e Picual com 849,71ha (27,2%) e o conjunto das cultivares Arbequina e Hojiblanca com 531,91ha (17%). Estas três situações totalizam 2347,3ha (75,2% da área cultivada em regadio). São cultivares espanholas e situam-se essencialmente em olivais instalados há menos de dez anos. O crescimento da importância destas cultivares deve-se, eventualmente, ao facto de serem cultivares com precocidade de entrada em produção, com reduzida alternância de produtividades e de elevadas produtividades médias.

No gráfico, que representa a área ocupada, por conjunto de cultivares em regadio, foi introduzido um eixo vertical que de acordo com os resultados, muito provavelmente, delimita duas tendências na estrutura da distribuição das diversas cultivares, nos olivais explorados em regadio, nesta região:

Do lado esquerdo do gráfico, concentram-se os olivais plantados recentemente. Quer na totalidade da área em que estão inseridos, ou plantados numa fracção da exploração, ao lado

de parcelas onde já estavam instaladas outras cultivares. O conjunto de cultivares Arbequina, Cobrançosa e Cordovil, segundo os dados obtidos, ilustra esta última situação. As cultivares Cobrançosa e Cordovil, já estavam instaladas e a cultivar Arbequina, foi introduzida há 5 anos nesta exploração, numa nova parcela de olival.

Do lado direito do gráfico, com uma importância, em termos de área ocupada mais reduzida, identificam-se vários conjuntos constituídos por duas ou mais cultivares autóctones, que segundo os levantamentos efectuados foram plantadas há muitos anos, conjuntamente com cultivares de introdução mais recente. Analisando o conjunto Cordovil, Galega, Verdeal e Picual, distingue-se claramente o grupo das três primeiras, que são cultivares autóctones que se encontram instaladas em conjunto com a cultivar espanhola Picual. Esta última corresponde, segundo os dados recolhidos, a um adensamento realizado há 10 anos, num olival centenário. Neste caso o adensamento coincidiu com a introdução da rega no olival.

6. Compasso

Para escolher o compasso de plantação de um olival deve-se ter em conta, entre outros factores, garantir uma boa exposição da copa da árvore à radiação solar. O objectivo é permitir a captação do máximo de energia reduzindo o ensombramento provocado pelas árvores vizinhas. Igualmente é importante assegurar uma correcta orientação das linhas de plantação para garantir este objectivo.

Segundo Tombesi *et al* (2007) compassos entre 5mx5m e 7mx7m são os mais eficazes; para assegurar a passagem das máquinas de colheita, tractores e alfaías, no entanto deve-se referir que os compassos mais correctos devem apresentar distâncias diferentes no que se refere à entrelinha e distância entre plantas na linha. Assim na linha, o espaçamento entre plantas está relacionado com o desenvolvimento futuro esperado para a copa das árvores, enquanto na entrelinha deve ser considerado também a distância necessária para permitir a circulação das diferentes máquinas agrícolas. De acordo com Barranco *et al* (2008) são necessários no mínimo 7 metros de entrelinha, distância que está de acordo com os objectivos pretendidos. No caso de plantações novas, estes autores, recomendam que se devem realizar plantações com densidades compreendidas entre as 200 e as 300 árvores por hectare, o que corresponde a compassos de 7mx7m e a compassos de 7mx4,8m.

Na região, o compasso mais frequente nas áreas recentemente plantadas de olival é o de 7mx4,8m, opção que derivou igualmente de algumas medidas administrativamente tomadas ao nível das condições para os apoios financeiros ao investimento realizado na Olivicultura. Na área em estudo foram identificados olivais tradicionais com mais de 100 anos, olivais adensados e olivais recentemente instalados, com pouco menos de 10 anos.

São várias as razões que podem conduzir a efectuar adensamentos, num olival, das quais se destacam:

- renovar oliveiras obsoletas;
- redução da densidade de plantação devido à morte de árvores;
- adaptação do olival a sistemas mais eficazes de colheita mecânica;
- instalação de cultivares que correspondam às exigências dos cadernos de especificações das denominações de origem;
- aumento da produção, respondendo assim à procura crescente do produto, (Tombesi *et al*, 2007)

A decisão de adensar um olival é contudo sujeita a diversas críticas, uma vez que nem todas as plantações existentes justificam, técnica e economicamente, a opção de realizar estas operações.

Por vezes verifica-se um estado sanitário deficiente das árvores existentes, conformações do tronco deficientes e compassos que, já sendo relativamente apertados, não garantem um correcto desenvolvimento das árvores mais jovens após adensamento.

Em muitas circunstâncias os rendimentos futuros de um olival adensado são inferiores aos que seriam obtidos por substituição integral da área plantada por uma nova plantação.

A instalação de novas plantações de olival é incentivada por:

- expectativa, a médio prazo, de um bom desempenho económico do sector a nível mundial;
- terrenos adaptados às operações culturais mecanizadas, de forma a reduzir os custos de produção em mão-de-obra, nomeadamente a colheita;
- disponibilidade de meios eficazes para a instalação a preços competitivos, nomeadamente acesso à água para rega;
- facilidade de obtenção de cultivares adaptadas à região, de crescimento rápido e precocidade na entrada em produção, (Tombesi *et al*, 2007).

As recomendações actuais da DGADR, relativamente ao compasso do olival no Modo de Produção Integrada, implicam densidades de 200 a 340 árvores por hectare, (DGADR, 2010). Segundo o nº 5 do artigo 8 da Portaria n.º 229-B/2008 de 6 de Março, a densidade mínima por parcela de olival, elegível para esta Medida é de 60 árvores por hectare.

Nos quadros e gráficos a seguir representados, apresentam-se os compassos identificados nas explorações em estudo, por número de exploração, áreas e respectivas densidades:

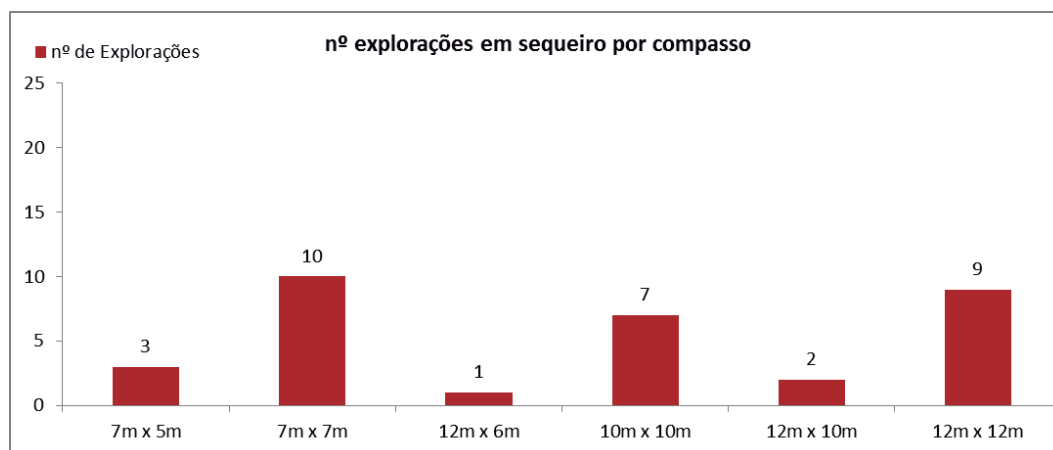


Fig.20: nº de explorações em sequeiro por compasso

Quadro 6: Área em sequeiro por compasso e densidade

| | Compasso | Densidade (arv/ha) | nº explorações | Área (ha) |
|----------|-----------|--------------------|----------------|-----------|
| Sequeiro | 7mx 5m | 286 | 3 | 31,84 |
| | 7m x 7m | 204 | 10 | 162,43 |
| | 12m x 6m | 139 | 1 | 5,23 |
| | 10m x 10m | 100 | 7 | 301,17 |
| | 12m x 10m | 83 | 2 | 60,4 |
| | 12m x 12m | 69 | 9 | 313,49 |

Nos olivais de sequeiro, destacam-se, relativamente ao número de explorações, o compasso 7mx7m, identificado em 10 explorações e que representa uma área de 162,23ha; o compasso 12mx12m, em 9 explorações correspondendo a 313,49ha, seguidos por 7 explorações com o compasso 10mx10m e que reúnem 301,17ha. Os outros compassos identificados, 7mx5m, 12mx10m e 12mx 6m, representam em conjunto uma minoria, tanto em função do número de explorações (6 explorações) como em relação à área ocupada, 97,47ha, que corresponde apenas a 11,1% da área de olival explorada em sequeiro

Relativamente aos olivais explorados em regadio, representados na figura 21 e no quadro 7, destaca-se o compasso 7mx4,8m, com 22 explorações que por si só representam 63% da área em regadio e perfazem 1958,23ha. O compasso 7mx7m, com uma área de 354,29ha e presente em 15 explorações e o compasso 7mx5m embora só presente em 12 explorações, tem uma área superior ao compasso anterior, 625,57ha.

Os outros compassos identificados em regadio, têm uma expressão pouco significativa, em 7 explorações, apresentando no total 155,89ha.

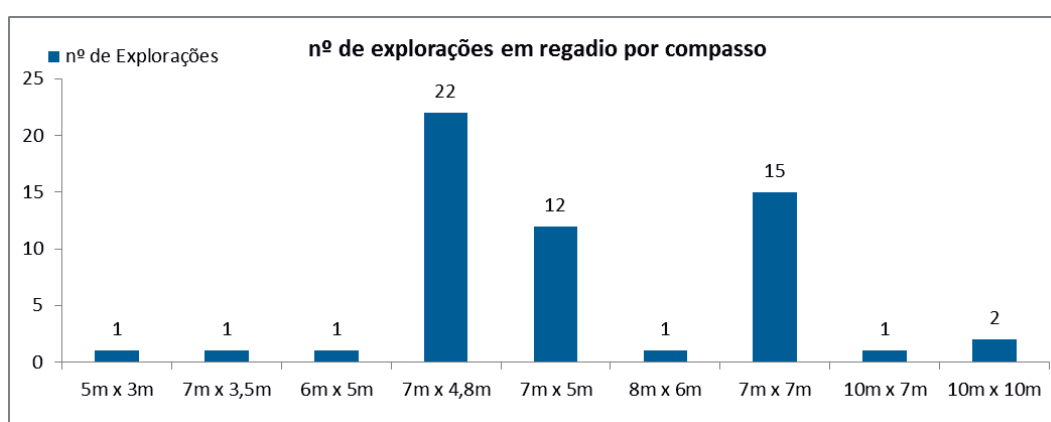


Fig.21: nº de explorações em regadio por compasso

Quadro 7: Área em regadio por compasso e densidade

| | Compasso | Densidade (arv/ha) | nº explorações | Área (ha) |
|---------|-----------|--------------------|----------------|-----------|
| Regadio | 5mx 3m | 667 | 1 | 20,36 |
| | 7m x 3,5m | 408 | 1 | 28,01 |
| | 6m x 5m | 333 | 1 | 14,38 |
| | 7mx 4,8m | 298 | 22 | 1958,23 |
| | 7mx 5m | 286 | 12 | 625,57 |
| | 8mx 6m | 208 | 1 | 57,32 |
| | 7m x 7m | 204 | 15 | 354,29 |
| | 10m x 7m | 143 | 1 | 12,46 |
| | 10m x 10m | 100 | 2 | 23,36 |

Comparando, no mesmo gráfico (fig.22) a área dos olivais de regadio e a área dos olivais explorados em sequeiro, destaca-se facilmente entre todos, o compasso 7mx4,8m, exclusivamente em regadio. Como já foi referido anteriormente, este compasso é o mais frequente nas áreas de olival da região, plantadas recentemente, permitindo-lhe atingir densidades próximas das 300 árvores por hectare.

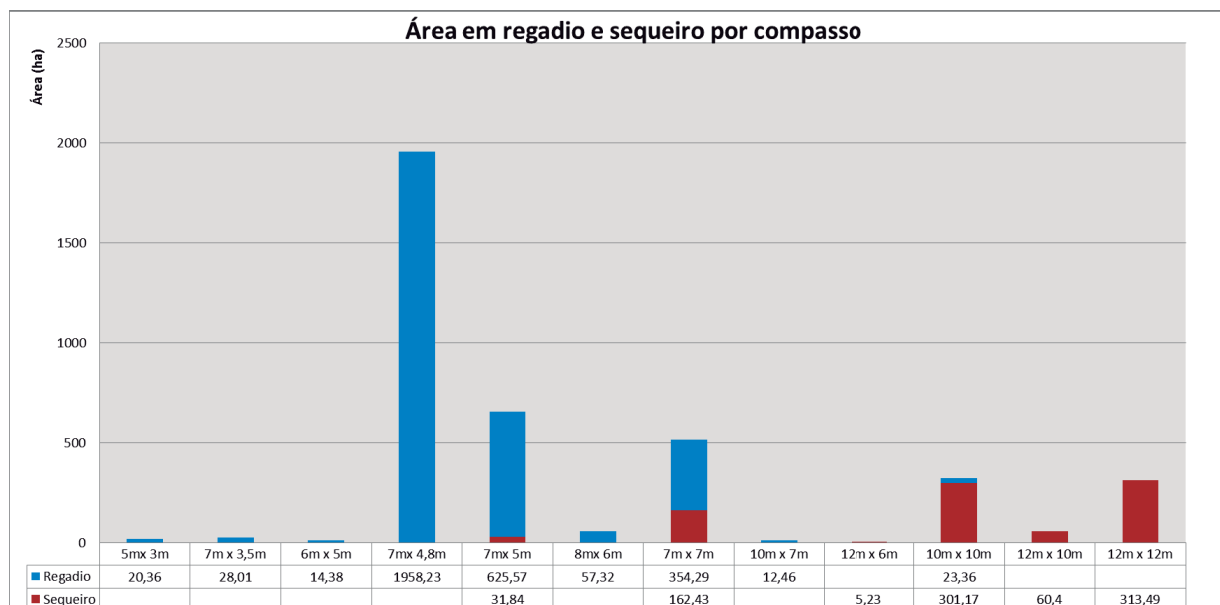


Fig.22: Área em regadio e em sequeiro por compasso

Este gráfico apresenta à primeira vista duas tendências, relativamente ao compasso adoptado na região: compassos mais apertados são utilizados em regadio e compassos mais alargados, em sequeiro.

Para complementar esta informação, apresenta-se no anexo VII, um gráfico que relaciona compassos, áreas e respectivos conjuntos de cultivares em olivais de sequeiro, e outro em olivais explorados em regadio. No primeiro gráfico em anexo, predomina o conjunto das cultivares Cordovil, Galega e Verdeal em compassos 12mx12m, 12mx10m e compassos 10mx10m, representando esses compassos 36,8% da área de olival explorado em sequeiro, da amostra em estudo. O segundo gráfico, relativo ao compasso das cultivares exploradas em regadio prevalece o compasso 7mx4,8m, constituído essencialmente pela cultivar Arbequina isolada, o conjunto das cultivares Arbequina, Hojiblanca e Picual e o conjunto composto por Arbequina e Hojiblanca. Do universo da amostra explorada em regadio, o compasso 7mx4,8m, representa 62,7% da área.

7. Técnicas culturais praticadas

7.1. A poda

Para a prática de Produção Integrada é aconselhável efectuar poda, em olivais em plena produção, no inverno e em intervalos nunca superiores a 3 anos, (DGADR, 2010). Esta prática tem como objectivo manter uma relação equilibrada folhas/madeira; permitir arejamento e luminosidade adequada da copa da árvore, prevenindo a formação de fungos. Devem-se eliminar: os ramos ladrões, ramos secos, ramos debilitados e mal inseridos, de forma a garantir o vigor e sanidade das árvores, (DGADR, 2010).

Neste modo de produção aconselha-se igualmente a trituração da lenha da poda, nas entrelinhas do olival (fig.23 a,b,c) para aumentar o teor em matéria orgânica do solo dos olivais. Esta opção apenas não deve ser seguida caso, a lenha apresente problemas fitossanitários que conduzam a melhorar as condições de desenvolvimento de alguma praga.



Fig.23: a)Poda manual, b)Lenha da poda na entrelinha do olival, c)Destroçamento da lenha de poda na entrelinha do olival

No ano em análise apenas 24, das 70 explorações da amostra, realizaram poda, correspondendo a uma área podada efectiva de 1477,4 ha. O período em que a poda foi efectuada, decorreu entre 1 de Janeiro e 27 de Abril de 2011. Destas 24, apenas 13 realizaram destroçamento da lenha de poda na entrelinha do olival.

7.2. Conservação do solo

Dentro das principais funções do solo, relativamente a qualquer cultura e em particular ao olival, destacam-se:

Reserva de água e nutrientes. Sendo a água o factor que mais influencia a produção da oliveira, um melhor aproveitamento dos recursos hídricos permite assegurar uma correcta nutrição, suportar melhor as condições climáticas adversas e até ter uma maior resistência ao ataque de pragas e doenças.

Local de suporte e desenvolvimento das raízes. Por esta razão é conveniente eliminar todos os elementos que possam impedir o seu desenvolvimento como por exemplo pedras de maiores dimensões e camadas impermeáveis. Solos com má drenagem podem criar deficientes condições ao desenvolvimento das plantas e mesmo intensificar ataques de agentes patogénicos.

Local onde se produzem a maior parte dos processos de absorção e degradação dos produtos fitossanitários. Esta acção decorre, maioritariamente associada a substâncias do complexo argilo-húmico e à actividade microbiana. Por isso é essencial a presença de matéria orgânica e de microorganismos no solo, que contribuem para a redução de problemas de poluição das águas pelos produtos fitossanitários, (Tombesi *et al*, 2007);

Suporte fundamental do agro-sistema. É por isso importante ficar atento à intensificação desta cultura. Destaca-se perdas de diversidade e desequilíbrios podem promover ataques de pragas ou aumentar a intensidade dos efeitos da ocorrência de doenças, (Tombesi *et al*, 2007).

A erosão depende da taxa de infiltração da água e da existência de escoamento superficial, que é responsável pela erosão.

Uma taxa de infiltração reduzida em caso de precipitação muito intensa vai dar origem a um aumento da velocidade da água e consequente aumento da erosão – “*Não é a água a verdadeira responsável pela erosão, mas a velocidade a que ela circula*”, (Tombesi *et al*, 2007).

Pode-se então conjecturar que todos os factores capazes de melhorar a infiltração e reduzir a velocidade de escoamento da água, vão contribuir para a redução da taxa de erosão do solo. Sucintamente, alguns desses factores são:

- **Textura**, quanto maior for a proporção de areia, mais rápida é a infiltração;
- **Densidade aparente**, quanto menor for, maior é a porosidade é importante e maior é a taxa de infiltração;
- **Matéria orgânica**, favorece a formação de agregados tornando-o menos sensível ao impacto da chuva e à formação de uma crosta impermeável de superfície;
- **Humidade do solo**, limita a capacidade de infiltração relativamente a um solo seco;
- **Presença de calo de lavoura**, aumenta velocidade de escoamento;
- **Declive e comprimento**, quanto maior o declive e maior o comprimento ao longo do qual a água circula à superfície do solo, maior é a velocidade de escoamento, (Tombesi *et al*, 2007);
- **Coberto do solo**, evita o impacto das gotículas da chuva e do vento e consequente desagregação das partículas, para além que a presença de vegetação aumenta a rugosidade do solo, permitindo aumentar a retenção de água;

Diferenças entre a entre linha do olival e a linha debaixo da copa:

As características do sob coberto do olival, na linha ou na entrelinha, são distintas relativamente ao seu comportamento face à erosão do solo.

Na linha, mais concretamente debaixo da copa da oliveira, as gotas de água são maiores pois derivam do gotejamento proveniente do escoamento das folhas e dos ramos. Apesar da maior dimensão a energia com que embatem no solo é mais reduzida pois a altura de queda é menor. Devido à acumulação de restos vegetais provenientes da árvore (fig.24) e à presença do sistema radicular, esse efeito erosivo é atenuado, (Tombesi *et al*, 2007). Estas áreas apresentam taxas de infiltração e teores de matéria orgânica mais elevadas que no resto da superfície do olival.



Fig.24: Acumulação de restos vegetais na linha de um olival de Serpa em produção integrada

Este tipo de cobertura do solo com restos de folhas e lenha de poda triturada, é igualmente interessante para o controlo de infestantes na linha pois forma uma camada física que dificulta o seu desenvolvimento. Em Produção Integrada, o controlo de infestantes na linha é permitido quer pela utilização de herbicidas homologados, quer de meios mecânicos, sendo desaconselhada a mobilização do solo.

Relativamente à entrelinha, estando mais exposta à chuva e ao escorrimento, pois não existem obstáculos, é a zona do olival que apresenta taxas de erosão mais elevadas. A conservação do solo, neste local, pode ser garantida pelo enrelvamento, recorrendo a um coberto herbáceo, espontâneo ou semeado, à base de leguminosas secas ou gramíneas. Esta prática, além de prevenir a erosão do solo, melhora a sua estrutura e promove um aumento do teor de matéria orgânica, a redução de utilização de herbicidas e mobilizações do solo, facilita a transitabilidade das máquinas agrícolas (INE, 2011) e permite diminuir as perdas de água por evaporação. Para além disso pode ser um habitat de alguns auxiliares.

Esta prática agrícola é obrigatória no Modo de Produção Integrada, sendo no entanto aconselhado que em olivais de sequeiro se proceda à remoção do coberto vegetal da entrelinha, no fim do inverno, através de meios mecânicos, herbicidas (doses e produtos homologados para esta cultura) ou pastoreio (DGADR, 2010), para evitar o risco de que a pouca humidade existente no solo seja consumida por transpiração, reduzindo a produção do olival, (Tombesi *et al*, 2007).



Fig.25: Coberto vegetal da entrelinha de um olival de Serpa em produção integrada

Nos olivais em estudo e durante o período em análise, foi observado coberto vegetal em todas as entrelinhas (fig.25), à excepção de três olivais de maior dimensão, em que na maioria da superfície das entrelinhas próximas das “cabeceiras” do olival e em zonas com cotas mais baixas e de pior drenagem, foram efectuados trabalhos de uniformização da superfície do solo, após as operações de colheita da azeitona para eliminar as marcas dos rodados de tractores e de máquinas de colheita.

Comparando as explorações identificadas com outras do universo da amostra, percebeu-se que estas três tinham utilizado, máquinas de maior dimensão e mais pesadas (Colossus) nas operações de colheita, o que pode ter sido um factor determinante para a pouca eficácia do coberto vegetal relativamente à sua transitabilidade.

7.3.Regia

A oliveira é uma espécie resistente à secura, pois dispõe de vários mecanismos que lhe permitem enfrentar situações de stress hídrico, nomeadamente:

- estender as raízes a uma distância 2 a 3 vezes superior à projecção da copa;
- enrola as folhas coriáceas evitando perdas de água;
- aumentando a pressão osmótica, aproveita alguma humidade ainda existente no solo;
- parte da água dos frutos passa para as folhas enrugando a azeitona, (Brito *et al*, 2006).

O desencadear destes mecanismos de defesa, pressupõe um avultado consumo energético da parte da planta, que se pode reflectir numa queda da produção e desenvolvimento vegetativo, (Tombesi *et al*, 2007).

A falta de água influencia a oliveira de várias formas, consoante a fase do ciclo vegetativo em que se encontra. No quadro que se segue, apresentam-se a influência do défice hídrico nos processos de crescimento e produção de azeitona, nesta cultura:

Quadro 8: Influência do défice hídrico nos processos de crescimento e produção de azeitona,

| Processo | Época | Efeito do défice Hídrico |
|-----------------------------------|-------------------|---|
| Crescimento vegetativo | Todo o ano | Redução do crescimento e do número de flores do ano seguinte |
| Desenvolvimento dos gomos florais | Fevereiro a Abril | Redução do número de flores |
| Floração | Maio | Redução da fecundação |
| Formação do fruto | Maio a Junho | Aumenta a alternância |
| Crescimento inicial do fruto | Junho a Julho | Diminui o tamanho do fruto (menor número de células por fruto) |
| Crescimento posterior do fruto | Agosto à colheita | Diminui o tamanho do fruto (menor tamanho das células do fruto) |
| Acumulação de azeite | Julho a Novembro | Diminui o conteúdo de azeite por fruto |

Adaptado de: Barranco *et al*, 2008

A água é por isso um instrumento primordial para a olivicultura moderna;

- permite otimizar a capacidade fotossintética da cultura, contrariando a tendência para o fecho dos estomas em condições de stress hídrico;
- aumenta a produção tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, mesmo em oliveiras velhas que sempre foram conduzidas em regime de sequeiro;
- ajuda a regularizar as produções, contribuindo para a diminuição do efeito de safra e contra-safra;
- permite antecipar a entrada em produção de olivais novos, (Brito *et al*, 2006),

Na área geográfica em estudo a oliveira é tradicionalmente conduzida em sequeiro. Foram essencialmente os olivais instalados recentemente e com uma dimensão média superior a 20 hectares, que realizaram investimentos na área do regadio, com recurso a barragens privadas. O único sistema de rega identificado nestas explorações, é o sistema de rega gota-a-gota e fertirrega.

O outro cenário identificado, na amostra em análise, foi o de instalação do sistema de rega gota-a-gota, em adensamentos efectuados em olivais tradicionais. Nestes casos, apenas as árvores novas usufruem do regadio, continuando as árvores com mais de 100 anos em regime de sequeiro.

Nas figuras 26 e 27, ambas captadas em olivais desta área, apresenta-se o sistema de rega referido. Na figura 26, com um tubo de rega e na figura 27 com dois:



Fig.26: Sistema de rega gota-a-gota – um tubo de rega



Fig.27: Sistema de rega gota-a-gota – dois tubos de rega

No gráfico que se segue, apresenta-se o número de explorações em regadio e em sequeiro em função do escalão da dimensão da exploração.

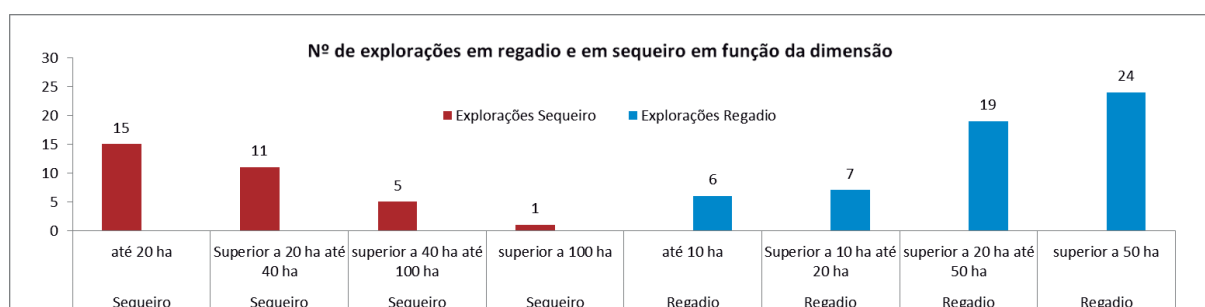


Fig.28: Nº de explorações em regadio e em sequeiro em função da dimensão

Segundo o mesmo, os escalões mais representativos da dimensão das explorações em regime de regadio, são os superiores a 20 hectares. Apresentando um incremento do número de explorações de regadio, à medida que a área aumenta; contrariamente ao sequeiro, o que pode reflectir o aumento da sustentabilidade do ponto de vista económico do olival em regime de regadio, à medida que a área aumenta.

No gráfico seguinte, apresenta-se a dimensão média das explorações. As explorações exclusivamente de regadio, apresentam uma superfície média de 73,58ha e as de regadio, inseridas em explorações de regime misto (regadio e sequeiro), de dimensões médias de aproximadamente de 18 hectares.

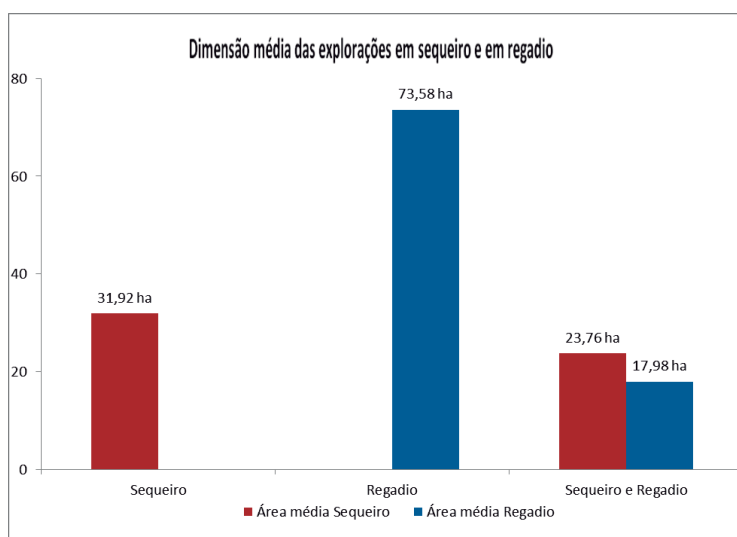


Fig.29: Dimensão média das explorações em sequeiro e em regadio

Na amostra em estudo, identificam-se (fig.30 e quadro 9) um total de 3120 hectares de área de regadio dos quais 2796 são de explorações exclusivamente de regadio e 324 hectares estão inseridos em explorações mistas (sequeiro e regadio):

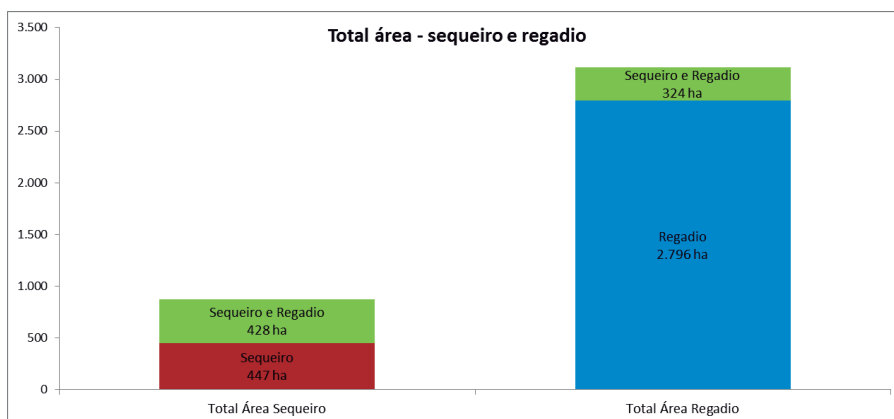


Fig.30: Total de área em regadio e em sequeiro

Quadro 9: Total de área em regadio e em sequeiro

| Tipo de exploração | Total Área Sequeiro (ha) | Total Área Regadio (ha) |
|--------------------|--------------------------|-------------------------|
| Sequeiro | 446,86 | 0 |
| Regadio | 0 | 2795,86 |
| Sequeiro e Regadio | 427,7 | 323,62 |
| Total | 874,56 | 3119,48 |

Segundo as indicações da Direcção Geral Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), a época mais adequada para regar o olival, e caso não existam limitações de água, deve decorrer entre o início da Primavera e o início do Outono. No caso de se verificarem limitações na disponibilidade de água, deve-se então privilegiar os períodos críticos desta cultura, (DGADR, 2010). Estes períodos são:

- durante a formação dos órgãos florais, Março a Abril, sobretudo no estado fenológico C (aparecimento dos botões florais diferenciados) e E (corolas completamente visíveis e separação do cálice da corola);
- durante o vingamento e o crescimento inicial do fruto, Maio a Junho, estado fenológico H (frutos visíveis) e I (frutos de 8 a 10 mm de comprimento e o endocarpo apresentando resistência ao corte transversal);
- durante a acumulação de gordura, Setembro a Outubro, sobretudo no período de maturação da azeitona, (DGADR, 2010).

De seguida apresenta-se um quadro do período médio de ocorrência dos estados fenológicos, observados nos olivais da região:

Quadro 10: Estados fenológicos concelho de Serpa 2010

| Estados Fenologicos | | 2010 | | | | | | | | | | | |
|---------------------|--|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| A | Estado invernal | x | x | | | | | | | | | | x |
| B | Início vegetativo | | x | x | | | | | | | | | |
| C | Aparecimento dos botões florais | | | x | x | | | | | | | | |
| DI | Formação da corola, inchamento dos botões florais. | | | | x | | | | | | | | |
| DII | O botão floral continua a aumentar de volume | | | | x | | | | | | | | |
| E | Corolas completamente visíveis, e começam a abrir | | | | | x | | | | | | | |
| FI | Desabrochamento - Início da floração, | | | | | x | | | | | | | |
| FII | Plena floração: a maioria das flores, estão abertas e dá-se a polinização. | | | | | x | | | | | | | |
| G | Queda das pétalas, o ovário fecundado aumenta de volume, início do vingamento. | | | | | x | x | x | | | | | |
| H | Vingamento até 50% do calibre normal dos frutos. | | | | | | x | x | x | x | | | |
| I | o fruto alcança o seu tamanho normal, 50% superfície coloreada | | | | | | | | | x | x | x | |
| J | maturação do fruto, coloração completa | | | | | | | | | | x | x | x |

Segundo o levantamento de dados efectuado na amostra em estudo, apurou-se que todas as explorações realizaram rega no período de Maio a Setembro, com um incremento de aproximadamente de 17% nos meses de Julho e Agosto. Verificou-se que de um modo geral as explorações iniciaram a rega em meados da Primavera, entre o início e a plena floração e terminaram em meados do Outono, durante o período de maturação do fruto.

Os valores relativos ao consumo de água por hectare, obtidos a partir dos Cadernos de Campo relativos ao Modo de Produção Integrada, destes olivais são inconclusivos. Os valores apurados apresentam consumos de água de rega inferiores a 1000 m³ por hectare/ano. Este valor afigura-se muito aquém das necessidades da cultura do olival, tendo sobretudo em conta a região em que os olivais da amostra estão inseridos.

Aparentemente, e visto a uniformidade dos valores registados, deve-se à forma da colheita de informação, por parte dos técnicos, relativamente a este item.

7.4.Fertilização

Um estudo efectuado pelo Concelho Olivícola Internacional, em 2001, às zonas olivícolas dos países da bacia mediterrânica, revelou que a prática de fertilização mais usual é o fornecimento de diferentes elementos minerais, estando sempre presente o azoto, mesmo que esse abastecimento não corresponda às carências nutritivas do olival. Carências estas que em mais de 50% dos casos nem são identificadas, (Tombesi *et al*, 2007).

Estas práticas levam a fornecer mais elementos do que aqueles que são efectivamente necessários, e a provocar carências por não fornecer os que a árvore necessita, revelando uma má gestão da exploração, pois aumenta os custos da cultura, contribui para a contaminação do solo e pode ter consequências negativas para a árvore e para a qualidade da produção, (Tombesi *et al*, 2007).

Uma fertilização racional deve:

- satisfazer as necessidades nutritivas da oliveira;
- minimizar o impacto ambiental, especialmente a contaminação do solo, água e ar;
- permitir obter uma produção de qualidade;
- evitar fertilizações sistemáticas e excessivas, (Tombesi *et al*, 2007).

Em Produção Integrada, a fertilização dos olivais é baseada nos princípios da fertilização coerente. O tipo e quantidade de fertilizantes a aplicar devem ter em conta as necessidades da cultura, estado de fertilidade do solo e qualidade de água de rega. Para tal é necessário avaliar periodicamente os seguintes parâmetros (quadro 11) destes elementos, (DGADR, 2010):

Quadro 11: Parâmetros e periodicidade das análises a realizar no olival em produção integrada

| Análises | Periodicidade | Parâmetros |
|---------------|----------------------------|---|
| Terra | 4 em 4 anos ^(*) | pH (H ₂ O), matéria orgânica; boro, fósforo, potássio e magnésio extraíveis, necessidade em cal |
| Água | 4 em 4 anos | bicarbonatos, boro, cálcio, cloretos, magnésio, nitratos, pH, sódio, condutividade eléctrica, razão de adsorção de sódio ajustada |
| Folhas | anualmente ^(*) | azoto, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, enxofre, ferro, manganês, zinco, cobre, boro |

^(*) a partir do 4º ano de idade do olival

^(*) a partir do 5º ano de idade do olival

Adaptado de: DGADR, 2010

Dentro dos vários métodos de diagnóstico do estado nutritivo do olival, o que é mais consistente é a análise foliar, utilizada para avaliar os desequilíbrios nutritivos antes do aparecimento das carências, medir a reposta às fertilizações e detectar toxicidades provocadas por elementos como o cloro, boro ou sódio. Complementada pela análise de terras, que vai estimar a quantidade de nutrientes presentes no solo e a sua disponibilidade. É preciso no entanto ter em conta que se o teor de nutrientes no solo for normal, não significa que está disponível para a árvore, podendo, por exemplo, a presença de calcário no solo bloquear a disponibilidade de vários elementos minerais.

Outro parâmetro que limita esta cultura é a salinidade, pois dificulta a absorção de água e pode provocar toxicidade, (Tombesi *et al*, 2007). Pode ser detectada medindo a condutividade eléctrica e que pode ser monitorizado nas análises de água.

Das carências nutricionais mais frequentes no olival, podem-se referir a de potássio (K) nos olivais de sequeiro, que aumenta nos anos de colheita elevada, regularmente também se observam carências de ferro (Fe) e de (B), em solos ácidos podem-se verificar necessidades em cálcio (Ca) e claro o azoto (N) que é o elemento nutritivo de que as plantas e nomeadamente a oliveira necessitam mais. No entanto é raro que estes desequilíbrios apareçam ao mesmo tempo numa cultura, (Tombesi *et al*, 2007).

O azoto dinâmico que se perde facilmente por lixiviação, volatilização ou desnitrificação, prejudica a sua absorção pela raiz das árvores e promove a contaminação azotada de águas subterrâneas por lixiviação.

Para minimizar os estragos provocados por esta incorrecta gestão da aplicação de adubos azotados, uma das normas da Produção Integrada, é a limitação da fertilização azotada. A partir do quinto ano de idade, a quantidade máxima permitida a aplicar no olival é de 60 kg por hectare, no entanto este valor pode variar em função da produção esperada e do respectivo teor foliar da oliveira, não podendo ultrapassar anualmente, as 130 unidades no caso de apresentar teores foliares insuficientes, (DGADR, 2010).

Em solos relativamente férteis, as necessidades de azoto do olival são pouco significativas. Na maior parte dos casos considera-se que não é necessário fornecer azoto anualmente para manter os níveis adequados nas folhas e um bom nível de produção. Por outro lado o azoto é também fornecido à árvore pela mineralização da matéria orgânica do solo, água da chuva, água de rega, (Tombesi *et al*, 2007).

A eficiência de utilização do azoto é definida como a quantidade de azoto assimilado pela planta dividido pela quantidade total de azoto fornecido, sendo estimado que este valor de

eficiência oscila entre os 25 e 50%, o que significa que a maior parte do azoto fornecido não é assimilado. Existem vários factores que diminuem esta percentagem:

- a presença de azoto assimilável no solo;
- fornecimento de azoto durante o repouso vegetativo invernal, quando a árvore é incapaz do assimilar;
- num ano mais produtivo, contrariamente ao de contra-safra em que a árvore assimila o azoto mais facilmente, (Tombesi *et al*, 2007).

O fraccionamento da aplicação de azoto, sobretudo em olivais de sequeiro facilita a sua assimilação, sendo aconselhado que seja aplicado ao solo antes da chuvas efectuando as outras aplicações por via foliar. Apesar de ser reconhecido tecnicamente o papel das aplicações por via foliar de azoto o número de aplicações e as condições em que são permitidas, ao abrigo das normas que regem a Produção Integrada, são restritivas a esta prática.

Em olivais de regadio é preferível aplicá-lo frequentemente por fertirrega, o que permite fraccionar ainda mais as aplicações e consequentemente diminuir ainda mais as perdas por lixiviação, (Tombesi *et al*, 2007).

No âmbito da Directiva 91/676/CEE relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola, foram identificadas Zonas Vulneráveis. Estas áreas concentram-se em zonas de actividade agrícola intensiva e a sua identificação foi realizada com o objectivo de averiguar o impacto desta actividade nos lençóis freáticos. O critério de identificação foi a presença de águas subterrâneas que contenham ou possam vir a conter mais do que 50 mg/L de nitratos.

Uma parte do distrito de Beja foi identificado, em 2007, como sendo uma zona vulnerável, onde estão incluídas a freguesias de Brinches, Santa Maria e Salvador, do concelho de Serpa.

Segundo os dados do Eurostat, o consumo de azoto comercial em Portugal tem vindo a diminuir nos últimos anos, com especial incidência durante os últimos dez anos, como se apresenta no quadro que se segue, que comprova que se verificou um decréscimo de consumo de aproximadamente 56%:

Quadro 12: Evolução do consumo de azoto em Portugal entre 1999 e 2009

| Período | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Consumo de Azoto (ton) | 121000 | 113000 | 103000 | 101000 | 95000 | 87805 | 84325 | 77775 | 75770 | 72005 | 67475 |

Adaptado de: Eurostat, 2011

Esta situação é também derivada da redução da actividade agrícola globalmente verificada no nosso País, comprovada pela redução das áreas cultivadas e pelo abandono desta actividade que provoca a necessidade de cada vez mais se importarem produtos alimentares com graves consequências na Balança de Pagamentos.

Na figura e quadro que se segue apresentam-se as épocas em que se realizaram operações de fertilização, nas explorações em questão, tendo-se observado uma maior incidência nos meses de Abril a Maio, correspondendo ao início da floração.

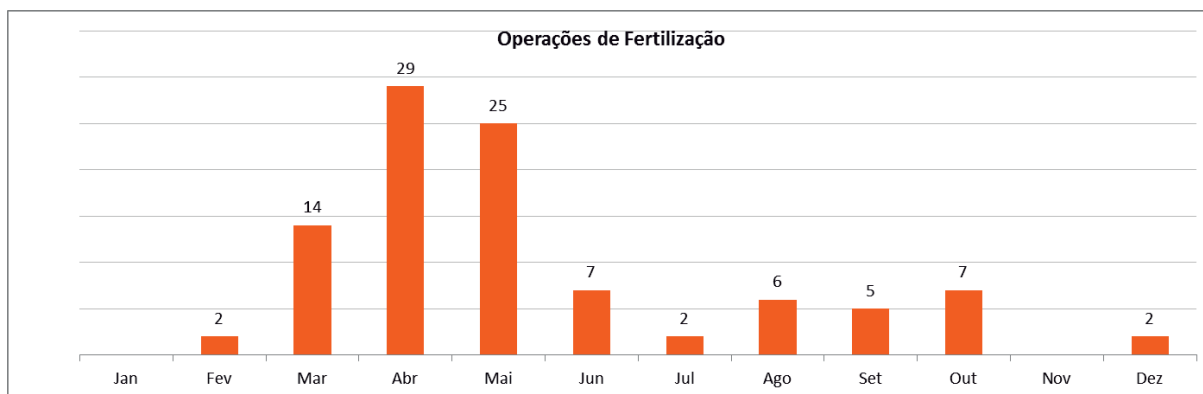


Fig.31: Número de operações de fertilização efectuadas

Quadro 13: Número de operações de fertilização efectuadas

| Tipo | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Total |
|--------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Sequeiro | | 2 | 7 | 1 | | | | | | 3 | | 1 | 14 |
| Regadio | | | 3 | 28 | 15 | 7 | 2 | 4 | 5 | 1 | | | 65 |
| Sequeiro e Regadio | | | 4 | | 10 | | | 2 | | 3 | | 1 | 20 |
| Fertilização | | 2 | 14 | 29 | 25 | 7 | 2 | 6 | 5 | 7 | | 2 | 99 |

Destacam-se as operações de fertilização realizadas no mês de Fevereiro de 2010 e no mês de Dezembro do mesmo ano. Ambas as épocas são inadequadas para este tipo de operação tendo

em conta que foram efectuadas com adubos azotados; aplicados segundo o Instituto de Meteorologia, nos meses, mais chuvosos do ano de 2010, provocando facilmente a sua lixiviação e consequente contaminação de lençóis freáticos.

A figura que se segue, representa a quantidade de azoto aplicada por hectare nos olivais explorados em sequeiro, nos olivais explorados em regadio e nos explorados em regadio e sequeiro.

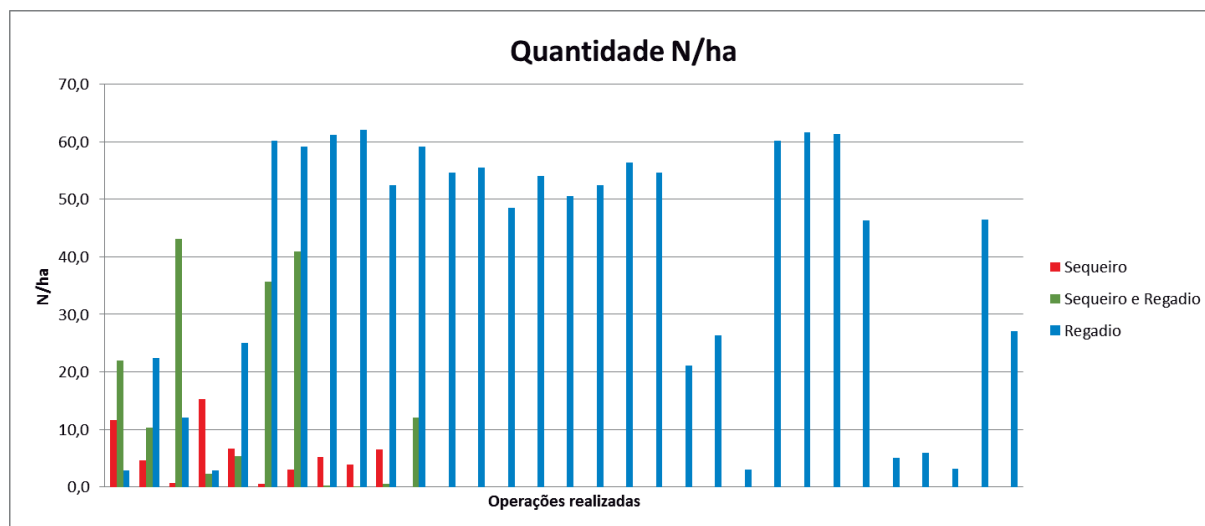


Fig.32: Quantidade de azoto aplicado por hectare

Os olivais em sequeiro apresentam uma média de azoto aplicado por hectare, relativamente à campanha analisada, de 5.8 unidades; os olivais explorados em sequeiro e regadio apresentam uma média de 15,7 N/ha e os olivais em regadio, 39.2 N/ha.

Embora a quantidade aplicada em olivais explorados em regadio, seja em média superior aos dois outros sistemas, não se pode concluir que exista um maior risco relativamente às perdas por lixiviação do azoto aplicado. Como já foi referido anteriormente, estes olivais realizam as aplicações de nutrientes por fertirrega, o que permite fraccionar as aplicações e diminuir as perdas por lixiviação.

Observando o gráfico, relativo à quantidade de azoto aplicado por hectare, e tendo em conta os valores individuais por olival, detectam-se quatro explorações cuja aplicação de azoto ultrapassa as 60 unidades de azoto por hectare, permitidas no Modo de Produção Integrada. Embora sendo valores próximos do limite e as normas deste modo de produção permitam ultrapassar até ao limite anual das 130 unidades de azoto, é necessário ter em conta as necessidades efectivas da planta. Uma forma de detectar as necessidades da oliveira em azoto é efectuando análises foliares. Por isso as normas que regem a Produção Integrada, obrigam a

sua realização anualmente, permitindo uma monitorização mais fidedigna das necessidades efectivas da planta. Com esta informação, pode-se realizar uma fertilização mais racional, podendo diminuir significativamente os riscos de contaminação por lixiviação.

7.5. Pragas, Doenças e Protecção Fitossanitária

Em Modo de Produção Integrada, a Protecção Integrada é a orientação que se deve adoptar obrigatoriamente no âmbito da protecção das plantas. Os vários meios de lutas disponíveis neste modo de produção, devem ser equacionados para que a luta química seja somente utilizada como última recurso, (DGADR, 2010).



Dos inimigos do olival, os considerados de maior importância económica, podendo por vezes causar prejuízos importantes, destacam-se, a mosca da azeitona e a traça da oliveira. Os estragos causados por estes inimigos podem ser directos, afectando a quantidade de produção, ou indirectos com efeitos na qualidade da produção, nomeadamente na qualidade do azeite, (DGADR, 2010).

Outras pragas, nomeadamente a cochonilha negra e o algodão da oliveira, podem pontualmente atingir níveis populacionais preocupantes mas, tanto os seus antagonistas como a realização de práticas culturais correctas como a poda e fertilização, podem limitar o seu desenvolvimento, (DGADR, 2010).

Relativamente às doenças, considera-se olho de pavão e a gafa poderão provocar estragos e reduzir a produção; esta última pode nomeadamente reduzir a qualidade do azeite aumentando a sua acidez, (DGADR, 2010).

O acompanhamento da evolução dos estados fenológicos da oliveira, ou de qualquer outra espécie, permitem uma programação atempada das práticas culturais e tratamentos fitossanitários mais adequados, relativamente ao estado do ciclo vegetativo em que esta se encontra.

No quadro que se segue (fig.33), relacionam-se as diferentes pragas e doenças ao estado fenológico em que são mais prováveis de surgir.

| Estado Fenológico | Pragas e Doenças |
|--|---|
| A - Estado invernal  | Tuberculose Caruncho |
| B-C - Do início vegetativo ao aparecimento dos botões florais  | Olho Pavão Algodão |
| D-E - Do inchamento dos botões florais ao estado de corolas completamente visíveis  | Traça Tripes, Gorgulho Algodão |
| I - Frutos em crescimento 1º estado  | Traça Tripes, Gorgulho |
| I1 - Frutos em crescimento 2º estado | Mosca da azeitona Cochonilha negra |
| Antes da maturação  | Gafa, Olho Pavão Fumagina Mosca da azeitona |

Adaptado de: DRABL, 2009

Fig.33: Relação entre os estados fenológicos da oliveira e a ocorrência de pragas e doenças

Com o intuito de facilitar a consulta, apresenta-se novamente, o quadro do período médio de ocorrência dos estados fenológicos, observados nos olivais da região:

Quadro 14: Estados fenológicos concelho de Serpa –2010

| Estados Fenológicos | | 2010 | | | | | | | | | | | |
|---------------------|--|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| A | Estado invernal | x | x | | | | | | | | | | x |
| B | Início vegetativo | | x | x | | | | | | | | | |
| C | Aparecimento dos botões florais | | | x | x | | | | | | | | |
| DI | Formação da corola, inchamento dos botões florais. | | | | x | | | | | | | | |
| DII | O botão floral continua a aumentar de volume | | | | x | | | | | | | | |
| E | Corolas completamente visíveis, e começam a abrir | | | | | x | | | | | | | |
| FI | Desabrochamento - Início da floração, | | | | | x | | | | | | | |
| FII | Plena floração: a maioria das flores, estão abertas e dá-se a polinização. | | | | | x | | | | | | | |
| G | Queda das pétalas, o ovário fecundado aumenta de volume, início do vingamento. | | | | | x | x | x | | | | | |
| H | Vingamento até 50% do calibre normal dos frutos. | | | | | | x | x | x | x | | | |
| I | o fruto alcança o seu tamanho normal, 50% superfície coloreada | | | | | | | | | x | x | x | |
| J | maturação do fruto, coloração completa | | | | | | | | | | x | x | x |

De seguida realiza-se uma descrição sucinta de algumas pragas e doenças que foram identificadas nos olivais em estudo.

7.5.1. Olho-de-pavão – *Spilocaea oleagina*

Este fungo ataca, principalmente no Outono e Primavera, em presença de humidade relativa elevada (98 a 100%), temperatura entre os 15 e 20°C e as folhas molhadas durante um tempo considerável; são factores que favorecem o desenvolvimento destes fungos. Este, sobrevive tanto nas folhas infectadas que permaneceram na árvore como nas que caíram, sendo o vento e a chuva, os factores principais pela disseminação da doença.

Os sintomas são o aparecimento de manchas castanhas e verdes, com tom amarelado na periferia, concêntricas de tamanho variável, (fig.34).

Provoca o enfraquecimento da árvore com queda de folhas e impedindo a diferenciação floral, (Syngenta, 2007).



Adaptado de Barranco *et al*, 2008

Fig.34.: Sintomas de olho-de-pavão nos frutos e nas folhas da oliveira

7.5.2. Gafa da Oliveira - *Gloeosporium olivarium*

A Gafa da oliveira é considerada a doença mais importante dos olivais, com maior incidência na faixa litoral Oeste e em alguns concelhos do Alentejo.

O fungo sobrevive desde o Inverno até ao Outono seguinte nos frutos mumificados e assim como na maior parte das doenças provocadas por fungos, é condição essencial para o seu desenvolvimento, a presença de humidade. A esporulação requer uma humidade relativa elevada (> 90%) e as gotas de chuva são bastante importantes para a dispersão dos esporos, (Syngenta, 2007).

A penetração nos frutos é efectuada através de feridas no fruto ou simplesmente através da epiderme intacta. Esta ocorre com um óptimo temperaturas de 20 a 26°C.

Esta doença ataca essencialmente os frutos, estes apresentam uma ligeira depressão acastanhada na polpa, (fig.35) de aspecto oleoso e que se vai alastrando, provocando a destruição parcial ou total da polpa, seguida da queda prematura dos frutos atacados, (Syngenta, 2007).



Fonte: Syngenta, 2007

Fig.35: Efeitos da Gafa da oliveira

7.5.3. Algodão da Oliveira – *Euphyllura olivina*

Passa o Inverno sob a forma adulta (fig.36a) e refugiam-se nos ramos, folhas e gemas auxiliares. No início da Primavera fazem posturas agrupadas nas folhas jovens, gomos apicais e auxiliares (fig.36b). Após a eclosão das larvas, formam colónias perto das posturas, alimentando-se da seiva da oliveira e desenvolvendo massas semelhantes a algodão (fig.36c), normalmente nos botões florais.

No estado de ninfa e adulto sugam a seiva elaborada podendo comprometer o desenvolvimento da árvore, principalmente em olivais jovens. O ataque dos botões florais pode provocar infertilidade e quebra de produção, (Syngenta, 2007).



Adaptado de: Barranco *et al*, 2008

Fig.36: a) Forma adulta, b) posturas, c) colónia de algodão

7.5.4. Mosca da azeitona - *Bractocera oleae*

A maior parte da população da *Bractocera oleae* passa o Inverno no estado de pupa no solo, emergindo no final da estação. Os adultos provenientes das pupas invernantes aparecem no princípio da Primavera (Março-Abril) alimentando-se de substâncias açucaradas e azotadas da oliveira.

A postura dos adultos da mosca da azeitona, tem início quando os frutos apresentarem as características adequadas, como: dimensão do fruto, consistência da epiderme e da polpa, lenhificação do caroço, riqueza em gorduras e variedade de azeitona. Cada fêmea põe em média 3 ovos por hora num total de 10 a 12 ovos por dia, debaixo da epiderme do fruto. Depois de um período de incubação variável, segundo as condições climáticas, nasce a larva que se desenvolve no interior duma galeria feita na polpa da azeitona, (AJAP, 2009).

Nesta galeria a larva passa pelos seus diferentes estados larvares até atingir o final do seu desenvolvimento, acabando por pupar numa câmara no interior do fruto.

Depois de pupar, emerge o adulto voltando a repetir-se o ciclo anteriormente descrito. A duração média do ciclo biológico, depende em grande parte das condições climáticas, varia entre 30-80 dias no Verão a 130-160 dias no Inverno, (AJAP, 2009).

As condições climáticas influenciam a evolução da praga, sendo as temperaturas ótimas de desenvolvimento entre 20 e 25°C.

Os estragos causados pela mosca da azeitona podem ser directos, no caso das azeitonas de mesa, ocorrendo uma depreciação dos frutos, mediante a destruição parcial da polpa e queda dos mesmos. Ou indirectos, no caso de azeitonas para azeite, verificando-se a acidificação do azeite, provocada pela entrada de ar nas galerias feitas pelas larvas, que origina a hidrólise e oxidação dos óleos, (AJAP, 2009).

Na sequência de imagens que se apresenta na figura 37, pode-se observar da esquerda para a direita: adultos capturados numa armadilha cromotrópica, seguida da fotografia de uma azeitona com a picada característica, em forma triangular, da mosca da azeitona. Após colheita de uma amostra de frutos realiza-se a observação à lupa e na última fotografia da série, observa-se uma larva no interior da polpa de uma azeitona.



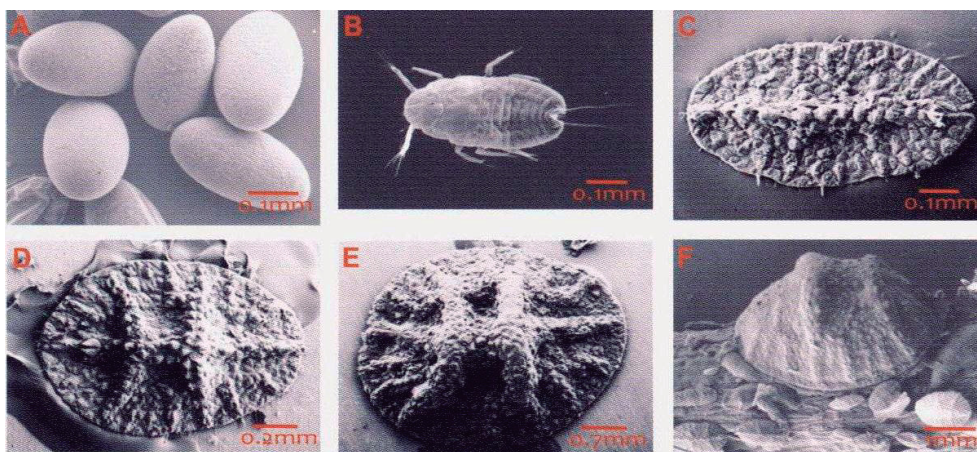
Fig.37: a)Adulto capturado, b) orifício de postura, c) observação da azeitona à lupa, d) larva na polpa da azeitona

7.5.5.Cochonilha-negra – *Saissetia oleae*

A cochonilha-negra é um insecto picador-sugador, que se alimenta de várias plantas cultivadas e espontâneas, das quais destaca-se a oliveira.

Esta espécie, desenvolve geralmente uma geração anual (fig.38). A hibernação, dá-se predominantemente nos estados de ninfa dos 2º e 3º instar. As ninfas hibernantes completam

o desenvolvimento na Primavera, para dar origem às fêmeas adultas, que surgem de forma escalonada, desde início da Primavera a meados do Verão, (Santos *et al*, 2008).



Fonte: Santos *et al*, 2008

Fig.38: Diferentes fases de desenvolvimento da cochonilha-negra. A- ovos; B - ninfa do 1º instar; C -ninha do 2º instar; D - ninfa do 3º instar; E - ninfa do 4º instar; F - fêmea adulta.

Os estragos causados às plantas podem ser directos ou indirectos:

Os directos resultam da alimentação e remoção de seiva, traduzindo-se em alterações na fisiologia das plantas, que podem dar origem a um deficiente crescimento dos tecidos e ao enfraquecimento das plantas. Indirectamente e através das abundantes meladas que produz, a cochonilha-negra favorece o aparecimento de fumagina. Por sua vez, este conjunto de fungos cobre as superfícies das folhas e dos ramos pequenos (Fig.39).O principal problema associado ao revestimento das folhas pela fumagina é a redução da absorção da luz e das trocas gasosas, com implicações ao nível da fotossíntese e da respiração e consequentes alterações no metabolismo da oliveira. Como resultado podem ocorrer desfolhas mais ou menos intensas, com o definhamento dos ramos e o declínio generalizado do estado vegetativo das árvores, (Santos *et al*, 2008).



Fig.39: Folhas de oliveira revestidas por fumagina

7.5.6. Traça – *Prays oleae*

Depois da mosca da azeitona esta é a praga com maior importância económica ao nível dos estragos que provoca, (Barranco *et al*, 2008).

O adulto é uma pequena borboleta, com cerca de 15 mm, de aspecto cinzenta-prateada. A pupa, esconde-se entre as folhas, botões florais ou no solo, consoante a geração. Tem três gerações por ano:

A fitófaga, que ataca as folhas; a antófaga, que ataca a flor tecendo uma teia unindo os botões dos quais se alimenta (fig. 40 e 41) e a carpófaga, que ataca o fruto, penetrando no caroço antes de ele endurecer, alimentando-se da amêndoa acabando por provocar a queda das azeitonas, (Berger e Ventura, 2006)



Fonte: FLF,2011

Fig.40: Sintomatologia do ataque da traça da oliveira num cacho floral



Fig.41: Traças capturadas em armadilhas sexual tipo delta

7.5.7. Margarónia – *Margaronia unionalis*

Em adulto é uma mariposa que atinge os 3 cm de envergadura (fig.42), sendo facilmente reconhecível pela sua cor branca nacre, faz a postura dos ovos principalmente na página inferior das folhas. As larvas podem alcançar os 2cm e são de cor verde uniforme e translúcidas (fig43).



Fig.42: Margarónia capturada em armadilha sexual tipo delta



Fonte: Barranco *et al*, 2008

Fig.43: Larva da *Margaronia unionalis*

As várias gerações permitem a sua presença no olival todo ano, só no inverno com baixas temperaturas a evolução deste lepidóptero diminui significativamente. As larvas durante o seu desenvolvimento unem as folhas apicais e brotes com fios de seda, refugiando-se no seu interior para alimentar-se, provocando deformações e atrasos no desenvolvimento. Os estragos (fig.44) não são muito relevantes em olivais adultos, no entanto podem provocar estragos significativos em olivais jovens. Olivais de regadio, com uso exagerado de fertilização azotada aumentam a probabilidade de desenvolvimento das populações de margarónia, devido à existência de folhas mais tenras, (Barranco *et al*, 2008).



Fonte: Berger e Ventura, 2006

Fig.44: Estragos provocados pela margarónia nas folhas da oliveira

7.5.8. Protecção fitossanitária

O combate dos inimigos do olival, anteriormente referidos, segundo os princípios orientadores da Protecção Integrada, exige observações periódicas para permitir determinar a necessidade de intervenção e delinear as estratégias de luta, (DGADR, 2010).

7.5.8.1. Identificação do agente e estimativa do risco

Após a identificação do potencial inimigo da cultura, capaz de causar prejuízos, é necessário efectuar uma estimativa do risco. Esta consiste em definir a intensidade de ataque (dimensão da população), presentes em determinado momento e local e os factores de nocividade, (Pereira, 2008).

A monitorização da intensidade de ataque, têm que ser precisa e fidedigna, por isso o número de amostras tem que ser adequado; nem muito pequeno o que poria em causa a precisão do estudo, nem muito elevado pois seria moroso e caro. No caso das pragas, a avaliação da sua dimensão pode ser feita através da determinação do número de insectos adultos ou os estados de desenvolvimento; ou ainda observando os estragos provocados na planta.

A escolha das técnicas utilizadas para determinar a intensidade de ataque, depende da cultura e do inimigo, e podem ser directas ou indirectas:

As técnicas de amostragem directa, consistem na observação de um certo número de órgãos vegetais, utilizando por exemplo o método de observação visual. Este permite a determinação periódica das pragas e doenças, ou dos seus estragos ou prejuízos, assim como dos auxiliares presentes. Embora o tipo de órgãos a observar assim como a periodicidade das observações, variem em função do inimigo, época e existência de risco, (DGADR, 2010).

Por sua vez, as técnicas de amostragem indirecta, efectuem-se com o auxílio de dispositivos próprios, procedendo-se à captura de pragas e auxiliares e sua posterior identificação e quantificação, (Pereira, 2008). Como exemplos destas técnicas podemos referir as mais utilizadas no olival:

Garrafa mosqueira ou McPhail

Tipo de armadilha bastante utilizado para capturar a mosca-da-azeitona, utilizando como atractivo alimentar sulfato de amónio ou fosfato de amónio.

Colocada (fig.45) a partir da formação do fruto, funciona como armadilha alimentar, sexual e cromotrópica. A contagem do número de indivíduos capturados e substituição do líquido é efectuada semanalmente, (DGADR, 2010).



Fonte: DGADR, 2010

Fig.45: Garrafa mosqueira

Armadilha sexual tipo Delta

Com base de cola e um difusor de feromona específico para a espécie que se pretende monitorizar (fig.46). Colocada à razão de uma armadilha por cada 3 a 4 ha, na zona média da copa da árvore. As observações incidem na contagem do número de indivíduos capturados, em cada armadilha. A periodicidade de registos das capturas pode ser semanal ou inferior, nos períodos de risco, (DGADR, 2010).



Fig.46: Armadilha tipo delta com difusor de feromona

Armadilhas cromotrópicas amarelas

Esta armadilha, utilizando o atractivo visual e de superfície adesiva, permite a captura de diversos insectos nomeadamente a mosca da azeitona. Pode-se juntar uma cápsula de feromona sexual à armadilha para atrair os machos, funcionando neste caso dois tipos de tropismos – visual e sexual, (DGADR, 2010). As armadilhas cromotrópicas devem ser colocadas a partir da formação do fruto e substituídas semanalmente e se se proceder à largada de auxiliares, estas têm de ser retiradas no momento da largada, (Lopes e Simões, 2006).

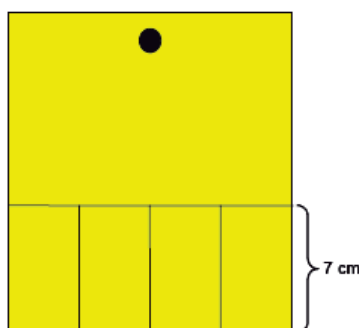
No quadro que se segue, apresenta-se o número de armadilhas cromotrópicas, a colocar por parcela em estudo:

Quadro 15: nº de armadilhas a instalar/área da parcela

| Área da parcela (ha) | nº armadilhas cromotrópicas |
|----------------------|-----------------------------|
| 0,5 | 2 |
| 1 a 5 | 10 |
| 6 a 10 | 15 |
| 11 a 20 | 20 |
| > 20 | mais de 2 por 5 ha |

Adaptado de: Lopes e Simões, 2006

Tendo em consideração, um eventual escorrimento que se verifica nas armadilhas expostas verticalmente; a observação das armadilhas deve restringir-se a uma faixa de cerca de 1/3 do comprimento total o que corresponde a uma altura de 7cm acima do bordo inferior, se considerarmos as armadilhas de 15x21 cm. Esta banda, deve então ser dividida em 3 ou 4 sectores (fig.47), assinalando por sector 0 em caso de ausência e + para presença.



Fonte: Lopes e Simões, 2006

Fig.47: Delimitação e divisão da armadilha cromotrópica, em sectores

7.5.8.2. Comparação com o nível económico de ataque - NEA

Após monitorização é necessário analisar os prejuízos e classificá-los. Em Protecção Integrada existe uma tolerância relativamente à presença de populações de pragas. Em função disso foram estabelecidos dois conceitos:

O nível económico de ataque (NEA) , que corresponde à densidade de população a partir da qual se deve intervir de forma a impedir que o aumento da população atinja o nível prejudicial de ataque (NPA). Por sua vez nível prejudicial de ataque (NPA), corresponde ao limite inferior de densidade de população que causará prejuízos à cultura e consequente redução da produção com consequências económicas, (Pereira, 2008).

Estes níveis podem ser calculados a partir de fórmulas. Para o cálculo do NPA, considerando que **C** é o custo do tratamento em euros/kg, **E** a redução de produção por unidade de praga e **K** a proporção da redução de produção causada pela praga que pode ser evitada pelo tratamento, (Pereira, 2008); temos que:

$$NPA = \frac{C}{E \times V \times K}$$

Conhecendo o nível prejudicial de ataque, podemos calcular o nível económico de ataque:

$$NEA = NPA \times C^{-x}$$

Sendo **C** o aumento de população por unidade de tempo; e C^{-x} o período de tempo expresso em semanas. , (Pereira, 2008):

Existem tabelas que resultam de estudos efectuados em função de culturas e pragas. Apresentam-se no anexo VIII as tabelas relativas às metodologias de estimativa de risco e níveis económicos de ataque no olival, segundo o manual de produção integrada do olival de 2010 editado pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

7.5.8.3. Seleção dos meios de luta

Após a identificação do NEA é necessário intervir. Para obter um olival com elevada qualidade sanitária, é necessário integrar todas as formas de protecção existentes: medidas indirectas e meios de luta directos.

Em Protecção Integrada podem distinguir-se medidas indirectas de luta e meios directos de luta. A primeira inclui:

- luta legislativa. Corresponde à adopção de medidas legislativas e regulamentares, para minimizar o transporte e dispersão de inimigos das culturas via actividades humanas;
- luta genética. Consiste na descoberta e desenvolvimento de variedades de plantas resistentes à acção prejudicial dos inimigos das culturas;
- luta cultural. Esta medida é composta por um conjunto de práticas que têm como objectivo o uso correcto dos recursos naturais do local em que se insere a cultura;
- luta mecânica. Implica a adopção de um conjunto de práticas agrícolas sem impacto negativo nos ecossistemas agrários, como por exemplo os sistemas de rotação de culturas;
- luta biológica. Tem como objectivo promover a protecção e o aumento dos auxiliares, (Pereira, 2008).

Relativamente aos meios directos de luta, destacam-se:

- luta cultural. Inclui operações culturais tais como a poda dos ramos;
- luta térmica. Que utiliza de temperaturas elevadas para o combate de infestantes ou insectos ou temperaturas baixas para impedir o desenvolvimento de insectos ou patogénicos. Nomeadamente a solarização;
- luta biológica. Promove a utilização de auxiliares para combater os inimigos das culturas;
- luta biotécnica. Este meio directo de luta implica o conhecimento de todos os meios normalmente presentes no organismo ou habitat da praga, passíveis de ser manipulados. Como exemplo temos os inibidores de crescimento. Conhecendo o ciclo de vida do insecto, estes inibidores impedem que entre duas mudas larvares, altura em

que a larva está mais sensível aos factores exteriores, sintetize quitina que lhes dá rigidez ao corpo e evita que desidratem, promovendo o seu combate;

- luta química. Na luta química são utilizadas substâncias, naturais ou de síntese, para reduzir ou eliminar as populações de inimigos das culturas, (Pereira, 2008).

Na tabela seguinte, apresenta-se de forma sintetizada alguns exemplos de meios de protecção do olival aconselhados em Protecção Integrada:

Quadro 16: Meios de protecção do olival aconselhados em Protecção Integrada

| Inimigo | Estratégia de luta | |
|-------------------|--|---|
| | Luta cultural | Luta genética |
| Olho de pavão | adubações equilibradas de N equilíbrio nutricional (sobretudo potássio e cálcio) podas que favoreçam o arejamento e exposição solar evitar compassos apertados | cultivares menos susceptíveis |
| Gafa | podas e limpezas que promovam a renovação da copa, arejamento e iluminação Evitar plantações em locais sombrios e húmido Evitar variedades mais susceptíveis combater a mosca da azeitona eliminar frutos atacados caídos no solo de modo a reduzir a fonte de inoculo para o ano seguinte | (-) |
| Algodão | Parasitóides e predadores podem contribuir para regulação de populações (ex.: <i>Psyllaephagus euphyllurae</i>) | (-) |
| Traça da oliveira | Realizar podas de forma a manter as copas arejadas; manutenção de sebes ou enrelvamento temporário, servindo de abrigo aos auxiliares | <i>Chrysoperla carnea</i> Steph. <i>Anthrocoris nemoralis</i> F. |
| Margarónia | adubações equilibradas de N rega equilibrada | (-) |
| cochonilha negra | adubações equilibradas de N podas que favoreçam o arejamento | este inimigo tem um elevado número de parasitóides e predadores autóctones: <i>Scutellista cyanea</i> , <i>Metaphycus launsburyi</i> , <i>M. hevolus</i> , <i>Coccophagus lycimnia</i> Nalder, <i>Chilocorus bipustulatus</i> . |
| Mosca da azeitona | utilizar variedades de polpa mais consistente | <i>Opius concolor</i> Szelp, <i>Eupelmus urozonus</i> Dalm, <i>Eulophus longolus</i> |

Adaptado de: DGADR,2010

Luta Química

Como já foi referido, mas nunca é de mais mencionar, este meio de luta é considerado em Protecção Integrada, sempre o último recurso e se imprescindível este deve ser sempre complementado com outro meio de luta.

Segundo a Directiva 2009/128/CE de 21 Outubro, em Protecção Integrada devem ser utilizados os produtos fitofarmacêuticos menos perigosos para o Homem e ambiente, mas dando liberdade, no respeito pelo princípio de subsidiariedade, aos diferentes Estados Membros de optarem pela estratégia que considerem mais apropriada a nível nacional. Deste modo, na revisão de critérios a aplicar na Produção Integrada, baseou-se na lista de produtos homologados em Portugal para a agricultura convencional, tendo em consideração a toxicidade aguda e crónica dos produtos e garantir a disponibilidade de produtos fitofarmacêuticos com diferentes modos de acção de forma a garantir uma adequada protecção fitossanitária das culturas e correcta estratégia de gestão de resistências, (DGADR, 2010).

As listas homologadas para este modo de produção estão disponíveis por cultura, pragas e doenças, na página electrónica da DGADR (www.dgadr.pt) e sujeitos a actualizações regularmente. A última actualização de Maio 2011 é apresentada no anexo IX.

Desde o início deste Quadro Comunitário, em 2007, verificou-se o cancelamento de diversas APV's (autorização provisória de venda) dos produtos fitofarmacêuticos homologados em Portugal. Como exemplo, de produtos retirados do mercado em Portugal, podem-se referir herbicidas à base de Diurão ou Simazina.

Estes produtos fitofarmacêuticos, assim como outros herbicidas à base de Glifosato são responsáveis pela crescente disseminação de uma infestante, muito problemática no olival - *Conyza canadenses* – Esta planta anual, tem apresentado uma resistência a herbicidas à base destas substâncias activas, (Tombesi *et al*, 2007). A sua concentração tem sido evidente na linha dos olivais, em locais de não mobilização do solo. Relativamente às 70 explorações da amostra, foi observada esta infestante em 7 olivais, todos localizados na mesma freguesia de Serpa.

Actualmente e comparando a lista de produtos homologados para a cultura do olival neste Modo de Produção e os disponíveis no mercado convencional, as diferenças são mínimas. Foram identificados na lista produtos fitofarmacêuticos homologados a nível nacional, doze produtos que não estão homologadas para a protecção fitossanitária da cultura da oliveira: Quatro fungicidas compostos pela substância activa Sulfato de Cobre, um de Hidróxido de Cobre, um de Oxicloreto de Cobre e um outro fungicida cuja substância activa é o Zirame. Relativamente aos herbicidas, foram identificados três produtos à base da substância activa Glifosato, que não estão homologados em Produção Integrada e dois cujas substâncias activas são Diflufenicão e Glifosato.

A consulta de fichas de registos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, relativas ao ano de 2010, de olivais que estão em Modo de Produção convencional, de registo obrigatório para todos agricultores profissionais, permitiu verificar que os produtos utilizados na protecção do olival são idênticos aos utilizados em Produção Integrada. As diferenças identificadas são ao nível do número de aplicações e relativamente ao inimigo da cultura a que se destina.

Na figura que se segue apresenta-se a frequência de tratamentos efectuados para as diferentes explorações (sequeiro, regadio, sequeiro e regadio), destacando-se com maior número de tratamentos o olho de pavão, mosca da azeitona e algodão.

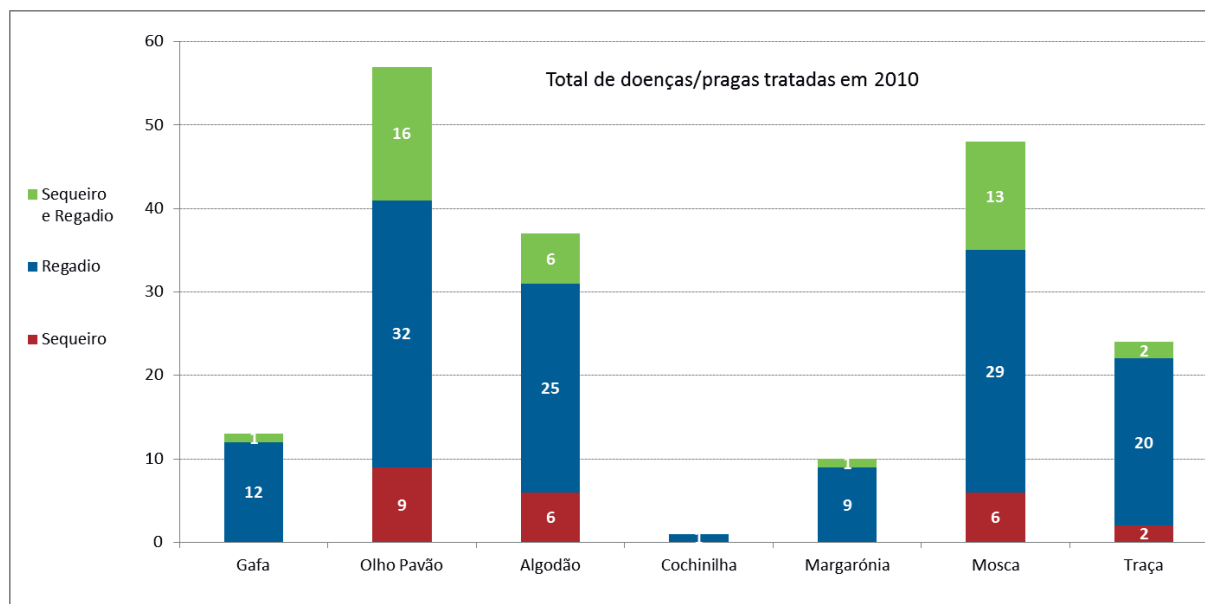


Fig.48: total de pragas e doenças tratadas em 2010

Dos inimigos identificados, apresentam-se de seguida as épocas de maior incidência de tratamentos efectuados, para cada um deles.

Quadro 17: Tratamentos efectuados em 2010

| Inimigos | Tratamentos efectuados em 2010 | | | | | | | | | | | |
|------------|--------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Gafa | | | | | 2 | 10 | | | | 1 | | |
| Olho Pavão | 1 | 14 | 21 | 16 | 18 | 1 | 10 | 18 | 30 | 25 | 1 | |
| Algodão | | | 3 | 2 | 7 | 15 | 10 | | 3 | | | |
| Cochiniha | | | | | | | 1 | | | | | |
| Margarónia | | | | | 1 | | 1 | 4 | 4 | | | |
| Mosca | | | | | 2 | | 1 | 4 | 26 | 23 | | |
| Traça | | | | 13 | 4 | 3 | 1 | 2 | | 1 | | |

Com base nas datas de tratamentos e os levantamentos efectuados nos Postos de Observação Biológica (POB) da região (anexo V), realizaram-se os seguintes gráficos que relacionam as médias das datas de tratamentos e o NEA, relativamente aos seguintes inimigos da cultura do olival: Olho de Pavão, Algodão, Margarónia, Traça e Mosca da Azeitona. Relativamente à Gafa não foi possível encontrar registos dos POB's, não sendo por isso apresentado o gráfico correspondente.

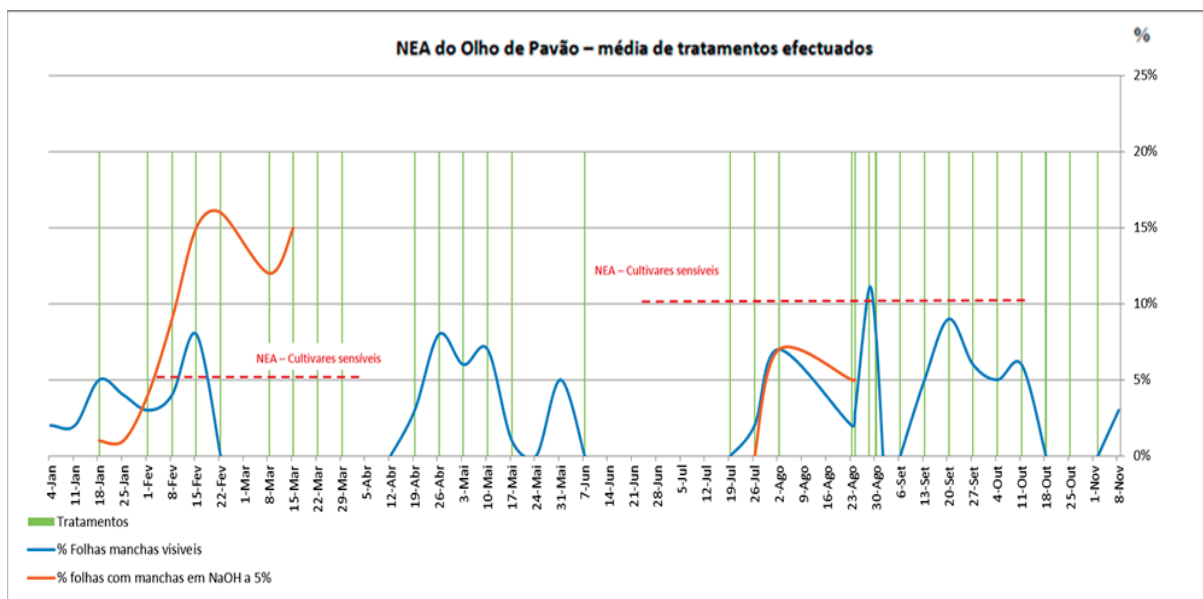


Fig.49: NEA do Olho de Pavão – média de tratamentos efectuados

Relativamente ao Olho de Pavão, foram identificados os Níveis Económicos de Ataque para as cultivares sensíveis a este inimigo (fig.49). A monitorização deve ser efectuada no início da actividade vegetativa da árvore (Fevereiro e Março), no Verão e entre o fim do Verão e as primeiras chuvas. O NEA foi atingido, nesta região, durante o mês de Fevereiro e em finais do mês de Agosto.

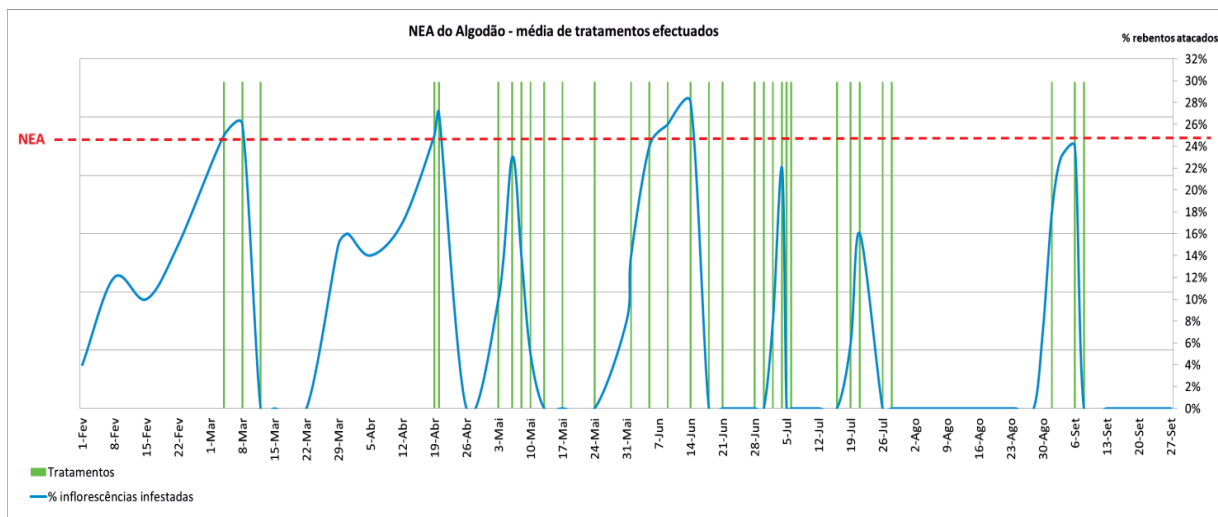


Fig.50: NEA do Algodão – média de tratamentos efectuados

A praga do Algodão, atinge o seu NEA quando o olival atinge os 25% de inflorescências infestadas. A sua monitorização deve incidir durante os estados fenológicos B e C (Março e Abril) pois o ataque dos botões florais pode resultar em quebras de produção. Durante estes meses foi atingido o NEA (fig.50), relativamente a esta praga do olival.

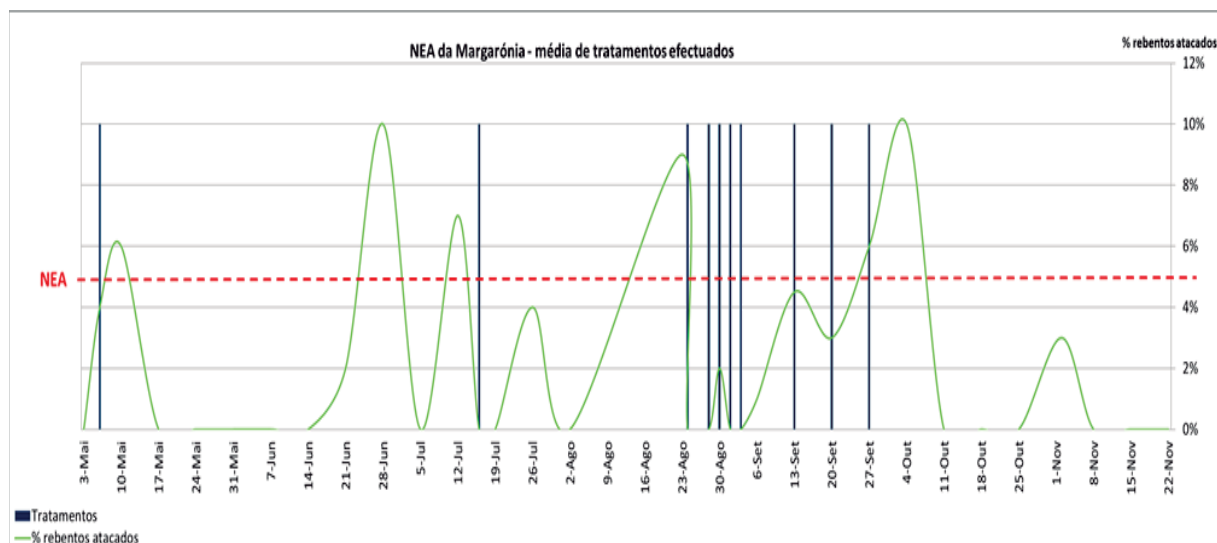


Fig.51: NEA da Margarónia – média de tratamentos efectuados

O acompanhamento da Margarónia é efectuado por observação visual da percentagem de rebentos atacados. O NEA foi atingido várias vezes durante o ano em análise (fig.51), no mês de Maio, no mês de Junho, Julho, em Agosto e Setembro, quando a percentagem de rebentos atacados ultrapassou os 5%. No entanto, só as árvores jovens é que justificam tratamentos para esta praga.

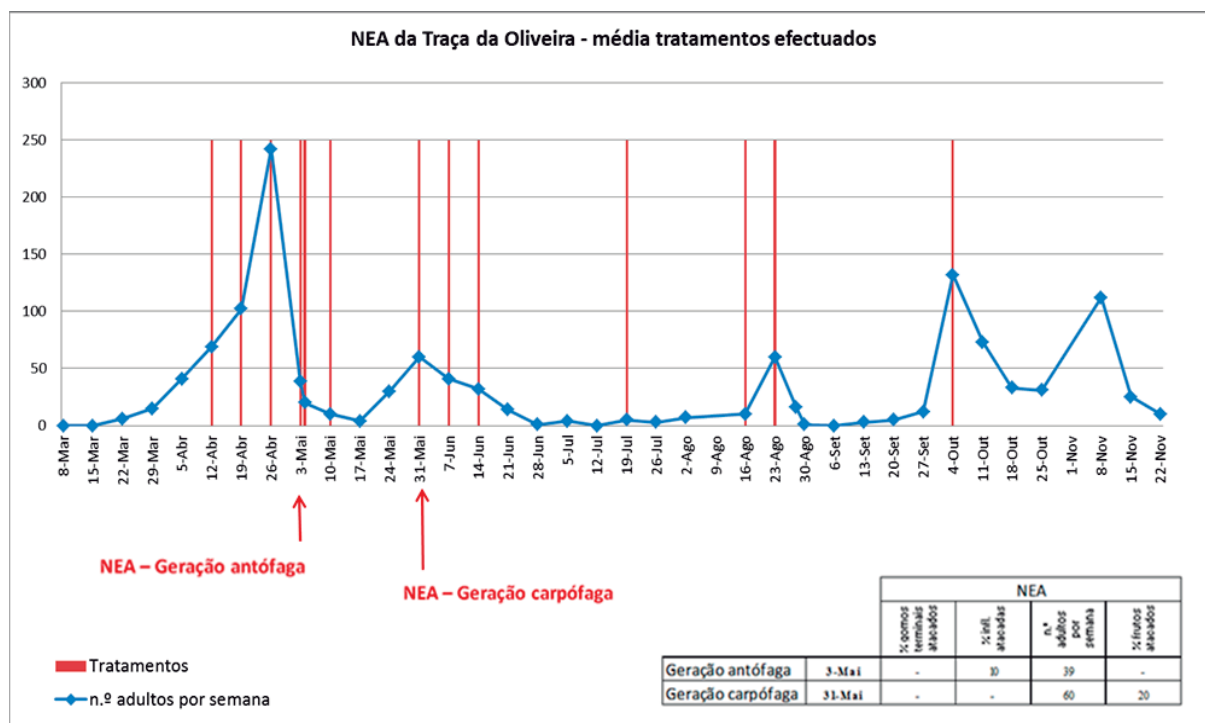


Fig.52: NEA da Traça da oliveira – média de tratamentos efectuados

Segundo os registos dos POB, foram monitorizadas as três gerações desta praga, no entanto não foi observada geração filófaga. O NEA da geração antófaga, foi atingido a 3 de Maio

(fig.52), com mais de 15 adultos capturados em armadilhas sexuais e 5% a 10% de inflorescências atacadas por formas vivas. Esta geração da traça ataca as flores, tecendo uma teia unindo os botões dos quais se alimenta.

Relativamente ao NEA da terceira geração, a carpófaga, este foi atingido a 31 de Maio, com mais de 25 adultos capturados em armadilhas sexuais e 20% a 40% de inflorescências atacadas com larvas vivas. Esta geração ataca o fruto provocando a queda das azeitonas.

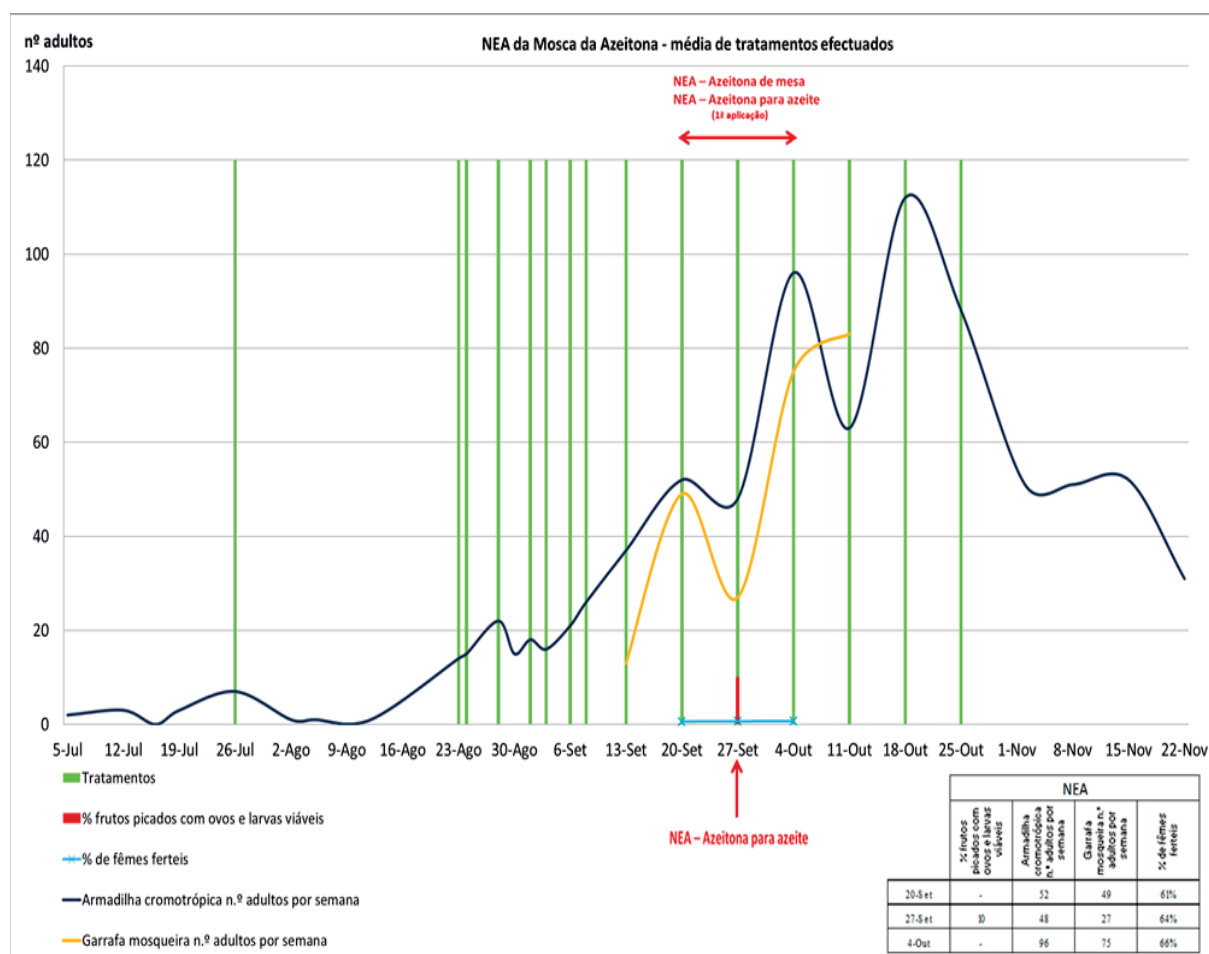


Fig.53: NEA da Mosca da azeitona – média de tratamentos efectuados

Como já foi referido durante a descrição deste inimigo, os estragos provocados pela mosca da azeitona podem afectar a produção, quer na depreciação do fruto no caso das azeitonas de mesa, quer na qualidade do azeite, se for este o objectivo da produção.

No Modo de Produção Integrada são monitorizados os níveis de ataque da Mosca da Azeitona para ambos os objectivos de produção.

Para as azeitonas de mesa o NEA é atingido quando se verifica conjuntamente a presença de 1 fêmea por dia nas garrafas mosqueiras, 1% de azeitonas monitorizadas estão picadas e com

formas vivas e se detecta a presença de mais de 50% de fêmeas férteis. O NEA para a azeitona de mesa foi atingido a 20 de Setembro e manteve-se até dia 4 de Outubro (fig.53).

Relativamente às azeitonas para a produção de azeite, existem dois NEA. O primeiro é relativo ao primeiro tratamento a efectuar contra este inimigo e atinge-se com a captura de 5 fêmeas por dia na garrafa mosqueira e a presença de mais de 60% de fêmeas férteis. Este nível, como se pode observar na figura 53, coincidiu com o NEA para as azeitonas de mesa. Os tratamentos seguintes, alcançam o NEA com a presença de 1 fêmea por dia nas garrafas mosqueiras, a presença de mais de 60% de fêmeas férteis e 8 a 12% de frutos com formas vivas, tendo sido atingido no dia 27 de Setembro.

Um dos critérios a ter em conta, na correcta aplicação de produtos fitofarmacêuticos, é a noção de Intervalo de Segurança e Intervalo de Reentrância. O primeiro conceito corresponde ao intervalo de tempo que deve decorrer entre a última aplicação de um produto fitofarmacêutico e a colheita da azeitona. O intervalo de segurança é específico a cada produto fitofarmacêutico. O seu cumprimento é essencial relativamente à qualidade do produto e defesa do consumidor.

O Intervalo de Reentrância, é o prazo que deve ser respeitado pelo agricultor, para que possa entrar novamente na área, do olival, tratada com produtos fitofarmacêuticos.

Este último conceito é quase sistematicamente esquecido por parte dos agricultores. Observa-se regularmente a realização de operações culturais nos olivais depois da aplicação de produtos fitofarmacêuticos. É fundamental, que tanto o agricultor, como o próprio aplicador de produtos fitofarmacêuticos, tomem consciência da importância deste intervalo, quer evitando efectuar operações após os tratamentos, para sua própria protecção, quer alertando, nomeadamente colocando placas de aviso no terreno, pessoas exteriores.

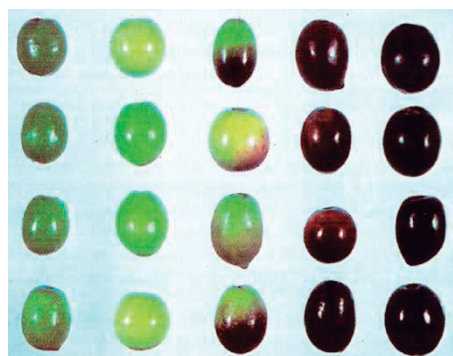
7.6. Colheita

A colheita, é de todas as operações efectuadas no olival, a que exige mais mão-de-obra e por isso a mais dispendiosa. A mecanização desta operação tem contribuído para reduzir custos. Destaca-se, contudo, que nem todos os olivais se podem adaptar a estas inovações, uma vez que declives acentuados e os compassos tradicionalmente utilizados limitam a sua utilização. A operação de colheita, deve ser efectuada no momento mais adequado para o objectivo da produção.

Existem vários processos para determinar o momento correcto para realizar a operação de colheita.

7.6.1. Avaliação da maturação da azeitona

A azeitona, que ao princípio tem cor verde, muda para uma cor amarelada como consequência de uma forte redução do conteúdo em clorofila, que é a chamada «maturação verde». Depois começa a acumulação de antocianinas. A concentração de antocianinas nas células determina a intensidade da cor, que pode ir de avermelhado, passando pelo violáceo até ao negro (fig.54), (Ribeiro, 2009).



Fonte: Ribeiro, 2009
Fig.54: Variação da cor da azeitona

O índice de maturação de Jaën, é um processo que classifica a azeitona em oito classes, em função da cor que apresenta, fazendo-a corresponder a uma classe de maturação. Estas classes têm valores entre 0 (todos os frutos de cor verde intenso) e 7 (todos os frutos com pele negra e polpa roxa até ao caroço).

Classe 0 → pele verde intenso

Classe 1 → pele verde amarelada

Classe 2 → pele verde com manchas avermelhas em pelo menos metade do fruto

Classe 3 → pele avermelha ou roxa em mais de metade do fruto

Classe 4 → pele negra e polpa branca

Classe 5 → pele negra e polpa roxeada sem chegar a metade da polpa

Classe 6 → pele negra e polpa roxa sem chegar ao caroço

Classe 7 → pele negra e polpa roxa até ao caroço

Para a sua determinação, recolhe-se uma amostra de azeitonas de aproximadamente de 2 kg, colhendo os frutos à altura do operador e nas quatro orientações da árvore. Uma vez homogeneizada a amostra, separaram-se 100 frutos que se classificam nas oito classes descritas neste procedimento.

O índice de maturação é o somatório dos produtos do número de azeitonas de cada classe pelo valor numérico de cada classe, dividido por cem, (Ribeiro, 2009).

Sendo A, B, C, D, E, F, G e H o número de frutos, respectivamente das classes 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, o índice de maturação obtém-se pela fórmula:

$$IM = \frac{A * 0 + B * 1 + C * 2 + D * 3 + E * 4 + F * 5 + G * 6 + H * 7}{100}$$

Fonte: Ribeiro, 2009

Fig.55: Cálculo do índice de maturação

Destaca-se que o índice de maturação carece de ser adaptado a cada cultivar, uma vez que algumas delas têm um comportamento distinto.

É o destino da azeitona que determina o grau de maturação adequado para a sua colheita:

Se o objectivo for a produção de azeite o índice de maturação deve estar próximo de 3,5; no entanto destaca-se que, normalmente, a colheita é iniciada com valores mais baixos. Se o destino da produção é a azeitona de mesa, o tipo de azeitona que se pretenda preparar define o grau de maturação mais conveniente.

Existem outros parâmetros cuja monitorização é importante, durante a fase final de maturação da azeitona. Destacam-se o aumento do peso do fruto, o seu teor em óleo e a sua resistência ao desprendimento.

O parâmetro de resistência ao desprendimento, permite determinar a aptidão do fruto para a colheita e o momento mais adequado para efectuar esta operação. A resistência ao desprendimento da azeitona diminui à medida que a maturação progride e é característica da cultivar. Pode ser medido com o auxílio de um dinamómetro, no ponto de ligação entre o fruto e o pedúnculo. No início da maturação registam-se valores próximos dos 6N e no momento que antecede a queda da azeitona, valores de leitura de 3N, (Tombesi *et al*, 2007).

Antes de se iniciarem as operações de colheita é necessário realizar a preparação do solo de forma a garantir a transitabilidade das máquinas envolvidas na operação de colheita e facilitar a colocação e mudança de panos no solo. Nos olivais em estudo foram registados dois tipos

de operações para esse fim: aplicação de herbicida na linha desimpedindo a área situada debaixo da copa da árvore e o corte e passagem do rolo ou de pneus, no coberto vegetal da entrelinha do olival.

7.6.2. Colheita

Os métodos de colheita vão depender por um lado, da aptidão da azeitona. Se esta se destina a conserva a colheita é maioritariamente efectuada manualmente ou com o auxílio de máquinas de costas, por ripagem dos frutos. Algumas empresas de maior dimensão, começam contudo, a mecanizar a colheita da azeitona de conserva da mesma forma que efectuam a da azeitona para azeite. No caso da azeitona se destinar à produção de azeite, a colheita deve ser preferencialmente efectuada mecanicamente, utilizando os diversos tipos de equipamentos que actualmente se encontram disponíveis.

Em produção integrada é proibida a prática de varejamento intenso da oliveira e recomenda-se o transporte da azeitona para o lagar, em contentores apropriados ou caixas perfuradas, o mais prontamente possível, (DGADR, 2010).

Nos olivais da região em estudo, foram identificados diversos processos de colheita:

- Os processos de colheita manual tradicionais, são utilizados essencialmente em olivais de difícil acesso e com compassos largos. Este, varejamento é, por vezes, complementado com sacudidores de ramos mecânicos.
- O sistema de vibrador de ramos (fig.56) que, como o nome indica, esta máquina de costas, efectua a vibração de ramos e pernas da oliveira. Sendo a operação concluída com sacudidores de ramos.



Adaptado de: Palma, 2008

Fig.56: Colheita com vibrador de ramos

Em olivais ainda com compassos largos, mas com condições de terreno que já permitem a entrada de máquinas, são normalmente utilizados vibradores de tronco com “chapéu-de-chuva” invertido, (fig.57). Alguns destes equipamentos são acoplados a tractores e outros são automotrizes.



Fig.57: Colheita com vibrador de tronco com “chapéu-de-chuva”

Nos olivais de maiores dimensões, exclusivamente de regadio, utilizaram-se dois tipos de sistemas:

Os vibradores automotrizes (fig.58) do, tipo “buggy”, complementado com sacudidores de ramos.



Adaptado de: Tombesi *et al*, 2007

Fig.58: Colheita com vibradores automotrizes

E o sistema de vibradores contínuos, que começaram por ser utilizados nos olivais superintensivos mas que também já é utilizado em olivais intensivos (fig.59).



Adaptado de: FLF,2011

Fig.59: Colheita com vibradores automotrizes

A alternância de produção, vulgarmente referida como “safra e contra-safra”, que se observa nos olivais, está relacionada com o efeito da produção de um ano sobre a produção do ano seguinte.

Os frutos em desenvolvimento nos ramos do ano anterior representam um factor de inibição da indução floral: as sementes dos frutos libertam fito-hormonas que vão inibir a indução floral dos gomos em formação nos ramos do ano.

. Em anos de muita produção de azeitona, a inibição da indução floral é elevada e assim no ano seguinte a produção de flores e de frutos será limitada;

. Em anos de pouca produção a indução floral não será tão inibida e portanto um maior número de gomos será diferenciado, aumentando a produção de flores e de frutos do ano seguinte, (Palma, 2008)

As medidas Agro-ambientais exigem as seguintes produtividades mínimas para o olival, a partir do 6ºano de idade:

Quadro 18: Produtividade mínima de referência nos olivais (ton/ha/ano)

| | | Produtividade min. de referência (ton/ha/ano) |
|----------|------------------------------|---|
| Sequeiro | Olival para azeite | 0,5 |
| | Olival para azeitona de mesa | 0,5 |
| Regadio | Olival para azeite | 2 |
| | Olival para azeitona de mesa | 2 |

Adaptado de: DGADR 2010

A campanha de colheita da azeitona, na região e olivais em análise, iniciou em 6 de Outubro 2010 e terminou a 21 de Fevereiro 2011. O período tão alongado desta operação, deveu-se ao inverno particularmente chuvoso que se registou nesse ano e que provocou várias interrupções desta operação.

Para além destas condições, foi ainda registada a queda de granizo na zona de Vila Verde de Ficalho que comprometeu toda a produção de duas explorações do universo desta amostra, uma delas não efectuou a colheita e a outra não atingiu a produtividade mínima de referência exigida neste modo de produção, pelas medidas Agro-ambientais.

O procedimento que foi seguido nestes casos e como refere a legislação (alínea b do nº5 do Artigo 22º, Portaria n.º 229-B/2008), foi notificar, antes de 10 dias úteis após a ocorrência, a Direcção Regional de Agricultura da região em que se insere a exploração, que após verificação no local, emite uma declaração de que tomou conhecimento do sucedido.

Do universo de 70 explorações, duas explorações não realizaram colheita por ainda se encontrarem e prévia plena produção. Segundo a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, um olival é considerado em plena produção a partir do sexto ano de idade. Os olivais das explorações que não realizaram a colheita, compostas exclusivamente pela cultivar Arbequina, foram plantados em 2008.

Nos gráficos e quadros que se seguem (quadro 19, quadro 20 e figura 60 e figura 61), apresentam-se as datas em que decorreu a operação de colheita da azeitona nos olivais da amostra. Os resultados são apresentados por escalões de área, explorações com olivais de dimensões até 10ha, olivais entre 10ha e 20ha, entre 20 e 40ha, de 40 a 100ha e explorações com dimensão superior a 100ha, explorados em sequeiro e explorados em regadio.

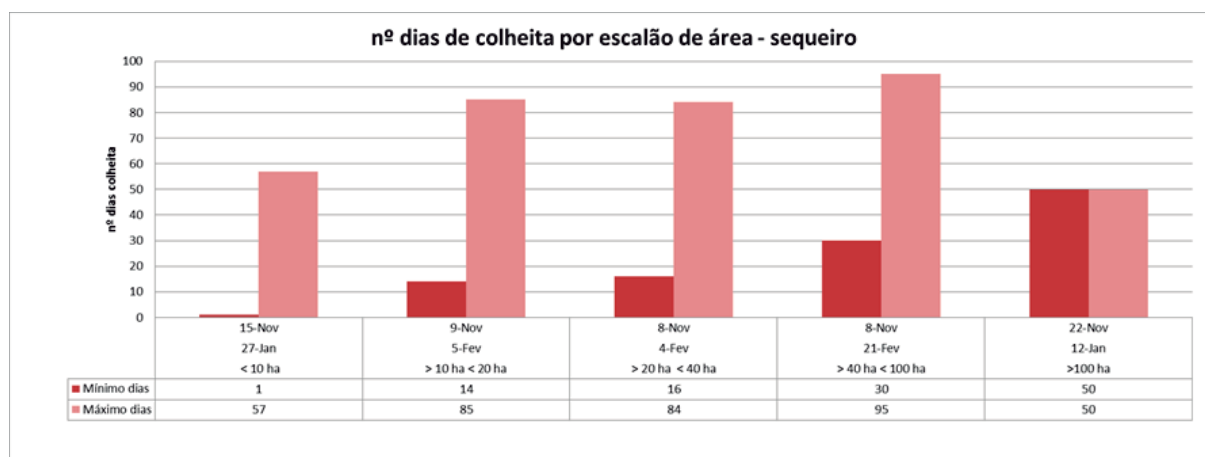


Fig.60:Nº de dias de colheita por escalão de área - sequeiro

Quadro 19: Datas e Nº de dias de colheita - sequeiro

| | | < 10 ha | > 10 ha < 20 ha | > 20 ha < 40 ha | > 40 ha < 100 ha | >100 ha |
|----------|-------------------------|---------|-----------------|-----------------|------------------|---------|
| Sequeiro | Data de início colheita | 15-Nov | 9-Nov | 8-Nov | 8-Nov | 22-Nov |
| | Data do fim colheita | 27-Jan | 5-Fev | 4-Fev | 21-Fev | 12-Jan |
| | Mínimo de dias | 1 | 14 | 16 | 30 | 50 |
| | Máximo de dias | 57 | 85 | 84 | 95 | 50 |
| | nº explorações | 8 | 7 | 11 | 4 | 1 |

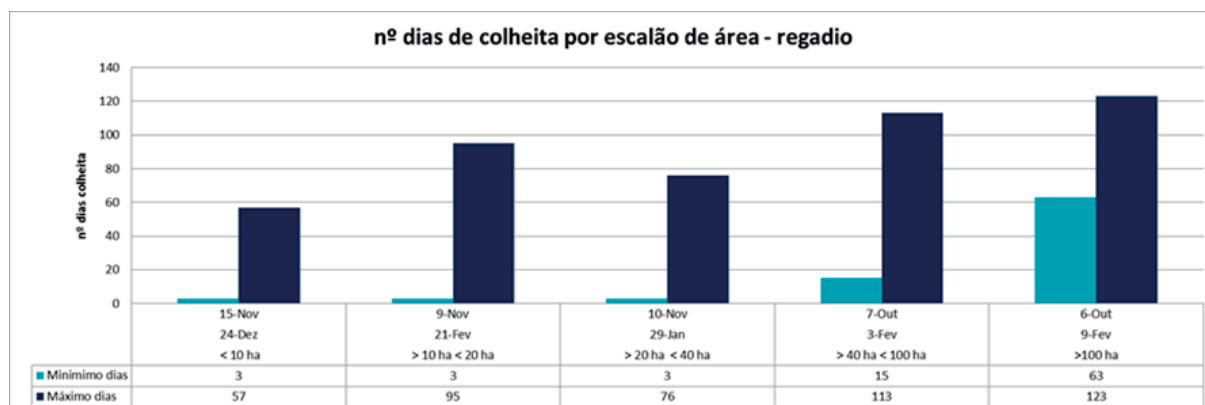


Fig.61: N° de dias de colheita por escalão de área - regadio

Quadro 20: Datas e N° de dias de colheita - regadio

| | | < 10 ha | > 10 ha < 20 ha | > 20 ha < 40 ha | > 40 ha < 100 ha | > 100 ha |
|---------|-------------------------|---------|-----------------|-----------------|------------------|----------|
| Regadio | Data de inicio colheita | 15-Nov | 9-Nov | 10-Nov | 7-Out | 6-Out |
| | Data do fim colheita | 24-Dez | 21-Fev | 9-Jan | 3-Fev | 9-Fev |
| | Mínimo de dias | 3 | 3 | 3 | 15 | 63 |
| | Máximo de dias | 57 | 95 | 76 | 113 | 123 |
| | nº explorações | 5 | 7 | 10 | 25 | 4 |

Tendo em conta os dados disponíveis, os olivais explorados em regadio iniciaram a campanha de colheita da azeitona um mês antes dos olivais explorados em sequeiro, em explorações com dimensões superiores a 40 ha. A primeira data registada de início de campanha dos olivais de regadio foi a 6 de Outubro e dos olivais de sequeiro foi a 8 de Novembro. Para ambos os sistemas de exploração do olival, a campanha terminou em Fevereiro.

Relativamente ao número de dias que decorreu a colheita, verificam-se valores exagerados e díspares. Em olivais até 10ha de dimensão, tanto em regadio como em sequeiro, a colheita da azeitona decorreu durante 57 dias, no escalão de 10 a 20 ha de dimensão para os olivais explorados em sequeiro a colheita variou entre os 14 e 85 dias e para os olivais explorados em regadio variou entre os 3 e 95 dias. Em explorações com dimensões entre os 20 e 40 ha, esta operação demorou 16 a 84 dias em olivais conduzidos em sequeiro e 3 a 76 dias em olivais explorados em regadio. No escalão entre os 40 e os 100 ha, o número de dias de colheita registado variou, para os olivais explorados em sequeiro e em regadio, de 30 a 95 dias e de 15 a 113 dias, respectivamente. Explorações com área superior a 100 ha, em sequeiro visto só existir uma exploração com essa dimensão o número de dias durante o qual decorreu a operação de colheita foi de 50 dias; relativamente aos olivais conduzidos em regadio, esta operação variou entre os 63 e 123 dias.

Observando os gráficos que traduzem estes resultados, verifica-se não existir uma correspondência entre o número de dias em que decorreu a operação de colheita e a dimensão das explorações. Vários factores podem ter conduzido a este resultado: o nível de mecanização desta operação, que como foi referido anteriormente, variou entre o simples e tradicional processo de varejamento manual e o moderno sistema de vibradores contínuos; o compasso, o relevo do terreno e a acessibilidade que foi inúmeras vezes condicionada pelas condições meteorológicas.

Segundo o relato dos agricultores e os dados do Instituto de Meteorologia, relativamente ao Inverno 2010/2011, os valores da precipitação foram particularmente elevados, sobretudo no fim do mês de Outubro e durante o mês de Dezembro; obrigando a efectuar várias interrupções durante a colheita da azeitona, nos olivais desta região.

Segundo o Instituto de Meteorologia, o Inverno de 2010/2011 classificou-se como um Inverno chuvoso, sendo o mês de Dezembro o que registou o valor médio mensal, da quantidade de precipitação, superior ao valor normal 1971-2000, com uma anomalia de +50.5mm. Relativamente ao mês de Outubro de 2010 e segundo a mesma fonte, foi muito chuvoso em Portugal Continental, em particular nos dias 8 a 10 e 29 a 31 em todo o território.

Comparando as datas e valores de precipitação, registados em mm, durante este período e as datas de entrega da azeitona destes olivais nos lagares da região (fig.62), verifica-se algum sincronismo entre a ocorrência de precipitação e a paragem na colheita da azeitona.

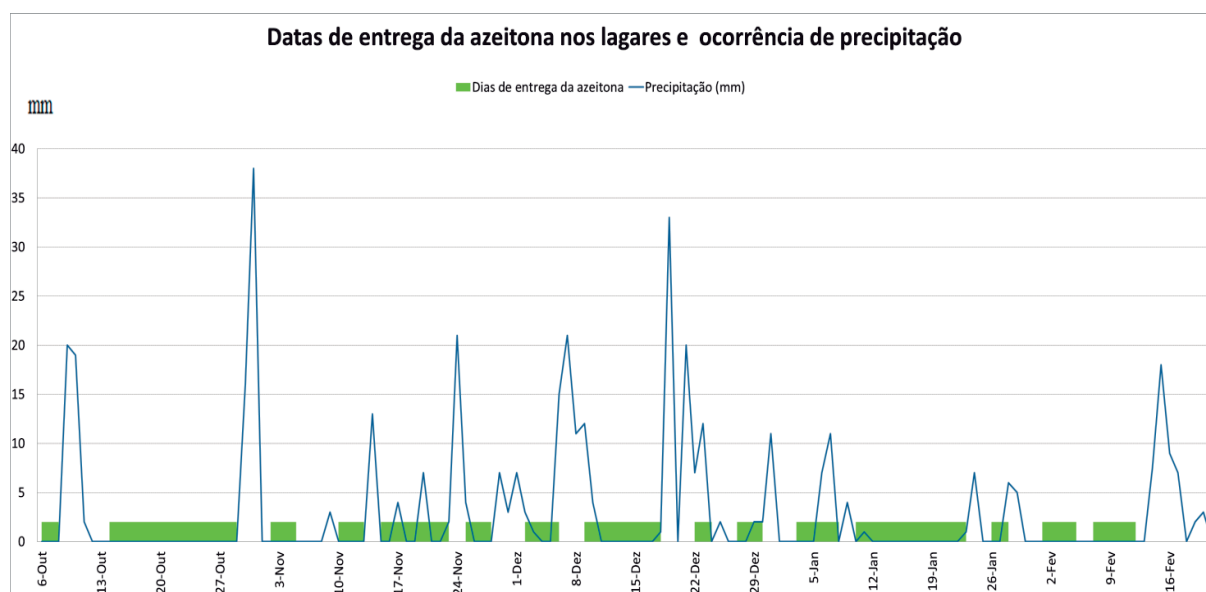


Fig.62: Datas de entrega de azeitona nos lagares e ocorrência de precipitação

Segundo os dados de algumas folhas de registos de entrada da azeitona no lagar, especificamente para a cultivar Arbequina, a partir de 27 de Janeiro a azeitona transportada para o lagar foi apanhada do chão.

Na figura que se segue apresentam-se os valores das produções dos olivais em regadio, sequeiro e sequeiro/regadio:

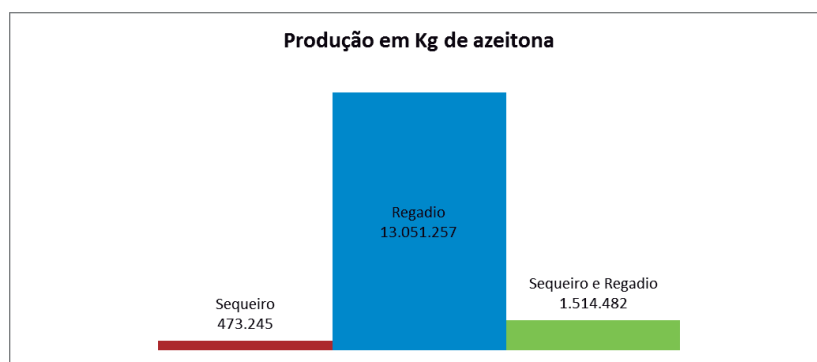


Fig.63:Produção em Kg de azeitona

A produção da área de regadio representa 86,8% da produção total da amostra e representa 70% da sua área (2795,86ha). A produção do olival em sequeiro é de 473,24 toneladas, representando apenas 3,1% da produção total e 11,2% da sua área (446,86ha).

Relativamente à área de olival das explorações que estão simultaneamente em sequeiro e regadio, não foi possível, com os dados fornecidos pelo agricultor, destriçar a produção da área de regadio e da área de sequeiro, é por isso apresentado o valor em conjunto que apresenta 1514,48 toneladas, ou seja 10,1% da produção total da amostra e representa 18,8% da área (427.7ha em sequeiro e 323,62ha em regadio).

Relativamente à produção por hectare, (figura 64), os olivais de regadio apresentam uma média de 5878 Kg por hectare, os olivais de sequeiro, uma média de produção de 1087 Kg por hectare e nos olivais sequeiro/regadio 1827Kg por hectare.

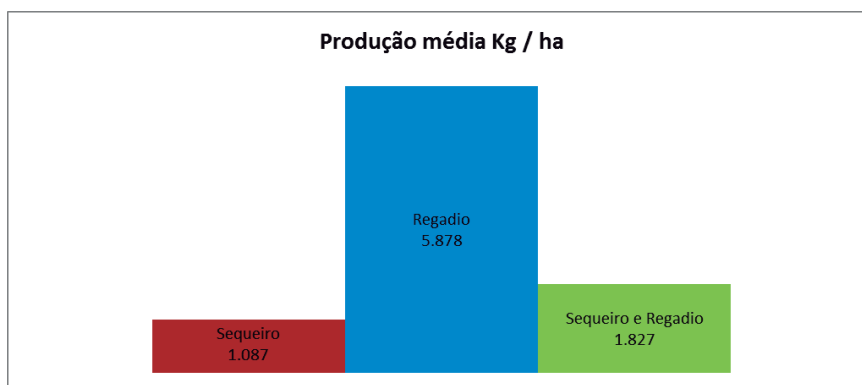


Fig.64:Produção média em Kg de azeitona por hectare

Tendo em conta os valores médios obtidos de Kg de azeitona por hectare, verifica-se que relativamente à amostra em estudo, os olivais explorados em regadio atingiram produções, no mínimo, cinco vezes superiores aos olivais explorados em sequeiro. Estes valores não permitem, no entanto, afirmar que a produtividade dos olivais explorados em regadio foi de facto superior nesta proporção, relativamente aos olivais explorados em sequeiro. Diversos factores podem condicionar estes resultados, de entre os quais se destacam o compasso e a cultivar.

8.Comparação dos custos e das ajudas recebidas

Se por um lado são atribuídas ajudas aos agricultores que aderiram a este Modo de Produção, para compensar eventuais perdas de rendimento, por outro a certificação deste Modo de Produção tens custos subjacentes.

Nos quadros e gráficos apresentados no anexo X, pretende-se traduzir a importância dos custos de certificação, relativamente ao montante das ajudas atribuídas.

As ajudas, como anteriormente referido, são atribuídas em função da forma como o olival é explorado: em regadio ou em sequeiro e os respectivos escalões de áreas.

Relativamente aos custos de certificação, incluiu-se: o custo relativo ao Organismo Privado de Controlo e Certificação, as análises de solo, água e foliares exigidas, e o custo relativo ao apoio técnico prestado pela Cooperativa Agrícola de Beja Brinches, que embora seja opcional é comum a todas as explorações que fazem parte desta amostra de olivais.

As médias obtidas para a importância custos de certificação, relativamente ao montante das ajudas atribuídas foram para os olivais explorados em sequeiro de 16,7%, para os olivais explorado em regadio foi de 14,9% e relativamente aos olivais explorados em regadio e sequeiro, foi de 15,4%.

Relativamente aos olivais explorados em regadio, os valores individuais relativos a cada exploração são muito semelhantes e não diferenciam muito da média obtida.

Relativamente explorações em sequeiro, foram identificados quatro valores relativamente afastados do valor médio: 36%, 30.2%, 27.3%, 9.8% e 9.7%.

Relativamente ao primeiro valor referido, a exploração em questão representa um quarto da área relativa ao primeiro escalão por isso montante relativo à ajuda é relativamente baixo comparativamente com os custos. O mesmo se aplica para o valor 30,2% e 27,3% que representam igualmente dimensões reduzidas relativamente ao escalão de área que define a atribuição de montantes das ajudas, em que se inserem.

Relativamente aos valores 9.8% e 9.7%, ambos, os olivais correspondentes a estes valores, apresentam custos de certificação baixos relativamente às ajudas atribuídas e áreas muito semelhantes próximas dos 40 hectares.

Nas explorações exploradas em sequeiro e em regadio, o valor dispar revelado, relativamente aos outros foi de 31.1%. Tanto a área de regadio como de sequeiro tem dimensões muito reduzidas relativamente aos escalões de atribuição de subsídios em que estão inseridas. Representam ambas apenas 25% da área do escalão.

9.Considerações finais

O olival em Modo de Produção Integrada, tem como objectivo assegurar uma gestão sustentável das áreas ocupadas por esta cultura de forma a garantir o desenvolvimento equilibrado das plantas, a preservação do ambiente e dos recursos naturais e a obtenção de produtos de qualidade, quer o objectivo de produção seja a azeitona de mesa ou a produção de azeite.

A Segurança Alimentar é uma exigência crucial do consumidor actual. A rastreabilidade do produto comercializado, nomeadamente a azeitona e o azeite, é igualmente um dos objectivos defendidos por este Modo de Produção.

Os registos dos Cadernos de Campo são essenciais na rastreabilidade dos alimentos produzidos em Modo de Produção Integrada. No entanto, são ainda considerados pelo agricultor apenas como uma obrigatoriedade, quando deviam ser encarados como um instrumento de trabalho. Os registos efectuados deviam servir para gerir a sua empresa agrícola de forma racional. A comparação das operações efectuadas em anos anteriores permitem, em função dos resultados, manter, corrigir ou evitar determinadas práticas de forma a garantir uma melhor gestão da exploração. O mesmo se aplica à realização das análises de solo, de qualidade da água de rega e análises foliares ao olival cuja disponibilidade permite conduzir a fertilização de forma mais racional com economia de custos e com maior controlo das acções realizadas. Na maioria das situações verificou-se que o Caderno de Campo é preenchido apenas com o objectivo de ser controlado. Destaca-se a situação, já mencionada, dos registos relativos à gestão da rega que parecem não corresponder à situação de campo.

No estudo efectuado, ainda se detectam algumas situações que requerem melhorias por parte do agricultor. Relativamente aos tratamentos fitossanitários, verificaram-se inúmeras vezes a aplicação do meio de luta químico como primeiro recurso ao combate dos inimigos do olival. E na grande maioria desses tratamentos não foi tomado em consideração o Nível Económico de Ataque.

Quanto à fertilização do olival, aparentemente parece que à excepção de algumas situações referidas anteriormente, relativamente à amostra em estudo, não há dificuldades em cumprir os limites de quantidade azoto aplicado por hectare, exigidos pelas normas deste Modo de Produção.

O mesmo se aplica em relação ao enrelvamento da entrelinha do olival. Segundo a informação obtida durante entrevistas com os agricultores, o retorno é consensual relativamente ao reconhecimento das vantagens desta prática

A partir de 1 de Janeiro de 2014, a protecção fitossanitária das culturas das explorações agrícolas passa a ser obrigatoriamente realizada com base nos princípios da Protecção Integrada.

Actualmente a adesão ao Modo de Produção Integrada é facultativo. Com base na análise dos dados recolhidos é possível afirmar o interesse do recurso às medidas Agro-ambientais como apoio à receita da exploração agrícola. A curto prazo, o objectivo destas medidas é compensar o agricultor da redução das produtividades atingidas e os gastos resultantes dos requisitos deste Modo de Produção, contribuindo para a produção de géneros alimentícios de qualidade. A médio e longo prazo, os objectivos da Produção Integrada são a preservação do ambiente e do espaço rural, quer à dimensão da exploração agrícola quer ao nível regional. Este último conceito é frequentemente esquecido pelo agricultor.

Os custos de certificação são relativamente pequenos quando comparados com os apoios atribuídos, pelo que, da óptica do agricultor, o recurso a estas medidas parece compensar. Se forem ponderadas todas as vantagens, a curto, a médio e a longo prazo, para a exploração agrícola e para a cultura do olival a situação ainda se torna mais interessante.

Destaca-se que a informação obtida dos próprios agricultores permite concluir, da pouca relevância que atribuem às vantagens deste Modo de Produção. Por um lado parecem não ter ainda consciência das vantagens que este Modo de Produção apresenta relativamente à conservação dos recursos naturais, nomeadamente nas explorações de que são, na maioria, proprietários. Por outro lado, a falta de reconhecimento na valorização do produto a nível comercial é desmotivante. Isto reflecte-se nos registos do Caderno de Campo e nas práticas adoptadas na gestão do olival.

Enquanto uma pequena percentagem dos consumidores nacionais exige qualidade dos produtos que consome, a maior parte dos consumidores, relativamente ao azeite, limita-se a escolher em função do preço, optando por “Azeite”, em detrimento do “Azeite Virgem” ou “Azeite Virgem Extra”.

Embora exista a obrigatoriedade de identificação do modo de produção nas facturas de venda de qualquer produto, directa ou indirectamente destinado ao consumo humano e produzido em Modo de Produção Integrada, a sua valorização ainda é pouco significativa. A maior parte dos consumidores ignora a existência deste modo de valorização dos produtos alimentares. Ainda existem relativamente poucos produtos no mercado com rotulagem referente a este modo de produção.

Após a campanha de 2010/2011, vai ser lançado no mercado, por um lagar privado desta área geográfica, que abrange parte dos olivais desta amostra, azeite em Modo de Produção Integrada.

As normas relativas à rotulagem deste modo de produção, estão legisladas no Despacho n.º 10 935/2005 e Portaria 131/2005. Na figura que se segue apresenta-se o rótulo do Modo de Produção Integrada, na qual deve constar o nome do Organismo de Controlo e Certificação e o número de série atribuído pelo mesmo organismo.



Fonte: GPP, 2011

Fig.65:Rótulo do Modo de Produção Integrada

BIBLIOGRAFIA

AJAP (2009) – Mosca da Azeitona - AJAP - ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL - Acedido em 2 de Maio de 2011, URL: http://www.ajap.pt/sippi/recursos/docs/Mosca_Azeitona.pdf

Amaro, P. (2005) – As Organizações de agricultores de Protecção Integrada e Produção integrada (1994-2005) – ISA/Press, Lisboa

Barranco, D., Fernandez-Escobar, R., Rallo, L. (2008) – El Cultivo Del Olivo – 6ª edición – Ediciones Mundi-Prensa

Berger, C., Ventura, R. (2006) - Caderno Técnico do Olival – 07- Olival Biológico - Pragas, PEDAR – Plano Estratégico De Desenvolvimento Agro-Rural Moura, Serpa, Barrancos

Brito, A., Pereira, C. Berger, C. 2006. Caderno Técnico do Olival – 02 A Rega do Olival, PEDAR – Plano Estratégico De Desenvolvimento Agro-Rural Moura, Serpa, Barrancos

CEADR, (2009) - La politique agricole commune expliquée - Ed. Office des publications Commission Européenne Agriculture et Développement Rural, Acedido em 04 de Junho 2011, URL: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/capexplained/cap_fr.pdf

CEPAAL, (2011). *Zonas de Produção*, de Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo, Acedido em 6 de Agosto de 2011, URL: <http://www.azeitesdoalentejo.com/layout.asp?m1=1&m2=5>

C.M.S, (2011) – Concelho de Serpa – Câmara Municipal de Serpa, Acedido em 28 de Maio 2011, URL: <http://www.cm-serpa.pt/artigos.asp?id=755>

COI, (2011) – Dados estatísticos – Acedido em 02 de Julho de 2011, URL: <http://www.internationaloliveoil.org/estaticos>

DGADR, 2010 - Produção Integrada no Olival – 2ª edição, Lisboa 2010

DRABL (2009) -Tratamentos fitossanitários da defesa da oliveira. Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral – Acedido em: 15 de Maio de 2011, URL: http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/tratamento_fitoss_oliveira.pdf

EDIA, (2011) - Subsistema de rega do Ardila - Acedido em 5 de Setembro de 2011, URL: http://www.edia.pt/portal/page?_pageid=53,39603&_dad=portal&_schema=PORTAL&actualmenu=2189932&p_agr_d=2201700&cboui=2201700

Eurostat, (2011) - Evolução do consumo de azoto em Portugal entre 1999 e 2009- Acedido em 26 de Junho de 2011, URL: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/agri_environmental_indicators/introduction

FLF (2011) – *Protecção biológica de conservação contra a traça da oliveira* - Revista Frutas Legumes e Flores – Ed. Publiagro, Odivelas

García, A. (2005) - Cultivo Moderno do Olival - Publicações Europa-América, Lda., Mem Martins

GPP, (2011). *Produtos de Qualidade em Portugal, Azeite Moura Dop*. de Gabinete de Planeamento e Políticas, Acedido em 6 de Agosto de 2011, URL: <http://www.gpp.pt/valor/pqual/?id=63.>)

IM, (2011) – Dados meteorológicos 2010 – Acedido em: 9 de Maio de 2011, URL: <https://www.meteo.pt/pt/publicacoes/tecnico-cientif/noIM/boletins>

INE, (2011) Recenseamento Agrícola 2009 - Análise dos principais resultados - Editor Instituto Nacional de Estatística, I.P. edição 2011.

Leitão F., Potes M., Calado M., Almeida F. (1986) *Descrição de 22 Variedades de Oliveira Cultivadas em Portugal* - Ministério da Agricultura. Pescas e Alimentação - Direcção-geral de planeamento e agricultura, Lisboa

Lopes, A., Simões A. (2006) Protecção integrada em hortícolas. Família das solanáceas. Direcção Geral de Protecção das Culturas, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Oeiras. Acedido em 26 de Maio de 2011, URL: <http://www.gppaa.pt>

Palma F. (2008) – *Sebenta de apoio ao curso dos CET – Olivicultura e Viticultura*, ESAB, Beja

Pereira, M. (2008) - *Sebenta da disciplina Protecção de Plantas – Parte II- Os Meios de Protecção*. ESAB, Beja

Ribeiro, C.(2009) – *Sebenta de apoio à unidade curricular de Tecnologias pós colheita*, ESAB, Beja

Santos S., Gonçalves F., Rei F., Raimundo A., Torres A. (2008) – *Coccinelídeos associados ao olival português – Importância na protecção contra a cochonilha-negra* – sector editorial da U.T.D.A., Vila Real

Syngenta (2007) – Guia do Olival

Tombesi, A., Saavedra, M., Fernández-Escobar, R., d’Andria, R., Lavini, A., Jardak, T., Sbitri, M., Serafini, F. *TECHNIQUES DE PRODUCTION EN OLÉICULTURE* - Conseil oléicole international, 2007 – Madrid,

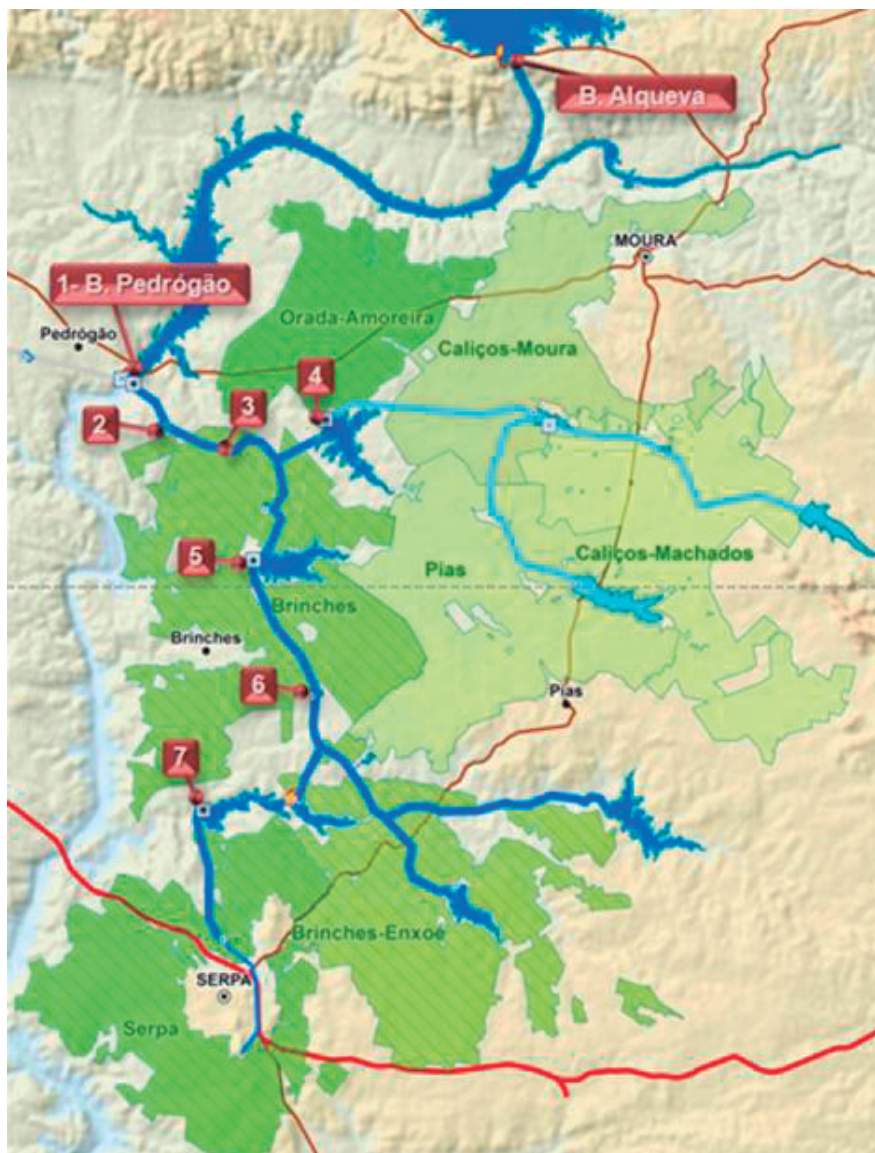
ANEXO I – REGULAMENTO (CE) N° 1698/2005 DO CONCELHO de 20 de Setembro de 2005

ANEXO II – REGULAMENTO (CE) N.º 1782/2003 DO CONSELHO de 29 de Setembro de 2003
(artigos 4.º e 5.º e anexos III e IV)

ANEXO III – Portaria n.º 229-B/2008 de 6 de Março 2008

ANEXO IV – subsistema de rega do Ardila

Subsistema de rega do Ardila



Fonte: EDIA, 2011

1. Barragem e Estação Elevatória de Pedrogão (Margem Esquerda)
2. Reservatório da Orada
3. Canal Orada- Amoreira/Brinches
4. Barragem e Estação Elevatória da Amoreira
5. Barragem e Estação Elevatória da Brinches
6. Reservatório e Estação Elevatória de Brinches Sul
7. Barragem e Estação Elevatória da Serpa

ANEXO V – levantamentos Postos de Observação Biológica (POB)

ANEXO VI – Caderno de Campo

Ano _____

| | | |
|---|--|--|
| Nome: _____ NIF: _____ NINGA: _____ Morada: _____ Cód. Postal _____ - ____ Localização: Concelho _____ Freguesia _____ Telef. _____ Fax _____ Telem. _____ Email _____ | | DRAP _____ |
| BALDIO DESIGNAÇÃO _____ NIF: _____ Localização: Concelho _____ Freguesia _____ NINGA: _____ SEDE _____ Morada: _____ Cód. Postal _____ - ____ Telef. _____ Fax _____ Telem. _____ Email _____ | | IDENTIFICAÇÃO DO OC OC (AB): _____ OC (PRODI): _____ |
| PROMOTOR DA CANDIDATURA Cargo: _____ Nome: _____ NIF: _____ NINGA: _____ Morada: _____ Cód. Postal _____ - ____ Telef. _____ Fax _____ Telem. _____ Email _____ | | ÁREA TOTAL (ha) _____ ÁREA em conv.(ha) _____ |
| PRODUÇÃO EM AB: | Vegetal <input type="checkbox"/> Pecuária <input type="checkbox"/> Transformação <input type="checkbox"/> Área em AB (ha) _____ Assistência técnica <input type="checkbox"/> Técnico assistente (AB): _____ | |
| PRODUÇÃO EM PRODI: | Vegetal <input type="checkbox"/> Pecuária <input type="checkbox"/> Transformação <input type="checkbox"/> Área em PRODI (ha) _____ Assistência técnica <input type="checkbox"/> Técnico assistente (PRODI): _____ | |



CARACTERIZAÇÃO DAS PARCELAS

[illegible]

- (1) N.º sequencial da parcela e anexar o respectivo IE
(2) Atribuir sequência com letras maiúsculas
(3) Exemplos: argiloso (ARG), franco (FRA), arenoso (ARE), franco-argiloso (FAG)
(4) Convencional (CV), Produção Integrada (PDI), Agricultura Biológica (AB), Conversão para AB de 1º ano (C1), Conversão para AB de 2º ano (C2), Conversão para AB de 3º ano (C3),
(5) Preenchimento facultativo no âmbito do PRODER. Exemplos: enriquecimento (ENR), mobilização mínima (M.MIN), sementeira directa (SEM.D), curvas de nível (C.NIV), cobertura vegetal do solo (COB), etc.
(6) Exemplos: bordaduras envasadas (BORD), bandas de compensação ecológica (BCE), refúgios para fauna selvagem (REF), sebes vegetais (SEB), variedades resistentes (RES), podas de arreamento (P.AR), introdução de auxiliares (I.AUX), etc.

CARACTERIZAÇÃO UP/ PÁG Nº





ZONA HOMOGÉNA

CONVERSÃO

C1

C2

C

ÁREA (ha)

TIPO REGA

CULTURA/GRUPO

VARIEDADE (lenhosas)/CULTURAS (hortícolas)

| DATA | JUSTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO | ESTIMATIVA DO RISCO | OPER.CULTURAL CONT.INFESTANTES | IRRIGAÇÃO FERTIRRIGAÇÃO | FERTILIZAÇÃO | TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO | PRODUÇÃO VENDAS | VISITAS E INTERVENIENTES |
|--|---|--|---|--------------------------------|--|--|--|--|
| Data (dia ou período) | Motivo (Estado do solo, Infestantes, Factor climático, etc) | Praga, Doença, Fauna auxiliar | Tipo intervenção, Controlo infestantes, Sementeira, Plantação | Débito/dia Dotação de rega | Adubo verde, Matéria orgânica, Produto comercial | Meio de luta Produto comercial | Colheita Designação do produto Tipo de embalagem | Operador /aplicado Técnico /AT / OC (nome e rubrica) |
| Estado fenológico ou cultura hortícola (1) | Quantificação | Quantificação Armadilha /contagens Observação visual (2) | Equipamento Herbicida Quantificação | Fertilizante Quantificação (3) | Espécies (ad.verde) Quantificação | Quantificação (concent./dose / quantidade calda) | Quantificação Lote nº / Destino | Área trabalhada Nº horas (4) |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Observações | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Observações | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Observações | | | | | | | | |

(1) No caso de uma só cultura (ex.: perene, cultura arvense), identificar o estado fenológico; no caso de várias culturas por zona homogênea (ex.: hortícolas), identificar apenas a cultura.

(2) No caso de colocação de armadilhas de monitorização, indicar a sua localização através do n.º de parcela no campo "quantificação".

(3) No caso de rega diária com dotações constantes, basta indicar apenas as datas do início e do término e as alterações intermédias dos débitos. As dotações de rega também estão sujeitas a justificação.

(4) Quando o técnico do organismo de controle (OC) registrar não-conformidades no seu relatório, deve referir-se na linha "Observações". O técnico de assistência técnica (AT) deve registrar as recomendações na linha "Observações", ou remeter para anexo. Apenas o registro do nome e a rubrica dos técnicos do OC e de AT são obrigatórios, sendo facultativo para outros intervenientes.

REGISTO VEGETAL/ PÁG Nº



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas rurais



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pesca



ANEXO I – REGISTO DE AQUISIÇÕES / ENTRADAS

[illegible]

(1) Identificar a origem quando o produto é proveniente do exterior da unidade: fornecedor, exploração, região, país. Registo facultativo quando a origem esteja explícito em documento anexo.

(2) Local ou animais da unidade a que se destina: parcela, zona/lote homogêneo, transformação, armazém, etc.

(3) Para facilitar a identificação, pode-se assinalar os documentos de compra com números sequenciais para os identificar nesta coluna.

ANEXO I / PÁG N°



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas zonas rurais



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas



ANEXO II - PLANO DE FERTILIZAÇÃO

O agricultor deve apresentar um plano de fertilização contendo a informação solicitada neste anexo. Este modelo é um guia de orientação, não obrigatório.

ZONA HOMOGÉNEA ÁREA (ha) CULTURA(S)

1) CORREÇÕES DO SOLO (ex: matéria orgânica, calcário, gesso, enxofre, argila, pó de rocha)

| Produto | Quantidade (ton/ha) | Época(s) prevista(s) / fracionamento | N fornecido (kg/ha) | Observações (1) |
|---------|---------------------|--------------------------------------|---------------------|-----------------|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

(1) Devem ser indicadas práticas que visem a melhoria do estado de fertilidade do solo.

2) FERTILIZAÇÃO AZOTADA

A fertilização azotada deve ser calculada e planeada de forma a evitar excedentes. No seu cálculo devem ser contabilizados e deduzidos os principais fornecimentos secundários.

Consumo estimado da cultura (kg N/ha) (2) para uma produção esperada de (2) (2) em caso de hortícolas considerar a cultura mais exigente

(A) Azoto proveniente da mineralização da MO do solo (kg N/ha)

(B) Azoto proveniente das correções orgânicas (kg N/ha)

(C) Azoto proveniente de adubos verdes (kg N/ha)

(D) Azoto proveniente da dose total estimada da água de rega (kg N/ha)

Fornecimentos involuntários (kg N/ha) (A+B+C+D)

Azoto necessário = Consumo estimado - Fornecimentos involuntários (kg N/ha)

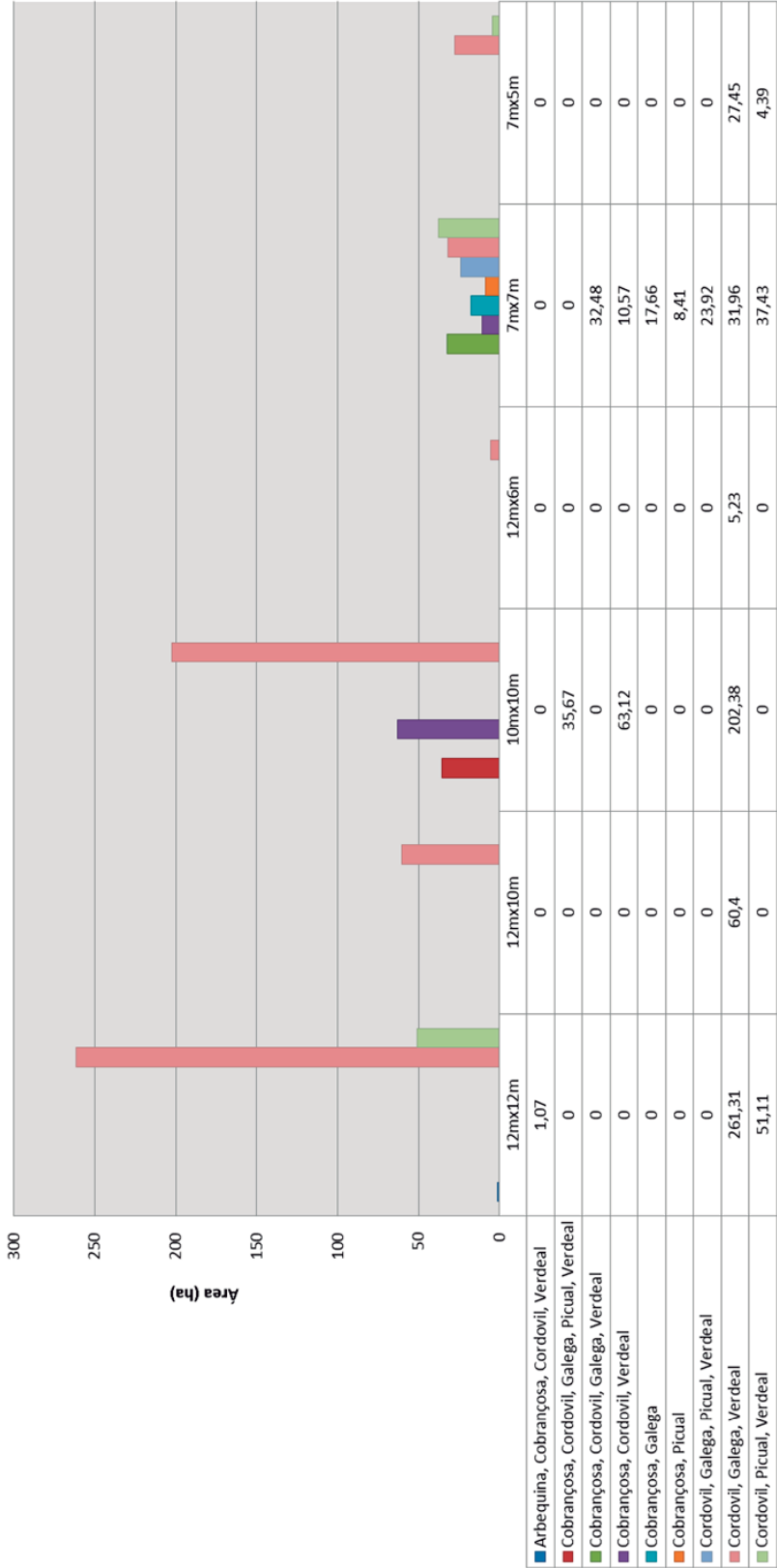
3) FERTILIZANTES PREVISTOS PARA APLICAÇÃO

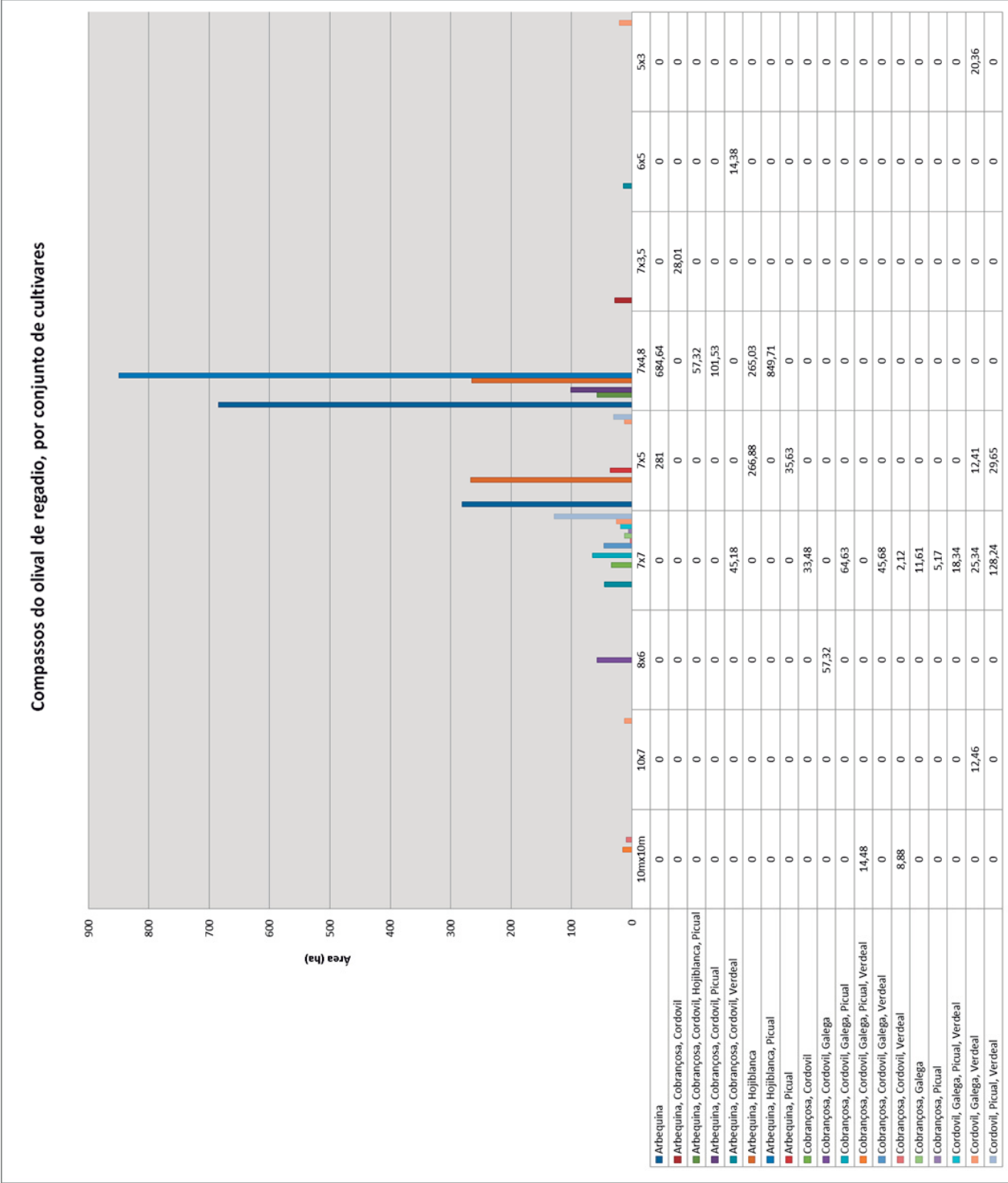
| Designação do produto | Quantidade (kg ou L/ha) | Composição do produto (%) | | | | | | Quantidade de nutriente a fornecer (kg ou L/ha) | | | | | | Época(s) prevista(s)/ fracionamento |
|-----------------------|-------------------------|---------------------------|---|---|----|----|-------------------------------|---|---|---|----|----|-------------------------------|-------------------------------------|
| | | N | P | K | Ca | Mg | Micronutrientes (especificar) | N | P | K | Ca | Mg | Micronutrientes (especificar) | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

OBSERVAÇÕES:

ANEXO VII – Compassos por conjunto de cultivares

Compassos do olival de sequeiro, por conjunto de cultivares



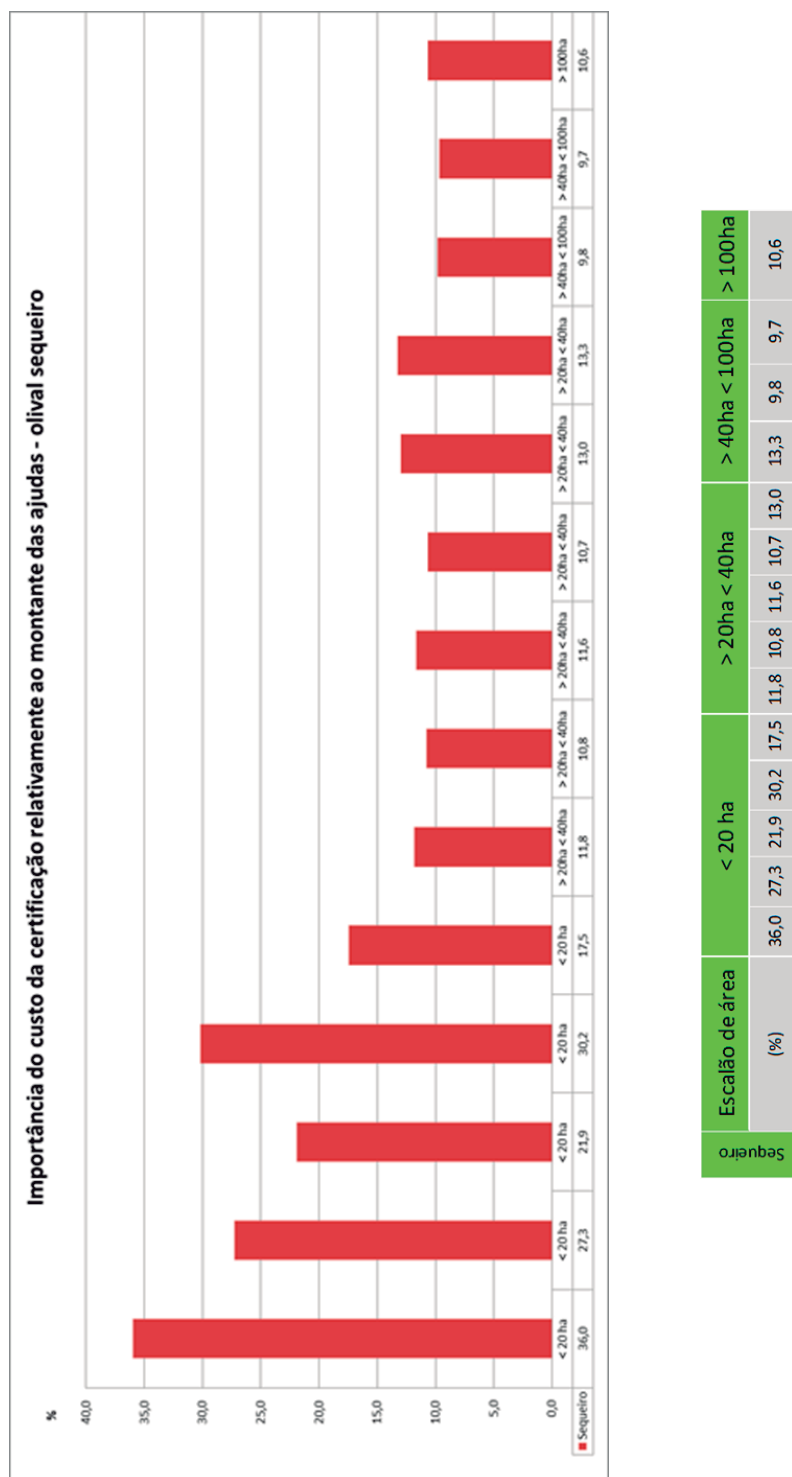


ANEXO VIII – Tabelas Nível Económico de Ataque - NEA

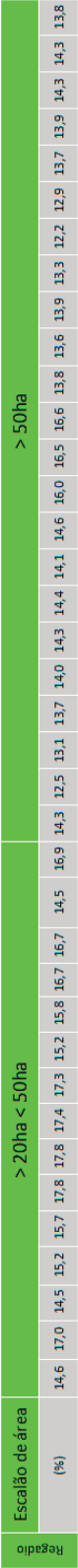
| Doença | Estimativa de risco | | | NEA |
|--|--|--|---|---|
| | Época de observação | Método de amostragem | Orgãos a observar | |
| Gafa <i>Gibberaspium olivarium</i> | Setembro à colheita | Observação visual | 10 frutos maduros x 20 árvores (quintanamente ou semanal até à colheita) | condições favoráveis ao desenvolvimento do patógeno: humidade relativa elevada (80 a 100%), T entre os 15 e 20°C e as folhas molhadas durante algum tempo Variedades sensíveis: 5 a 10% folhas com manchas visíveis Variedades resistentes não tratar Variedades sensíveis: 10% folhas infectadas Variedades resistentes: > 30 a 40% folhas infectadas Variedades sensíveis: 10% folhas com manchas visíveis + latentes Variedades resistentes tratar ao aparecimento das primeiras manchas esporuladas |
| | Início vegetativo | Observação visual | 20 folhas x 20 árvores | |
| | Verão | Laboratório | Diagnóstico Precoce (200 folhas imersas em solução NaOH a 5% durante 2 a 3 minutos) | |
| Olio de pavão <i>Spilocaea oleagina</i> | Fim Verão antes das primeiras chuvas | Observação visual | 20 folhas x 20 árvores | |
| Praga | Estimativa de risco | | | NEA |
| | Época de observação | Método de amostragem | Orgãos a observar | |
| Algodão <i>Euphyllura olivina</i> | Estado Fenológico B-C | Observação visual | 120 inflorescências (2x 60 árvores) | 25% inflorescências infestadas Zonas com perigo de fumagina: Imediatamente antes da colheita de mais de 2 fêmeas adultas vivas e não parasitadas e 2 3% de folhas ocupadas com ninfas do 18º e 20º instar. Outras zonas: ≥ 30 adultos vivos não parasitados |
| | Meio a Setembro | Observação visual | 10 ramos (40 cm) x 20 árvores e 5 folhas x 20 árvores | |
| Cochonilha Negra <i>Saissetia oleae</i> | | Observação visual | Cada amostra: 10 ramos (40 cm) x 10 árvores | Nível de infestação: (nº de adultos de cada amostra a dividir pelo nº total de ramos) 0 < ligeiras 1 (não requer tratamento) 1 < ligeiras 4 (em olivais de copa fechada, tratar) Forte > 4 (Tratar) Árvores jovens: Árvores jovens: > 5% de rebentos atacados |
| | Árvores jovens: Início da Primavera | Observação visual | 5 rebentos x 20 árvores | |
| Margarida <i>Margarita ulmiolalis</i> | | Observação visual | | 1 fêmea/dia em McPhail + 2% de acetona picada com formas vivas + 50% fêmeas férteis Acetona para azite: 1ª aplicação: 5 fêmeas/dia em McPhail + 60% fêmeas férteis Aplicações seguintes: com capturas em McPhail: > 1 fêmea/dia em McPhail + 60% fêmeas férteis + 8 a 12% de frutos com formas vivas sem capturas em McPhail: 3 adultos dia/amostragem cromotópica + 8 a 12% de frutos com formas vivas Árvores jovens: 10% de gemos terminais atacados > 15 a 20 frutos dia/amostragem sexual e 5 a 11% inflorescências atacadas com formas vivas > 25 a 30 frutos dia/amostragem sexual 20 a 40% de frutos com larvas vivas |
| | Árvores jovens: Início da Primavera | Observação visual | | |
| Mosca da Azite <i>Bactrocera oleae</i> | A partir da lenhificação do caroço | Armadilha McPhail armadilha cromotópica com feromona observação visual | 10 frutos x 20 árvores | |
| | | | | |
| Trepça da Oliveira <i>Proctos oleae</i> | Geração filófaga | Observação visual | 5 gemos x 20 árvores | |
| | Geração antófaga | Armadilha sexual (observação semanal) Observação visual | 10 caules florais x 20 árvores | |
| | Geração carpófaga | Armadilha sexual Observação visual | 2 frutos x 2 ramos x 20 árvores | |

ANEXO IX – Produtos Fitofarmacêuticos homologados em Protecção Integrada no olival

ANEXO X – Custo de Certificação relativamente ao montante das ajudas







I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

**REGULAMENTO (CE) N.º 1698/2005 DO CONSELHO,
de 20 de Setembro de 2005,
relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente os artigos 36.º e 37.º e o n.º 2 do artigo 299.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽¹⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) A política de desenvolvimento rural deve acompanhar e complementar as políticas de apoio ao mercado e aos rendimentos aplicadas no âmbito da política agrícola comum e, em consequência, contribuir para a realização dos objectivos desta política estabelecidos no Tratado. A política de desenvolvimento rural deve igualmente ter em conta os objectivos gerais da política de coesão económica e social estabelecidos no Tratado e contribuir para a sua realização, integrando simultaneamente as outras prioridades políticas importantes expostas nas conclusões dos Conselhos Europeus de Lisboa e de Gotemburgo relativas à competitividade e ao desenvolvimento sustentável.
- (2) Nos termos do Tratado, na elaboração da política agrícola comum e dos métodos especiais para a sua aplicação, deve tomar-se em consideração a natureza particular da actividade agrícola decorrente da estrutura social da agricultura e das disparidades estruturais e naturais entre as diversas zonas rurais.

- (3) A reforma da política agrícola comum de Junho de 2003 e Abril de 2004 introduziu alterações importantes que terão provavelmente um impacto significativo na economia em todo o território rural da Comunidade, em termos de padrões de produção agrícola, de métodos de gestão do espaço rural, de emprego e das condições sociais e económicas, em sentido lato, em diferentes zonas rurais.

- (4) A acção da Comunidade deve complementar a desenvolvida pelos Estados-Membros ou procurar contribuir para essa acção. A parceria deve ser reforçada através de disposições relativas à participação de vários tipos de parceiros, no pleno respeito das competências institucionais dos Estados-Membros. Os parceiros interessados devem participar na preparação, acompanhamento e avaliação da programação.

- (5) Atendendo a que o objectivo do presente regulamento, a saber, o desenvolvimento rural, não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros devido às relações entre o desenvolvimento rural e os outros instrumentos da política agrícola comum, ao nível das disparidades entre diferentes zonas rurais e às limitações financeiras dos Estados-Membros numa União alargada, e pode, pois, ser melhor alcançado ao nível comunitário através de uma garantia plurianual de financiamento comunitário e mediante uma concentração nas suas prioridades, a Comunidade pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, o presente regulamento não excede o necessário para atingir aquele objectivo.

- (6) As actividades do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (a seguir designado «FEADER») e as operações para as quais este contribua devem ser coerentes e compatíveis com as outras políticas comunitárias e obedecer a toda a legislação comunitária.

⁽¹⁾ Parecer emitido em 7 de Junho de 2005 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

- (7) Na sua acção a favor do desenvolvimento rural, a Comunidade tem a preocupação de eliminar desigualdades e de promover a igualdade entre homens e mulheres e a não discriminação, nos termos do Tratado.
- (8) Com vista a definir o conteúdo estratégico da política de desenvolvimento rural em consonância com as prioridades comunitárias e a favorecer assim a sua transparência, o Conselho deve adoptar orientações estratégicas sob proposta da Comissão.
- (9) Com base nas orientações estratégicas, cada Estado-Membro deve preparar o seu plano estratégico nacional de desenvolvimento rural que constituirá o quadro de referência para a preparação dos programas de desenvolvimento rural. Os Estados-Membros e a Comissão devem apresentar relatórios sobre o acompanhamento da estratégia nacional e comunitária.
- (10) A programação do desenvolvimento rural deve obedecer às prioridades comunitárias e nacionais e complementar as outras políticas comunitárias, nomeadamente a política dos mercados agrícolas, a política de coesão e a política comum das pescas.
- (11) A fim de garantir o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, é necessário concentrar a atenção num número limitado de objectivos fundamentais a nível comunitário relacionados com a competitividade dos sectores agrícola e florestal, a gestão do espaço rural e o ambiente, a qualidade de vida e a diversificação das actividades nessas zonas, tendo em conta a diversidade das situações, que vão desde zonas rurais remotas confrontadas com problemas de despovoamento e declínio até zonas rurais periurbanas sujeitas a uma pressão crescente dos centros urbanos.
- (12) Há necessidade de estabelecer regras gerais para a programação em matéria de desenvolvimento rural e respectiva revisão, assegurando simultaneamente o equilíbrio adequado entre os eixos dos programas de desenvolvimento rural correspondentes aos objectivos fundamentais acima referidos. O período dos programas deve ser de sete anos.
- (13) Para atingir o objectivo do aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, é importante elaborar estratégias de desenvolvimento claras destinadas a aumentar e adaptar o potencial humano, o potencial físico e a qualidade da produção agrícola.
- (14) No que se refere ao potencial humano, deve ser criado um conjunto de medidas sobre formação, informação e divulgação de conhecimentos, instalação de jovens agricultores, reforma antecipada de agricultores e trabalhadores agrícolas, utilização pelos agricultores e detentores de áreas florestais de serviços de aconselhamento e sobre a criação de serviços de gestão agrícola, de substituição agrícola e de aconselhamento agrícola, bem como de serviços de aconselhamento florestal.
- (15) Relativamente à formação, informação e divulgação dos conhecimentos, a evolução e a especialização da agricultura e da silvicultura exigem um nível apropriado de formação técnica e económica, incluindo conhecimentos especializados nas novas tecnologias da informação, bem como uma consciencialização adequada no que diz respeito à qualidade dos produtos, aos resultados da investigação e à gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo requisitos de ecocondicionalidade e a utilização de práticas de produção compatíveis com a manutenção e a valorização da paisagem e a protecção do ambiente. É, por conseguinte, necessário alargar o âmbito das actividades de formação, informação e divulgação dos conhecimentos a todos os adultos que tratem de questões agrícolas, alimentares e florestais. Estas actividades abarcam questões do âmbito dos dois objectivos da competitividade agrícola e florestal e da gestão do espaço rural e ambiente.
- (16) A concessão de benefícios específicos aos jovens agricultores pode facilitar não só a sua instalação inicial, como também o ajustamento estrutural das suas explorações após essa instalação. A medida de apoio à instalação deve ficar subordinada à elaboração de um plano empresarial que assegure a prazo o desenvolvimento das actividades das novas explorações agrícolas.
- (17) A reforma antecipada na agricultura deve visar uma mudança estrutural significativa das explorações transferidas através da medida de apoio à instalação de jovens agricultores, de acordo com os requisitos dessa mesma medida, ou de transferência da exploração com vista a aumentar a sua dimensão, tomando igualmente em consideração a experiência adquirida na aplicação de regimes comunitários anteriores neste domínio.
- (18) A utilização pelos agricultores e detentores de áreas florestais de serviços de aconselhamento e gestão deverá permitir-lhes melhorar a gestão sustentável das suas explorações. Pelo menos, a utilização dos serviços de aconselhamento agrícola previstos no Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores ⁽¹⁾, deve ajudar os agricultores a avaliar o desempenho das suas explorações agrícolas e a identificar os
-
- ⁽¹⁾ JO L 270 de 21.10.2003, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 118/2005 da Comissão (JO L 24 de 27.1.2005, p. 15).

melhoramentos necessários em função dos requisitos legais de gestão definidos nesse regulamento e das normas comunitárias em matéria de segurança no trabalho.

- (19) A criação de serviços de gestão agrícola, de substituição agrícola e de aconselhamento agrícola para agricultores e de serviços de aconselhamento florestal para detentores de áreas florestais deve ajudá-los a adaptar, melhorar e facilitar a gestão e a aumentar o desempenho geral das suas explorações através de uma melhoria do potencial humano existente nos sectores agrícola e florestal.
- (20) No que se refere ao potencial físico, deve ser criado um conjunto de medidas relativas à modernização das explorações agrícolas, à melhoria do valor económico das florestas, ao aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais, à promoção da elaboração de novos produtos, processos e tecnologias na agricultura e no sector alimentar e no sector florestal, à melhoria e ao desenvolvimento das infra-estruturas agrícolas e florestais, ao restabelecimento do potencial de produção agrícola afectado por catástrofes naturais e à introdução de medidas de prevenção adequadas.
- (21) O apoio comunitário ao investimento em explorações agrícolas tem como objectivo a modernização dessas explorações, a fim de melhorar o seu desempenho económico através de uma melhor utilização dos factores de produção, inclusive da introdução de novas tecnologias e de inovação, tendo em vista a qualidade, os produtos biológicos e a diversificação dentro e fora das explorações agrícolas, incluindo sectores não alimentares e colheitas energéticas, bem como a melhoria das condições ambientais, de segurança no trabalho, de higiene e de bem-estar dos animais nas explorações agrícolas, simplificando simultaneamente as condições do apoio ao investimento, em comparação com as estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural ⁽¹⁾.
- (22) As florestas privadas desempenham um papel considerável nas actividades económicas em zonas rurais e, por conseguinte, o apoio comunitário é importante para melhorar e alargar o seu valor económico e para permitir uma maior diversificação da produção e aumentar as oportunidades de mercado, em sectores como o das energias renováveis, mantendo simultaneamente a gestão sustentável e o papel multifuncional das florestas.
- (23) Devem ser incentivadas melhorias em matéria de transformação e de comercialização dos produtos agrícolas e florestais primários através do apoio aos investimentos destinados a uma maior eficiência no sector da transformação e comercialização, promovendo a transformação dos produtos agrícolas e florestais para

fins de produção de energias renováveis, introduzindo novas tecnologias e inovação, abrindo novas oportunidades de mercado para os produtos agrícolas e florestais, colocando a ênfase na qualidade, aumentando a protecção ambiental, a segurança no trabalho, a higiene e bem-estar dos animais, consoante o caso, visando, regra geral, as micro, pequenas e médias empresas, bem como outras empresas abaixo de uma certa dimensão, que estão melhor colocadas para aumentar o valor dos produtos locais, simplificando simultaneamente as condições do apoio ao investimento, em comparação com as estabelecidas no Regulamento (CE) n.º 1257/1999.

- (24) Num contexto de cada vez maior concorrência, é importante assegurar que a agricultura e o sector alimentar e o sector florestal possam tirar partido das oportunidades de mercado através de abordagens inovadoras largamente divulgadas em matéria de elaboração de novos produtos, processos e tecnologias. Para tal, deve ser incentivada a cooperação entre os agricultores, a indústria alimentar e de transformação de matérias-primas e outras partes interessadas.
- (25) As medidas relativas às infra-estruturas agrícolas e à prevenção e reparação de catástrofes naturais devem contribuir para o eixo referente à competitividade agrícola e florestal.
- (26) No que se refere à qualidade da produção e dos produtos agrícolas, deve ser criado um conjunto de medidas para ajudar os agricultores a cumprirem as normas baseadas na legislação comunitária, incentivar a sua participação em regimes de qualidade dos alimentos e apoiar os agrupamentos de produtores no que respeita às actividades de informação e de promoção.
- (27) A medida relativa ao cumprimento das normas tem como objectivo promover uma aplicação mais rápida por parte dos agricultores de normas exigentes baseadas na legislação comunitária nos domínios do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem-estar dos animais e da segurança no trabalho, assim como o respeito dessas normas pelos agricultores. As normas em questão podem impor novas obrigações aos agricultores e, consequentemente, deve ser proporcionado apoio no sentido de contribuir para a cobertura parcial dos custos adicionais ou das perdas de rendimentos decorrentes dessas obrigações.
- (28) O objectivo da medida de apoio aos agricultores que participam em regimes comunitários ou nacionais de qualidade dos alimentos é o de oferecer aos consumidores garantias quanto à qualidade do produto ou do processo de produção utilizado em consequência da sua participação nesses regimes, a fim de conferir valor acrescentado aos produtos agrícolas primários e de

⁽¹⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 80. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2223/2004 (JO L 379 de 24.12.2004, p. 1).

- aumentar as oportunidades de mercado. Uma vez que a participação nesses regimes pode ocasionar custos e obrigações adicionais que não são plenamente recompensados pelo mercado, os agricultores devem ser incentivados a participar nesses regimes.
- (29) É necessário melhorar o conhecimento dos consumidores quanto à existência e especificações de produtos integrados nos referidos regimes de qualidade dos alimentos. Deve ser concedido aos agrupamentos de produtores apoio destinado à informação dos consumidores e à promoção dos produtos abrangidos por regimes de qualidade apoiados pelos Estados-Membros no âmbito dos seus programas de desenvolvimento rural.
- (30) Há necessidade de assegurar a transição gradual de um conjunto de medidas individuais introduzidas pelo Acto de Adesão de 2003, a saber, a medida relativa à agricultura de semi-subsistência e a medida relativa aos agrupamentos de produtores.
- (31) O apoio a métodos específicos de gestão do espaço rural deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, incentivando os agricultores e detentores de áreas florestais, em especial, a empregar métodos de utilização das terras compatíveis com a necessidade de preservação do ambiente e paisagens naturais e de protecção e melhoria dos recursos naturais. Deve contribuir para a execução do 6.º programa de acção da Comunidade em matéria de ambiente e das conclusões da Presidência relativas à estratégia de desenvolvimento sustentável. Entre as questões-chave a tratar, contam-se a biodiversidade, a gestão dos sítios Natura 2000, a protecção dos recursos hídricos e dos solos, a atenuação das alterações climáticas, incluindo a redução das emissões de gases com efeito de estufa, a redução das emissões de amoníaco e a utilização sustentável de pesticidas.
- (32) A silvicultura é uma parte integrante do desenvolvimento rural e o apoio à utilização sustentável das terras deve abranger a gestão sustentável das florestas e seu papel multifuncional. As florestas criam benefícios múltiplos: fornecem matéria-prima para produtos renováveis e ecológicos e desempenham um papel importante no bem-estar económico, na diversidade biológica, no ciclo global de carbono, no equilíbrio dos recursos hídricos, no controlo da erosão e na prevenção dos riscos naturais, proporcionando além disso serviços sociais e recreativos. Devem ser adoptadas medidas florestais, em função dos compromissos assumidos pela Comunidade e pelos Estados-Membros ao nível internacional, que se devem basear em programas florestais a nível nacional ou subnacional dos Estados-Membros ou em instrumentos equivalentes e que devem ter em conta os compromissos assumidos nas conferências ministeriais sobre a protecção das florestas na Europa. As medidas florestais devem contribuir para a execução da estratégia florestal comunitária. Esse apoio deve evitar distorções da concorrência e ser neutro em termos de mercado.
- (33) Os pagamentos para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha e noutras zonas com desvantagens devem contribuir, através de uma utilização continuada das terras agrícolas, para a manutenção da paisagem rural e para a conservação e promoção de sistemas de exploração agrícola sustentáveis. Devem ser estabelecidos parâmetros objectivos para a fixação do nível dos pagamentos, a fim de garantir a eficiência deste regime de apoio e assegurar a realização dos seus objectivos. Determinadas disposições do Regulamento (CE) n.º 1257/1999 relativas ao apoio às zonas desfavorecidas devem manter-se em vigor durante um certo tempo.
- (34) Deve continuar a ser concedido apoio aos agricultores para os ajudar a enfrentar desvantagens específicas nas zonas abrangidas pela aplicação da Directiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens⁽¹⁾, e da Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens⁽²⁾, com vista a contribuir para a gestão eficaz dos sítios Natura 2000, devendo também ser concedido apoio aos agricultores para os ajudar a enfrentar desvantagens específicas nas zonas de bacias hidrográficas abrangidas pela aplicação da Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água⁽³⁾.
- (35) Os pagamentos agro-ambientais devem continuar a desempenhar um papel proeminente no apoio ao desenvolvimento sustentável das zonas rurais e na resposta à procura crescente de serviços ambientais por parte da sociedade. Estes pagamentos devem incentivar ainda mais os agricultores e outros gestores do espaço rural a servir a sociedade no seu conjunto através da introdução ou continuação da aplicação de métodos de produção agrícola compatíveis com a protecção e melhoria do ambiente, da paisagem e das suas características, dos recursos naturais, dos solos e da diversidade genética. Neste contexto, deve ser prestada especial atenção à preservação dos recursos genéticos na agricultura. De acordo com o princípio do poluidor-pagador, estes pagamentos devem abranger apenas os compromissos que ultrapassem as normas obrigatórias aplicáveis.
- (36) Os agricultores devem continuar a ser incentivados a adoptar normas elevadas em matéria de bem-estar dos animais, através do apoio aos agricultores que se comprometam a adoptar normas zootécnicas mais exigentes que as normas obrigatórias aplicáveis.
-
- ⁽¹⁾ JO L 103 de 25.4.1979, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 807/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 36).
- ⁽²⁾ JO L 206 de 22.7.1992, p. 7. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 284 de 31.10.2003, p. 1).
- ⁽³⁾ JO L 327 de 22.12.2000, p. 1. Directiva alterada pela Decisão n.º 2455/2001/CE (JO L 331 de 15.12.2001, p. 1).

- (37) Deve ser concedido apoio aos investimentos não produtivos que sejam necessários para cumprir compromissos assumidos no âmbito de regimes agro-ambientais ou para atingir outros objectivos agro-ambientais ou que, em determinadas explorações agrícolas, aumentem o valor de utilidade pública das zonas Natura 2000 e de outras zonas de elevado valor natural.
- (38) A fim de contribuírem para a protecção do ambiente, a prevenção de incêndios e riscos naturais, bem como para a atenuação das alterações climáticas, os recursos florestais devem ser alargados e melhorados pela primeira florestação de terras agrícolas e de terras não agrícolas. A primeira florestação deve ser adaptada às condições locais, ser compatível com o ambiente e promover a biodiversidade.
- (39) Os sistemas agro-florestais têm um elevado valor ecológico e social devido a uma combinação de sistemas de agricultura extensiva e de silvicultura com vista à produção de madeiras de elevada qualidade e de outros produtos florestais. Deve ser dado apoio à criação desses sistemas.
- (40) Dada a importância das florestas para a boa aplicação das Directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE, deve ser concedido um apoio específico aos detentores de áreas florestais a fim de os ajudar a resolver os problemas concretos resultantes dessa aplicação.
- (41) Devem ser introduzidos pagamentos silvo-ambientais para os compromissos voluntários de promoção da biodiversidade, de preservação dos ecossistemas florestais de elevado valor e de reforço do papel protector das florestas quanto à erosão dos solos, à manutenção dos recursos hídricos e da qualidade das águas e aos perigos naturais.
- (42) Deve ser concedido apoio para o restabelecimento do potencial silvícola em florestas atingidas por catástrofes naturais e incêndios e para a introdução de medidas de prevenção adequadas. As medidas de prevenção contra incêndios devem abranger zonas classificadas pelos Estados-Membros como de alto ou médio risco de incêndio, de acordo com os seus planos de protecção florestal.
- (43) Deve ser concedido apoio aos detentores de áreas florestais para os investimentos não produtivos que sejam necessários para cumprir compromissos silvo-ambientais ou para atingir outros objectivos ambientais ou que, em determinadas florestas, aumentem o valor de utilidade pública das zonas em questão.
- (44) A fim de assegurar a utilização orientada e eficaz do apoio à gestão do espaço rural nos termos do presente regulamento, os Estados-Membros devem designar as zonas elegíveis para intervenção no âmbito de determinadas medidas deste eixo. As zonas de montanha e outras zonas com desvantagens devem ser designadas em função de critérios comuns objectivos. Em consequência, as directivas e decisões do Conselho que adoptam listas das zonas desfavorecidas ou que alteram essas listas nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 21.º do Regulamento (CE) n.º 950/97 do Conselho, de 20 de Maio de 1997, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas ⁽¹⁾, devem ser revogadas com efeitos a partir de uma data posterior. As zonas Natura 2000 são designadas nos termos das Directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE. Os Estados-Membros devem designar as zonas adequadas para florestação por razões de carácter ambiental, como a protecção contra a erosão, a prevenção de perigos naturais ou a ampliação dos recursos florestais que contribuam para a atenuação das alterações climáticas, bem como as zonas florestais com um alto ou médio risco de incêndio.
- (45) Deve ser criado um sistema de sanções a aplicar aos beneficiários de pagamentos ao abrigo de determinadas medidas de gestão do espaço rural, que não cumpram os requisitos obrigatórios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 1782/2003 em toda a sua exploração, tendo em consideração a gravidade, a extensão, a persistência e a reincidência do incumprimento.
- (46) Há necessidade de acompanhar as mudanças nas zonas rurais, apoiando-as na diversificação das actividades agrícolas a favor de actividades não agrícolas e desenvolvimento de sectores não agrícolas, na promoção do emprego, na melhoria dos serviços básicos — incluindo o acesso local às tecnologias da informação e da comunicação — e na realização de investimentos que tornem as zonas rurais mais atractivas, a fim de inverter as tendências de declínio económico e social e de despovoamento dessas zonas. É também necessário envidar esforços no sentido de promover o potencial humano quanto a este aspecto.
- (47) Deve ser concedido apoio a outras medidas relacionadas com a economia rural em sentido lato. A lista de medidas deve ser definida com base na experiência adquirida na iniciativa Leader e tendo em conta as necessidades multisectorais do desenvolvimento rural endógeno.
- (48) A execução de estratégias locais de desenvolvimento pode reforçar a coerência territorial e as sinergias entre as medidas destinadas à população e à economia rurais em sentido lato. Por conseguinte, as medidas relativas à economia rural em sentido lato devem ser executadas de preferência através de estratégias locais de desenvolvimento.

⁽¹⁾ JO L 142 de 2.6.1997, p. 1. Regulamento revogado pelo Regulamento (CE) n.º 1257/1999.

- (49) Há necessidade de definir claramente os princípios de coerência e complementaridade do eixo respeitante à melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e à diversificação da economia rural com outros instrumentos financeiros comunitários, em especial os da política de coesão.
- (50) Após três períodos de programação, a iniciativa Leader atingiu um nível de maturidade que permite às zonas rurais executar a abordagem Leader no quadro mais vasto da programação geral relativa ao desenvolvimento rural. Por conseguinte, devem ser adoptadas disposições relativas à transferência dos princípios básicos da abordagem Leader para os programas que integrem um eixo específico e à definição dos grupos de acção local e das medidas a apoiar, incluindo a capacidade de parceria, a execução de estratégias locais, a cooperação, a ligação em rede e a aquisição de competências.
- (51) Dada a importância da abordagem Leader, uma parte substancial da contribuição do FEADER deve ser reservada para esse eixo.
- (52) O apoio do FEADER deve processar-se através de acções de assistência técnica relacionadas com a execução dos programas. Como elemento da assistência técnica referida no artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, de 21 de Junho de 2005, relativo ao financiamento da política agrícola comum ⁽¹⁾, deve ser criada uma rede de desenvolvimento rural a nível comunitário.
- (53) Devem ser estabelecidas disposições quanto à afectação dos recursos disponíveis. Estes recursos devem ser compatíveis com as perspectivas financeiras para o período de 2007 a 2013. O montante total para o desenvolvimento rural deve ser atribuído anualmente. Deve ser permitida uma concentração significativa nas regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência.
- (54) Deve dispor-se que o Conselho determinará o montante do apoio comunitário ao desenvolvimento rural ao abrigo do presente regulamento no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, a sua repartição anual e o montante mínimo a concentrar nas regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência, em conformidade com as perspectivas financeiras para o período de 2007 a 2013 e o acordo interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental para o mesmo período.
- (55) As dotações anuais atribuídas a um Estado-Membro para o objectivo da convergência ao abrigo dos fundos, no que diz respeito à parte proveniente da secção Orientação do FEOGA, dos fundos estruturais, do Fundo de Coesão e do Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP) ⁽²⁾, devem ser condicionadas a um limite máximo fixado tendo em conta a sua capacidade de absorção.
- (56) Para a repartição indicativa das dotações de autorização ao dispor dos Estados-Membros, devem ser estabelecidos critérios segundo um método objectivo e transparente.
- (57) Para além destes montantes, os Estados-Membros devem ter em consideração os montantes referidos no n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005.
- (58) As dotações disponíveis ao abrigo dos fundos devem ser indexadas forfetariamente para fins de programação.
- (59) A taxa da contribuição do FEADER para a programação do desenvolvimento rural deve ser fixada em função das despesas públicas dos Estados-Membros, tendo em conta a importância da prioridade atribuída à gestão do espaço rural e ao ambiente, a situação das regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência e a prioridade atribuída à abordagem Leader.
- (60) A fim de atenuar os condicionalismos específicos e os problemas estruturais nas actividades agrícolas e florestais e no aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais devido ao afastamento ou à insularidade e à dependência da economia rural de um número limitado de produtos agrícolas, e a fim de promover uma sólida política de desenvolvimento rural, devem ser aplicadas disposições específicas para determinadas medidas de desenvolvimento rural assim como taxas de co-financiamento pelo FEADER adequadas às regiões ultraperiféricas referidas no Tratado e às ilhas abrangidas pelo Regulamento (CEE) n.º 2019/93 do Conselho, de 19 de Julho de 1993, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor das ilhas menores do mar Egeu ⁽³⁾.
- (61) De acordo com o princípio da subsidiariedade e sob reserva de excepções, devem ser estabelecidas regras nacionais aplicáveis à elegibilidade das despesas.

⁽¹⁾ JO L 209 de 11.8.2005, p. 1.

⁽²⁾ Regulamento (CE) n.º 1263/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, relativo ao Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (JO L 161 de 26.6.1999, p. 54).

⁽³⁾ JO L 184 de 27.7.1993, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1782/2003.

- (62) A fim de assegurar a eficácia, a equidade e o impacto sustentável das intervenções do FEADER, devem ser estabelecidas disposições que garantam a perenidade das operações relacionadas com investimentos e evitem a utilização do FEADER para fins de concorrência desleal.
- (63) A execução descentralizada das acções ao abrigo do FEADER deve ser acompanhada de garantias no que se refere, nomeadamente, à qualidade da execução, aos resultados, à boa gestão financeira e ao controlo.
- (64) Os Estados-Membros devem tomar medidas para garantir o bom funcionamento dos sistemas de gestão e controlo. Para tal, é preciso determinar os princípios gerais e as funções básicas que qualquer sistema de gestão e controlo deve assegurar. É, por conseguinte, necessário manter a designação de uma única autoridade de gestão e definir as suas responsabilidades.
- (65) Cada programa de desenvolvimento rural deve ser objecto de um acompanhamento adequado por um comité de acompanhamento com base num quadro comum de acompanhamento e avaliação estabelecido e aplicado em parceria com os Estados-Membros, a fim de satisfazer eficazmente as necessidades específicas do desenvolvimento rural.
- (66) A eficácia e o impacto das acções ao abrigo do FEADER dependem igualmente de uma melhor avaliação com base no quadro comum de acompanhamento e avaliação. Os programas devem, nomeadamente, ser avaliados quanto à sua preparação, execução e conclusão.
- (67) A fim de permitir um funcionamento eficaz da parceria e de promover a acção comunitária, a respectiva informação deve ser objecto de uma divulgação tão ampla quanto possível. As autoridades de gestão dos programas têm uma responsabilidade nesta matéria.
- (68) O desenvolvimento rural tal como definido no presente regulamento deve ser elegível para apoio do Estado-Membro sem co-financiamento comunitário. Atendendo ao impacto económico desse apoio e a fim de assegurar a coerência com as medidas elegíveis para apoio comunitário e de simplificar os procedimentos, devem ser estabelecidas regras específicas relativas às ajudas estatais, tomando também em consideração a experiência adquirida na aplicação do Regulamento (CE) n.º 1257/1999. Além disso, os Estados-Membros devem ser autorizados a conceder ajudas estatais destinadas a proporcionar financiamento adicional para o desenvolvimento rural relativamente ao qual seja concedido apoio comunitário, de acordo com um procedimento de notificação previsto no presente regulamento como parte da programação.
- (69) É necessário adoptar regras para facilitar a transição entre o regime de apoio existente e o novo regime de apoio ao desenvolvimento rural.
- (70) O novo regime de apoio estabelecido no presente regulamento substitui o regime de apoio existente. Em consequência, o Regulamento (CE) n.º 1257/1999 deve ser revogado com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, com excepção de determinadas disposições relativas às zonas desfavorecidas, que serão revogadas em data posterior.
- (71) As medidas necessárias à execução do presente regulamento serão aprovadas nos termos da Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão ⁽¹⁾.
- (72) O Comité Económico e Social Europeu emitiu parecer ⁽²⁾.
- (73) O Comité das Regiões emitiu parecer ⁽³⁾.

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

TÍTULO I

OBJECTIVOS E REGRAS GERAIS DAS INTERVENÇÕES

CAPÍTULO I

ÂMBITO

DE APLICAÇÃO E DEFINIÇÕES

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. O presente regulamento:

Estabelece as regras gerais do apoio comunitário ao desenvolvimento rural financiado pelo FEADER instituído pelo Regulamento (CE) n.º 1290/2005;

2. Define os objectivos para os quais a política de desenvolvimento rural deve contribuir;
3. Define o contexto estratégico da política de desenvolvimento rural, incluindo o método de definição das orientações estratégicas comunitárias para a política de desenvolvimento rural (a seguir designadas «orientações

⁽¹⁾ JO L 184 de 17.7.1999, p. 23 (rectificação no JO L 269 de 19.10.1999, p. 45).

⁽²⁾ Parecer emitido em 9 de Março de 2005 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

⁽³⁾ Parecer emitido em 23 de Fevereiro de 2005 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

estratégicas comunitárias»), bem como do plano estratégico nacional;

4. Define as prioridades e medidas relativas ao desenvolvimento rural;
5. Estabelece regras relativas à parceria, programação, avaliação, gestão financeira, acompanhamento e controlo, com base em responsabilidades partilhadas entre os Estados-Membros e a Comissão.

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) «Programação»: o processo de organização, tomada de decisões e financiamento em várias etapas com vista a executar, numa base plurianual, a acção conjunta da Comunidade e dos Estados-Membros para a consecução dos objectivos prioritários do FEADER;
- b) «Região»: a unidade territorial correspondente ao nível 1 ou 2 da nomenclatura das unidades territoriais estatísticas (níveis 1 e 2 da NUTS), na acepção do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma nomenclatura comum das unidades territoriais estatísticas (NUTS) ⁽¹⁾;
- c) «Eixo»: um grupo coerente de medidas com objectivos específicos directamente resultantes da sua aplicação e contribuindo para um ou mais dos objectivos fixados no artigo 4.º;
- d) «Medida»: um conjunto de operações que concorrem para a aplicação de um eixo como referido no n.º 2 do artigo 4.º;
- e) «Operação»: um projecto, contrato ou acordo, ou qualquer outra acção, seleccionado de acordo com os critérios estabelecidos para o programa de desenvolvimento rural em questão e executado por um ou mais beneficiários, que permite a realização dos objectivos fixados no artigo 4.º;
- f) «Quadro comum de acompanhamento e avaliação»: uma abordagem geral desenvolvida pela Comissão e pelos Estados-Membros que define um número limitado de indicadores comuns relacionados com a situação inicial e

a execução financeira, as realizações, os resultados e os impactos dos programas;

- g) «Estratégia local de desenvolvimento»: um conjunto coerente de operações destinadas a satisfazer objectivos e necessidades locais, executado em parceria ao nível adequado;
- h) «Beneficiário»: um operador, organismo ou empresa, de carácter público ou privado, que é responsável pela execução das operações ou que recebe o apoio;
- i) «Despesas públicas»: qualquer contribuição pública para o financiamento de operações proveniente do orçamento do Estado, de autarquias locais e regionais, das Comunidades Europeias e qualquer despesa semelhante. Será considerada contribuição pública qualquer contribuição para o financiamento de operações proveniente do orçamento de organismos de direito público ou de associações de uma ou mais autarquias locais e regionais ou organismos de direito público na acepção da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços ⁽²⁾;
- j) «Objectivo da convergência»: o objectivo da acção em prol dos Estados-Membros e regiões menos desenvolvidos em conformidade com a legislação comunitária relativa ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (a seguir designado «FEDER»), ao Fundo Social Europeu (a seguir designado «FSE») e ao Fundo de Coesão no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

CAPÍTULO II

MISSÕES E OBJECTIVOS

Artigo 3.º

Missões

O FEADER contribui para a promoção do desenvolvimento rural sustentável em toda a Comunidade, em complementaridade com as políticas de apoio ao mercado e aos rendimentos da política agrícola comum, a política de coesão e a política comum das pescas.

⁽¹⁾ JO L 154 de 21.6.2003, p. 1.

⁽²⁾ JO L 134 de 30.4.2004, p. 114.

Artigo 4.º**Objectivos**

1. O apoio ao desenvolvimento rural deve contribuir para atingir os seguintes objectivos:
 - a) Aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura através do apoio à reestruturação, ao desenvolvimento e à inovação;
 - b) Melhoria do ambiente e da paisagem rural através do apoio à gestão do espaço rural;
 - c) Promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação das actividades económicas.
2. É dada execução aos objectivos estabelecidos no n.º 1 por meio dos quatro eixos definidos no título IV.

CAPÍTULO III**PRINCÍPIOS DA INTERVENÇÃO****Artigo 5.º****Complementaridade, coerência e conformidade**

1. O FEADER complementa as acções nacionais, regionais e locais que contribuam para as prioridades da Comunidade.
2. A Comissão e os Estados-Membros asseguram que as intervenções do FEADER e dos Estados-Membros sejam coerentes com as actividades, políticas e prioridades da Comunidade. As intervenções do FEADER devem, em especial, ser coerentes com os objectivos da coesão económica e social e os do instrumento de apoio comunitário às pescas.
3. Essa coerência deve ser proporcionada pelas orientações estratégicas comunitárias referidas no artigo 9.º, pelo plano estratégico nacional referido no artigo 11.º, pelos programas de desenvolvimento rural referidos no artigo 15.º e pelo relatório da Comissão referido no artigo 14.º
4. No âmbito das respectivas competências, a Comissão e os Estados-Membros asseguram a coordenação entre as intervenções dos diferentes Fundos, do FEDER, do FSE, do Fundo de Coesão, do Instrumento de Apoio Comunitário às Pescas, e as do Banco Europeu de Investimento (BEI) e dos outros instrumentos financeiros comunitários.
5. Deve ser igualmente garantida a coerência com as medidas financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia.

6. Não é concedido apoio nos termos do presente regulamento a regimes elegíveis para apoio no âmbito das organizações comuns de mercado, salvo excepções a definir nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

7. Os Estados-Membros asseguram que as operações financiadas pelo FEADER estejam em conformidade com o Tratado e com quaisquer actos adoptados ao abrigo deste.

Artigo 6.º**Parceria**

1. É dada execução à intervenção do FEADER por meio de uma estreita concertação (a seguir designada «parceria») entre a Comissão e o Estado-Membro e com as autoridades e organismos designados pelo Estado-Membro de acordo com as regras e práticas nacionais, que incluem:

- a) Autarquias locais e regionais e outras autoridades públicas competentes;
- b) Parceiros económicos e sociais;
- c) Qualquer outro organismo apropriado em representação da sociedade civil, organizações não governamentais, incluindo organizações ambientais, e organismos responsáveis pela promoção da igualdade entre homens e mulheres.

O Estado-Membro designa os parceiros mais representativos aos níveis nacional, regional e local e nas esferas económica, social, ambiental ou outra (a seguir designados «parceiros»). O Estado-Membro cria as condições para uma participação larga e efectiva de todos os organismos competentes, de acordo com as regras e práticas nacionais, tomando em consideração a necessidade de promover a igualdade entre homens e mulheres e o desenvolvimento sustentável através da integração de requisitos de protecção e melhoria do ambiente.

2. A parceria é conduzida no pleno respeito das respectivas competências institucionais, jurídicas e financeiras de cada categoria de parceiros definida no n.º 1.

3. A parceria colabora na preparação e acompanhamento do plano estratégico nacional e na preparação, execução, acompanhamento e avaliação dos programas de desenvolvimento rural. Os Estados-Membros envolvem todos os parceiros apropriados nas várias fases da programação, tomando em devida consideração os prazos fixados para cada etapa.

Artigo 7.º

Subsidiariedade

Os Estados-Membros são responsáveis pela execução dos programas de desenvolvimento rural ao nível territorial adequado, de acordo com as suas próprias disposições institucionais, em conformidade com o presente regulamento.

Artigo 8.º

Igualdade entre homens e mulheres e não discriminação

Os Estados-Membros e a Comissão promovem a igualdade entre homens e mulheres e asseguram que seja combatida qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual durante as diversas fases de execução do programa.

São incluídas as fases de concepção, de execução, de acompanhamento e de avaliação.

TÍTULO II

ABORDAGEM ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

CAPÍTULO I

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS COMUNITÁRIAS

Artigo 9.º

Conteúdo e adopção

1. O Conselho adopta orientações estratégicas comunitárias de política para o desenvolvimento rural para o período de programação compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, em função das prioridades políticas definidas ao nível comunitário.

Essas orientações estratégicas definem, ao nível comunitário, as prioridades estratégicas do desenvolvimento rural no período de programação, com vista dar execução a cada um dos eixos estabelecidos no presente regulamento.

2. Até 20 de Fevereiro de 2006, deve ser adoptada uma decisão sobre as orientações estratégicas comunitárias nos termos do artigo 37.º do Tratado. Essa decisão deve ser publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Artigo 10.º

Revisão

As orientações estratégicas comunitárias podem ser sujeitas a revisão, em especial para ter em conta alterações importantes nas prioridades comunitárias.

CAPÍTULO II

PLANOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

Artigo 11.º

Conteúdo

1. Cada Estado-Membro apresenta um plano estratégico nacional que estabelece as prioridades da acção do FEADER e do Estado-Membro em questão, tendo em conta as orientações estratégicas comunitárias, os seus objectivos específicos, a contribuição do FEADER e os outros recursos financeiros.

2. O plano estratégico nacional assegura a coerência do apoio comunitário ao desenvolvimento rural com as orientações estratégicas comunitárias, bem como a coordenação de todas as prioridades comunitárias, nacionais e regionais. O plano estratégico nacional é um instrumento de referência para a preparação da programação do FEADER. O plano é executado através dos programas de desenvolvimento rural.

3. Cada plano estratégico nacional inclui:

- a) Uma avaliação da situação económica, social e ambiental e do potencial de desenvolvimento;
- b) A estratégia escolhida para a acção conjunta da Comunidade e do Estado-Membro em questão, demonstrando a coerência das escolhas feitas com as orientações estratégicas comunitárias;

- c) As prioridades temáticas e territoriais para o desenvolvimento rural no âmbito de cada eixo, incluindo os principais objectivos quantificados e os indicadores de acompanhamento e avaliação adequados;
- d) Uma lista dos programas de desenvolvimento rural para execução do plano estratégico nacional e uma afectação indicativa do FEADER para cada programa, incluindo os montantes a que se refere o n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005;
- e) Os meios para assegurar a coordenação com os outros instrumentos da política agrícola comum, o FEDER, o FSE, o Fundo de Coesão, o Instrumento de Apoio Comunitário às Pescas e o BEI;
- f) Se for caso disso, o orçamento para a realização do objectivo da convergência;
- g) Uma descrição das disposições e a indicação do montante reservado para a criação da rede rural nacional referida no n.º 3 do artigo 66.º e no artigo 68.º

Artigo 12.º

Preparação

1. Cada Estado-Membro prepara um plano estratégico nacional após a adopção das orientações estratégicas comunitárias.

Esse plano é preparado de acordo com as disposições institucionais do Estado-Membro em questão, na sequência de uma estreita colaboração com os parceiros referidos no artigo 6.º O plano é elaborado em estreita colaboração com a Comissão e abrange o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

2. Cada Estado-Membro envia à Comissão o seu plano estratégico nacional antes da apresentação dos seus programas de desenvolvimento rural.

CAPÍTULO III

ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO

Artigo 13.º

Relatórios de síntese pelos Estados-Membros

1. Pela primeira vez em 2010 e subsequentemente o mais tardar em 1 de Outubro de cada segundo ano, cada Estado-

-Membro apresenta à Comissão um relatório de síntese expondo os progressos verificados na execução do seu plano estratégico nacional e dos seus objectivos e a sua contribuição para a realização das orientações estratégicas comunitárias. O último relatório de síntese deve ser apresentado o mais tardar em 1 de Outubro de 2014.

2. O relatório resume os relatórios de execução anuais dos anos precedentes referidos no artigo 82.º e descreve, nomeadamente:

- a) As realizações e resultados dos programas de desenvolvimento rural em função dos indicadores definidos no plano estratégico nacional;
- b) Os resultados das actividades de avaliação contínua de cada programa.

3. Em derrogação do n.º 1, relativamente aos programas únicos referidos no n.º 2 do artigo 15.º, os Estados-Membros podem incluir nos relatórios de execução anuais referidos no artigo 82.º os elementos previstos no n.º 2 do presente artigo, dentro do prazo fixado no artigo 82.º

Artigo 14.º

Relatório da Comissão

1. Pela primeira vez em 2011 e subsequentemente no início de cada segundo ano, a Comissão apresenta um relatório com o resumo dos principais desenvolvimentos, tendências e desafios relacionados com a execução dos planos estratégicos nacionais e das orientações estratégicas comunitárias. O último relatório da Comissão deve ser apresentado no início de 2015.

Esse relatório baseia-se na análise e apreciação pela Comissão dos relatórios de síntese dos Estados-Membros a que se refere o artigo 13.º e em qualquer outra informação disponível. O relatório indica as medidas tomadas ou a tomar pelos Estados-Membros e pela Comissão, para permitir um seguimento adequado das conclusões do relatório.

2. O relatório da Comissão é enviado ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões.

TÍTULO III

PROGRAMAÇÃO

CAPÍTULO I

CONTEÚDO DA PROGRAMAÇÃO

Artigo 15.º

Programas de desenvolvimento rural

1. A acção do FEADER nos Estados-Membros processa-se através de programas de desenvolvimento rural. Esses programas executam uma estratégia de desenvolvimento rural através de um conjunto de medidas agrupadas de acordo com os eixos definidos no título IV, para cuja execução é solicitado o apoio do FEADER.

Cada programa de desenvolvimento rural abrange um período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

2. Os Estados-Membros podem apresentar um programa único para todo o seu território ou um conjunto de programas regionais.

3. Os Estados-Membros com programas regionais podem também apresentar um quadro nacional que contenha elementos comuns para esses programas.

Artigo 16.º

Conteúdo dos programas

Cada programa de desenvolvimento rural inclui:

- a) Uma análise da situação em termos de pontos fortes e fracos, a estratégia escolhida para o seu tratamento e a avaliação *ex ante* referida no artigo 85.º;
- b) Uma justificação das prioridades escolhidas, tendo em conta as orientações estratégicas comunitárias e o plano estratégico nacional, bem como o impacto esperado de acordo com a avaliação *ex ante*;

c) Informações sobre os eixos e as medidas propostas para cada eixo e respectiva descrição, incluindo os objectivos específicos verificáveis e os indicadores referidos no artigo 81.º que permitam medir os progressos, a eficiência e a eficácia do programa;

d) Um plano de financiamento com dois quadros:

- um primeiro quadro que fixa, nos termos do n.ºs 4 e 5 do artigo 69.º, a contribuição total do FEADER prevista para cada ano. Se for caso disso, esse plano de financiamento indica separadamente, na contribuição total do FEADER, as dotações destinadas às regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência. A contribuição anual prevista do FEADER deve ser compatível com as perspectivas financeiras,

- um segundo quadro que especifica, para todo o período de programação, a totalidade da contribuição comunitária prevista e o financiamento público nacional correspondente para cada eixo, a taxa de contribuição do FEADER para cada eixo e o montante reservado para a assistência técnica. Se for caso disso, esse quadro indica também separadamente a contribuição do FEADER prevista para as regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência e o financiamento público nacional correspondente;

e) A título informativo, uma repartição indicativa dos montantes iniciais por medida, em termos de despesas públicas e privadas;

f) Se for caso disso, um quadro sobre o financiamento nacional adicional por eixo nos termos do artigo 89.º;

g) Os elementos necessários à avaliação em matéria de regras de concorrência e, se for caso disso, a lista dos regimes de ajuda autorizados nos termos dos artigos 87.º, 88.º e 89.º do Tratado a utilizar para a execução dos programas;

h) Informações sobre a complementaridade com as medidas financiadas pelos outros instrumentos da política agrícola comum, através da política de coesão e pelo Instrumento de Apoio Comunitário às Pescas;

i) As disposições de execução do programa, incluindo:

CAPÍTULO II

- i) a designação pelo Estado-Membro de todas as autoridades previstas no n.º 2 do artigo 74.º e, a título informativo, uma descrição sucinta da estrutura de gestão e controlo;

Artigo 18.º

Preparação e aprovação

- ii) uma descrição dos sistemas de acompanhamento e avaliação, bem como da composição do comité de acompanhamento;

1. Os Estados-Membros elaboram os programas de desenvolvimento rural na sequência de uma estreita cooperação com os parceiros referidos no artigo 6.º

- iii) as disposições destinadas a assegurar que é dada publicidade ao programa;

2. Os Estados-Membros apresentam à Comissão uma proposta para cada programa de desenvolvimento rural, com as informações referidas no artigo 16.º

- j) A designação dos parceiros referidos no artigo 6.º e os resultados das consultas aos parceiros.

3. A Comissão avalia os programas propostos com base na sua coerência com as orientações estratégicas comunitárias, com o plano estratégico nacional e com o presente regulamento.

Artigo 17.º

Caso considere que um programa de desenvolvimento rural não é coerente com as orientações estratégicas comunitárias, o plano estratégico nacional ou o presente regulamento, a Comissão solicita ao Estado-Membro que proceda à revisão do programa proposto.

Equilíbrio entre os objectivos

4. Cada programa de desenvolvimento rural é aprovado nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

1. A contribuição financeira comunitária para cada um dos três objectivos referidos no artigo 4.º cobre, no mínimo, 10% da contribuição total do FEADER para o programa relativamente aos eixos 1 e 3 referidos nas secções 1 e 3, respectivamente, do capítulo I do título IV e, no mínimo, 25% da contribuição total do FEADER para o programa relativamente ao eixo 2 referido na secção 2 do capítulo I do título IV. Para os programas dos departamentos ultramarinos franceses, a contribuição financeira comunitária mínima relativamente ao eixo 2 é de 10%.

Artigo 19.º

Revisão

2. Deve ser reservado 5%, no mínimo, da contribuição total do FEADER para o programa relativamente ao eixo 4 referido na secção 4 do capítulo I do título IV. Este montante contribui para as percentagens previstas no n.º 1. Para a República Checa, a Estónia, Chipre, a Letónia, a Lituânia, a Hungria, Malta, a Polónia, a Eslovénia e a Eslováquia, a contribuição financeira comunitária mínima relativamente ao eixo 4 de 5% pode ser aplicada gradualmente durante o período de programação de modo a que, em média, no mínimo, seja reservado 2,5% da contribuição total do FEADER relativamente ao eixo 4.

1. Os programas de desenvolvimento rural são reexaminados e, eventualmente, adaptados relativamente à parte restante do período pelo Estado-Membro, após aprovação do comité de acompanhamento. As revisões devem ter em conta os resultados das avaliações e os relatórios da Comissão, especialmente com vista a reforçar ou adaptar o modo como as prioridades comunitárias são tomadas em consideração.

2. Após a apresentação de um pedido de revisão de um programa de desenvolvimento rural pelo Estado-Membro, a Comissão adopta uma decisão sobre esse pedido nos termos do n.º 2 do artigo 90.º As alterações que exijam uma aprovação por decisão da Comissão são definidas nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

TÍTULO IV

APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

CAPÍTULO I

EIXOS

SECÇÃO 1

Eixo 1

Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal*Artigo 20.º***Medidas**

O apoio relativo à competitividade dos sectores agrícola e florestal diz respeito a:

- a) Medidas destinadas a aumentar os conhecimentos e a melhorar o potencial humano através de:
 - i) formação profissional e acções de informação, incluindo a divulgação de conhecimentos científicos e práticas inovadoras, para pessoas em actividade nos sectores agrícola, alimentar e florestal;
 - ii) instalação de jovens agricultores;
 - iii) reforma antecipada de agricultores e trabalhadores agrícolas;
 - iv) utilização de serviços de aconselhamento por agricultores e detentores de áreas florestais;
 - v) criação de serviços de gestão agrícola, de substituição agrícola e de aconselhamento agrícola, bem como de serviços de aconselhamento florestal;
- b) Medidas destinadas a reestruturar e desenvolver o potencial físico e a promover a inovação através de:
 - i) modernização de explorações agrícolas;
 - ii) melhoria do valor económico das florestas;
 - iii) aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais;
 - iv) cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias na agricultura e no sector alimentar e no sector florestal;
 - v) melhoria e desenvolvimento de infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura;
 - vi) restabelecimento do potencial de produção agrícola afectado por catástrofes naturais e introdução de medidas de prevenção adequadas;
- c) Medidas destinadas a melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas através de:
 - i) apoio aos agricultores para se adaptarem a normas exigentes baseadas em legislação comunitária;
 - ii) apoio aos agricultores que participem em regimes de qualidade dos alimentos;
 - iii) apoio aos agrupamentos de produtores para actividades de informação e de promoção de produtos abrangidos por regimes de qualidade dos alimentos;
- d) Medidas transitórias para a República Checa, a Estónia, Chipre, a Letónia, a Lituânia, a Hungria, Malta, a Polónia, a Eslovénia e a Eslováquia referentes a:
 - i) apoio a explorações agrícolas de semi-subsistência em vias de reestruturação;
 - ii) apoio à criação de agrupamentos de produtores.

Subsecção 1

Condições para as medidas destinadas a aumentar os conhecimentos e a melhorar o potencial humano*Artigo 21.º***Formação profissional e acções de informação**

O apoio previsto na subalínea i) da alínea a) do artigo 20.º não inclui cursos ou formações que façam parte de programas ou sistemas normais do ensino agrícola ou florestal nos graus secundário ou superior.

*Artigo 22.º***Instalação de jovens agricultores**

1. O apoio previsto na subalínea ii) da alínea a) do artigo 20.º é concedido a pessoas que:

- a) Tenham menos de 40 anos de idade e se instalem pela primeira vez numa exploração agrícola na qualidade de responsáveis da exploração;
- b) Possuam aptidões e competências profissionais adequadas;
- c) Apresentem um plano empresarial para o desenvolvimento das suas actividades agrícolas.

2. O apoio é concedido até ao montante máximo estabelecido no anexo.

*Artigo 23.º***Reforma antecipada**

1. O apoio previsto na subalínea iii) da alínea a) do artigo 20.º é concedido a:

- a) Agricultores que decidam cessar a sua actividade agrícola para fins de transferência da exploração para outros agricultores;
- b) Trabalhadores agrícolas que decidam cessar definitivamente todas as suas actividades agrícolas na sequência da transferência da exploração.

2. O cedente deve:

- a) Ter pelo menos 55 anos, mas não ter ainda atingido a idade normal da reforma no momento da transferência,

ou ser, no máximo, 10 anos mais novo do que a idade normal da reforma no Estado-Membro em questão no momento da transferência;

- b) Cessar definitivamente toda a actividade agrícola com fins comerciais;

- c) Ter exercido a actividade agrícola nos 10 anos anteriores à transferência.

3. O cessionário deve:

- a) Suceder ao cedente, instalando-se como previsto no artigo 22.º, ou

- b) Ser um agricultor de menos de 50 anos de idade ou um ente de direito privado e retomar a exploração agrícola libertada pelo cedente com vista a aumentar a dimensão da exploração agrícola.

4. O trabalhador agrícola deve:

- a) Ter pelo menos 55 anos, mas não ter ainda atingido a idade normal da reforma, ou ser, no máximo, 10 anos mais novo do que a idade normal da reforma no Estado-Membro em questão;

- b) Ter, durante os cinco anos anteriores, dedicado pelo menos metade do seu tempo de trabalho à agricultura, como membro do agregado familiar ou trabalhador agrícola;

- c) Ter trabalhado na exploração agrícola do cedente durante pelo menos o equivalente a dois anos a tempo inteiro no período de quatro anos anterior à reforma antecipada do cedente;

- d) Estar inscrito num regime de segurança social.

5. A duração total do apoio à reforma antecipada do cedente e do trabalhador agrícola não pode ser superior a 15 anos. O apoio não é concedido para além do 70.º aniversário do cedente e da idade de normal de reforma do trabalhador agrícola.

Se, no caso de um cedente, o Estado-Membro pagar uma pensão de reforma, o apoio à reforma antecipada é concedido a título de complemento, tendo em conta o montante da pensão nacional de reforma.

6. O montante máximo do apoio está estabelecido no anexo.

*Artigo 24.º***Utilização de serviços de aconselhamento**

1. O apoio previsto na subalínea iv) da alínea a) do artigo 20.º é concedido a fim de ajudar os agricultores e detentores de áreas florestais a suportar os custos decorrentes da utilização de serviços de aconselhamento com vista ao melhoramento do desempenho geral da sua exploração.

No mínimo, os serviços de aconselhamento aos agricultores devem abranger:

- a) Os requisitos legais de gestão e as boas condições agrícolas e ambientais previstos nos artigos 4.º e 5.º e nos anexos III e IV do Regulamento (CE) n.º 1782/2003;
- b) As normas de segurança no trabalho baseadas em legislação comunitária.

2. O apoio à utilização de serviços de aconselhamento é limitado aos valores máximos estabelecidos no anexo.

*Artigo 25.º***Criação de serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento**

O apoio previsto na subalínea v) da alínea a) do artigo 20.º é concedido a fim de cobrir os custos decorrentes da criação de serviços de gestão agrícola, de substituição agrícola e de aconselhamento agrícola, bem como de serviços de aconselhamento florestal, sendo degressivo ao longo de um período máximo de cinco anos a partir da criação desses serviços.

*Subsecção 2***Condições para as medidas destinadas a reestruturar e desenvolver o potencial físico e a promover a inovação***Artigo 26.º***Modernização de explorações agrícolas**

1. O apoio previsto na subalínea i) da alínea b) do artigo 20.º é concedido para investimentos corpóreos e/ou incorpóreos que:

- a) Melhorem o desempenho geral da exploração agrícola e
- b) Respeitem as normas comunitárias aplicáveis ao investimento em questão.

Caso os investimentos sejam efectuados para fins de cumprimento de normas comunitárias, só pode ser concedido

apoio aos que sejam efectuados para cumprimento de normas comunitárias recentemente introduzidas. Nesse caso, pode ser concedido um período de tolerância, para o cumprimento da (s) norma(s) em questão, não superior a 36 meses a contar da data em que esse cumprimento se torne obrigatório para a exploração agrícola.

Relativamente aos jovens agricultores que recebam o apoio previsto na subalínea ii) da alínea a) do artigo 20.º, pode ser concedido apoio aos investimentos destinados a dar cumprimento às normas comunitárias em vigor, desde que estes estejam identificados no plano empresarial referido na alínea c) do n.º 1 do artigo 22.º O período de tolerância dentro do qual é necessário cumprir a norma não pode exceder 36 meses a contar da data da instalação.

2. O apoio é limitado à taxa máxima estabelecida no anexo.

*Artigo 27.º***Melhoria do valor económico das florestas**

1. O apoio a investimentos previsto na subalínea ii) da alínea b) do artigo 20.º é concedido para florestas na posse de proprietários privados ou respectivas associações ou de municípios ou respectivas associações. Essa limitação não é aplicável às florestas tropicais ou subtropicais nem às zonas florestadas dos territórios dos Açores, da Madeira, das Canárias, das ilhas menores do mar Egeu, na aceção do Regulamento (CEE) n.º 2019/93, e dos departamentos ultramarinos franceses.

2. Os investimentos são baseados em planos de gestão florestal e destinam-se a explorações florestais acima de uma certa dimensão a definir pelos Estados-Membros nos seus programas.

3. O apoio é limitado à taxa máxima estabelecida no anexo.

*Artigo 28.º***Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais**

1. O apoio previsto na subalínea iii) da alínea b) do artigo 20.º é concedido para investimentos corpóreos e/ou incorpóreos que:

- a) Melhorem o desempenho geral da empresa;
- b) Incidam:

— na transformação e/ou comercialização de produtos abrangidos pelo anexo I do Tratado, excepto produtos da pesca, e de produtos florestais, e/ou

- na elaboração de novos produtos, processos e tecnologias relacionados com produtos abrangidos pelo anexo I do Tratado, excepto produtos da pesca, e com produtos florestais, e

- c) Respeitem as normas comunitárias aplicáveis ao investimento em questão.

Caso os investimentos sejam efectuados para fins de cumprimento de normas comunitárias, só pode ser concedido apoio aos que sejam efectuados por microempresas, conforme referido no n.º 2, para cumprimento de normas comunitárias recentemente introduzidas. Nesse caso, pode ser concedido um período de tolerância, para o cumprimento da(s) norma(s) em questão, não superior a 36 meses a contar da data em que esse cumprimento se torne obrigatório para a empresa.

2. O apoio é limitado à taxa máxima estabelecida no anexo.

3. A concessão à taxa máxima do apoio ao abrigo do n.º 1 é limitada às micro, pequenas e médias empresas na acepção da Recomendação 2003/361/CE da Comissão ⁽¹⁾. Não se aplicam limites de dimensão para a concessão da taxa máxima no caso dos territórios dos Açores, da Madeira, das Canárias, das ilhas menores do mar Egeu, na acepção do Regulamento (CEE) n.º 2019/93, e dos departamentos ultramarinos franceses. A intensidade máxima da ajuda é reduzida para metade no caso de empresas não abrangidas pelo n.º 1 do artigo 2.º da referida recomendação que empreguem menos de 750 pessoas ou cujo volume de negócios seja inferior a 200 milhões de euros. No caso da silvicultura, o apoio é limitado às microempresas.

Não é concedido apoio a empresas em dificuldade na acepção das orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação a empresas em dificuldade ⁽²⁾.

Artigo 29.º

Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias na agricultura e no sector alimentar e no sector florestal

1. O apoio previsto na subalínea iv) da alínea b) do artigo 20.º é concedido para promover a cooperação entre os produtores primários na agricultura e na silvicultura, a indústria transformadora e/ou outras partes interessadas.

2. O apoio contribui para cobrir as despesas decorrentes dessa cooperação.

⁽¹⁾ JO L 124 de 20.5.2003, p. 36.

⁽²⁾ JO C 244 de 1.10.2004, p. 2.

Artigo 30.º

Infra-estruturas relacionadas com a evolução e a adaptação da agricultura e da silvicultura

O apoio previsto na subalínea v) da alínea b) do artigo 20.º pode abranger, nomeadamente, operações relacionadas com o acesso a terras agrícolas e florestais, o emparcelamento e o melhoramento de terras, o fornecimento de energia e a gestão dos recursos hídricos.

Subsecção 3

Condições para as medidas destinadas a melhorar a qualidade da produção e dos produtos agrícolas

Artigo 31.º

Cumprimento de normas baseadas em legislação comunitária

1. O apoio previsto na subalínea i) da alínea c) do artigo 20.º destina-se a contribuir parcialmente para os custos incorridos e a perda de rendimentos dos agricultores que têm de aplicar normas nos domínios da protecção do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem-estar dos animais e da segurança no trabalho.

As referidas normas devem ter sido introduzidas recentemente na legislação nacional de transposição do direito comunitário e impor novas obrigações ou restrições às práticas agrícolas que tenham um impacto significativo nos custos de exploração agrícola normais e afectem um número significativo de agricultores.

2. O apoio é concedido sob a forma de uma ajuda forfetária, temporária e degressiva de carácter anual, por um período máximo de cinco anos a contar da data em que o cumprimento da norma se torna obrigatório de acordo com a legislação comunitária. O apoio é limitado ao montante máximo estabelecido no anexo.

Artigo 32.º

Participação dos agricultores em regimes de qualidade dos alimentos

1. O apoio previsto na subalínea ii) da alínea c) do artigo 20.º:

- a) Abrange apenas os produtos agrícolas para consumo humano;
- b) Destina-se a regimes comunitários de qualidade dos alimentos ou a regimes reconhecidos pelos Estados-Membros que satisfaçam critérios precisos a definir nos termos do n.º 2 do artigo 90.º Não são elegíveis para

apoio os regimes cuja única finalidade seja proporcionar um nível mais elevado de controlo do respeito de normas obrigatórias nos termos do direito comunitário ou nacional;

Artigo 35.º

Agrupamentos de produtores

c) É concedido como um incentivo financeiro anual, cujo nível será determinado em função do nível dos custos fixos decorrentes da participação em regimes beneficiários de apoio, durante um período máximo de cinco anos.

1. O apoio previsto na subalínea ii) da alínea d) do artigo 20.º é concedido a fim de facilitar a criação e o funcionamento administrativo dos agrupamentos de produtores para efeitos de:

2. O apoio é limitado ao montante máximo estabelecido no anexo.

a) Adaptação da produção dos membros desses agrupamentos às exigências do mercado;

b) Comercialização conjunta de produtos, incluindo a preparação para a venda, a centralização das vendas e o fornecimento aos grossistas;

Artigo 33.º

Actividades de informação e de promoção

O apoio previsto na subalínea iii) da alínea c) do artigo 20.º incide em produtos abrangidos pelo apoio aos regimes de qualidade referidos no artigo 32.º O apoio é limitado à taxa máxima estabelecida no anexo.

c) Estabelecimento de normas comuns em matéria de informação sobre a produção, especialmente no que diz respeito às colheitas e disponibilidades.

Subsecção 4

2. O apoio é concedido sob a forma de uma ajuda forfetária em fracções anuais durante os primeiros cinco anos a contar da data em que o agrupamento de produtores foi reconhecido. Esse apoio é calculado com base na produção anual comercializada pelo agrupamento, até aos valores máximos fixados no anexo.

Condições para as medidas transitórias

3. O apoio é concedido aos agrupamentos de produtores formalmente reconhecidos pela autoridade competente do Estado-Membro até 31 de Dezembro de 2013.

Artigo 34.º

SECÇÃO 2

Agricultura de semi-subsistência

Eixo 2

1. O apoio previsto na subalínea i) da alínea d) do artigo 20.º para as explorações agrícolas que produzam principalmente para seu próprio consumo e comercializem também uma percentagem da sua produção («explorações agrícolas de semi-subsistência») é concedido aos agricultores que apresentem um plano empresarial.

Melhoria do ambiente e da paisagem rural

Artigo 36.º

2. Os progressos verificados relativamente ao plano empresarial referido no n.º 1 são avaliados após três anos.

Medidas

3. O apoio é pago sob a forma de uma ajuda forfetária até ao montante máximo indicado no anexo e durante um período não superior a cinco anos.

O apoio ao abrigo da presente secção incide nas:

a) Medidas destinadas à utilização sustentável das terras agrícolas através de:

4. O apoio é concedido aos pedidos aprovados até 31 de Dezembro de 2013

i) pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha;

- ii) pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens noutras zonas que não as zonas de montanha;

Subsecção 1

**Condições para as medidas destinadas à
utilização sustentável das terras agrícolas**

- iii) pagamentos Natura 2000 e pagamentos relacionados com a Directiva 2000/60/CE;

Artigo 37.º

**Pagamentos para compensação de desvantagens naturais
em zonas de montanha e pagamentos para compensação
de desvantagens noutras zonas**

- iv) pagamentos agro-ambientais;
- v) pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais;

1. Os pagamentos previstos nas subalíneas i) e ii) da alínea a) do artigo 36.º são concedidos anualmente por hectare de superfície agrícola utilizada (a seguir designada «SAU»), na acepção da Decisão 2000/115/CE da Comissão, de 24 de Novembro de 1999, relativa às definições das características, à lista dos produtos agrícolas, às excepções às definições e às regiões e circunscrições, tendo em vista os inquéritos sobre a estrutura das explorações agrícolas ⁽¹⁾.

- vi) apoio a investimentos não produtivos;

Os pagamentos destinam-se a compensar os custos adicionais e a perda de rendimentos dos agricultores resultantes das desvantagens para a produção agrícola na zona em questão.

- b) Medidas destinadas à utilização sustentável das terras florestais através de:

2. São concedidos pagamentos aos agricultores que se comprometam a prosseguir a sua actividade agrícola em zonas designadas nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 50.º durante um período mínimo de cinco anos a contar da data do primeiro pagamento.

- i) apoio à primeira florestação de terras agrícolas;

3. Os pagamentos são fixados entre os montantes mínimo e máximo estabelecidos no anexo.

- ii) apoio à primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas;

Podem ser concedidos pagamentos superiores ao montante máximo em casos devidamente justificados, desde que a média de todos esses pagamentos concedidos a nível do Estado-Membro em questão não exceda o referido montante máximo.

- iii) apoio à primeira florestação de terras não agrícolas;

4. Os pagamentos são degressivos para superfícies por exploração superiores a um determinado limiar a definir no programa.

- iv) pagamentos Natura 2000;

Artigo 38.º

**Pagamentos Natura 2000 e pagamentos relacionados com
a Directiva 2000/60/CE**

- v) pagamentos silvo-ambientais;

1. O apoio previsto na subalínea iii) da alínea a) do artigo 36.º é concedido anualmente aos agricultores, por hectare de SAU, a fim de compensar os custos incorridos e a perda de rendimentos resultantes de desvantagens, nas zonas

- vi) apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção;

- vii) apoio a investimentos não produtivos.

⁽¹⁾ JO L 38 de 12.2.2000, p. 1. Decisão com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2139/2004 (JO L 369 de 16.12.2004, p. 26).

em questão, relacionadas com a aplicação das Directivas 79/409/CEE, 92/43/CEE e 2000/60/CE.

2. O apoio é limitado ao montante máximo estabelecido no anexo. No tocante aos pagamentos relacionados com a Directiva 2000/60/CE, devem ser estabelecidas regras de execução, incluindo o montante máximo de apoio, nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

Artigo 39.º

Pagamentos agro-ambientais

1. Os Estados-Membros concedem o apoio previsto na subalínea iv) da alínea a) do artigo 36.º no conjunto do respectivo território, de acordo com as suas necessidades específicas.

2. Os pagamentos agro-ambientais são concedidos aos agricultores que assumam, a título voluntário, compromissos agro-ambientais. Quando devidamente justificados, para atingir objectivos ambientais, os pagamentos agro-ambientais podem ser concedidos a outros gestores do espaço rural.

3. Os pagamentos agro-ambientais abrangem apenas os compromissos que ultrapassem as normas obrigatórias estabelecidas nos termos dos artigos 4.º e 5.º e dos anexos III e IV do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, assim como os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários e outros requisitos obrigatórios pertinentes estabelecidos na legislação nacional e identificados no programa.

Esses compromissos são assumidos, regra geral, por um período de cinco a sete anos. Quando necessário e justificado, para tipos especiais de compromissos, deve ser determinado um período mais longo nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

4. Os pagamentos são concedidos anualmente e abrangem os custos adicionais e a perda de rendimentos resultantes do compromisso assumido. Se necessário, podem também abranger os custos resultantes da mudança.

Se for caso disso, os beneficiários podem ser seleccionados com base em concursos, segundo critérios de eficiência em termos económicos e ambientais.

O apoio é limitado ao montante máximo estabelecido no anexo.

5. Para a conservação dos recursos genéticos na agricultura, pode ser concedido apoio a operações não abrangidas por disposições ao abrigo dos n.ºs 1 a 4.

Artigo 40.º

Pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais

1. Os pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais previstos na subalínea v) da alínea a) do artigo 36.º são concedidos aos agricultores que assumam, a título voluntário, compromissos em matéria de bem-estar dos animais.

2. Os pagamentos relacionados com o bem-estar dos animais abrangem apenas os compromissos que ultrapassem as normas obrigatórias estabelecidas nos termos do artigo 4.º e do anexo III do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 e outros requisitos obrigatórios pertinentes estabelecidos na legislação nacional e identificados no programa.

Esses compromissos são assumidos, regra geral, por um período de cinco a sete anos. Quando necessário e justificado, para tipos especiais de compromissos, deve ser determinado um período mais longo nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

3. Os pagamentos são concedidos anualmente e abrangem os custos adicionais e a perda de rendimentos resultantes do compromisso assumido. Se necessário, podem também abranger os custos resultantes da mudança.

O apoio é limitado ao montante máximo estabelecido no anexo.

Artigo 41.º

Investimentos não produtivos

O apoio previsto na subalínea vi) da alínea a) do artigo 36.º é concedido para:

- a) Investimentos ligados ao cumprimento de compromissos assumidos ao abrigo da medida prevista na subalínea iv) da alínea a) do artigo 36.º ou de outros objectivos agro-ambientais;
- b) Investimentos em explorações agrícolas que aumentem o carácter de utilidade pública de uma zona Natura 2000 ou de outras zonas de elevado valor natural a definir no programa.

Subsecção 2

Condições para as medidas destinadas à utilização sustentável das terras florestais

Artigo 42.º

Condições gerais

1. O apoio ao abrigo da presente subsecção é concedido apenas para florestas e zonas florestadas na posse de proprietários privados ou respectivas associações ou de municípios ou respectivas associações. Esta limitação não é aplicável às florestas tropicais ou subtropicais nem às zonas florestadas dos territórios dos Açores, da Madeira, das Canárias, das ilhas menores do mar Egeu, na acepção do Regulamento (CEE) n.º 2019/93, e dos departamentos ultramarinos franceses.

Esta restrição não é aplicável ao apoio previsto nas subalíneas i), iii), vi) e vii) da alínea b) do artigo 36.º

2. As medidas propostas ao abrigo da presente subsecção em zonas classificadas como de alto ou médio risco de incêndio florestal, no âmbito da acção comunitária sobre a protecção das florestas contra incêndios, devem estar em conformidade com os planos de protecção florestal estabelecidos pelos Estados-Membros para essas zonas.

Artigo 43.º

Primeira florestação de terras agrícolas

1. O apoio previsto na subalínea i) da alínea b) do artigo 36.º só pode cobrir um ou vários dos seguintes pagamentos:

- a) Custos de implantação;
- b) Prémio anual por hectare florestado destinado a contribuir para a cobertura dos custos de manutenção durante um período máximo de cinco anos;
- c) Prémio anual por hectare destinado a contribuir para a cobertura da perda de rendimentos decorrente da florestação durante um período máximo de 15 anos, a favor dos agricultores ou respectivas associações que cultivavam as terras antes da sua florestação ou de qualquer outra pessoa singular ou ente de direito privado.

2. O apoio à florestação de terras agrícolas pertencentes a entidades públicas abrange apenas os custos de implantação. Caso as terras agrícolas a florestar estejam arrendadas por uma pessoa singular ou um ente de direito privado, podem ser concedidos os prémios anuais referidos no n.º 1.

3. Não é concedido apoio à florestação de terras agrícolas para:

- a) Agricultores que beneficiem de apoio à reforma antecipada;
- b) Plantação de árvores de Natal.

No caso de espécies de crescimento rápido para cultivo a curto prazo, o apoio à florestação só é concedido para os custos de implantação.

4. O apoio a agricultores ou outras pessoas singulares e entes de direito privado é limitado aos valores máximos estabelecidos no anexo.

Artigo 44.º

Primeira implantação de sistemas agro-florestais em terras agrícolas

1. O apoio previsto na subalínea ii) da alínea b) do artigo 36.º é concedido a agricultores para a criação de sistemas agro-florestais que combinem sistemas de agricultura extensiva e de silvicultura. O apoio cobre os custos de implantação.

2. Por sistemas agro-florestais, entendem-se sistemas de utilização das terras que combinem a exploração florestal e a exploração agrícola nas mesmas terras.

3. São excluídas do apoio as árvores de Natal e espécies de crescimento rápido para cultivo a curto prazo.

4. O apoio é limitado à taxa máxima estabelecida no anexo.

Artigo 45.º

Primeira florestação de terras não agrícolas

1. O apoio previsto na subalínea iii) da alínea b) do artigo 36.º à florestação de terras não elegíveis nos termos da subalínea i) da alínea b) do artigo 36.º cobre os custos de implantação. No caso de terras agrícolas abandonadas, o apoio cobre também o prémio anual referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 43.º

2. Não é concedido apoio à plantação de árvores de Natal.

3. Sempre que o apoio destinado a cobrir os custos de implantação seja concedido a pessoas singulares ou a entes de direito privado, é limitado à taxa máxima estabelecida no anexo.

Artigo 46.º

Pagamentos Natura 2000

O apoio previsto na subalínea iv) da alínea b) do artigo 36.º é concedido anualmente, por hectare de floresta, a proprietários florestais privados ou respectivas associações, com vista a compensar os custos incorridos e a perda de rendimentos resultantes das restrições à utilização de florestas e outras terras florestadas relacionadas com a aplicação das Directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE nas zonas em questão. O apoio é fixado entre os montantes mínimo e máximo estabelecidos no anexo.

Artigo 47.º

Pagamentos silvo-ambientais

1. Os pagamentos silvo-ambientais previstos na subalínea v) da alínea b) do artigo 36.º são concedidos por hectare de floresta aos beneficiários que assumam, a título voluntário, compromissos silvo-ambientais. Estes pagamentos abrangem apenas os compromissos que ultrapassem os requisitos obrigatórios aplicáveis.

Esses compromissos são assumidos, regra geral, por um período de cinco anos a sete anos. Quando necessário e justificado, para tipos especiais de compromissos, deve ser determinado um período mais longo nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

2. Os pagamentos cobrem os custos adicionais e a perda de rendimentos resultantes do compromisso assumido. O apoio é fixado entre os montantes mínimo e máximo estabelecidos no anexo.

Artigo 48.º

Restabelecimento do potencial silvícola e introdução de medidas de prevenção

1. O apoio previsto na subalínea vi) da alínea b) do artigo 36.º é concedido para o restabelecimento do potencial silvícola em florestas afectadas por catástrofes naturais e incêndios e para a introdução de medidas de prevenção adequadas.

2. As medidas de prevenção contra incêndios aplicam-se às florestas classificadas pelos Estados-Membros como de alto ou médio risco de incêndio, de acordo com os seus planos de protecção florestal.

Artigo 49.º

Investimentos não produtivos

O apoio previsto na subalínea vii) da alínea b) do artigo 36.º é concedido para investimentos em florestas:

- a) Ligados ao cumprimento de compromissos assumidos ao abrigo da medida prevista na subalínea v) da alínea b) do artigo 36.º ou de outros objectivos ambientais;
- b) Que aumentem o carácter de utilidade pública da floresta ou das terras florestadas da zona em questão.

Subsecção 3

Designação das zonas

Artigo 50.º

Zonas elegíveis

1. Os Estados-Membros designam as zonas elegíveis para os pagamentos previstos nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea a) do artigo 36.º, bem como nas subalíneas i), iii), iv) e vi) da alínea b) desse mesmo artigo, tendo em conta os n.ºs 2 a 5 do presente artigo.

2. Para serem elegíveis para os pagamentos previstos na subalínea i) da alínea a) do artigo 36.º, as zonas de montanha devem caracterizar-se por uma limitação considerável das possibilidades de utilização das terras e por um aumento apreciável do seu custo de exploração devido a:

- a) Condições climáticas muito difíceis decorrentes da altitude, que se traduzam por um encurtamento sensível do período vegetativo;
- b) Em altitudes inferiores, presença na maior parte da zona em questão de fortes inclinações que impeçam a utilização de máquinas ou exijam a utilização de equipamento específico muito oneroso, ou uma combinação deste dois factores, quando a importância das desvantagens resultantes de cada um deles considerado separadamente seja menos acentuada, mas essa combinação dê lugar a uma desvantagem equivalente.

As zonas situadas a norte do paralelo 62 e certas zonas adjacentes são consideradas zonas de montanha.

3. Para serem elegíveis para os pagamentos previstos na subalínea ii) da alínea a) do artigo 36.º, as zonas que não sejam as zonas de montanha referidas no n.º 2 do presente artigo devem ser:

- a) Afectadas por desvantagens naturais significativas, nomeadamente uma baixa produtividade do solo ou más condições climáticas, e onde a manutenção de uma actividade agrícola extensiva é importante para a gestão do espaço rural; ou
- b) Afectadas por desvantagens específicas e onde a gestão do espaço rural deve ser prosseguida para fins de conservação ou melhoria do ambiente, de manutenção da paisagem rural e de preservação do potencial turístico da zona ou ainda de protecção da costa.

As zonas afectadas por desvantagens específicas referidas na alínea b) são constituídas por zonas agrícolas homogéneas do ponto de vista das condições de produção naturais e a sua extensão total não pode ser superior a 10% da superfície do Estado-Membro em questão.

4. Nos programas, de acordo com disposições específicas a definir nos termos do n.º 2 do artigo 90.º, os Estados-Membros:

- confirmam a delimitação existente nos termos do n.º 2 ou da alínea b) do n.º 3 ou alteram-na, ou
- delimitam as zonas referidas na alínea a) do n.º 3.

5. As zonas agrícolas Natura 2000 designadas nos termos das Directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE e as zonas agrícolas incluídas nos planos de gestão de bacias hidrográficas nos termos da Directiva 2000/60/CE são elegíveis para os pagamentos previstos na subalínea iii) da alínea a) do artigo 36.º

6. As zonas adequadas para florestação por razões de carácter ambiental, como a protecção contra a erosão ou a ampliação dos recursos florestais que contribuam para a atenuação das alterações climáticas, são elegíveis para o apoio previsto nas subalíneas i) e iii) da alínea b) do artigo 36.º

7. As zonas florestais Natura 2000 designadas nos termos das Directivas 79/409/CEE e 92/43/CEE são elegíveis para os pagamentos previstos na subalínea iv) da alínea b) do artigo 36.º

8. As zonas florestais de alto ou médio risco de incêndio são elegíveis para o apoio previsto na subalínea vi) da alínea b) do artigo 36.º relativamente às medidas de prevenção contra incêndios.

Subsecção 4

Cumprimento das normas

Artigo 51.º

Redução ou exclusão dos pagamentos

1. Caso os beneficiários dos pagamentos previstos nas subalíneas i) a v) da alínea a) e nas subalíneas i), iv) e v) da alínea b) do artigo 36.º não cumpram em toda a exploração, devido a uma acção ou omissão que lhes seja directamente imputável, os requisitos obrigatórios estabelecidos nos artigos 4.º e 5.º e nos anexos III e IV do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, o montante total dos respectivos pagamentos a conceder no ano civil em que se verifica o incumprimento é reduzido ou anulado.

A redução ou anulação a que se refere o primeiro parágrafo é também aplicável caso os beneficiários dos pagamentos previstos na subalínea iv) da alínea a) do artigo 36.º não cumpram em toda a exploração, devido a uma acção ou omissão que lhes seja directamente imputável, os requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitossanitários a que se refere o n.º 3 do artigo 39.º

2. Durante o período de tolerância, a redução ou anulação dos pagamentos não é aplicável às normas em relação às quais tenha sido concedido um prazo de tolerância nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º

3. Em derrogação do n.º 1, para os beneficiários dos Estados-Membros que apliquem o regime de pagamento único por superfície previsto no artigo 143.º-B do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, os requisitos obrigatórios a respeitar são os previstos no artigo 5.º e no anexo IV desse regulamento.

4. As regras de execução relativas às reduções e exclusões são estabelecidas nos termos do n.º 2 do artigo 90.º Neste contexto, são tidas em consideração a gravidade, a extensão, a persistência e a reincidência do incumprimento.

5. Os n.ºs 1 a 4 não são aplicáveis ao disposto no n.º 5 do artigo 39.º

SECÇÃO 3

Subsecção 1

Eixo 3

Condições que regem as medidas para diversificação da economia rural**Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural**

Artigo 53.º

Artigo 52.º

Diversificação para actividades não agrícolas

O beneficiário do apoio referido na subalínea i) da alínea a) do artigo 52.º é o agricultor ou um membro da sua família.

Medidas

Artigo 54.º

O apoio ao abrigo da presente secção envolve:

Apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas

O apoio previsto na subalínea ii) da alínea a) do artigo 52.º abrange apenas as microempresas como definidas na Recomendação 2003/361/CE da Comissão.

a) Medidas para diversificação da economia rural, incluindo:

Artigo 55.º

i) diversificação para actividades não agrícolas;

ii) apoio à criação e ao desenvolvimento de microempresas, com vista a promover o espírito empresarial e a desenvolver o tecido económico;

iii) incentivo a actividades turísticas;

Incentivo a actividades turísticas

O apoio referido na subalínea iii) da alínea a) do artigo 52.º abrange:

a) Infra-estruturas de pequena escala, como centros de informação e a sinalização de locais turísticos;

b) Medidas para melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, incluindo:

b) Infra-estruturas recreativas como as que oferecem acesso a zonas naturais e alojamentos com pequena capacidade;

i) serviços básicos para a economia e a população rurais;

c) O desenvolvimento e/ou a comercialização de serviços turísticos relacionados com o turismo rural.

ii) renovação e desenvolvimento das aldeias;

Subsecção 2

iii) conservação e valorização do património rural;

Condições que regem as medidas para melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais

Artigo 56.º

c) Uma medida para a formação e informação de agentes económicos que exerçam a sua actividade nos domínios abrangidos pelo eixo 3;

Serviços básicos para a economia e a população rurais

O apoio referido na subalínea i) da alínea b) do artigo 52.º abrange a criação de serviços básicos, incluindo actividades culturais e de lazer, numa aldeia ou numa associação de aldeias, assim como infra-estruturas conexas de pequena escala.

d) Uma medida para a aquisição de competências e a animação, com vista à preparação e execução de uma estratégia local de desenvolvimento.

Artigo 57.º

Conservação e valorização do património rural

O apoio referido na subalínea iii) da alínea b) do artigo 52.º abrange:

- a) A elaboração de planos de protecção e gestão relacionados com sítios Natura 2000 e outros locais de elevado valor natural, acções de sensibilização ambiental e investimentos associados à conservação, recuperação e valorização do património natural e ao desenvolvimento de sítios de elevado valor do ponto de vista da natureza;
- b) Estudos e investimentos associados à conservação, recuperação e valorização do património cultural, tais como características culturais das aldeias e paisagem rural.

Subsecção 3

Formação, aquisição de competências e animação

Artigo 58.º

Formação e informação

O apoio referido na alínea c) do artigo 52.º não inclui cursos ou formações que façam parte de programas ou sistemas normais dos ensinos secundário ou superior.

Artigo 59.º

Aquisição de competências, animação e execução

O apoio referido na alínea d) do artigo 52.º abrange:

- a) Estudos da zona em questão;
- b) Medidas destinadas a proporcionar informações sobre a zona e a estratégia local de desenvolvimento;
- c) Formação do pessoal envolvido na preparação e execução de uma estratégia local de desenvolvimento;
- d) Acções de promoção, bem como formação de animadores.
- e) Execução, através de parcerias público-privadas para além das definidas na alínea b) do n.º 1 do artigo 62.º, de uma estratégia local de desenvolvimento que integre uma

ou mais medidas previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo 52.º

Subsecção 4

Execução do eixo

Artigo 60.º

Delimitação

Sempre que uma medida abrangida pela presente secção vise operações também elegíveis ao abrigo de outro instrumento de apoio comunitário, incluindo os fundos estruturais e o instrumento de apoio comunitário às pescas, o Estado-Membro fixa em cada programa os critérios de delimitação para as operações apoiadas pelo FEADER e as apoiadas pelo outro instrumento de apoio comunitário.

SECÇÃO 4

Eixo 4

Leader

Artigo 61.º

Definição da abordagem Leader

A abordagem Leader inclui, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Estratégias locais de desenvolvimento por zona destinadas a territórios rurais sub-regionais bem identificados;
- b) Parcerias locais dos sectores público e privado (a seguir designadas «grupos de acção local»);
- c) Abordagem ascendente em que os grupos de acção local têm poderes de decisão no que diz respeito à elaboração e execução de estratégias locais de desenvolvimento;
- d) Concepção e execução multisectoriais da estratégia baseadas na interacção entre agentes e projectos de diferentes sectores da economia local;
- e) Execução de abordagens inovadoras;
- f) Execução de projectos de cooperação;
- g) Ligação em rede de parcerias locais.

Artigo 62.º

Grupos de acção local

1. Os grupos de acção local executam, em parceria, uma abordagem local de desenvolvimento que satisfaça as seguintes condições:

- a) Devem propor uma estratégia local de desenvolvimento integrada baseada, no mínimo, nos elementos referidos nas alíneas a) a d) e g) do artigo 61.º e ser responsáveis pela sua execução;
- b) Devem ser um grupo já beneficiário das iniciativas Leader II ⁽¹⁾ ou Leader + ⁽²⁾ ou constituído de acordo com a abordagem Leader, ou um novo grupo que represente parceiros dos vários sectores socioeconómicos locais no território em causa. Ao nível da tomada de decisões, os parceiros sociais e económicos, assim como outros representantes da sociedade civil, tais como agricultores, mulheres rurais, jovens e respectivas associações, devem representar, no mínimo, 50% da parceria local;
- c) Devem demonstrar capacidade para definir e executar uma estratégia de desenvolvimento na zona;

2. A autoridade de gestão assegura que os grupos de acção local seleccionem um responsável administrativo e financeiro capaz de administrar fundos públicos e garantir o funcionamento satisfatório da parceria ou se associem numa estrutura comum legalmente constituída que garanta o funcionamento satisfatório da parceria e a capacidade para administrar fundos públicos.

3. A zona abrangida pela estratégia deve ser coerente e oferecer uma massa crítica suficiente, em termos de recursos humanos, financeiros e económicos, para apoiar uma estratégia de desenvolvimento viável.

4. Os grupos de acção local escolhem os projectos a financiar ao abrigo da estratégia. Podem igualmente seleccionar projectos de cooperação.

⁽¹⁾ Comunicação da Comissão aos Estados-Membros fixando as orientações para subvenções globais ou programas operacionais integrados a que os Estados-Membros são convidados a submeter pedidos de co-financiamento no âmbito de uma iniciativa comunitária sobre o desenvolvimento rural (Leader II) (JO C 180 de 1.7.1994, p. 48).

⁽²⁾ Comunicação da Comissão aos Estados-Membros de 14 de Abril de 2000 que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Leader+) (JO C 139 de 18.5.2000, p. 5). Comunicação com a última redacção que lhe foi dada pela comunicação da Comissão relativa à alteração da comunicação aos Estados-Membros de 14 de Abril de 2000 que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Leader+) (JO C 294 de 4.12.2003, p. 11).

Artigo 63.º

Medidas

O apoio concedido ao abrigo do eixo Leader destina-se a:

- a) Executar estratégias locais de desenvolvimento referidas na alínea a) do n.º 1 do artigo 62.º, com vista a atingir aos objectivos de um ou mais dos três eixos definidos nas secções 1, 2 e 3;
- b) Executar projectos de cooperação que envolvam os objectivos seleccionados nos termos da alínea a);
- c) Fazer funcionar o grupo de acção local, aquisição de competências e animação do território, nos termos do artigo 59.º

Artigo 64.º

Execução de estratégias locais

Caso as operações realizadas no âmbito da estratégia local correspondam às medidas definidas no presente regulamento para os outros eixos, são aplicáveis as condições pertinentes nos termos das Secções 1, 2 e 3.

Artigo 65.º

Cooperação

1. O apoio referido na alínea b) do artigo 63.º é concedido a projectos de cooperação interterritorial ou transnacional.

Por «cooperação interterritorial», entende-se a cooperação no interior de um Estado-Membro. Por «cooperação transnacional», entende-se a cooperação entre territórios de vários Estados-Membros e com territórios de países terceiros.

2. Apenas são elegíveis para apoio as despesas relativas aos territórios situados na Comunidade.

3. O artigo 64.º é também aplicável a projectos de cooperação.

CAPÍTULO II

nível comunitário, das redes nacionais de organizações e administrações activas no domínio do desenvolvimento rural.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os objectivos da rede são:

*Artigo 66.º***Financiamento da assistência técnica**

1. Nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, o FEADER pode utilizar até 0,25% da sua dotação anual para financiamento das medidas de preparação, acompanhamento, apoio administrativo, avaliação e controlo, por iniciativa da Comissão e/ou em seu nome. Essas acções são executadas nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, de 25 de Junho de 2002, que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias ⁽¹⁾, e de quaisquer outras disposições desse regulamento e das suas regras de execução aplicáveis a esta forma de execução do orçamento.

2. Por iniciativa dos Estados-Membros, o FEADER pode financiar, em cada programa de desenvolvimento rural, actividades de preparação, gestão, acompanhamento, avaliação, informação e controlo da intervenção correspondente ao programa.

A estas actividades pode ser dedicado um máximo de 4% do montante total de cada programa.

3. Dentro do limite fixado no n.º 2, deve ser reservado um montante para a criação e o funcionamento da rede rural nacional referida no artigo 68.º

Os Estados-Membros com programas regionais podem apresentar um programa específico para a criação e o funcionamento da sua rede rural nacional.

As normas de execução relativas à criação e ao funcionamento da rede rural nacional são estabelecidas nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

*Artigo 67.º***Rede europeia de desenvolvimento rural**

É criada, em conformidade com o n.º 1 do artigo 66.º, uma rede europeia de desenvolvimento rural para a ligação, ao

a) Recolha, análise e divulgação de informação sobre medidas comunitárias de desenvolvimento rural;

b) Recolha, divulgação e consolidação, ao nível comunitário, de boas práticas de desenvolvimento rural;

c) Disponibilização de informação sobre a evolução nas zonas rurais da Comunidade e de países terceiros;

d) Organização de reuniões e seminários ao nível comunitário para pessoas activamente envolvidas no desenvolvimento rural;

e) Criação e funcionamento de redes de peritos, com vista a facilitar o intercâmbio de competências e a apoiar a execução e avaliação da política de desenvolvimento rural;

f) Apoio às redes nacionais e às iniciativas de cooperação transnacional.

*Artigo 68.º***Rede rural nacional**

1. Cada Estado-Membro cria uma rede rural nacional que reúne as organizações e administrações envolvidas no desenvolvimento rural.

2. O montante referido no primeiro parágrafo do n.º 3 do artigo 66.º é utilizado para:

a) As estruturas necessárias ao funcionamento da rede;

b) Um plano de acção que contenha, pelo menos, a identificação e análise de boas práticas transferíveis e a prestação de informações sobre as mesmas, a gestão da rede, a organização de intercâmbios de experiências e conhecimentos especializados, a preparação de programas de formação para grupos de acção local em vias de criação e a assistência técnica para a cooperação interterritorial e transnacional.

⁽¹⁾ JO L 248 de 16.9.2002, p. 1.

TÍTULO V

CONTRIBUIÇÃO DO FEADER

Artigo 69.º

Recursos e sua distribuição

1. O montante do apoio comunitário ao desenvolvimento rural ao abrigo do presente regulamento no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, a sua repartição anual e o montante mínimo a concentrar nas regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência devem ser fixados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão, em conformidade com as Perspectivas Financeiras para o período de 2007 a 2013 e o acordo interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental para o mesmo período.

2. Uma percentagem de 0,25% dos recursos referidos no n.º 1 é dedicada a assistência técnica para a Comissão, nos termos do n.º 1 do artigo 66.º

3. Para efeitos da sua programação e subsequente inscrição no orçamento geral das Comunidades Europeias, os montantes referidos no n.º 1 são indexados à taxa anual de 2%.

4. A Comissão efectua uma repartição anual por Estado-Membro dos montantes referidos no n.º 1, após dedução do montante referido no n.º 2, tendo em conta:

- a) Os montantes reservados às regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência;
- b) Os resultados anteriores;
- c) Situações e necessidades específicas, com base em critérios objectivos.

5. Além dos montantes referidos no n.º 4, os Estados-Membros tomam em conta, para fins de programação, os montantes resultantes da modulação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005.

6. A Comissão assegura que as dotações anuais totais do FEADER provenientes do FEOGA, secção Orientação, atribuídas a qualquer Estado-Membro nos termos do presente regulamento, e do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão, em conformidade com a legislação comunitária que estabelece disposições gerais relativas a esses fundos no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, incluindo a contribuição do FEDER

em conformidade com a legislação relativa ao instrumento europeu de vizinhança, do instrumento de pré-adesão, em conformidade com a legislação comunitária relativa a esse instrumento, bem como da parte do IFOP que contribui para o objectivo da convergência, não sejam superiores a 4% do PIB desse Estado-Membro, estimado na altura da adopção do acordo interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental.

Artigo 70.º

Contribuição do FEADER

1. A decisão de aprovação de um programa de desenvolvimento rural fixa a contribuição máxima do FEADER para cada eixo dentro de um limiar de flexibilidade a definir nos termos do n.º 2 do artigo 90.º A decisão identifica claramente, quando necessário, as dotações atribuídas às regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência.

2. A contribuição do FEADER é calculada com base no montante das despesas públicas elegíveis.

3. A taxa de contribuição do FEADER é estabelecida para cada eixo.

a) No que se refere aos eixos 1 (competitividade) e 3 (diversificação e qualidade de vida), assim como para a assistência técnica nos termos do n.º 2 do artigo 66.º, são aplicáveis os seguintes limites máximos, respectivamente:

- i) 75% das despesas públicas elegíveis nas regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência;
- ii) 50% das despesas públicas elegíveis nas outras regiões.

b) Em relação ao eixo 2 (melhoria do ambiente e da paisagem rural) e ao eixo 4 (Leader), são aplicáveis os seguintes limites máximos, respectivamente:

- i) 80% das despesas públicas elegíveis nas regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência;
- ii) 55% das despesas públicas elegíveis nas outras regiões.

A taxa mínima de contribuição do FEADER ao nível do eixo é de 20%.

4. Não obstante os limites máximos fixados no n.º 3, a contribuição do FEADER pode ser aumentada até 85% no que diz respeito aos programas das regiões ultraperiféricas e das ilhas menores do mar Egeu, na acepção do Regulamento (CEE) n.º 2019/93.

5. Para os Estados-Membros que optem por um programa específico nos termos do segundo parágrafo do n.º 3 do artigo 66.º, o limite máximo da contribuição do FEADER é de 50% das despesas públicas elegíveis.

6. As medidas de assistência técnica tomadas por iniciativa da Comissão, ou em seu nome, podem ser financiadas a 100%.

7. As despesas co-financiadas pelo FEADER não podem ser co-financiadas através de uma contribuição dos fundos estruturais, do Fundo de Coesão nem de nenhum outro instrumento financeiro comunitário.

Só podem ser co-financiadas ao abrigo de um eixo do programa de desenvolvimento rural. Sempre que uma operação seja do âmbito de medidas de mais de um eixo, as despesas são atribuídas ao eixo dominante.

8. As despesas públicas de ajuda a empresas devem cumprir os limites fixados em matéria de auxílios estatais, salvo disposição em contrário do presente regulamento.

Artigo 71.º

Elegibilidade das despesas

1. Sem prejuízo do n.º 1 do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005, uma despesa é elegível para contribuição do FEADER se o apoio em questão for efectivamente pago pelo organismo pagador entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015. As operações co-financiadas não podem ser concluídas antes da data de início da elegibilidade.

As novas despesas acrescentadas no momento da revisão de um programa referida no artigo 19.º são elegíveis a partir da data de recepção pela Comissão do pedido de alteração do programa.

2. As despesas são elegíveis para contribuição do FEADER apenas quando incorridas para a realização de operações decididas pela autoridade de gestão do programa em questão, ou sob a sua responsabilidade, de acordo com os critérios de selecção fixados pelo organismo competente.

3. As regras relativas à elegibilidade das despesas são fixadas ao nível nacional, sob reserva das condições especiais estabelecidas no presente regulamento para determinadas medidas de desenvolvimento rural.

Os custos a seguir indicados não são elegíveis para contribuição do FEADER:

- a) IVA, com excepção do IVA não recuperável sempre que este seja verdadeira e definitivamente suportado por beneficiários que não sejam os sujeitos não passivos a que se refere o primeiro parágrafo do n.º 5 do artigo 4.º da Sexta Directiva 77/388/CEE do Conselho, de 17 de Maio de 1977, relativa à harmonização das legislações respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios — sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado: matéria colectável uniforme ⁽¹⁾;
- b) Juros da dívida, sem prejuízo do n.º 5;
- c) Aquisição de terras num valor superior a 10% de todas as despesas elegíveis na operação em questão. Em casos excepcionais e devidamente justificados, pode ser fixada uma percentagem mais elevada para operações relativas à preservação do ambiente.

4. Os n.ºs 1 a 3 não são aplicáveis ao n.º 1 do artigo 66.º

5. Não obstante a alínea b) do n.º 3, a contribuição do FEADER pode assumir outra forma para além do apoio directo não reembolsável. As regras de execução devem ser definidas nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

Artigo 72.º

Perenidade das operações relacionadas com investimentos

1. Sem prejuízo das regras relativas à liberdade de estabelecimento e à livre prestação de serviços na acepção dos artigos 43.º e 49.º do Tratado, o Estado-Membro assegura que a contribuição do FEADER só se mantenha para uma operação de investimento se, no prazo de cinco anos após a decisão de financiamento da autoridade de gestão, essa operação não sofrer uma alteração substancial que:

- a) Afecte a sua natureza ou as suas condições de execução ou conceda uma vantagem indevida a uma empresa ou a um organismo público;
- b) Resulte, quer de uma mudança na natureza da propriedade de uma infra-estrutura, quer do termo ou da deslocalização de uma actividade produtiva.

2. Os montantes indevidamente pagos são recuperados nos termos do artigo 33.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005.

⁽¹⁾ JO L 145 de 13.6.1997, p. 1. Directiva com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva 2004/66/CE (JO L 168 de 1.5.2004, p. 35).

TÍTULO VI

GESTÃO, CONTROLO E INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I

GESTÃO E CONTROLO*Artigo 73.º***Responsabilidades da Comissão**

A fim de assegurar, no contexto da gestão partilhada, uma boa gestão financeira nos termos do artigo 274.º do Tratado, a Comissão executa as medidas e os controlos previstos no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005.

*Artigo 74.º***Responsabilidades dos Estados-Membros**

1. Os Estados-Membros aprovam todas as disposições legislativas, regulamentares e administrativas nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 a fim de garantir uma protecção eficaz dos interesses financeiros da Comunidade.

2. Para cada programa de desenvolvimento rural, os Estados-Membros designam as seguintes autoridades:

- a) A autoridade de gestão, que pode ser um organismo público ou privado que actue ao nível nacional ou regional, ou o próprio Estado-Membro quando este assuma a execução dessa tarefa, que fica encarregado da gestão do programa em questão;
- b) O organismo pagador acreditado na acepção do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005;
- c) O organismo de certificação na acepção do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005;

3. Para cada programa de desenvolvimento rural, os Estados-Membros asseguram que tenha sido criado o devido sistema de gestão e controlo, garantindo a clara atribuição e separação de funções entre a autoridade de gestão e os outros organismos. Os Estados-Membros são responsáveis por assegurar que os sistemas funcionem eficazmente ao longo de todo o período do programa.

4. Os Estados-Membros efectuam controlos de acordo com regras de execução aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 90.º, nomeadamente no que diz respeito ao tipo e à intensidade dos controlos, adaptados à natureza das diferentes medidas de desenvolvimento rural.

*Artigo 75.º***Autoridade de gestão**

1. A autoridade de gestão é responsável pela gestão e execução do programa de uma forma eficiente, eficaz e correcta e, em especial, por:

- a) Assegurar que as operações sejam seleccionadas para financiamento de acordo com os critérios aplicáveis ao programa de desenvolvimento rural;
- b) Garantir a existência de um sistema de registo e conservação da informação estatística sobre a execução, num formato electrónico adequado para fins de acompanhamento e avaliação;
- c) Assegurar que os beneficiários e outros organismos envolvidos na execução das operações:
 - i) estejam informados das suas obrigações decorrentes do apoio concedido e mantenham um sistema de contabilidade separado ou uma codificação contabilística adequada para todas as transacções referentes à operação;
 - ii) estejam conscientes dos requisitos referentes à apresentação de dados à autoridade de gestão e ao registo das realizações e resultados;
- d) Assegurar que as avaliações do programa sejam realizadas nos prazos estabelecidos no presente regulamento e estejam em conformidade com o quadro comum de acompanhamento e avaliação e que as avaliações realizadas sejam apresentadas às autoridades nacionais competentes e à Comissão;
- e) Dirigir o comité de acompanhamento e enviar-lhe os documentos necessários para o acompanhamento da execução do programa em função dos seus objectivos específicos;

- f) Garantir o cumprimento das obrigações em matéria de publicidade referidas no artigo 76.º;
- g) Elaborar o relatório de execução anual e, após aprovação pelo comité de acompanhamento, apresentá-lo à Comissão;
- h) Garantir que o organismo pagador receba todas as informações necessárias, em especial sobre os procedimentos aplicados e todos os controlos executados relativamente às operações seleccionadas para financiamento, antes de os pagamentos serem autorizados.

2. Caso uma parte das suas tarefas seja delegada noutro organismo, a autoridade de gestão continuará a ser plenamente responsável pela eficiência e rigor da gestão e execução dessas tarefas.

CAPÍTULO II

INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Artigo 76.º

Informação e publicidade

1. Os Estados-Membros fornecem informações sobre os planos estratégicos nacionais, os programas de

desenvolvimento rural e a contribuição da Comunidade e procedem à respectiva publicidade.

Essas informações destinam-se ao público em geral. Devem destacar o papel da Comunidade e assegurar a transparência da intervenção do FEADER.

2. A autoridade de gestão do programa é responsável pela publicidade do mesmo, devendo informar:

- a) Os potenciais beneficiários, organizações profissionais, parceiros económicos e sociais, organismos envolvidos na promoção da igualdade entre homens e mulheres e organizações não governamentais interessadas, incluindo organizações ambientais, acerca das possibilidades proporcionadas pelo programa e das regras de acesso ao respectivo financiamento;
- b) Os beneficiários, acerca da contribuição comunitária;
- c) O público em geral, acerca do papel desempenhado pela Comunidade nos programas e dos respectivos resultados.

TÍTULO VII

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

CAPÍTULO I

ACOMPANHAMENTO

Artigo 77.º

Comité de acompanhamento

1. Para cada programa de desenvolvimento rural, é criado um comité de acompanhamento no prazo máximo de três meses após a decisão de aprovação do programa.

Cada comité de acompanhamento elabora o seu regulamento interno dentro do quadro institucional, jurídico e financeiro do Estado-Membro em questão e adopta-o de comum acordo com a autoridade de gestão, com vista à execução dos seus deveres nos termos do presente regulamento.

2. Cada comité de acompanhamento é presidido por um representante do Estado-Membro ou da autoridade de gestão.

A sua composição é decidida pelo Estado-Membro e inclui os parceiros referidos no n.º 1 do artigo 6.º

Por sua própria iniciativa, representantes da Comissão podem participar nos trabalhos do comité de acompanhamento, a título consultivo.

3. Os Estados-Membros com programas regionais podem criar um comité de acompanhamento nacional para coordenar a execução desses programas em relação à estratégia nacional e à utilização dos recursos financeiros.

*Artigo 78.º***Responsabilidades do comité de acompanhamento**

O comité de acompanhamento certifica-se da eficácia da execução do programa de desenvolvimento rural. Para o efeito:

- a) É consultado, no prazo de quatro meses a contar da decisão de aprovação do programa, sobre os critérios de selecção das operações a financiar. Os critérios de selecção são revistos de acordo com as necessidades da programação;
- b) Avalia periodicamente os progressos verificados no sentido da realização dos objectivos específicos do programa, com base nos documentos apresentados pela autoridade de gestão;
- c) Examina os resultados da execução, especialmente a realização dos objectivos fixados para cada eixo e as avaliações contínuas;
- d) Analisa e aprova o relatório de execução anual e o último relatório de execução antes do seu envio à Comissão;
- e) Pode propor à autoridade de gestão eventuais ajustamentos ou a revisão do programa, com vista a atingir os objectivos do FEADER definidos no artigo 4.º ou a melhorar a sua gestão, incluindo a gestão financeira;
- f) Analisa e aprova eventuais propostas de alteração do conteúdo da decisão da Comissão sobre a contribuição do FEADER.

*Artigo 79.º***Procedimento de acompanhamento**

1. A autoridade de gestão e o comité de acompanhamento procedem ao acompanhamento da qualidade da execução do programa.
2. A autoridade de gestão e o comité de acompanhamento efectuem o acompanhamento de cada programa de desenvolvimento rural por meio de indicadores financeiros, de realizações e de resultados.

*Artigo 80.º***Quadro comum de acompanhamento e avaliação**

O quadro comum de acompanhamento e avaliação é elaborado em cooperação entre a Comissão e os Estados-

-Membros e é aprovado nos termos do n.º 2 do artigo 90.º O quadro especifica um número limitado de indicadores comuns aplicáveis a cada programa.

*Artigo 81.º***Indicadores**

1. Os progressos, a eficiência e a eficácia dos programas de desenvolvimento rural em relação aos seus objectivos são medidos por meio de indicadores relacionados com a situação inicial, bem como com a execução financeira, as realizações, os resultados e o impacto dos programas.
2. Cada programa de desenvolvimento rural define um número limitado de indicadores adicionais específicos desse programa.
3. Caso a natureza da intervenção o permita, os dados referentes aos indicadores são discriminados por sexo e idade dos beneficiários.

*Artigo 82.º***Relatório de execução anual**

1. A partir de 2008, até 30 de Junho de cada ano, a autoridade de gestão envia à Comissão um relatório de execução anual sobre a realização do programa. A autoridade de gestão envia à Comissão o último relatório de execução sobre a realização do programa até 30 de Junho de 2016.
2. O relatório de execução anual inclui os seguintes elementos:

- a) Qualquer alteração das condições gerais que tenha um impacto directo nas condições de execução do programa, bem como qualquer alteração das políticas comunitárias e nacionais que afecte a coerência entre a intervenção do FEADER e a dos outros instrumentos financeiros;
- b) Progressos do programa em relação aos objectivos fixados, com base em indicadores de realizações e de resultados;
- c) Execução financeira do programa apresentando, para cada medida, um mapa das despesas pagas aos beneficiários. Caso o programa abranja regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência, as despesas são identificadas separadamente;
- d) Resumo das actividades de avaliação contínua nos termos do n.º 3 do artigo 86.º;

- e) Medidas adoptadas pela autoridade de gestão e pelo comité de acompanhamento para assegurar a qualidade e eficácia da execução do programa, em especial:

Artigo 83.º

Exame anual dos programas

- i) medidas de acompanhamento e avaliação;
- ii) resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do programa e eventuais medidas tomadas, incluindo em resposta a observações apresentadas nos termos do artigo 83.º;
- iii) utilização de assistência técnica;
- iv) medidas tomadas para assegurar a publicidade do programa nos termos do artigo 76.º;

1. Anualmente, aquando da apresentação do relatório de execução anual, a Comissão e a autoridade de gestão examinam os principais resultados do ano anterior, segundo procedimentos a determinar de comum acordo com o Estado-Membro e a autoridade de gestão em questão.

2. Na sequência desse exame, a Comissão pode apresentar observações ao Estado-Membro e à autoridade de gestão, que as comunica ao comité de acompanhamento. O Estado-Membro informa a Comissão das medidas tomadas em resposta a essas observações.

CAPÍTULO II

AValiação

Artigo 84.º

Disposições gerais

- f) Declaração de conformidade com as políticas comunitárias no contexto do apoio, incluindo identificação dos problemas verificados e das medidas adoptadas para os resolver;
- g) Se for caso disso, reutilização dos montantes recuperados nos termos do artigo 33.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005.

1. Os programas de desenvolvimento rural são objecto de avaliações *ex ante*, intercalares e *ex post* nos termos dos artigos 85.º, 86.º e 87.º

2. As avaliações têm como objectivo melhorar a qualidade, eficiência e eficácia da execução dos programas de desenvolvimento rural. Avaliam o impacto dos programas no que diz respeito às orientações estratégicas comunitárias previstas no artigo 9.º e aos problemas de desenvolvimento rural específicos dos Estados-Membros e regiões em questão, tendo em conta requisitos de desenvolvimento sustentável e de impacto ambiental que satisfaçam os requisitos da legislação comunitária aplicável.

3. O relatório é considerado admissível para fins de aplicação do artigo 26.º do Regulamento (CE) n.º 1290/2005 se contiver todos os elementos enumerados no n.º 2 e permitir a avaliação da execução do programa.

3. A avaliação é organizada, consoante o caso, sob a responsabilidade dos Estados-Membros ou da Comissão.

A Comissão dispõe de um prazo de dois meses para apresentar observações ao relatório de execução anual após o seu envio pela autoridade de gestão. Esse prazo é aumentado para cinco meses relativamente ao último relatório do programa. Caso a Comissão não responda dentro do prazo fixado, o relatório é considerado aceite.

4. As avaliações referidas no n.º 1 são efectuadas por avaliadores independentes. Os resultados são facultados ao público nos termos do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão ⁽¹⁾.

4. As regras de execução relativas aos relatórios de execução anuais para os programas específicos nos termos do n.º 3 do artigo 66.º são estabelecidas nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

5. Os Estados-Membros disponibilizam os recursos humanos e financeiros necessários para a realização das avaliações, organizam a produção e recolha dos dados necessários e utilizam os vários elementos de informação fornecidos pelo sistema de acompanhamento.

⁽¹⁾ JO L 145 de 31.5.2001, p. 43.

6. Os Estados-Membros e a Comissão acordam nas normas e métodos de avaliação a aplicar por iniciativa da Comissão dentro do quadro previsto no artigo 80.º

Artigo 85.º

Avaliação ex ante

1. A avaliação *ex ante* faz parte da concepção de cada programa de desenvolvimento rural e tem como objectivo otimizar a afectação dos recursos orçamentais e melhorar a qualidade da programação. Incide na identificação e apreciação das necessidades a médio e longo prazo, nos objectivos a atingir, nos resultados esperados, nos objectivos quantificados especialmente em termos de impacto em relação à situação inicial, no valor acrescentado comunitário, na medida em que as prioridades comunitárias foram tidas em conta, nos ensinamentos tirados da programação anterior e na qualidade dos procedimentos de execução, acompanhamento, avaliação e gestão financeira.

2. A avaliação *ex ante* é efectuada sob a responsabilidade do Estado-Membro.

Artigo 86.º

Avaliação intercalar e ex post

1. Os Estados-Membros estabelecem um sistema de avaliação contínua para cada programa de desenvolvimento rural.

2. A autoridade de gestão do programa e o comité de acompanhamento utilizam a avaliação contínua para:

- a) Examinar os progressos verificados no programa em relação aos seus objectivos, por meio de indicadores de resultados e, se for caso disso, de impacto;
- b) Melhorar a qualidade dos programas e a sua execução;
- c) Examinar propostas para alterações substanciais dos programas;
- d) Preparar a avaliação intercalar e *ex post*.

3. A partir de 2008, a autoridade de gestão apresenta anualmente ao comité de acompanhamento um relatório sobre as actividades de avaliação contínua. É incluído um

resumo das actividades no relatório de execução anual previsto no artigo 82.º

4. Em 2010, a avaliação contínua assume a forma de um relatório de avaliação intercalar separado. Nessa avaliação intercalar são propostas medidas para melhorar a qualidade dos programas e a sua execução.

Por iniciativa da Comissão, é elaborado um resumo dos relatórios de avaliação intercalar.

5. Em 2015, a avaliação contínua assume a forma de um relatório de avaliação *ex post* separado.

6. As avaliações intercalares e *ex post* examinam o grau de utilização dos recursos, a eficácia e eficiência da programação do FEADER, o seu impacto socioeconómico e o seu impacto nas prioridades comunitárias. As avaliações abrangem os objectivos do programa e destinam-se a tirar ensinamentos relativos à política de desenvolvimento rural. Identificam os factores que contribuíram para o sucesso ou o fracasso da execução dos programas, incluindo no que diz respeito à sustentabilidade, bem como as melhores práticas.

7. A avaliação contínua é organizada por iniciativa das autoridades de gestão, em cooperação com a Comissão. É efectuada com carácter plurianual e abrange o período de 2007 a 2015.

8. A Comissão organiza, por sua iniciativa, medidas destinadas a proporcionar formação, intercâmbio de melhores práticas e informação aos avaliadores encarregados das avaliações contínuas, peritos nos Estados-Membros e membros dos comités de acompanhamento, bem como avaliações temáticas e sucintas.

Artigo 87.º

Resumo das avaliações ex post

1. Sob a responsabilidade da Comissão, é elaborado um resumo das avaliações *ex post* em cooperação com o Estado-Membro e a autoridade de gestão, no qual são reunidos os dados necessários para a sua conclusão.

2. O resumo das avaliações *ex post* deve estar concluído o mais tardar em 31 de Dezembro de 2016.

TÍTULO VIII

AJUDAS ESTATAIS

Artigo 88.º

Aplicação das regras relativas às ajudas estatais

1. Salvo disposição em contrário do presente título, os artigos 87.º, 88.º e 89.º do Tratado são aplicáveis ao apoio ao desenvolvimento rural pelos Estados-Membros.

Todavia, os artigos 87.º, 88.º e 89.º do Tratado não são aplicáveis às contribuições financeiras dos Estados-Membros como contraparte do apoio comunitário ao desenvolvimento rural no âmbito do artigo 36.º do Tratado, em conformidade com o presente regulamento.

2. São proibidas as ajudas à modernização de explorações agrícolas que excedam as percentagens fixadas no anexo relativamente ao n.º 2 do artigo 26.º Essa proibição não é aplicável às ajudas aos investimentos:

- a) Efectuados predominantemente no interesse público e relacionados com a preservação da paisagem tradicional configurada pelas actividades agrícolas e florestais ou com a realocização de edifícios de explorações agrícolas;
- b) Relacionados com a protecção e a melhoria do ambiente;
- c) Relacionados com a melhoria das condições de higiene das explorações pecuárias e do bem-estar dos animais, assim como com a segurança no local de trabalho.

3. São proibidas as ajudas estatais concedidas aos agricultores a título de compensação pelas desvantagens naturais em zonas de montanha e noutras zonas com desvantagens, caso não preencham as condições estabelecidas no artigo 37.º Todavia, podem ser concedidas, em caso devidamente justificados, ajudas adicionais superiores aos montantes fixados nos termos do n.º 3 do artigo 37.º

4. São proibidas as ajudas estatais destinadas a apoiar os agricultores que assumam compromissos agro-ambientais ou relativos ao bem-estar dos animais que não preencham as

condições estabelecidas nos artigos 39.º e 40.º, respectivamente. Contudo, podem ser concedidas, quando devidamente justificadas, ajudas adicionais superiores aos montantes máximos fixados no anexo relativamente ao n.º 4 do artigo 39.º e ao n.º 3 do artigo 40.º Em casos excepcionais, pode ser permitida uma derrogação devidamente justificada no que diz respeito à duração mínima desses compromissos prevista no n.º 3 do artigo 39.º e no n.º 2 do artigo 40.º

5. São proibidas as ajudas estatais destinadas a apoiar os agricultores que se adaptem a normas exigentes baseadas em legislação comunitária em matéria de protecção do ambiente, de saúde pública, de sanidade animal e fitossanidade, de bem-estar dos animais e de segurança no trabalho, caso não preencham as condições estabelecidas no artigo 31.º No entanto, podem ser concedidas ajudas adicionais superiores aos montantes máximos fixados nos termos do referido artigo, a fim de ajudar os agricultores a cumprir disposições da legislação nacional mais exigentes do que as normas comunitárias.

6. Na ausência de legislação comunitária, são proibidas as ajudas estatais destinadas a apoiar os agricultores que se adaptem a normas exigentes baseadas em legislação nacional em matéria de ambiente, de saúde pública, de sanidade animal e fitossanidade, de bem-estar dos animais e de segurança no trabalho, caso não preencham as condições estabelecidas no artigo 31.º Podem ser concedidas ajudas adicionais superiores aos montantes máximos fixados no anexo relativamente ao n.º 2 do artigo 31.º, caso sejam justificadas ao abrigo do artigo 31.º

Artigo 89.º

Financiamento nacional adicional

As ajudas estatais destinadas a proporcionar financiamento adicional para o desenvolvimento rural que beneficie de apoio comunitário são comunicadas pelos Estados-Membros e aprovadas pela Comissão nos termos do presente regulamento, como elemento da programação referida no artigo 16.º O primeiro período do n.º 3 do artigo 88.º do Tratado não é aplicável às ajudas assim comunicadas.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 90.º

Comité

1. A Comissão é assistida pelo Comité do Desenvolvimento Rural (a seguir designado «Comité»).

2. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os artigos 4.º e 7.º da Decisão 1999/468/CE.

O prazo previsto no n.º 3 do artigo 4.º da Decisão 1999/468/CE é de um mês.

3. O Comité aprovará o seu regulamento interno.

Artigo 91.º

Regras de execução

Para além das medidas previstas em disposições específicas do presente regulamento, as regras de execução do presente regulamento devem ser aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 90.º Essas regras compreendem, nomeadamente:

- a) A apresentação dos programas de desenvolvimento rural propostos;
- b) As condições aplicáveis a medidas de desenvolvimento rural.

Artigo 92.º

Disposições transitórias

1. Caso sejam necessárias medidas específicas para facilitar a transição do regime em vigor para o instituído pelo presente regulamento, essas medidas devem ser aprovadas nos termos do n.º 2 do artigo 90.º

2. Devem ser aprovadas medidas, designadamente, para integrar o apoio comunitário existente aprovado pela Comissão e proveniente quer da secção Orientação quer da secção Garantia do FEOGA para um período com termo após 1 de Janeiro de 2007, no regime de desenvolvimento rural previsto no presente regulamento e para cobrir as avaliações *ex post* dos programas do período 2000-2006.

Artigo 93.º

Revogação

1. O Regulamento (CE) n.º 1257/1999 é revogado com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, com excepção da alínea a) do artigo 13.º, do n.º 1 e dos dois primeiros travessões do n.º 2 do artigo 14.º, dos artigos 15.º e 17.º a 20.º, do n.º 3 do artigo 51.º, do n.º 4 do artigo 55.º e da parte do anexo I que especifica os montantes a pagar ao abrigo do n.º 3 do artigo 15.º Estas disposições são revogadas com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, sob reserva de um acto do Conselho aprovado nos termos do artigo 37.º do Tratado.

As remissões feitas para o regulamento revogado devem entender-se como sendo feitas para o presente regulamento.

O Regulamento (CE) n.º 1257/1999 continua a aplicar-se às acções aprovadas pela Comissão nos termos desse regulamento antes de 1 de Janeiro de 2007.

2. São revogadas, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, sob reserva de um acto do Conselho aprovado nos termos do artigo 37.º do Tratado, as directivas e decisões do Conselho que estabelecem e alteram as listas das zonas desfavorecidas referidas no n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento (CE) n.º 950/97.

Artigo 94.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é aplicável ao apoio comunitário relativo ao período de programação com início em 1 de Janeiro de 2007. Todavia, o presente regulamento não é aplicável antes da entrada em vigor da legislação comunitária que estabelece disposições gerais relativas ao FEDER, ao FSE e ao Fundo de Coesão no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, com

excepção dos artigos 9.º, 90.º, 91.º e 92.º que são aplicáveis a partir da entrada em vigor do presente regulamento.

Não obstante o segundo parágrafo, o artigo 37.º, os n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º e o n.º 3 do artigo 88.º são aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2010, sob reserva de um acto do Conselho aprovado nos termos do artigo 37.º do Tratado.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Setembro de 2005.

Pelo Conselho

O Presidente

M. BECKETT

ANEXO

MONTANTES E TAXAS DE APOIO

| Artigo | Objecto | Montante em euros ou taxa | |
|----------------------|---|---------------------------|---|
| n.º 2 do artigo 22.º | Apoio à instalação (*) | 55 000 | |
| n.º 6 do artigo 23.º | Reforma antecipada | 18 000 | Por cedente por ano |
| | | 180 000 | Montante total por cedente |
| | | 4 000 | Por trabalhador por ano |
| | | 40 000 | Montante total por trabalhador |
| n.º 2 do artigo 24.º | Serviços de aconselhamento | 80 % | Do custo elegível por serviço de aconselhamento |
| | | 1 500 | Montante máximo elegível |
| n.º 2 do artigo 26.º | Intensidade da ajuda para a modernização de explorações agrícolas | 60 % | Do montante dos investimentos elegíveis para os jovens agricultores nas zonas referidas nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea a) do artigo 36.º |
| | | 50% | Do montante dos investimentos elegíveis para outros agricultores nas zonas referidas nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea a) do artigo 36.º |
| | | 50 % | Do montante dos investimentos elegíveis para os jovens agricultores noutras zonas |
| | | 40 % | Do montante dos investimentos elegíveis para outros agricultores noutras zonas |
| | | 75% | Do montante dos investimentos elegíveis nas regiões ultraperiféricas e ilhas menores do mar Egeu na aceção do Regulamento (CEE) n.º 2019/93 |
| | | 75 % | Do montante dos investimentos elegíveis nos Estados-Membros que aderiram à Comunidade em 1 de Maio de 2004, para a implementação da Directiva 91/676/CEE do Conselho ⁽¹⁾ no prazo máximo de 4 anos a contar da data de adesão, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º e do n.º 1 do artigo 5.º da referida directiva. |
| n.º 3 do artigo 27.º | Intensidade da ajuda para a melhoria do valor económico das florestas | 60 % (**) | Do montante dos investimentos elegíveis nas zonas referidas nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea a) do artigo 36.º |
| | | 50 % | Do montante dos investimentos elegíveis noutras zonas |
| | | 85 % (**) | Do montante dos investimentos elegíveis nas regiões ultraperiféricas |

| Artigo | Objecto | Montante em euros ou taxa | |
|----------------------|---|-----------------------------------|---|
| n.º 2 do artigo 28.º | Intensidade da ajuda para o aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais | 50 % | Do montante dos investimentos elegíveis nas regiões elegíveis ao abrigo do objectivo da convergência |
| | | 40 % | Do montante dos investimentos elegíveis noutras regiões |
| | | 75 % | Do montante dos investimentos elegíveis nas regiões ultraperiféricas |
| | | 65 % | Do montante dos investimentos elegíveis nas ilhas menores do mar Egeu na acepção do Regulamento (CEE) n.º 2019/93 |
| n.º 2 do artigo 31.º | Montante máximo do apoio para o cumprimento das normas | 10 000 | Por exploração |
| n.º 2 do artigo 32.º | Montante máximo do apoio para a participação em regimes de qualidade dos alimentos | 3 000 | Por exploração |
| artigo 33.º | Intensidade da ajuda para actividades de informação e promoção | 70 % | Do custo elegível da acção |
| n.º 3 do artigo 34.º | Montante máximo para as explorações agrícolas de semi-subsistência | 1 500 | Por exploração agrícola por ano |
| n.º 2 do artigo 35.º | Agrupamentos de produtores: limite máximo, como percentagem da produção comercializada nos primeiros cinco anos após o reconhecimento | 5 %, 5 %, 4 %, 3 % e 2 % (***) | Nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos, respectivamente, para a produção comercializada até EUR 1 000 000 |
| | | 2,5 %, 2,5 %, 2,0 %, 1,5 % e 1,5% | Nos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos, respectivamente, para a produção comercializada superior a EUR 1 000 000 |
| | | 100 000 | No 1.º ano |
| | | 100 000 | No 2.º ano |
| | | 80 000 | No 3.º ano |
| n.º 3 do artigo 37.º | Pagamento mínimo para compensação de desvantagens | 25 | Por hectare de SAU |
| | | 250 | Por hectare de SAU |
| | | 150 | Por hectare de SAU |
| n.º 2 do artigo 38.º | Pagamento máximo inicial Natura 2000 para um período não superior a cinco anos | 500 (****) | Por hectare de SAU |
| | Pagamento máximo normal Natura 2000 | 200 (****) | Por hectare de SAU |
| n.º 4 do artigo 39.º | Culturas anuais | 600 (****) | Por hectare |
| | Culturas perenes especializadas | 900 (****) | Por hectare |
| | Outras utilizações das terras | 450 (****) | Por hectare |
| | Raças locais ameaçadas de abandono | 200 (****) | Por cabeça normal |
| n.º 3 do artigo 40.º | Bem-estar dos animais | 500 | Por cabeça normal |

| Artigo | Objecto | Montante em euros ou taxa | |
|---|---|------------------------------------|---|
| n.º 4 do artigo 43.º | Prémio máximo anual para cobrir perdas de rendimentos resultantes de florestação | | |
| | — para agricultores ou respectivas associações | 700 | Por hectare |
| | — para qualquer outra pessoa singular ou ente de direito privado | 150 | Por hectare |
| n.º 4 do artigo 43.º, n.º 4 do artigo 44.º e n.º 3 do artigo 45.º | — Intensidade da ajuda para custos de implantação | 80 % (**) 70 % 85 % (**) | Dos custos elegíveis nas zonas referidas nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea a) do artigo 36.º Dos custos elegíveis noutras zonas Dos custos elegíveis nas regiões ultraperiféricas |
| artigo 46.º e n.º 2 do artigo 47.º | Pagamento anual Natura 2000 e silvo-ambiental — pagamento mínimo — pagamento máximo | 40 200 (****) | Por hectare Por hectare |

(¹) Directiva 91/676/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola (JO L 375 de 31.12.1991, p. 1).

(*) O apoio à instalação pode ser concedido sob forma de um prémio único no valor máximo de EUR 40 000 e/ou sob forma de uma bonificação de juros cujo valor capitalizado não pode exceder EUR 40 000. Em caso de combinação de ambas as formas de apoio, o valor máximo não pode exceder EUR 55 000.

(**) Não é aplicável às florestas estatais tropicais ou subtropicais nem às zonas florestadas dos territórios dos Açores, da Madeira, das Canárias, das ilhas menores do mar Egeu, na acepção do Regulamento (CEE) n.º 2019/93, e dos departamentos ultramarinos franceses.

(***) No caso de Malta, a Comissão pode fixar um montante mínimo de apoio para os sectores com uma produção total extremamente pequena.

(****) Estes montantes podem ser aumentados em casos excepcionais, tendo em conta circunstâncias específicas a justificar nos programas de desenvolvimento rural.

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) N.º 1782/2003 DO CONSELHO

de 29 de Setembro de 2003

que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores e altera os Regulamentos (CEE) n.º 2019/93, (CE) n.º 1452/2001, (CE) n.º 1453/2001, (CE) n.º 1454/2001, (CE) n.º 1868/94, (CE) n.º 1251/1999, (CE) n.º 1254/1999, (CE) n.º 1673/2000, (CEE) n.º 2358/71, e (CE) n.º 2529/2001

SUMÁRIO

| | | Página |
|------------|--|--------|
| TÍTULO I | ÂMBITO DE APLICAÇÃO E DEFINIÇÕES | 7 |
| TÍTULO II | DISPOSIÇÕES GERAIS | 8 |
| Capítulo 1 | Condicionalidade | 8 |
| Capítulo 2 | Modulação e disciplina financeira | 9 |
| Capítulo 3 | Sistema de aconselhamento agrícola | 10 |
| Capítulo 4 | Sistema integrado de gestão e de controlo | 10 |
| Capítulo 5 | Outras disposições gerais | 13 |
| TÍTULO III | REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO | 14 |
| Capítulo 1 | Disposições gerais | 14 |
| Capítulo 2 | Determinação do montante | 15 |
| Capítulo 3 | Direitos aos pagamentos | 16 |
| Secção 1 | Direitos aos pagamentos baseados na superfície | 16 |
| Secção 2 | Direitos aos pagamentos sujeitos a condições especiais | 18 |
| Capítulo 4 | Utilização das terras no âmbito do regime de pagamento único | 19 |
| Secção 1 | Utilização das terras | 19 |
| Secção 2 | Direitos por retirada de terras da produção | 19 |
| Capítulo 5 | Implementação regional e facultativa | 21 |
| Secção 1 | Implementação regional | 21 |
| Secção 2 | Implementação parcial | 23 |
| Secção 3 | Exclusões facultativas | 25 |
| Secção 4 | Transição facultativa | 25 |
| TÍTULO IV | OUTROS REGIMES DE AJUDA | 26 |
| Capítulo 1 | Prémio específico à qualidade para o trigo duro | 26 |
| Capítulo 2 | Prémio às proteaginosas | 26 |

| | | Página |
|-------------|--|--------|
| Capítulo 3 | Pagamento específico para o arroz | 27 |
| Capítulo 4 | Pagamento por superfície para os frutos de casca rija | 27 |
| Capítulo 5 | Ajuda às culturas energéticas | 29 |
| Capítulo 6 | Ajuda à batata para fécula | 29 |
| Capítulo 7 | Prémio aos produtos lácteos e pagamentos complementares | 30 |
| Capítulo 8 | Ajuda regional específica para as culturas arvenses | 31 |
| Capítulo 9 | Ajuda às sementes | 31 |
| Capítulo 10 | Pagamento por superfície para as culturas arvenses | 31 |
| Capítulo 11 | Prémios aos ovinos e caprinos | 35 |
| Capítulo 12 | Pagamentos para a carne de bovino | 37 |
| Capítulo 13 | Ajuda às leguminosas para grão | 45 |
| TÍTULO V | DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS | 46 |
| ANEXO I | Lista dos regimes de apoio que preenchem os critérios estabelecidos no artigo 1.º | 53 |
| ANEXO II | Limites máximos nacionais referidos no n.º 2 do artigo 12.º | 55 |
| ANEXO III | Requisitos legais de gestão referidos nos artigos 3.º e 4.º | 56 |
| ANEXO IV | Boas condições agrícolas e ambientais referidas no artigo 5.º | 58 |
| ANEXO V | Regimes de apoio compatíveis referidos no artigo 26.º | 59 |
| ANEXO VI | Lista dos pagamentos directos relacionados com o pagamento único referido no artigo 33.º | 60 |
| ANEXO VII | Cálculo do montante de referência referido no artigo 37.º | 61 |
| ANEXO VIII | Limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º | 64 |
| ANEXO IX | Lista das culturas arvenses referida no artigo 66.º | 65 |
| ANEXO X | Zonas tradicionais de produção de trigo duro referidas no artigo 74.º | 66 |
| ANEXO XI | Lista das espécies de sementes referida no artigo 99.º | 68 |

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Considerando o seguinte:

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente os artigos 36.º e 37.º e o n.º 2 do artigo 299.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu ⁽¹⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu ⁽²⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões ⁽³⁾,

(1) Devem ser estabelecidas condições comuns para os pagamentos directos efectuados a título dos diversos regimes de apoio ao rendimento no âmbito da política agrícola comum.

(2) O pagamento integral das ajudas directas deve ser sujeito ao cumprimento de regras relativas às terras, à produção e à actividade agrícolas. Essas regras devem servir para integrar nas organizações comuns de mercado normas básicas em matéria de ambiente, de segurança dos alimentos, de saúde e bem-estar dos animais e de boas condições agrícolas e ambientais. Se essas normas básicas não forem respeitadas, os Estados-Membros devem retirar total ou parcialmente a ajuda directa, segundo critérios proporcionais, objectivos e progressivos, e sem

⁽¹⁾ Parecer emitido em 5 de Junho de 2003 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

⁽²⁾ JO C 208 de 3.9.2003, p. 64.

⁽³⁾ Parecer emitido em 2 de Julho de 2003 (ainda não publicado no Jornal Oficial).

- prejuízo de sanções previstas actualmente ou posteriormente nos termos de outras disposições do direito comunitário ou nacional.
- (3) A fim de evitar o abandono das terras agrícolas e assegurar que sejam mantidas em boas condições agrícolas e ambientais, é necessário estabelecer normas que podem basear-se ou não em disposições dos Estados-Membros. Convém, por conseguinte, estabelecer um quadro comunitário para a adopção, pelos Estados-Membros, de normas que tenham em conta as características específicas das zonas em questão, nomeadamente as condições edafoclimáticas, assim como os sistemas de exploração (utilização das terras, rotação das culturas, práticas agrícolas) e as estruturas agrícolas existentes.
- (4) Uma vez que as pastagens permanentes têm um efeito ambiental positivo, é conveniente adoptar medidas que incentivem a manutenção das pastagens permanentes existentes a fim de evitar a sua conversão maciça em terras aráveis.
- (5) A fim de se conseguir um melhor equilíbrio entre os instrumentos de política agrícola destinados a promover uma agricultura sustentável e os que visam fomentar o desenvolvimento rural, deve ser instituído, à escala comunitária e com carácter obrigatório, um sistema de redução progressiva dos pagamentos directos no período de 2005 a 2012. Todos os pagamentos directos, para além de determinados montantes, devem ser reduzidos anualmente numa certa percentagem. As poupanças daí resultantes devem ser utilizadas para financiar medidas de desenvolvimento rural e repartidas pelos Estados-Membros de acordo com critérios objectivos a definir. Todavia, é conveniente estabelecer que uma determinada percentagem desses montantes permaneça nos Estados-Membros onde foram gerados. Até 2005, os Estados-Membros podem continuar a aplicar a modulação prevista, a título facultativo, no Regulamento (CE) n.º 1259/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum ⁽¹⁾.
- (6) A fim de assegurar que as dotações para o financiamento da política agrícola comum [rubrica 1a)] respeitem os limites máximos anuais fixados nas Perspectivas Financeiras, convém prever um mecanismo financeiro para ajustar, se necessário, os pagamentos directos. Deve ser determinado um ajustamento do apoio directo sempre que as previsões apontem para que, em determinado exercício orçamental, vá ser excedida a rubrica 1a), com uma margem de segurança de 300 milhões de euros.
- (7) Atendendo aos ajustamentos estruturais resultantes da supressão da intervenção para o centeio, é conveniente prever medidas transitórias aplicáveis a determinadas regiões produtoras de centeio, financiadas por parte dos montantes gerados pela modulação.
- (8) A fim de ajudar os agricultores a cumprirem as normas de uma agricultura moderna e de alta qualidade, é necessário que os Estados-Membros estabeleçam um sistema global de aconselhamento às explorações agrícolas comerciais. O sistema de aconselhamento agrícola deve contribuir para que os agricultores se tornem mais conscientes das relações existentes entre os fluxos de matérias e os processos agrícolas, por um lado, e as normas ambientais, de segurança dos alimentos e de saúde e bem-estar dos animais, por outro, sem prejuízo das obrigações e responsabilidades que lhes incumbem no respeito de tais normas.
- (9) A fim de facilitar a introdução do sistema de aconselhamento agrícola, é necessário que os Estados-Membros disponham de um prazo para a sua criação. Os agricultores devem ter poder aderir voluntariamente ao sistema, com prioridade para os que recebam mais do que determinado montante de pagamentos directos por ano. Uma vez que devem servir para aconselhar os agricultores, as informações obtidas durante esta actividade de aconselhamento devem ser consideradas confidenciais, excepto em casos de infracção grave ao direito comunitário ou nacional.
- (10) Em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1258/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, relativo ao financiamento da política agrícola comum ⁽²⁾, os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para se assegurarem da realidade e da regularidade das operações financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), secção «Garantia», assim como para prevenir e combater as irregularidades.
- (11) A fim de reforçar a eficácia e a utilidade dos mecanismos de gestão e de controlo, é necessário adaptar o sistema criado pelo Regulamento (CEE) n.º 3508/92 do Conselho, de 27 de Novembro de 1992, que estabelece um sistema integrado de gestão e de controlo relativo a determinados regimes de ajudas comunitários ⁽³⁾, de forma a incluir o regime de pagamento único, os regimes de apoio ao trigo duro, às proteaginosas, às culturas energéticas, ao arroz, à fécula de batata, aos frutos de casca rija, ao leite, às sementes, às leguminosas para grão e as ajudas regionais específicas, bem como o controlo da aplicação das regras relativas à condicionalidade, à modulação e ao sistema de aconselhamento agrícola. É também necessário prever a possibilidade de incluir, numa fase posterior, outros regimes de ajuda.
- (12) Para assegurar um controlo efectivo e impedir que vários pedidos de ajuda sejam apresentados a diferentes organismos pagadores de um mesmo Estado-Membro, cada Estado-Membro deve instaurar um sistema único de registo da identidade dos agricultores que apresentem pedidos de ajuda no âmbito do sistema integrado.

⁽¹⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 113. Regulamento com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1244/2001 (JO L 173 de 27.6.2001, p. 1).

⁽²⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 103.

⁽³⁾ JO L 335 de 5.12.1992, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 495/2001 da Comissão (JO L 72 de 14.3.2001, p. 6).

- (13) Os vários elementos do sistema integrado destinam-se a reforçar a eficácia das actividades de gestão e de controlo. Por conseguinte, é conveniente autorizar os Estados-Membros a recorrerem a esses elementos no âmbito dos regimes comunitários não sujeitos ao presente regulamento, salvaguardando, porém, integralmente, o respeito das disposições correspondentes.
- (14) Atendendo à complexidade do sistema e ao importante número de pedidos de ajuda a tratar, é indispensável utilizar meios técnicos e métodos de gestão e de controlo adequados. Por conseguinte, o sistema integrado deve comportar, a nível de cada Estado-Membro, uma base de dados informatizada, um sistema de identificação das parcelas agrícolas, os pedidos de ajuda dos agricultores, um sistema harmonizado de controlo e, para o regime de pagamento único, um sistema de identificação e registo dos direitos aos pagamentos.
- (15) A fim de permitir que os dados recolhidos sejam tratados e utilizados com vista à verificação dos pedidos de ajuda, é necessária a criação de bases de dados informatizadas suficientemente aperfeiçoadas, que permitam, designadamente, controlos cruzados.
- (16) A identificação das parcelas agrícolas constitui um elemento fundamental da correcta aplicação de regimes de ajudas ligados à superfície. A experiência adquirida revelou determinadas insuficiências nos métodos existentes. É, pois, necessário prever um sistema de identificação, estabelecido, se for caso disso, com recurso à teledetecção.
- (17) Num intuito de simplificação, é conveniente autorizar os Estados-Membros a preverem a apresentação de um pedido único para vários regimes de ajudas e a substituírem o pedido anual por um pedido permanente, sujeito apenas a uma confirmação anual.
- (18) Os Estados-Membros devem ter a possibilidade de utilizar os montantes libertados pelas reduções de pagamentos no âmbito da modulação para determinadas medidas adicionais no quadro do apoio ao desenvolvimento rural previsto no Regulamento (CE) n.º 1257/1999, de 17 de Maio de 1999, relativo ao apoio do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) ao desenvolvimento rural ⁽¹⁾.
- (19) Uma vez que não é possível prever os montantes que serão libertados pela condicionalidade com antecedência suficiente para que possam ser utilizados para determinadas medidas adicionais no quadro do apoio ao desenvolvimento rural, é conveniente que, com excepção de determinada percentagem a reter pelo Estado-Membro, esses montantes sejam creditados ao FEOGA, secção «Garantia».
- (20) Os pagamentos previstos a título dos regimes comunitários de apoio devem ser efectuados pelas autoridades nacionais competentes aos beneficiários na íntegra, sob reserva das reduções referidas no presente regulamento, e em prazos prescritos.
- (21) Os regimes de apoio existentes no âmbito da política agrícola comum prevêm um apoio directo ao rendimento, nomeadamente para assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola. Esse objectivo está intimamente relacionado com a manutenção das zonas rurais. Para evitar a atribuição incorrecta dos fundos comunitários, não devem ser efectuados quaisquer pagamentos aos agricultores que tenham criado artificialmente as condições necessárias à obtenção desses pagamentos.
- (22) Os regimes comuns de apoio deverão ser adaptados à evolução da situação, se necessário rapidamente. Por conseguinte, os beneficiários não podem esperar que as condições de apoio permaneçam inalteradas, devendo estar preparados para o eventual reexame dos regimes em função da evolução dos mercados.
- (23) Perante as consequências orçamentais significativas dos pagamentos directos e a fim de melhor avaliar o seu impacto, os regimes comunitários deverão ser sujeitos a uma avaliação adequada.
- (24) O reforço da competitividade da agricultura comunitária e a promoção da qualidade dos alimentos e das normas ambientais implicam necessariamente uma redução dos preços institucionais dos produtos agrícolas e um aumento dos custos de produção das explorações agrícolas da Comunidade. Para atingir esses objectivos e promover uma agricultura mais orientada para o mercado e sustentável, é necessário completar a transição do apoio à produção para o apoio ao produtor, introduzindo um sistema de apoio ao rendimento, dissociado, para cada exploração agrícola. A dissociação, embora não afecte os montantes efectivamente pagos aos agricultores, aumentará de modo significativo a eficácia da ajuda ao rendimento. Assim, é conveniente condicionar o pagamento único por exploração ao cumprimento de normas ambientais, de segurança dos alimentos e de saúde e bem-estar dos animais, bem como à manutenção da exploração em boas condições agrícolas e ambientais.
- (25) Um sistema desse tipo deve combinar diversos pagamentos directos, de que o agricultor beneficia actualmente no âmbito de vários regimes, num pagamento único, a estabelecer com base em direitos anteriores, num período de referência, ajustados para ter em conta a aplicação integral das medidas introduzidas no quadro da Agenda 2000, bem como outras alterações dos montantes das ajudas introduzidas pelo presente regulamento.
- (26) Uma vez que os benefícios, em termos de simplificação administrativa, serão tanto maiores quanto maior for o número de sectores incluídos, o regime deverá abranger, numa primeira fase, todos os produtos incluídos no regime das culturas arvenses e ainda as leguminosas para grão, as sementes, a carne de bovino e os ovinos. Devem também ser integrados no regime os pagamentos revistos para o arroz e o trigo duro, bem como o pagamento no sector do leite uma vez a reforma integralmente implementada. Devem ainda ser incluídos no regime os pagamentos para a batata para fécula e as forragens secas, mantendo-se embora pagamentos distintos para a indústria de transformação.

⁽¹⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 80.

- (27) No caso do cânhamo, é conveniente prever medidas específicas para evitar a intromissão de culturas ilícitas nas que podem beneficiar do pagamento único e a consequente perturbação da organização comum de mercado deste produto. Por conseguinte, é necessário prever a concessão de pagamentos por superfície unicamente em relação às superfícies semeadas com variedades de cânhamo que ofereçam certas garantias no que diz respeito ao teor de substâncias psicotrópicas. Devem ser adaptadas em conformidade as referências às medidas específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1673/2000 do Conselho, de 27 de Julho de 2000, que estabelece a organização comum de mercado no sector do linho e do cânhamo destinados à produção de fibras ⁽¹⁾.
- (28) A fim de que os agricultores sejam livres de escolher o que produzem nas suas terras — incluindo produtos ainda abrangidos pelo apoio não dissociado — reforçando assim a sua orientação para o mercado, o pagamento único não deve ser condicionado à produção de nenhum produto específico. Todavia, por forma a evitar distorções da concorrência, devem ser excluídos alguns produtos da produção em terras elegíveis.
- (29) É conveniente que a determinação do montante a que o agricultor deve ter direito a título do novo regime seja feita com base nos montantes que lhe foram concedidos durante um período de referência. A fim de atender a situações específicas, é necessário estabelecer uma reserva nacional. Essa reserva poderá ser também utilizada para facilitar a participação de novos agricultores no regime. O pagamento único deve ser fixado a nível da exploração.
- (30) O montante global a que tem direito uma exploração deve ser dividido em várias partes (direitos aos pagamentos) e ligado a um determinado número de hectares elegíveis, a definir, de modo a facilitar a transferência dos direitos a prémio. A fim de evitar transferências especulativas, conducentes à acumulação de direitos aos pagamentos que não correspondam a uma realidade agrícola, é conveniente prever, na concessão da ajuda, uma ligação entre os direitos e um determinado número de hectares elegíveis, bem como a possibilidade de limitar a transferência de direitos a uma mesma região. Para as ajudas sem ligação directa a uma superfície, são necessárias disposições específicas, que tenham em conta a situação particular da ovinicultura e da caprinicultura.
- (31) Para garantir que o nível global do apoio e dos direitos não exceda as limitações orçamentais actuais a nível comunitário ou nacional e, se for caso disso, a nível regional, é conveniente prever limites máximos nacionais, correspondentes à soma de todos os fundos concedidos, em cada Estado-Membro, para pagamento das ajudas a título dos regimes de apoio pertinentes, durante o período de referência e tendo em conta posteriores ajustamentos. Caso o limite máximo seja superado, devem ser aplicadas reduções proporcionais.
- (32) A fim de preservar as vantagens da retirada de terras em termos de controlo da oferta, reforçando simultaneamente os benefícios ambientais desta medida no âmbito do novo regime de apoio, devem ser mantidas as condições para a retirada de terras aráveis da produção.
- (33) A fim de dispor de uma flexibilidade necessária para reagir a situações específicas, os Estados-Membros devem ter a faculdade de estabelecer um certo equilíbrio entre os direitos aos pagamentos individuais e as médias regionais ou nacionais e entre os pagamentos existentes e o pagamento único. Deve ser prevista uma derrogação específica da proibição de cultivar frutas e produtos hortícolas, incluindo batata de consumo, para evitar que, em caso de regionalização, se verifiquem perturbações da produção, sem deixar de se minimizar simultaneamente eventuais riscos de distorção da concorrência. Além disso, por forma a ter em conta as condições agrícolas específicas de um Estado-Membro, é conveniente prever a possibilidade de este solicitar um período de transição para a implementação do regime de pagamento único, continuando embora a respeitar os limites máximos orçamentais fixados para este regime. Em caso de graves distorções da concorrência durante o período transitório e a fim de assegurar o cumprimento das obrigações internacionais da Comunidade, convém que a Comissão possa tomar as medidas necessárias para fazer face a essas situações.
- (34) No caso de implementação facultativa ou de transição, a fim de preservar as expectativas legítimas dos agricultores, é conveniente fixar uma data até à qual os Estados-Membros deverão tomar a decisão de aplicar o regime de pagamento único. Além disso, para assegurar a continuidade dos regimes vigentes, o direito à ajuda deve ser subordinado a determinadas condições, dispondo a Comissão da competência para estabelecer as respectivas regras de execução.
- (35) A fim de preservar o papel desempenhado pela cultura do trigo duro nas zonas de produção tradicionais e reforçar simultaneamente o apoio ao trigo duro que satisfaz determinados requisitos mínimos de qualidade, é conveniente, ao longo de um período de transição, reduzir o complemento específico actualmente atribuído ao trigo duro nas zonas tradicionais e suprimir a ajuda específica nas zonas estabelecidas. Só devem ser elegíveis para ajuda as culturas que produzam trigo duro adequado ao fabrico de sêmola e de massas alimentícias.
- (36) Por forma a reforçar o papel das culturas ricas em proteínas e incentivar o aumento da sua produção, é conveniente prever um pagamento complementar para os agricultores que produzam estas culturas. Para assegurar a correcta aplicação do novo regime, o direito à ajuda deve ser subordinado a determinadas condições. Deve ser estabelecida uma superfície máxima garantida, devendo-se proceder a reduções proporcionais em caso de superação dessa superfície.

⁽¹⁾ JO L 193 de 29.7.2000, p. 16. Regulamento alterado pelo Regulamento (CE) n.º 651/2002 da Comissão (JO L 101 de 17.4.2002, p. 3).

- (37) A fim de preservar o papel desempenhado pela orizicultura nas zonas de produção tradicionais, é conveniente prever um pagamento complementar para os produtores de arroz. Para assegurar a correcta aplicação do novo regime, o direito à ajuda deve ser subordinado a determinadas condições. Devem ser estabelecidas superfícies de base nacionais, devendo-se proceder a reduções proporcionais em caso de superação dessas superfícies.
- (38) É conveniente estabelecer novas medidas de apoio aos frutos de casca rija, para evitar o potencial desaparecimento da produção de frutos de casca rija, nas zonas de produção tradicionais, e as suas consequências negativas em termos ambientais, rurais, sociais e económicos. Para assegurar a correcta aplicação das novas medidas, o direito à ajuda deve ser subordinado a determinadas condições, incluindo limites mínimos de densidade de plantação e dimensão das parcelas. Os Estados-Membros devem ter a possibilidade de conceder uma ajuda adicional, para satisfazer necessidades específicas.
- (39) A fim de evitar superações orçamentais, é conveniente fixar uma superfície máxima garantida e proceder, caso esta seja superada, a reduções proporcionais, concentradas nos Estados-Membros que excederam a respectiva superfície. Para garantir uma aplicação equilibrada em toda a Comunidade, a referida superfície deve ser repartida proporcionalmente às superfícies de produção de frutos de casca rija nos Estados-Membros, devendo estes ser responsáveis pela repartição das superfícies no respectivo território. As zonas abrangidas por planos de melhoramento não devem ser elegíveis para ajuda a título do novo regime antes do termo do plano correspondente.
- (40) Para tirar partido do sucesso dos planos de melhoramento no reagrupamento da oferta, os Estados-Membros podem subordinar o direito à ajuda comunitária e à ajuda nacional à adesão a uma organização de produtores. A fim de evitar perturbações, é necessário assegurar uma transição harmoniosa para o novo regime.
- (41) Actualmente, o apoio às culturas energéticas consiste na possibilidade de produzir culturas industriais em terras retiradas da produção. As culturas energéticas representam a maior parte da produção não alimentar nas terras retiradas da produção. Deve ser instaurada uma ajuda específica às culturas energéticas com vista a diminuir as emissões de dióxido de carbono. Deve ser estabelecida uma superfície máxima garantida, devendo-se proceder a reduções proporcionais em caso de superação dessa superfície. As disposições adoptadas devem ser revistas após um determinado período, tendo em conta a implementação da iniciativa comunitária no domínio dos biocombustíveis.
- (42) A fim de manter a produção de fécula nas zonas de produção tradicionais, e em reconhecimento da importância da cultura da batata no ciclo agronómico, é conveniente prever um pagamento suplementar aos produtores de batata para fécula. Além disso, uma vez que o sistema de pagamento aos produtores de batata para fécula deverá ser parcialmente integrado no regime de pagamento único, é necessário alterar o Regulamento (CE) n.º 1868/94 do Conselho, de 27 de Julho de 1994, que institui um regime de contingentes para a produção de fécula de batata ⁽¹⁾.
- (43) A inclusão das culturas arvenses, da carne de bovino e dos ovinos alarga o regime de pagamento único aos prémios pagos nas regiões ultraperiféricas e nas ilhas do Mar Egeu, para maior simplificação e a fim de evitar a manutenção de um quadro jurídico e administrativo para um pequeno número de agricultores daquelas regiões. Todavia, por forma a preservar o papel de um certo tipo de produção nestas regiões da Comunidade, é conveniente prever que os Estados-Membros possam decidir que não têm de incluir esses pagamentos no regime de pagamento único, devendo a mesma possibilidade aplicar-se aos pagamentos suplementares em certas regiões da Suécia e da Finlândia, bem como à ajuda às sementes. Nestes casos, a continuidade dos regimes vigentes implica que o direito à ajuda seja subordinado a determinadas condições, dispondo a Comissão da competência para estabelecer as respectivas regras de execução.
- (44) A fim de facilitar a transição entre os regimes vigentes de pagamentos para as culturas arvenses e de prémios à pecuária, por um lado, e o novo regime de pagamento único, por outro, é conveniente prever algumas adaptações dos actuais pagamentos directos nestes sectores.
- (45) A actividade agrícola nos Açores encontra-se fortemente dependente da produção de produtos lácteos. Por conseguinte, é aconselhável prorrogar e alargar as medidas previstas no artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001 do Conselho, de 28 de Junho de 2001, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos Açores e da Madeira ⁽²⁾, e, durante um período total de seis campanhas de comercialização a contar da campanha de 1999/2000, derrogar de determinadas disposições da organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos no que respeita à limitação da produção, a fim de atender ao estado de desenvolvimento e às condições de produção locais. Esta medida deverá permitir, durante o seu período de aplicação, prosseguir a reestruturação do sector no arquipélago sem interferir no mercado dos produtos lácteos e sem afectar significativamente o bom funcionamento do regime da imposição aos níveis português e comunitário.
- (46) A aplicação do regime de pagamento único por exploração implicará, na prática, o abandono do programa de reconversão de terras actualmente consagradas às culturas arvenses para a produção animal extensiva em Portugal previsto no Regulamento (CE) n.º 1017/94 do Conselho ⁽³⁾. Por conseguinte, o Regulamento (CE) n.º
- ⁽¹⁾ JO L 197 de 30.7.1994, p. 4. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 962/2002 (JO L 149 de 7.6.2002, p. 1).
- ⁽²⁾ JO L 198 de 21.7.2001, p. 26.
- ⁽³⁾ JO L 112 de 3.5.1994, p. 2. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2582/2001 (JO L 345 de 29.12.2001, p. 5).

1017/94 deve ser revogado aquando da entrada em vigor do regime de pagamento único.

- (47) Na sequência das alterações e novas disposições acima referidas, devem ser revogados o Regulamento (CEE) n.º 3508/92 do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 1577/96 do Conselho, de 30 de Julho de 1996, que institui uma medida específica a favor de determinadas leguminosas para grão ⁽¹⁾, e o Regulamento (CE) n.º 1251/1999 do Conselho, de 17 de Maio de 1999, que institui um sistema de apoio aos produtores de determinadas culturas arvenses ⁽²⁾. O Regulamento (CE) n.º 1259/1999 deve também ser revogado, com excepção de algumas disposições que prevêem regimes específicos temporários e facultativos.
- (48) Na prática, perderam o seu significado, pelo que devem ser revogadas, as disposições específicas relativas aos pagamentos directos incluídas no Regulamento (CEE) n.º 2358/71 do Conselho, de 26 de Outubro de 1971, que estabelece a organização comum de mercado no sector das sementes ⁽³⁾, no Regulamento (CEE) n.º 2019/93 do Conselho, de 19 de Julho de 1993, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor das ilhas menores do mar Egeu ⁽⁴⁾, no Regulamento (CE) n.º 1254/1999 do Conselho, de 17 de

Maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino ⁽⁵⁾, no Regulamento (CE) n.º 1452/2001 do Conselho, de 28 de Junho de 2001, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor dos departamentos franceses ultramarinos ⁽⁶⁾, no Regulamento (CE) n.º 1453/2001, no Regulamento (CE) n.º 1454/2001 do Conselho, de 28 de Junho de 2001, que estabelece medidas específicas relativas a determinados produtos agrícolas a favor das Ilhas Canárias ⁽⁷⁾, e no Regulamento (CE) n.º 2529/2001 do Conselho, de 19 de Dezembro de 2001, que estabelece a organização comum de mercado no sector das carnes de ovino e caprino ⁽⁸⁾.

- (49) Aquando da entrada em vigor do presente regulamento, a Comunidade é constituída por 15 Estados-Membros. Atendendo a que, de acordo com o Tratado de Adesão de 2003, a adesão dos novos Estados-Membros terá lugar em 1 de Maio de 2004, o presente regulamento deverá ser adaptado, à data da adesão, de acordo com os procedimentos previstos naquele Tratado, de modo a torná-lo aplicável aos novos Estados-Membros.
- (50) As medidas necessárias à execução do presente regulamento serão aprovadas nos termos da Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de Junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão ⁽⁹⁾.

APROVOU O PRESENTE REGULAMENTO:

TÍTULO I

ÂMBITO DE APLICAÇÃO E DEFINIÇÕES

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece:

- regras comuns relativas aos pagamentos directos a título dos regimes de apoio ao rendimento no âmbito da política agrícola comum que são financiados pelo Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA), secção «Garantia», com excepção dos previstos no Regulamento (CE) n.º 1257/1999,
- um apoio ao rendimento dos agricultores (a seguir designado por «regime de pagamento único»),
- regimes de apoio aos agricultores que produzem trigo duro, proteaginosas, arroz, frutos de casca rija, culturas energéticas, batata para fécula, leite, sementes, culturas arvenses, carne de ovino e de caprino, carne de bovino e leguminosas para grão.

⁽¹⁾ JO L 206 de 16.8.1996, p. 4. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 811/2000 (JO L 100 de 20.4.2000, p. 1).

⁽²⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1038/2001 (JO L 145 de 31.5.2001, p. 16).

⁽³⁾ JO L 246 de 5.11.1971, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 154/2002 (JO L 25 de 29.1.2002, p. 18).

⁽⁴⁾ JO L 184 de 27.7.1993, p. 1. Regulamento com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 442/2002 (JO L 68 de 12.3.2002, p. 4).

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento, entende-se por:

- a) «Agricultor»: a pessoa singular ou colectiva ou o grupo de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja o estatuto jurídico que o direito nacional confira ao grupo e aos seus membros, cuja exploração se situe no território da Comunidade, tal como definido no artigo 299.º do Tratado, e que exerça uma actividade agrícola;
- b) «Exploração»: o conjunto das unidades de produção geridas por um agricultor situadas no território do mesmo Estado-Membro;
- c) «Actividade agrícola»: a produção, criação ou cultivo de produtos agrícolas, incluindo a colheita, ordenha, criação de animais ou detenção de animais para fins de produção, ou a manutenção das terras em boas condições agrícolas e ambientais tal como definidas nos termos do artigo 5.º;

⁽⁵⁾ JO L 160 de 26.6.1999, p. 21. Regulamento com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

⁽⁶⁾ JO L 198 de 21.7.2001, p. 11.

⁽⁷⁾ JO L 198 de 21.7.2001, p. 45. Regulamento com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1922/2002 (JO L 293 de 29.10.2002, p. 11).

⁽⁸⁾ JO L 341 de 22.12.2001, p. 3.

⁽⁹⁾ JO L 184 de 17.7.1999, p. 23 (rectificação: JO L 269 de 19.10.1999, p. 45).

- d) «Pagamento directo»: um pagamento concedido directamente aos agricultores a título de um dos regimes de apoio ao rendimento constantes do Anexo I;
- e) «Pagamentos num dado ano civil» ou «pagamentos no período de referência»: os pagamentos concedidos ou a conceder em relação ao ano ou aos anos em questão,
- f) «Produtos agrícolas», os produtos enumerados no Anexo I do Tratado, incluindo o algodão, mas excluindo os produtos da pesca.

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO 1

CONDICIONALIDADE

Artigo 3.º

Requisitos principais

1. Qualquer agricultor que beneficie de pagamentos directos deve respeitar os requisitos legais de gestão referidos no Anexo III, de acordo com o calendário estabelecido nesse anexo, assim como as boas condições agrícolas e ambientais definidas nos termos do artigo 5.º

2. A autoridade nacional competente deve fornecer aos agricultores a lista dos requisitos legais de gestão e das boas condições agrícolas e ambientais a respeitar.

Artigo 4.º

Requisitos legais de gestão

1. Os requisitos legais de gestão referidos no Anexo III são estabelecidos pela legislação comunitária nos seguintes domínios:

- saúde pública, saúde animal e fitossanidade,
- ambiente,
- bem-estar dos animais.

2. Os actos referidos no Anexo III são aplicáveis, no âmbito do presente regulamento, na versão em vigor e, no caso de directivas, tal como implementadas pelos Estados-Membros.

Artigo 5.º

Boas condições agrícolas e ambientais

1. Os Estados-Membros devem assegurar que todas as terras agrícolas, em especial as que já não sejam utilizadas para fins produtivos, sejam mantidas em boas condições agrícolas e ambientais. Os Estados-Membros devem definir, a nível nacional ou regional, requisitos mínimos para as boas condições agrícolas e ambientais com base no quadro constante do

Anexo IV, tendo em conta as características específicas das zonas em questão, nomeadamente as condições edafoclimáticas, os sistemas de exploração, a utilização das terras, a rotação das culturas, as práticas agrícolas, assim como as estruturas agrícolas existentes, sem prejuízo das normas que regulam as boas práticas agrícolas, aplicadas no quadro do Regulamento (CE) n.º 1257/1999, e das medidas agro-ambientais cuja aplicação exceda o nível de referência das boas práticas agrícolas.

2. Os Estados-Membros devem assegurar que as terras ocupadas por pastagens permanentes na data prevista para os pedidos de ajudas por superfície para 2003 sejam mantidas como pastagens permanentes.

No entanto, em circunstâncias devidamente justificadas, os Estados-Membros podem estabelecer derrogações ao primeiro parágrafo, desde que tomem medidas para prevenir um decréscimo significativo da sua superfície total de pastagens permanentes.

O primeiro parágrafo não é aplicável às terras ocupadas por pastagens permanentes a arborizar, desde que a florestação seja compatível com o ambiente e com exclusão de plantações de árvores de Natal e de espécies de crescimento rápido cultivadas a curto prazo.

Artigo 6.º

Redução ou exclusão dos pagamentos

1. Sempre que não sejam respeitados os requisitos legais de gestão ou as boas condições agrícolas e ambientais, em resultado de um acto ou de uma omissão directamente imputável ao próprio agricultor, o montante total dos pagamentos directos a conceder no ano civil em que ocorre tal incumprimento será, após aplicação dos artigos 10.º e 11.º, reduzido ou suprimido de acordo com as regras de execução estabelecidas nos termos do artigo 7.º

2. As reduções ou exclusões referidas no n.º 1 só se aplicarão se o incumprimento estiver relacionado com:

- a) Uma actividade agrícola; ou
- b) Um terreno agrícola da exploração, incluindo as parcelas retiradas da produção.

Artigo 7.º

Regras de execução relativas à redução ou exclusão

1. As regras de execução relativas às reduções e exclusões referidas no artigo 6.º são estabelecidas nos termos do n.º 2 do artigo 144.º Nesse contexto, serão tidos em conta a gravidade, extensão, permanência e reiteração do incumprimento constatado, bem como os critérios definidos nos n.ºs 2, 3 e 4.

2. Em caso de negligência, a percentagem de redução não pode exceder 5 % e, em caso de incumprimento reiterado, 15 %.

3. Em caso de incumprimento deliberado, a percentagem de redução não pode, em princípio, ser inferior a 20 %, podendo ir até à exclusão total de um ou vários regimes de ajuda e ser aplicável durante um ou vários anos civis.

4. O montante total das reduções e exclusões respeitantes a um ano civil não pode nunca exceder o montante total a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º

Artigo 8.º

Reexame

O mais tardar até 31 de Dezembro de 2007, a Comissão apresentará um relatório sobre a aplicação do sistema da condicionalidade, acompanhado, se necessário, de propostas adequadas, designadamente tendo em vista alterar a lista dos requisitos legais de gestão enunciados no Anexo III.

Artigo 9.º

Montantes resultantes da condicionalidade

Os montantes resultantes da aplicação do presente Capítulo são creditados ao FEOGA, secção «Garantia». Os Estados-Membros podem reter 25 % dos referidos montantes.

CAPÍTULO 2

MODULAÇÃO E DISCIPLINA FINANCEIRA

Artigo 10.º

Modulação

1. Todos os montantes dos pagamentos directos a conceder em determinado ano civil a um agricultor de um determinado Estado-Membro são reduzidos, em cada ano até 2012, nas seguintes percentagens:

— 2005: 3 %

— 2006: 4 %

— 2007: 5 %

— 2008: 5 %

— 2009: 5 %

— 2010: 5 %

— 2011: 5 %

— 2012: 5 %.

2. Os montantes resultantes da aplicação das reduções previstas no n.º 1, após dedução dos montantes totais referidos no Anexo II, ficarão disponíveis, a título de apoio comunitário suplementar, para medidas incluídas na programação em matéria de desenvolvimento rural e financiadas pelo FEOGA, secção «Garantia», nos termos do Regulamento (CE) n.º 1257/1999.

3. O montante correspondente a um ponto percentual será atribuído ao Estado-Membro em que foram gerados os montantes correspondentes. Os montantes remanescentes serão atribuídos aos Estados-Membros em questão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, com base nos seguintes critérios:

— superfície agrícola,

— emprego agrícola,

— produto interno bruto (PIB) *per capita* em paridades de poder de compra.

Todavia, qualquer Estado-Membro receberá, pelo menos, 80 % dos montantes totais nele gerados pela modulação.

4. Em derrogação do último parágrafo do n.º 3, se, durante o período de 2000-2002, num determinado Estado-Membro, a proporção de centeio tiver excedido, em média, 5 % da sua produção cerealífera total e 50 % da produção comunitária total de centeio, ser-lhe-ão reatribuídos, até 2013 inclusive, pelo menos 90 % dos montantes nele gerados pela modulação.

Nesse caso, sem prejuízo da possibilidade prevista no artigo 68.º, pelo menos 10 % do montante atribuído ao Estado-Membro em questão devem ficar disponíveis para medidas referidas no n.º 2 nas regiões produtoras de centeio.

Para efeitos do presente número, por «cereais», entendem-se os cereais referidos no Anexo IX.

5. O disposto no n.º 1 não é aplicável aos pagamentos directos concedidos aos agricultores nos departamentos franceses ultramarinos, nos Açores e na Madeira, nas ilhas Canárias e nas ilhas do Mar Egeu.

Artigo 11.º**Disciplina financeira**

1. A partir do orçamento de 2007, a fim de assegurar que as dotações para o financiamento da política agrícola comum actualmente inscritas na rubrica 1a) (medidas de apoio aos mercados e ajudas directas) respeitem os limites máximos anuais fixados na Decisão dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho em 18 de Novembro de 2002, relativa às conclusões da reunião do Conselho Europeu de Bruxelas de 24 e 25 de Outubro de 2002, será determinado um ajustamento dos pagamentos directos sempre que as previsões apontem para que vão ser excedidos, em determinado exercício orçamental, os montantes previstos na rubrica 1a), tendo em conta uma margem de 300 milhões de euros abaixo dos montantes previstos e antes de aplicada a modulação referida no n.º 2 do artigo 10.º, sem prejuízo das Perspectivas Financeiras para 2007-2013.

2. O Conselho, com base numa proposta da Comissão apresentada o mais tardar até 31 de Março do ano civil a que se aplica o ajustamento referido no n.º 1, fixará esse ajustamento o mais tardar até 30 de Junho do mesmo ano civil.

Artigo 12.º**Montante suplementar de ajuda**

1. Será concedido um montante suplementar aos agricultores que beneficiem de pagamentos directos nos termos do presente regulamento.

O montante suplementar de ajuda será igual ao montante resultante da aplicação da percentagem de redução prevista no artigo 10.º para o ano civil correspondente aos primeiros 5 000 euros, ou menos, de pagamentos directos.

2. O total dos montantes suplementares de ajuda que podem ser concedidos num Estado-Membro, num ano civil, não pode exceder os limites máximos estabelecidos no Anexo II. Se necessário, os Estados-Membros podem proceder a um ajustamento percentual linear dos montantes suplementares de ajuda, a fim de respeitarem os limites máximos estabelecidos no Anexo II.

3. O montante suplementar de ajuda não ficará sujeito às reduções referidas no artigo 10.º

4. A partir do orçamento de 2007, a Comissão, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, reexaminará os limites máximos estabelecidos no Anexo II, a fim de ter em conta as alterações estruturais das explorações.

CAPÍTULO 3**SISTEMA DE ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA****Artigo 13.º****Sistema de aconselhamento agrícola**

1. Até 1 de Janeiro de 2007, os Estados-Membros devem criar um sistema de aconselhamento aos agricultores em maté-

ria de gestão das terras e das explorações (a seguir designado por «sistema de aconselhamento agrícola»), gerido por uma ou mais autoridades designadas ou por organismos privados.

2. A actividade de aconselhamento dirá respeito, pelo menos, aos requisitos legais de gestão e às boas condições agrícolas e ambientais referidas no Capítulo 1.

Artigo 14.º**Condições**

1. Os agricultores podem participar voluntariamente no sistema de aconselhamento agrícola.

2. Os Estados-Membros devem dar prioridade aos agricultores que recebam anualmente mais de 15 000 euros de pagamentos directos.

Artigo 15.º**Obrigações dos organismos privados acreditados e das autoridades designadas**

Sem prejuízo da legislação nacional relativa ao acesso do público aos documentos, os Estados-Membros devem assegurar que os organismos privados e as autoridades designadas referidos no artigo 13.º se abstenham de revelar a quem quer que seja, com excepção do agricultor que gere a exploração em questão, informações e dados pessoais ou individuais que obtenham no âmbito das suas actividades de aconselhamento, salvo irregularidades ou infracções constatadas durante as mesmas e abrangidas pela obrigatoriedade, determinada pelo direito comunitário ou nacional, de comunicação à autoridade pública, nomeadamente tratando-se de infracções penais.

Artigo 16.º**Reexame**

Até 31 de Dezembro de 2010, o mais tardar, a Comissão apresentará um relatório sobre a aplicação do sistema de aconselhamento agrícola, acompanhado, se necessário, de propostas adequadas tendo em vista torná-lo obrigatório.

CAPÍTULO 4**SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E DE CONTROLO****Artigo 17.º****Âmbito de aplicação**

Cada Estado-Membro deve criar um sistema integrado de gestão e de controlo, a seguir designado por «sistema integrado».

O sistema integrado é aplicável aos regimes de apoio instituídos pelos títulos III e IV do presente regulamento e pelo artigo 2.ºA do Regulamento (CE) n.º 1259/1999.

É também aplicável, na medida do necessário, à gestão e ao controlo das regras previstas nos Capítulos 1, 2 e 3.

Artigo 18.º

Elementos do sistema integrado

1. O sistema integrado inclui os seguintes elementos:
 - a) Uma base de dados informatizada;
 - b) Um sistema de identificação das parcelas agrícolas;
 - c) Um sistema de identificação e registo dos direitos aos pagamentos, como referido no artigo 21.º;
 - d) Os pedidos de ajuda;
 - e) Um sistema integrado de controlo;
 - f) Um sistema único de registo da identidade dos agricultores que apresentam um pedido de ajuda.
2. Em caso de aplicação dos artigos 67.º, 68.º, 69.º, 70.º e 71.º, o sistema integrado incluirá um sistema de identificação e registo de animais estabelecido nos termos da Directiva 92/102/CEE ⁽¹⁾ e do Regulamento (CE) n.º 1760/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho ⁽²⁾.

Artigo 19.º

Base de dados informatizada

1. Na base de dados informatizada devem ser registados, em relação a cada exploração agrícola, os dados constantes dos pedidos de ajuda.

Esta base de dados deve, nomeadamente, permitir a consulta directa e imediata, junto da autoridade competente do Estado-Membro, dos dados relativos aos anos civis e/ou às campanhas de comercialização a partir de 2000.

2. Os Estados-Membros podem criar bases de dados descentralizadas, desde que essas bases bem como os processos administrativos relativos ao registo e à obtenção dos dados sejam concebidos de forma homogénea em todo o território do Estado-Membro em questão e sejam compatíveis entre si, a fim de permitir controlos cruzados.

Artigo 20.º

Sistema de identificação das parcelas agrícolas

É instituído um sistema de identificação das parcelas agrícolas com base em mapas e documentos cadastrais ou outras refe-

rências cartográficas. Devem ser utilizadas as técnicas de um sistema de informação geográfica informatizado incluindo de preferência uma cobertura por orto-imagens aéreas ou espaciais, com um padrão homogéneo que garanta um rigor pelo menos equivalente ao da cartografia à escala de 1:10 000.

Artigo 21.º

Sistema de identificação e registo dos direitos aos pagamentos

1. É criado um sistema de identificação e registo dos direitos aos pagamentos que permita a verificação dos direitos e os controlos cruzados com os pedidos de ajuda e o sistema de identificação das parcelas agrícolas.
2. Esse sistema deve permitir a consulta directa e imediata, junto da autoridade competente do Estado-Membro, dos dados relativos, pelo menos, aos três últimos anos civis e/ou campanhas consecutivas.

Artigo 22.º

Pedidos de ajuda

1. O agricultor deve apresentar anualmente um pedido relativo aos pagamentos directos sujeitos ao sistema integrado, indicando, se for caso disso:
 - todas as parcelas agrícolas da exploração,
 - o número de direitos aos pagamentos, e o respectivo montante,
 - quaisquer outras informações previstas no presente regulamento ou pelo Estado-Membro em questão.
2. Os Estados-Membros podem decidir que o pedido de ajuda inclua apenas as alterações em relação ao pedido de ajuda do ano anterior. Os Estados-Membros devem distribuir formulários pré-preenchidos com base nas superfícies determinadas no ano anterior e fornecer documentos gráficos que localizem essas superfícies.
3. Os Estados-Membros podem determinar que num pedido de ajuda único abranja vários, ou a totalidade, dos regimes de apoio referidos no Anexo I, ou outros regimes de apoio.

Artigo 23.º

Verificação das condições de elegibilidade

1. Os Estados-Membros devem proceder a controlos administrativos dos pedidos de ajuda, nomeadamente à verificação da superfície elegível e dos correspondentes direitos aos pagamentos.

⁽¹⁾ JO L 355 de 15.12.1992, p. 32. Directiva com a redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão de 1994.

⁽²⁾ JO L 204 de 11.8.2000, p. 1.

2. Os controlos administrativos devem ser completados por um sistema de controlos *in loco*, para verificação da elegibilidade para a ajuda. Para o efeito, os Estados-Membros devem estabelecer um plano de amostragem das explorações agrícolas.

Os Estados-Membros podem recorrer a técnicas de teledetecção para a realização dos controlos *in loco* das parcelas agrícolas.

3. Cada Estado-Membro designa uma autoridade encarregada de assegurar a coordenação dos controlos previstos no presente capítulo.

Quando um Estado-Membro decidir confiar uma parte das funções a desempenhar em execução do presente capítulo a organismos ou empresas especializados, as referidas funções devem permanecer sob o controlo e a responsabilidade da autoridade designada.

Artigo 24.º

Reduções e exclusões

1. Sem prejuízo das reduções e exclusões previstas no artigo 6.º, se se verificar que o agricultor não cumpre as condições de elegibilidade pertinentes para a concessão da ajuda, previstas no presente regulamento ou no artigo 2.ºA do Regulamento (CE) n.º 1259/1999, o pagamento ou parte do pagamento, concedido ou a conceder, cujas condições de elegibilidade estejam preenchidas será objecto de reduções e exclusões a determinar nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

2. A percentagem de redução é função da gravidade, extensão, permanência e reiteração do incumprimento constatado, podendo ir até à exclusão total de um ou vários regimes de ajuda num ou vários anos civis.

Artigo 25.º

Controlos relativos à condicionalidade

1. Os Estados-Membros procedem a controlos *in loco* para verificar o cumprimento, pelos agricultores, das obrigações referidas no Capítulo 1.

2. Os Estados-Membros podem utilizar os seus sistemas de gestão e de controlo existentes para garantir o respeito dos requisitos legais de gestão e das boas condições agrícolas e ambientais referidos no Capítulo 1.

Esses sistemas, nomeadamente o de identificação e registo de animais estabelecido nos termos da Directiva 92/102/CEE e do Regulamento (CE) n.º 1760/2000, devem ser compatíveis, na acepção do artigo 26.º do presente regulamento, com o sistema integrado.

Artigo 26.º

Compatibilidade

Para efeitos da implementação dos regimes de apoio enumerados no Anexo V, os Estados-Membros devem assegurar que os procedimentos de gestão e de controlo aplicáveis a esses regimes sejam compatíveis com o sistema integrado, no que se refere:

- a) À base de dados informatizada;
- b) Ao sistema de identificação das parcelas agrícolas;
- c) Aos controlos administrativos.

Para tal, estes sistemas devem ser criados de modo a permitirem, sem quaisquer problemas ou conflitos, o funcionamento conjunto ou o intercâmbio de dados entre si.

Para efeitos da implementação dos regimes de apoio comunitários ou nacionais não referidos no Anexo V, os Estados-Membros podem incorporar nos seus procedimentos de gestão e de controlo um ou vários elementos do sistema integrado.

Artigo 27.º

Informação e controlos

1. A Comissão deve ser regularmente informada da aplicação do sistema integrado.

A Comissão deve organizar trocas de opiniões sobre o assunto com os Estados-Membros.

2. Depois de terem informado atempadamente as autoridades competentes em questão, os agentes mandatados pela Comissão podem efectuar:

- quaisquer exames e controlos relativos às medidas tomadas para a criação e a aplicação do sistema integrado,
- controlos junto dos organismos e empresas especializados referidos no n.º 3 do artigo 23.º

Nestes controlos podem participar agentes do Estado-Membro em questão. As competências de execução dos controlos acima referidos não prejudicam a aplicação das disposições de direito interno que reservam certos actos a agentes especificamente designados pelo direito nacional. Os agentes mandatados pela Comissão não participam, nomeadamente, nas visitas ao domicílio ou no interrogatório formal das pessoas consideradas suspeitas no âmbito de matérias regidas pelo direito nacional do Estado-Membro, mas têm, no entanto, acesso às informações assim obtidas.

3. Sem prejuízo das responsabilidades dos Estados-Membros em matéria de implementação e aplicação do sistema integrado, a Comissão pode recorrer aos serviços de pessoas ou organismos especializados, para facilitar a realização, o acompanhamento e a exploração do sistema integrado e, nomeadamente, para dar parecer técnico às autoridades competentes dos Estados-Membros, se estas o solicitarem.

— até 50 % dos pagamentos

ou

— até 80 % dos pagamentos caso tenham já sido previstos adiantamentos.

CAPÍTULO 5

OUTRAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 28.º

Pagamentos

1. Salvo disposição em contrário do presente regulamento, os pagamentos a título dos regimes referidos no Anexo I são efectuados na íntegra aos beneficiários.

2. Os pagamentos são efectuados, uma vez por ano, no período compreendido entre 1 de Dezembro e 30 de Junho do ano civil seguinte.

Todavia, o montante suplementar de ajuda referido no artigo 12.º é pago, o mais tardar, até 30 de Setembro, do ano civil seguinte ao ano civil em causa.

3. Em derrogação do n.º 2 do presente artigo e nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, a Comissão pode:

a) Alargar o prazo para os pagamentos previstos no n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento n.º 136/66/CEE do Conselho, de 22 de Setembro de 1966, que estabelece uma organização comum de mercado no sector das matérias gordas ⁽¹⁾

b) Prever adiantamentos;

c) Autorizar os Estados-Membros, sob reserva da situação orçamental, a pagar antes de 1 de Dezembro adiantamentos em regiões em que os agricultores, devido a condições excepcionais, tenham de fazer face a graves dificuldades financeiras:

Artigo 29.º

Restrição de pagamentos

Sem prejuízo das disposições específicas que possam constar de qualquer dos regimes de apoio, não pode ser efectuado nenhum pagamento a beneficiários em relação aos quais se prove terem criado artificialmente as condições exigidas para conseguirem esses pagamentos, a fim de obterem um benefício contrário aos objectivos do regime de apoio em questão.

Artigo 30.º

Reexame

Os regimes de apoio referidos no Anexo I são aplicados sem prejuízo da possibilidade de, a qualquer momento, serem reexaminados em função da evolução dos mercados e da situação orçamental.

Artigo 31.º

Avaliação

Para apreciação da sua eficácia, os pagamentos a título dos regimes de apoio referidos no Anexo I são sujeitos a uma avaliação destinada a determinar o seu impacto em relação aos respectivos objectivos e a examinar os seus efeitos nos mercados relevantes.

Artigo 32.º

Intervenções nos termos do Regulamento (CE) n.º 1258/1999

Os regimes de apoio referidos no Anexo I são considerados intervenções na acepção da alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º e do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1258/1999.

⁽¹⁾ JO 172 de 30.9.1966, p. 3025. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1513/2001 (JO L 201 de 26.7.2001, p. 4).

TÍTULO III

REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO

CAPÍTULO 1

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 33.º

Elegibilidade

1. Os agricultores têm acesso ao regime de pagamento único se:

- a) lhes tiver sido concedido um pagamento no período de referência definido no artigo 38.º, a título de pelo menos um dos regimes de apoio referidos no Anexo VI; ou
- b) Tiverem recebido a exploração ou parte desta, por herança ou herança antecipada, de um agricultor que preenchia as condições referidas na alínea a); ou
- c) Tiverem recebido um direito a pagamento a título da reserva nacional ou por transferência.

2. Se o agricultor a quem tenha sido concedido um pagamento directo no período de referência alterar a sua denominação ou o seu estatuto jurídico nesse período ou o mais tardar até 31 de Dezembro do ano anterior ao ano de aplicação do regime de pagamento único, terá acesso a este regime nas mesmas condições do que o agricultor que geria inicialmente a exploração.

3. Em caso de fusão durante o período de referência ou o mais tardar até 31 de Dezembro do ano anterior ao ano de aplicação do regime de pagamento único, o agricultor que gira a nova exploração tem acesso a este regime nas mesmas condições do que os agricultores que geriam inicialmente as explorações.

Em caso de cisão durante o período de referência ou o mais tardar até 31 de Dezembro do ano anterior ao ano de aplicação do regime de pagamento único, os agricultores que giram as explorações têm acesso, *pro rata*, a este regime nas mesmas condições do que o agricultor que geria inicialmente a exploração.

Artigo 34.º

Pedido

1. No primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único, a autoridade competente do Estado-Membro deve enviar um formulário de pedido aos agricultores referidos na alínea a) do n.º 1 artigo 33.º, indicando:

a) O montante referido no Capítulo 2 (a seguir designado «montante de referência»);

b) O número de hectares referido no artigo 43.º;

c) O número e o valor dos direitos aos pagamentos, conforme definidos no Capítulo 3.

2. Os agricultores devem apresentar o seu pedido de candidatura ao regime de pagamento único até uma data a fixar pelos Estados-Membros, o mais tardar até de 15 de Maio.

Todavia, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, a Comissão pode permitir o adiamento da data de 15 de Maio em determinadas zonas em que circunstâncias climáticas excepcionais impeçam a aplicação das datas habituais.

3. Salvo em casos de força maior ou circunstâncias excepcionais na aceção do n.º 4 do artigo 40.º, não são atribuídos quaisquer direitos aos agricultores referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 33.º, nem aos que recebam direitos a pagamentos a título da reserva nacional, se estes não se candidatarem ao regime de pagamento único até 15 de Maio do primeiro ano de aplicação deste regime.

Os montantes correspondentes a esses direitos não atribuídos reverterem para a reserva nacional referida no artigo 42.º e devem estar disponíveis para reafecção até uma data, a fixar pelo Estado-Membro, o mais tardar até 15 de Agosto do primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único.

Artigo 35.º

Pedidos duplos

A superfície correspondente ao número de hectares elegíveis, definidos no n.º 2 do artigo 44.º, relativamente à qual é apresentado um pedido de pagamento único pode ser objecto de um pedido para qualquer outro pagamento directo bem como para qualquer outra ajuda que o presente regulamento não abranja, salvo disposto em contrário.

Artigo 36.º

Pagamentos

1. A ajuda a título do regime de pagamento único é paga em relação aos direitos aos pagamentos tal como definidos no Capítulo 3, ligados a igual número de hectares elegíveis, definidos no n.º 2 do artigo 44.º

2. Os Estados-Membros podem decidir combinar os pagamentos a título do regime de pagamento único com pagamentos a título de qualquer outro regime de apoio.

CAPÍTULO 2

DETERMINAÇÃO DO MONTANTE

Artigo 37.º

Cálculo do montante de referência

1. O montante de referência é a média trienal dos montantes totais dos pagamentos concedidos a um agricultor a título dos regimes de apoio referidos no Anexo VI, calculados e ajustados nos termos do Anexo VII, relativamente a cada ano civil do período de referência referido no artigo 38.º

2. Em derrogação do n.º 1, sempre que um agricultor inicie uma actividade agrícola durante o período de referência, a média deve basear-se nos pagamentos que lhe foram concedidos no ano ou nos anos civis durante o qual ou os quais exerceu a actividade agrícola.

Artigo 38.º

Período de referência

O período de referência inclui os anos civis de 2000, 2001 e 2002.

Artigo 39.º

Aplicação da modulação e da ecocondicionalidade previstas no Regulamento (CE) n.º 1259/1999

Em caso de aplicação dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 durante o período de referência, os montantes referidos no Anexo VII devem ser os que teriam sido concedidos antes da aplicação dos referidos artigos.

Artigo 40.º

Dificuldades excepcionais

1. Em derrogação do artigo 37.º, um agricultor cuja produção tenha sido prejudicada, durante o período de referência, por um caso de força maior ou por circunstâncias excepcionais que tenham ocorrido antes ou durante esse período pode requerer que o montante de referência seja calculado com base no ano ou nos anos civis do período de referência que não tenham sido afectados pelo caso de força maior ou pelas circunstâncias excepcionais.

2. Se todo o período de referência tiver sido afectado pelo caso de força maior ou pelas circunstâncias excepcionais, o Estado-Membro deve calcular o montante de referência com base no período de 1997 a 1999. Nesse caso, aplica-se, *mutatis mutandis*, o disposto no n.º 1.

3. A comunicação dos casos de força maior ou de circunstâncias excepcionais, bem como de provas suficientes a eles relativas, deve ser realizada pelo agricultor interessado, por escrito, à autoridade competente num prazo a fixar por cada Estado-Membro.

4. São reconhecidos pela autoridade competente como casos de força maior ou circunstâncias excepcionais, por exemplo, os seguintes casos:

- a) Morte do agricultor;
- b) Incapacidade profissional de longa duração do agricultor;
- c) Catástrofe natural grave que afecte de modo significativo a superfície agrícola da exploração;
- d) Destruição accidental das instalações da exploração destinadas aos animais;
- e) Epizootia que atinja a totalidade ou parte do efectivo do agricultor.

5. Os n.ºs 1, 2 e 3 do presente artigo são aplicáveis, *mutatis mutandis*, aos agricultores com compromissos agro-ambientais, nos termos dos Regulamentos (CEE) n.º 2078/92 do Conselho ⁽¹⁾ e (CE) n.º 1257/1999, durante o período de referência.

No caso de os compromissos abrangerem tanto o período de referência como o período referido no n.º 2 do presente artigo, os Estados-Membros devem, de acordo com critérios objectivos e de uma forma que assegure a igualdade de tratamento dos agricultores e evite distorções da concorrência e do mercado, determinar um montante de referência segundo regras de execução a estabelecer pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

Artigo 41.º

Límite máximo

1. A soma dos montantes de referência não pode exceder, em relação a cada Estado-Membro, o limite máximo nacional referido no Anexo VIII.

2. Se necessário, os Estados-Membros procederão a uma redução percentual linear dos montantes de referência, a fim de garantir o respeito dos respectivos limites máximos.

⁽¹⁾ JO L 215 de 30.7.1992, p. 85. Regulamento revogado pelo Regulamento (CE) n.º 1257/1999 (JO L 160 de 26.6.1999, p. 80).

*Artigo 42.º***Reserva nacional**

1. Os Estados-Membros devem proceder, após eventuais reduções nos termos do n.º 2 do artigo 41.º, a uma redução percentual linear dos montantes de referência, a fim de constituírem uma reserva nacional. Essa redução não pode ser superior a 3 %.

2. A reserva nacional incluir ainda a diferença entre o limite máximo referido no Anexo VIII e a soma dos montantes de referência a conceder aos agricultores a título do regime de pagamento único, antes da redução referida no segundo período do n.º 1.

3. Os Estados-Membros podem utilizar a reserva nacional para conceder, em prioridade, os montantes de referência aos agricultores que iniciem a sua actividade agrícola depois de 31 de Dezembro de 2002, ou em 2002 mas sem receberem nesse ano qualquer pagamento directo, de acordo com critérios objectivos e de uma forma que assegure a igualdade de tratamento dos agricultores e evite distorções do mercado e da concorrência.

4. Os Estados-Membros devem utilizar a reserva nacional para determinar, de acordo com critérios objectivos e de uma forma que assegure a igualdade de tratamento dos agricultores e evite distorções do mercado e da concorrência, os montantes de referência para os agricultores que se encontrem numa situação especial, a definir pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

5. Os Estados-Membros podem utilizar a reserva nacional para determinar, de acordo com critérios objectivos e de uma forma que assegure a igualdade de tratamento dos agricultores e evite distorções do mercado e da concorrência, os montantes de referência para os agricultores em zonas sujeitas a programas de reestruturação e/ou desenvolvimento relacionados com alguma forma de intervenção pública, a fim de evitar o abandono das terras e/ou de compensar as desvantagens específicas dos agricultores nessas zonas.

6. Os Estados-Membros podem, ao abrigo dos n.ºs 3 e 5, aumentar o valor unitário, dentro do limite da média regional do valor dos direitos, e/ou o número de direitos atribuídos aos agricultores.

7. Os Estados-Membros devem proceder a reduções lineares dos direitos se a sua reserva nacional não for suficiente para cobrir os casos referidos nos n.ºs 3 e 4.

8. Excepto em caso de transferência por herança ou herança antecipada e em derrogação do artigo 46.º, os direitos estabelecidos por utilização da reserva nacional não podem ser transferidos durante um período de cinco anos a contar da sua atribuição.

Em derrogação do n.º 1 do artigo 45.º, qualquer direito que não tenha sido utilizado durante cada ano do período de cinco anos reverterá imediatamente para a reserva nacional.

9. Em derrogação dos artigos 33.º e 43.º e em caso de venda ou de arrendamento durante seis ou mais anos da exploração ou de parte desta ou de cessão de direitos a prémio no período de referência ou, o mais tardar, em 29 de Setembro de 2003, a parte dos direitos a atribuir ao vendedor ou ao arrendador pode reverter para a reserva nacional, em condições a definir pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

CAPÍTULO 3

DIREITOS AOS PAGAMENTOS

Secção 1

Direitos aos pagamentos baseados na superfície*Artigo 43.º***Determinação dos direitos aos pagamentos**

1. Sem prejuízo do artigo 48.º, cada agricultor beneficia de um direito por hectare, calculado pela divisão do montante de referência pela média trienal do número total de hectares que, no período de referência, tenha dado direito aos pagamentos directos referidos no Anexo VI.

O número total de direitos é igual ao número médio de hectares acima referido.

Contudo, no caso previsto no n.º 2 do artigo 37.º, o número total de direitos é igual ao número médio de hectares do período utilizado para a determinação dos montantes de referência e o n.º 6 do artigo 42.º é aplicável a esses direitos.

2. O número de hectares referido no n.º 1 inclui, além disso:

- a) Em relação à fécula de batata, às forragens secas e às sementes enumeradas no Anexo VII, o número de hectares cuja produção tenha beneficiado de ajuda no período de referência, calculado nos termos dos pontos B, D e F do Anexo VII;
- b) A totalidade da superfície forrageira durante o período de referência.

3. Para efeitos da alínea b) do n.º 2 do presente artigo entende-se por «superfície forrageira» a superfície da exploração disponível durante todo o ano civil, nos termos do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 2419/2001 da Comissão ⁽¹⁾, para a criação de animais, incluindo as superfícies utilizadas em comum e as sujeitas a cultura mista. Não se incluirão nesta superfície:

- os edifícios, os bosques, os lagos e os caminhos;
- as superfícies utilizadas para outras culturas elegíveis para ajuda comunitária ou para culturas permanentes ou culturas hortícolas;
- as superfícies elegíveis para o sistema de apoio aos agricultores que produzem determinadas culturas arvenses, utilizadas a título do regime de ajuda às forragens secas ou sujeitas a um programa nacional ou comunitário de retirada de terras da produção.

4. Salvo disposições em contrário, os direitos por hectare não serão alterados.

Artigo 44.º

Utilização dos direitos de pagamento

1. Qualquer direito ligado a um hectare elegível dá direito ao pagamento do montante fixado pelo direito.

2. Por «hectare elegível», entende-se a superfície agrícola da exploração ocupada por terras aráveis e pastagens permanentes, com excepção das superfícies ocupadas por culturas permanentes ou florestas, ou afectadas a actividades não agrícolas.

3. O agricultor declara as parcelas que correspondem ao hectare elegível ligado a um direito. Salvo em casos de força maior ou circunstâncias excepcionais, estas parcelas devem estar à disposição do agricultor durante um período de, pelo menos, 10 meses com início numa data a fixar pelo Estado-Membro, mas não anterior a 1 de Setembro do ano civil anterior ao ano de apresentação do pedido de candidatura ao regime de pagamento único.

4. Os Estados-Membros podem, em circunstâncias devidamente justificadas, autorizar o agricultor a alterar a sua declaração, na condição de este respeitar o número de hectares corres-

pondente aos seus direitos e as condições para a concessão do pagamento único para a superfície em questão.

Artigo 45.º

Direitos de pagamento não utilizados

1. Os direitos não utilizados durante um período de três anos reverterem para a reserva nacional.

2. No entanto, em casos de força maior ou circunstâncias excepcionais, na acepção do n.º 4 do artigo 40.º, os direitos não utilizados não reverterem para a reserva nacional.

Artigo 46.º

Transferência de direitos de pagamento

1. Os direitos só podem ser transferidos para outro agricultor estabelecido no mesmo Estado-Membro, excepto em caso de transferência por herança ou herança antecipada.

No entanto, mesmo em caso de herança ou herança antecipada, os direitos só podem ser utilizados no Estado-Membro em que foram estabelecidos.

Os Estados-Membros podem decidir que os direitos só possam ser transferidos ou utilizados dentro de uma mesma região.

2. Os direitos podem ser transferidos por venda ou por qualquer outra transferência definitiva, com ou sem terras. Em contrapartida, o arrendamento ou quaisquer outros tipos similares de transacções só serão permitidos se os direitos transferidos forem acompanhados da transferência de um número equivalente de hectares elegíveis.

Salvo nos casos de força maior ou circunstâncias excepcionais referidos no n.º 4 do artigo 40.º, um agricultor só pode transferir os seus direitos sem terras após ter utilizado, na acepção do artigo 44.º, pelo menos 80 % destes durante, no mínimo, um ano civil ou após ter cedido voluntariamente à reserva nacional todos os direitos que não utilizou no primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único.

3. Em caso de venda de direitos, com ou sem terras, os Estados-Membros podem, no respeito do princípio geral da

⁽¹⁾ Regulamento (CE) n.º 2419/2001 da Comissão, de 11 de Dezembro de 2001, que estabelece normas de execução do sistema integrado de gestão e de controlo relativo a determinados regimes de ajudas comunitárias, estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 3508/1992 (JO L 327 de 12.12.2001, p. 11). Regulamento com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2550/2001 (JO L 341 de 22.12.2001, p. 105).

legislação comunitária, decidir que parte dos direitos vendidos reverta para a reserva nacional ou que o seu valor unitário seja reduzido a favor dessa reserva, segundo critérios a estabelecer pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

Secção 2

Direitos de pagamento sujeitos a condições especiais

Artigo 47.º

Pagamentos que habilitam a direitos de pagamento sujeitos a condições especiais

1. Em derrogação dos artigos 43.º e 44.º, são incluídos no montante de referência, nas condições previstas no artigo 48.º e no ponto C do Anexo VII, os seguintes montantes resultantes de pagamentos concedidos no período de referência:

- a) Prémio de dessazonalização previsto no artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999;
- b) Prémio ao abate previsto no artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999;
- c) Prémio especial por bovino macho e prémio por vaca em aleitamento, sempre que o agricultor fique dispensado da aplicação do factor de densidade previsto no n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999 e desde que não tenha requerido o prémio à extensificação previsto no artigo 13.º do mesmo regulamento;
- d) Pagamentos complementares previstos no artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999, quando efectuados como complemento às ajudas previstas nas alíneas a), b) e c) do presente artigo;
- e) Ajudas previstas, a título do regime aplicável aos ovinos e caprinos:
 - no artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 2467/98 e no artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 1323/90 do Conselho ⁽¹⁾, para os anos civis de 2000 e 2001,
 - nos artigos 4.º e 5.º e no n.º 1, bem como nos primeiro, segundo e quarto travessões do n.º 2, do artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 2529/2001, para o ano civil de 2002.

2. A partir de 2007 e em derrogação dos artigos 33.º, 43.º e 44.º, os montantes decorrentes do prémio aos produtos lácteos e dos pagamentos complementares previstos nos artigos 95.º e 96.º, a conceder em 2007, serão incluídos no regime de pagamento único, nas condições previstas nos artigos 48.º a 50.º

Artigo 48.º

Determinação dos direitos de pagamento sujeitos a condições especiais

A um agricultor que tenha beneficiado de pagamentos referidos no artigo 47.º, mas que, no período de referência, não possuía hectares na acepção do artigo 43.º, ou cujo direito por hectare corresponda a um montante superior a 5 000 euros, é concedido, respectivamente, um direito de pagamento:

- a) Igual ao montante de referência correspondente aos pagamentos directos que lhe foram concedidos no período médio de três anos;
- b) Por cada 5 000 euros ou fracção do montante de referência correspondente aos pagamentos directos que lhe foram concedidos no período médio de três anos.

Artigo 49.º

Condições

1. Salvo disposição em contrário da presente Secção, as restantes disposições do presente Título são aplicáveis aos direitos de pagamento sujeitos a condições especiais.

2. Em derrogação do n.º 1 do artigo 36.º e do n.º 1 do artigo 44.º, um agricultor que disponha de direitos aos pagamentos para os quais não dispunha de hectares no período de referência é autorizado pelo Estado-Membro a não apresentar um número de hectares elegíveis equivalente ao número de direitos, na condição de manter pelo menos 50 % da actividade agrícola exercida no período de referência, expressa em cabeças normais.

Em caso de transferência dos direitos aos pagamentos, o cessionário só pode beneficiar desta derrogação se forem transferidos todos os direitos aos pagamentos sujeitos à derrogação.

3. Os direitos aos pagamentos determinados nos termos do artigo 48.º não podem ser alterados.

⁽¹⁾ JO L 132 de 23.5.1990, p. 17. Regulamento revogado pelo Regulamento (CE) n.º 2529/2001 (JO 341 de 22.12.2001, p. 3).

Artigo 50.º

Prémio aos produtos lácteos e pagamentos complementares

1. Sem prejuízo do artigo 48.º e em derrogação dos artigos 37.º e 43.º, o agricultor recebe um montante suplementar por direito resultante da divisão dos montantes a conceder nos termos dos artigos 95.º e 96.º pelo número de direitos na sua posse em 2007, com excepção dos direitos por retirada de terras da produção.

O valor unitário de cada direito a pagamento na sua posse em 2007 é aumentado deste montante suplementar.

2. Se não possuir qualquer direito, são aplicáveis, *mutatis mutandis*, os artigos 48.º e 49.º Nesse caso e para efeitos de aplicação do artigo 48.º, entende-se por «hectares» os hectares elegíveis na posse do agricultor em 2007.

CAPÍTULO 4

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO ÂMBITO DO REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO

Secção 1

Utilização das terras

Artigo 51.º

Utilização agrícola das terras

Os agricultores podem utilizar as parcelas declaradas nos termos do n.º 3 do artigo 44.º para qualquer actividade agrícola, excepto para culturas permanentes e para a produção dos produtos referidos no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 2200/96 do Conselho, de 28 de Outubro de 1996, que estabelece a organização comum de mercado no sector das frutas e produtos hortícolas ⁽¹⁾, no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 2201/96 do Conselho, de 28 de Outubro de 1996, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas ⁽²⁾ e de batatas, com excepção das destinadas ao fabrico de fécula de batata que beneficiam da ajuda prevista no artigo 93.º do presente regulamento.

Artigo 52.º

Produção de cânhamo

1. Na produção de cânhamo do código NC 5302 10 00, devem ser utilizadas variedades cujo teor de tetrahydrocannabinol

nol não seja superior a 0,2 %, devendo a produção ser objecto de um contrato ou compromisso nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1673/2000. Os Estados-Membros devem estabelecer um sistema de controlo do teor de tetrahydrocannabinol em, pelo menos, 30 % das superfícies de cânhamo destinado à produção de fibras em relação às quais tenha sido celebrado um contrato ou assumido um compromisso. Todavia, nos Estados-Membros que instituíam um sistema de autorização prévia da referida cultura, a percentagem mínima é de 20 %.

2. Nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, a concessão de pagamentos depende do uso de sementes certificadas de determinadas variedades e da declaração das superfícies de cânhamo destinado à produção de fibras.

Secção 2

Direitos por retirada de terras da produção

Artigo 53.º

Determinação dos direitos por retirada de terras da produção

1. Em derrogação dos artigos 37.º e 43.º do presente regulamento e quando, no período de referência, um agricultor tenha estado sujeito à obrigação de retirar da produção parte das terras da sua exploração nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999, não são incluídas na determinação dos direitos referidos no artigo 43.º do presente regulamento nem a média trienal do montante correspondente ao pagamento para a retirada de terras obrigatória, calculado e ajustado em conformidade com o Anexo VII, nem a média trienal do número de hectares sujeitos à retirada de terras obrigatória.

2. No caso previsto no n.º 1, o agricultor recebe um direito por hectare (a seguir designado «direito por retirada de terras»), calculado dividindo a média trienal do montante da retirada de terras pela média trienal do número de hectares retirados da produção, a que se refere o n.º 1.

O número total de direitos por retirada de terras é igual ao número médio de hectares sujeitos à retirada de terras obrigatória.

Artigo 54.º

Utilização dos direitos por retirada de terras da produção

1. Qualquer direito por retirada de terras ligado a um hectare elegível para o direito por retirada de terras dá direito ao pagamento do montante fixado por esse direito.

⁽¹⁾ JO L 297 de 21.11.1996, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 47/2003 (JO L 7 de 11.1.2003, p. 64).

⁽²⁾ JO L 297 de 21.11.1996, p. 29. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 453/2002 da Comissão (JO L 72 de 14.3.2002, p. 9).

2. Em derrogação do n.º 2 do artigo 44.º, entende-se por «hectare elegível para o direito por retirada de terras» qualquer superfície agrícola da exploração ocupada por terras aráveis, com excepção das superfícies ocupadas por culturas permanentes ou florestas, ou afectadas a actividades não agrícolas ou a pastagens permanentes na data prevista para os pedidos de ajudas por superfície para 2003.

Contudo, na sequência de um pedido apresentado depois de 28 de Junho de 1995, podem ser contabilizadas como retiradas da produção as seguintes superfícies:

— superfícies retiradas da produção nos termos dos artigos 22.º a 24.º do Regulamento (CE) n.º 1257/1999, que não sejam utilizadas nem para fins agrícolas nem para quaisquer fins lucrativos que não sejam os admitidos para as outras terras retiradas da produção nos termos do presente regulamento, ou

— superfícies arborizadas nos termos do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1257/1999.

3. Os agricultores devem retirar da produção os hectares elegíveis para os direitos por retirada de terras.

4. As superfícies retiradas da produção não podem ser inferiores a 0,1 hectare nem ter menos de 10 metros de largura. Por motivos ambientais devidamente justificados, os Estados-Membros podem aceitar superfícies com, pelo menos, 5 metros de largura e 0,05 hectars.

5. Em condições a determinar nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, os Estados-Membros podem estabelecer derrogações ao primeiro parágrafo do n.º 2, desde que tomem medidas para evitar um aumento significativo da superfície agrícola total elegível para os direitos por retirada de terras.

6. Em derrogação do n.º 1 do artigo 36.º e do n.º 1 do artigo 44.º, os direitos por retirada de terras são reclamados antes de qualquer outro direito.

7. A obrigação de retirada de terras continua a aplicar-se aos direitos por retirada de terras que sejam transferidos.

Artigo 55.º

Isenção da obrigação de retirar terras da produção

O agricultor não fica sujeito à obrigação referida no artigo 54.º, quando:

a) A sua exploração seja inteiramente gerida, em relação à totalidade da produção, em conformidade com as obriga-

ções estabelecidas no Regulamento (CEE) n.º 2092/91 do Conselho, de 24 de Junho de 1991, relativo ao modo de produção biológico de produtos agrícolas e à sua indicação nos produtos agrícolas e nos géneros alimentícios ⁽¹⁾;

b) As terras retiradas da produção sejam utilizadas para o fornecimento de matérias-primas que sirvam para o fabrico, dentro da Comunidade, de produtos não destinados directamente ao consumo humano ou animal, desde que sejam aplicados sistemas de controlo eficazes.

Artigo 56.º

Utilização das terras retiradas da produção

1. As terras retiradas da produção devem ser mantidas em boas condições agrícolas e ambientais, tal como previsto no artigo 5.º

Sem prejuízo do artigo 55.º, não podem ser utilizadas para fins agrícolas nem produzir qualquer cultura para fins comerciais.

2. Podem ser incluídas numa rotação.

3. Se a quantidade de subprodutos destinados ao consumo humano ou animal resultante do cultivo de sementes oleaginosas em terras retiradas da produção nos termos da alínea b) do artigo 55.º exceder anualmente, com base na previsão das quantidades abrangidas por contratos celebrados com agricultores, um milhão de toneladas, expresso em equivalente-farinha de soja, deve ser reduzida a quantidade prevista ao abrigo de cada contrato que pode ser utilizada para consumo humano ou animal, a fim de limitar essa quantidade a um milhão de toneladas.

4. Os Estados-Membros são autorizados a pagar ajudas nacionais até 50 % dos custos relacionados com o início de culturas plurianuais destinadas à produção de biomassa em terras retiradas da produção.

Artigo 57.º

Aplicação de outras disposições

Salvo disposição em contrário da presente Secção, as restantes disposições do presente Título são aplicáveis aos direitos por retirada de terras da produção.

⁽¹⁾ JO L 198 de 22.7.1991, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 da Comissão (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

CAPÍTULO 5

Os artigos 48.º e 49.º são aplicáveis *mutatis mutandis*.

IMPLEMENTAÇÃO REGIONAL E FACULTATIVA

Secção 1

Implementação regional

Artigo 58.º

Repartição regional do limite máximo referido no artigo 41.º

1. Até 1 de Agosto de 2004, o mais tardar, qualquer Estado-Membro pode decidir aplicar o regime de pagamento único previsto nos Capítulos 1 a 4 a nível regional, nas condições da presente Secção.

2. Os Estados-Membros definem as regiões de acordo com critérios objectivos.

Os Estados-Membros com menos de três milhões de hectares elegíveis podem ser considerados uma única região.

3. Os Estados-Membros subdividem o limite máximo referido no artigo 41.º pelas regiões, de acordo com critérios objectivos.

Artigo 59.º

Regionalização do regime de pagamento único

1. Em casos devidamente justificados e de acordo com critérios objectivos, qualquer Estado-Membro pode dividir o montante total do limite máximo regional estabelecido nos termos do artigo 58.º ou parte deste por todos os agricultores cujas explorações estejam localizadas na região em questão, incluindo os que não preencham os critérios de elegibilidade referidos no artigo 33.º

2. Em caso de divisão do montante total do limite máximo regional, os agricultores recebem direitos cujo valor unitário é calculado dividindo o limite máximo regional estabelecido nos termos do artigo 58.º pelo número de hectares elegíveis, na aceção do n.º 2 do artigo 44.º, fixado a nível regional.

3. Em caso de divisão parcial do montante total do limite máximo regional, os agricultores receberão direitos cujo valor unitário será calculado dividindo a parte correspondente do limite máximo regional estabelecido nos termos do artigo 58.º pelo número de hectares elegíveis, na aceção do n.º 2 do artigo 44.º, fixado a nível regional.

Se o agricultor também estiver habilitado a receber direitos calculados sobre a parte remanescente do limite máximo regional, o valor unitário regional de cada um dos seus direitos, excepto dos direitos de retirada das terras, será aumentado num valor correspondente ao montante de referência dividido pelo número dos seus direitos estabelecido nos termos do n.º 4.

Artigo 60.º

Utilização das terras

1. Sempre que um Estado-Membro recorra à possibilidade prevista no artigo 59.º, os agricultores desse Estado-Membro podem, em derrogação do artigo 51.º e nos termos do presente artigo, utilizar também as parcelas declaradas nos termos do n.º 3 do artigo 44.º para a produção dos produtos referidos no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 2200/96, no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 2201/96 e de batatas que não as destinadas ao fabrico de fécula de batata que beneficiam da ajuda prevista no artigo 93.º do presente regulamento, com excepção das culturas permanentes.

2. O Estado-Membro em questão estabelece o número de hectares que podem ser utilizados nos termos do n.º 1 do presente artigo subdividindo, de acordo com critérios objectivos, a média do número de hectares utilizados para a produção dos produtos referidos no n.º 1 a nível nacional durante o período trienal de 2000-2002 pelas regiões definidas nos termos do n.º 2 do artigo 58.º O número médio de hectares a nível nacional e o número de hectares a nível regional são fixados pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, com base nos dados comunicados pelo Estado-Membro.

3. Dentro do limite estabelecido nos termos do n.º 2 para a região em causa, o agricultor será autorizado a recorrer à possibilidade prevista no n.º 1:

- a) Dentro do limite do número de hectares utilizados para a produção dos produtos referidos no n.º 1 em 2003;
- b) Em caso de aplicação, *mutatis mutandis*, do artigo 40.º e do n.º 4 do artigo 42.º, dentro do limite de um número de hectares a estabelecer de acordo com critérios objectivos e de uma forma que garanta a igualdade de tratamento dos agricultores e evite distorções do mercado e de concorrência.

4. Dentro do limite do número de hectares que continuam disponíveis após aplicação do n.º 3, os agricultores são autorizados a produzir os produtos referidos no n.º 1 num número de hectares que não o abrangido pelo n.º 3 dentro do limite de um número de hectares utilizados para a produção dos produ-

tos referidos no n.º 1 em 2004 e/ou 2005, sendo dada prioridade aos agricultores que tenham produzido os referidos produtos já em 2004 dentro do limite do número de hectares utilizados nesse mesmo ano.

Em caso de aplicação do artigo 71.º, os anos de 2004 e 2005 serão substituídos, respectivamente, pelo ano anterior ao ano de aplicação do regime de pagamento único e pelo próprio ano de aplicação.

5. Para estabelecer os limites individuais referidos nos n.ºs 3 e 4, o Estado-Membro em questão recorre aos dados individuais do agricultor, quando existam, ou a qualquer outra prova por este fornecida a contento desse Estado-Membro.

6. O número de hectares para os quais foi concedida a autorização nos termos dos n.ºs 3 e 4 do presente artigo nunca pode exceder o número de hectares elegíveis, definidos no n.º 2 do artigo 44.º, declarado no primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único.

7. A autorização é utilizada, dentro da região em causa, com o correspondente direito de pagamento.

8. O mais tardar em 2007, a Comissão deve apresentar ao Conselho um relatório, eventualmente acompanhado de propostas adequadas, sobre as eventuais consequências, em termos de evolução estrutural e dos mercados, da execução do presente artigo pelos Estados-Membros.

Artigo 61.º

Prados

Em caso de aplicação do artigo 59.º, os Estados-Membros podem também, de acordo com critérios objectivos e dentro do limite máximo regional ou parte deste, estabelecer diferentes valores unitários para os direitos a atribuir aos agricultores referidos no n.º 1 do artigo 59.º, em relação aos hectares afectados a prados na data prevista nos pedidos de ajuda por superfície para 2003 e a qualquer outro hectare elegível ou, em alternativa, em relação aos hectares ocupados por pastagens permanentes na data prevista nos pedidos de ajudas por superfície para 2003 e a qualquer outro hectare elegível.

Artigo 62.º

Prémio aos produtos lácteos e pagamentos complementares

Em derrogação do n.º 2 do artigo 47.º, os Estados-Membros podem decidir que os montantes resultantes do prémio aos produtos lácteos e dos pagamentos complementares previstos nos artigos 94.º e 95.º sejam incluídos, no todo ou em parte, no regime de pagamento único a partir de 2005. Os direitos estabelecidos nos termos do presente parágrafo devem ser alterados nesse sentido.

O montante de referência para esses pagamentos é igual aos montantes a conceder nos termos dos artigos 95.º e 96.º, calculados com base na quantidade de referência individual de leite disponível na exploração em 31 de Março do ano de inclusão, no todo ou em parte, desses pagamentos no regime de pagamento único.

Os artigos 48.º a 50.º são aplicáveis *mutatis mutandis*.

Artigo 63.º

Condições aplicáveis aos direitos estabelecidos nos termos da presente secção

1. Em caso de aplicação do artigo 59.º, os direitos estabelecidos nos termos da presente Secção só podem ser transferidos ou utilizados dentro de uma mesma região, ou entre regiões em que os direitos por hectare sejam idênticos.

2. Em caso de aplicação do artigo 59.º e em derrogação do artigo 53.º, qualquer agricultor da região em questão recebe direitos por retirada de terras da produção.

O número de direitos por retirada de terras é estabelecido multiplicando as terras elegíveis de um agricultor, na aceção do n.º 2 do artigo 54.º, declaradas no primeiro ano de aplicação do regime de pagamento único por uma taxa de retirada de terras.

A taxa de retirada de terras é calculada multiplicando a taxa de base de retirada de terras obrigatória de 10 % pela proporção, na região em causa, entre as terras para as quais tenham sido concedidos, no período de referência, os pagamentos por superfície para as culturas arvenses referidas no Anexo VI e as terras elegíveis na aceção do n.º 2 do artigo 54.º, no mesmo período de referência.

O valor dos direitos por retirada de terras é o valor regional para os direitos de pagamento estabelecido nos termos do n.º 2 do artigo 59.º ou, se for caso disso, do primeiro parágrafo do n.º 3 do mesmo artigo.

Não receberão direitos por retirada de terras os agricultores que declarem um número de hectares, na aceção do n.º 2 do artigo 54.º, inferior ao que seria necessário para produzir um número de toneladas igual a 92 toneladas de cereais como definidos no Anexo IX, com base nos rendimentos determinados de acordo com o plano de regionalização aplicável na região em causa no ano anterior ao ano de aplicação do regime de pagamento único, dividido pela proporção referida no terceiro parágrafo do n.º 2 do presente artigo.

3. Em derrogação do n.º 4 do artigo 43.º e do n.º 3 do artigo 49.º, os Estados-Membros podem também decidir, até 1 de Agosto de 2004, o mais tardar, e no respeito do princípio geral da legislação comunitária, que os direitos estabelecidos nos termos da presente secção sejam alterados progressivamente, por etapas pré-definidas e de acordo com critérios objectivos.

4. Salvo disposição em contrário da presente Secção, são aplicáveis as restantes disposições do presente Título.

Secção 2

Implementação parcial

Artigo 64.º

Disposições gerais

1. Até 1 de Agosto de 2004, o mais tardar, qualquer Estado-Membro pode decidir aplicar, a nível nacional ou regional, o regime de pagamento único previsto nos Capítulos 1 a 4, nas condições da presente Secção.

2. Consoante a opção feita por cada Estado-Membro, a Comissão fixa, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, um limite máximo para cada um dos pagamentos directos referidos, respectivamente, nos artigos 66.º, 67.º, 68.º e 69.º

Este limite máximo é igual à componente de cada tipo de pagamento directo nos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º, após multiplicação pelas percentagens de redução aplicadas pelos Estados-Membros em conformidade com os artigos 66.º, 67.º, 68.º e 69.º

O montante total dos limites máximos fixados é deduzido dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

3. O mais tardar dois anos após a implementação do regime de pagamento único por todos os Estados-Membros ou até 31 de Dezembro de 2009, a Comissão deve apresentar ao Conselho um relatório eventualmente acompanhado de propostas adequadas sobre as eventuais consequências, em termos de evolução estrutural e dos mercados, da implementação pelos Estados-Membros das opções previstas nas Secções 2 e 3.

Artigo 65.º

Estabelecimento dos direitos nos termos da presente secção

1. No que respeita aos direitos a atribuir aos agricultores, após eventuais reduções nos termos dos artigos 41.º, a componente do montante de referência resultante de cada um dos pagamentos directos referidos, respectivamente, nos artigos 66.º, 67.º, 68.º e 69.º será reduzida na percentagem a fixar pelos Estados-Membros dentro do limite estabelecido nesses artigos.

2. Salvo disposição em contrário da presente Secção, as restantes disposições do presente Título são aplicáveis aos direitos estabelecidos sobre a parte remanescente do montante de referência.

Artigo 66.º

Pagamentos para as culturas arvenses

No caso dos pagamentos para as culturas arvenses, os Estados-Membros podem:

- a) Reter até 25 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente aos pagamentos por superfície para as culturas arvenses referidos no Anexo VI, com excepção dos pagamentos pela retirada de terras obrigatória.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão efectua anualmente um pagamento complementar aos agricultores.

O pagamento complementar é concedido, por hectare, aos agricultores que produzam as culturas arvenses referidas no Anexo IX e — nos Estados-Membros em que o milho não constitua uma cultura tradicional — silagem de forragem, até ao máximo de 25 % dos pagamentos por hectare referidos no Anexo VI a conceder nas condições do Capítulo 10 do Título IV;

ou, em alternativa,

- b) Reter até 40 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente ao pagamento do complemento para o trigo duro referido no Anexo VI.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão efectua anualmente um pagamento complementar aos agricultores.

O pagamento complementar é concedido, por hectare, aos agricultores que produzam o trigo duro referido no Anexo IX, até ao máximo de 40 % do pagamento do complemento por hectare para o trigo duro referido no Anexo VI, concedido ou a conceder nas condições do Capítulo 10 do Título IV.

Artigo 67.º

Pagamentos para os ovinos e caprinos

Os Estados-Membros podem reter até 50 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente aos pagamentos para os ovinos e caprinos enumerados no Anexo VI.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão efectua anualmente um pagamento complementar aos agricultores do ou dos sectores abrangidos pela retenção.

O pagamento complementar é concedido aos agricultores que criem ovinos e caprinos, até ao máximo de 50 % dos pagamentos para os ovinos e caprinos referidos no Anexo VI a conceder nas condições do Capítulo 11 do Título IV.

Artigo 68.º

Pagamentos para a carne de bovino

1. No caso dos pagamentos para a carne de bovino, os Estados-Membros podem reter até 100 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente ao prémio ao abate referido no Anexo VI para os vitelos.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão deve efectuar anualmente um pagamento complementar aos agricultores.

O pagamento complementar é concedido aquando do abate de vitelos, até ao máximo de 100 % do prémio ao abate de vitelos referido no Anexo VI, a conceder nas condições do Capítulo 12 do Título IV.

2. Os Estados-Membros podem também:

a) i) Reter até 100 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente ao prémio por vaca em aleitamento referido no Anexo VI.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão deve efectuar anualmente um pagamento complementar aos agricultores.

O pagamento complementar é concedido para a manutenção de vacas em aleitamento, até ao máximo de 100 % do prémio por vaca em aleitamento referido no Anexo VI, a conceder nas condições do Capítulo 12 do Título IV;

e

ii) Reter até 40 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente ao prémio ao abate referido no Anexo VI para os bovinos que não os vitelos.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado em conformidade com o n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão deve efectuar anualmente um pagamento complementar aos agricultores.

O pagamento complementar é concedido aquando do abate de bovinos que não os vitelos, até ao máximo de 40 % do prémio ao abate referido no Anexo VI para os bovinos que não os vitelos, a conceder nas condições do Capítulo 12 do Título IV.

ou, em alternativa,

b) i) Reter até 100 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente ao prémio ao abate referido no Anexo VI para os bovinos que não os vitelos.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão deve efectuar anualmente um pagamento complementar aos agricultores.

O pagamento complementar é concedido aquando do abate de bovinos que não os vitelos, até ao máximo de 100 % do prémio ao abate referido no Anexo VI para os bovinos que não os vitelos, a conceder nas condições do Capítulo 12 do Título IV.

ou, em alternativa,

ii) Reter até 75 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente ao prémio especial por bovino macho referido no Anexo VI.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão deve efectuar anualmente um pagamento complementar aos agricultores.

O pagamento complementar é concedido até ao máximo de 75 % do prémio especial por bovino macho referido no Anexo VI, a conceder nas condições do Capítulo 12 do Título IV.

Artigo 69.º

Implementação facultativa para tipos específicos de agricultura e produção de qualidade

Os Estados-Membros podem reter até 10 % da componente dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º correspondente a cada sector referido no Anexo VI. No caso dos sectores das culturas arvenses, da carne de bovino e da carne de ovinos e de caprinos, esta retenção é tida em conta para efeitos da aplicação das percentagens máximas fixadas, respectivamente, nos artigos 66.º, 67.º e 68.º.

Neste caso, e dentro do limite máximo fixado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, o Estado-Membro em questão efectuará anualmente um pagamento complementar aos agricultores do sector ou dos sectores abrangidos pela retenção.

O pagamento complementar é concedido para tipos específicos de agricultura importantes para a protecção ou a valorização do ambiente ou para melhorar a qualidade e a comercialização de produtos agrícolas, em condições a definir pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

Secção 3

Exclusões facultativas*Artigo 70.º***Exclusão facultativa de alguns pagamentos directos**

1. Até 1 de Agosto de 2004, o mais tardar, qualquer Estado-Membro pode decidir excluir do regime de pagamento único:

a) Um ou vários dos pagamentos directos concedidos no período de referência nos termos dos:

— n.º 4 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999,

— artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2358/71.

Neste caso, os artigos 63.º e 64.º são aplicáveis *mutatis mutandis*;

b) Todos os outros pagamentos directos enumerados no Anexo VI, concedidos, no período de referência, a agricultores dos departamentos franceses ultramarinos, dos Açores, da Madeira, das ilhas Canárias e das ilhas do Mar Egeu, assim como os pagamentos directos concedidos no período de referência nos termos dos:

— artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 2019/93,

— artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1452/2001,

— artigo 13.º e n.ºs 2 a 6 do artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001,

— artigos 5.º e 6.º do Regulamento (CE) n.º 1454/2001.

2. Sem prejuízo do n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 2019/93, do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1452/2001, do n.º 2 do artigo 13.º e do n.º 2 do artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001 e do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1454/2001, os Estados-Membros concederão os pagamentos directos referidos no n.º 1 do presente artigo, dentro dos limites máximos fixados nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do presente regulamento, nas condições, respectivamente, dos Capítulos 3, 6 e 7 a 13 do Título IV do presente regulamento, do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 2019/93, do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1452/2001, do artigo 13.º e dos n.ºs 2 a 4 do artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001 e do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1454/2001.

O montante total dos limites máximos fixados é deduzido dos limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

Secção 4

Transição facultativa*Artigo 71.º***Período transitório facultativo**

1. Quando condições agrícolas específicas o justifiquem, qualquer Estado-Membro pode decidir, o mais tardar, até 1 de Agosto de 2004, aplicar o regime de pagamento único após um período transitório que caducará em 31 de Dezembro de 2005 ou em 31 de Dezembro de 2006.

Se o Estado-Membro em questão decidir aplicar o regime de pagamento único antes do final do período transitório, deve tomar a sua decisão, o mais tardar, até 1 de Agosto do ano civil anterior ao da aplicação do regime de pagamento único.

2. Sem prejuízo do n.º 2 do artigo 70.º do presente regulamento, durante o período transitório, o Estado-Membro em questão deve aplicar os pagamentos directos referidos no Anexo VI nas condições, respectivamente, dos Capítulos 3, 6 e 7 a 13 do Título IV, do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 2019/93, do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1452/2001, do artigo 13.º e dos n.ºs 2 a 4 do artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001 e do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1454/2001, dentro dos limites máximos orçamentais correspondentes à componente desses pagamentos directos no limite máximo nacional referido no artigo 41.º, a fixar pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, para cada um dos pagamentos directos.

No caso do pagamento para as forragens secas, os Estados-Membros devem conceder uma ajuda em condições a definir nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, dentro dos limites orçamentais acima referidos.

3. O regime de pagamento único é aplicável em 1 de Janeiro do ano civil seguinte àquele em que caduca o período transitório.

Neste caso, o Estado-Membro em questão deve tomar as decisões referidas no n.º 1 do artigo 58.º, no n.º 3 do artigo 63.º, no n.º 1 do artigo 64.º e no artigo 70.º até 1 de Agosto de 2005 ou, em alternativa, de 2006, consoante o prazo decidido nos termos do n.º 1 do presente artigo.

4. Se a aplicação deste período transitório provocar graves distorções de concorrência no mercado comunitário e a fim de assegurar o cumprimento das obrigações internacionais da Comunidade, a Comissão tomará as medidas necessárias nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

TÍTULO IV

OUTROS REGIMES DE AJUDA

CAPÍTULO 1

PRÉMIO ESPECÍFICO À QUALIDADE PARA O TRIGO DURO

Artigo 72.º

Âmbito de aplicação

É concedida ajuda aos agricultores que produzam trigo duro do código NC 1001 10 00, nas condições do presente Capítulo.

Artigo 73.º

Montante e elegibilidade

1. A ajuda é de 40 euros por hectare.
2. A concessão de pagamentos depende da utilização de determinadas quantidades de sementes certificadas de variedades reconhecidas, na zona de produção, como sendo de alta qualidade para a produção de sêmola ou de massas alimentícias.

Artigo 74.º

Superfícies

1. A ajuda é concedida a superfícies de base nacionais nas zonas tradicionais de produção enumeradas no Anexo X.

As superfícies de base são fixadas do modo seguinte:

| | |
|----------|--------------|
| Grécia | 617 000 ha |
| Espanha | 594 000 ha |
| França | 208 000 ha |
| Itália | 1 646 000 ha |
| Áustria | 7 000 ha |
| Portugal | 118 000 ha. |

2. Qualquer Estado-Membro pode subdividir a sua superfície de base em subsuperfícies de base, de acordo com critérios objectivos.

Artigo 75.º

Superação da superfície

1. Sempre que a superfície para a qual é pedida a ajuda exceda a superfície de base, a superfície por agricultor para a qual é pedida a ajuda deve ser reduzida proporcionalmente à superação, no ano em questão.

2. Sempre que um Estado-Membro subdivida a sua superfície de base em subsuperfícies de base, a redução prevista no n.º 1 será aplicável apenas aos agricultores das subsuperfícies de base onde o limite tenha sido excedido. Essa redução será efectuada quando, no Estado-Membro em questão, as superfícies situadas em subsuperfícies de base que não tenham atingido os seus limites tiverem sido redistribuídas pelas subsuperfícies de base em que esses limites tenham sido excedidos.

CAPÍTULO 2

PRÉMIO ÀS PROTEAGINOSAS

Artigo 76.º

Âmbito de aplicação

É concedida ajuda aos agricultores que produzam proteaginosas, nas condições do presente Capítulo.

As proteaginosas incluem:

- as ervilhas do código NC 0713 10,
- as favas do código NC 0713 50,
- os tremçoços doces do código NC ex 1209 29 50.

Artigo 77.º

Montante e elegibilidade

A ajuda é de 55,57 euros por hectare de proteaginosas colhidas após o estágio de maturação leitosa.

Todavia, as culturas em superfícies integralmente semeadas e cultivadas segundo as normas locais, que não alcancem o estágio de maturação leitosa devido a condições climáticas excepcionais reconhecidas pelo Estado-Membro em questão, continuam a ser elegíveis para a ajuda desde que as referidas superfícies tenham permanecido livres de qualquer outra ocupação até àquele estágio de crescimento.

Artigo 78.º

Superfície

1. É estabelecida uma superfície máxima garantida de 1 400 000 ha, relativamente à qual pode ser concedida a ajuda.

2. Sempre que a superfície para a qual é pedida a ajuda exceda a superfície máxima garantida, a superfície por agricultor para a qual é pedida a ajuda será reduzida proporcionalmente à superação, no ano em questão, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

CAPÍTULO 3

PAGAMENTO ESPECÍFICO PARA O ARROZ

Artigo 79.º

Âmbito de aplicação

É concedida ajuda aos agricultores que produzam arroz do código NC 1006 10, nas condições do presente Capítulo.

Artigo 80.º

Montante e elegibilidade

1. A ajuda é concedida por hectare de terras semeadas com arroz nas quais a cultura seja mantida pelo menos até ao início do período de floração em circunstâncias normais de crescimento.

Todavia, as culturas em superfícies integralmente semeadas e cultivadas segundo as normas locais, que não alcancem o período de floração devido a condições climáticas excepcionais reconhecidas pelo Estado-Membro em questão, continuam a ser elegíveis para a ajuda desde que as referidas superfícies tenham permanecido livres de qualquer outra ocupação até àquele estágio de crescimento.

2. A ajuda é fixada do seguinte modo, de acordo com os rendimentos nos Estados-Membros em questão:

| | <i>Campanha de comercialização de 2004/2005 e em caso de aplicação do artigo 71.º</i> (euros/ha) | <i>A partir da campanha de comercialização de 2005/2006</i> (euros/ha) |
|----------------------------|---|---|
| Espanha | 1 123,95 | 476,25 |
| França: | | |
| — território metropolitano | 971,73 | 411,75 |
| — Guiana francesa | 1 329,27 | 563,25 |
| Grécia | 1 323,96 | 561,00 |
| Itália | 1 069,08 | 453,00 |
| Portugal | 1 070,85 | 453,75. |

Artigo 81.º

Superfícies

É estabelecida uma superfície de base nacional para cada Estado-Membro produtor. Contudo, para a França são estabelecidas duas superfícies de base. As superfícies de base são as seguintes:

| | |
|----------------------------|------------|
| Espanha | 104 973 ha |
| França: | |
| — território metropolitano | 19 050 ha |
| — Guiana francesa | 4 190 ha |
| Grécia | 20 333 ha |
| Itália | 219 588 ha |
| Portugal | 24 667 ha. |

Qualquer Estado-Membro pode subdividir a sua superfície ou as suas superfícies de base em subsuperfícies de base, de acordo com critérios objectivos.

Artigo 82.º

Superação das superfícies

1. Sempre que, num Estado-Membro, a superfície de arroz num determinado ano exceda a superfície de base indicada no artigo 81.º, a superfície por agricultor para a qual é pedida a ajuda será reduzida proporcionalmente à superação, no ano em questão.

2. Sempre que um Estado-Membro subdivida a sua superfície ou as suas superfícies de base em subsuperfícies de base, a redução prevista no n.º 1 aplicar-se-á apenas aos agricultores das subsuperfícies de base onde o limite tenha sido excedido. Esta redução será efectuada quando, no Estado-Membro em questão, as superfícies situadas em subsuperfícies de base que não tenham atingido os seus limites tiverem sido redistribuídas pelas subsuperfícies de base em que esses limites tenham sido excedidos.

CAPÍTULO 4

PAGAMENTO POR SUPERFÍCIE PARA OS FRUTOS DE CASCA RIJA

Artigo 83.º

Ajuda comunitária

1. É concedida ajuda comunitária aos agricultores que produzam frutos de casca rijas, nas condições do presente Capítulo.

Os frutos de casca rija incluem:

- as amêndoas dos códigos NC 0802 11 e 0802 12,
- as avelãs dos códigos NC 0802 21 e 0802 22,
- as nozes dos códigos NC 0802 31 e 0802 32,
- os pistácios do código NC 0802 50,
- as alfarrobas do código NC 1212 10 10.

2. Os Estados-Membros podem diferenciar a ajuda em função dos produtos ou aumentando ou diminuindo as superfícies nacionais garantidas (a seguir designadas por «SNG») estabelecidas no n.º 3 do artigo 84.º. Todavia, em cada Estado-Membro, o montante total da ajuda concedida num dado ano não deve ser superior ao limite máximo referido no n.º 1 do artigo 84.º

Artigo 84.º

Superfícies

1. Cada Estado-Membro concede a ajuda comunitária dentro de um limite máximo calculado multiplicando o número de hectares da sua SNG, tal como estabelecida no n.º 3, pelo montante médio de 120,75 euros.

2. É estabelecida uma superfície máxima garantida de 800 000 ha.

3. A superfície máxima garantida referida no n.º 2 é dividida nas seguintes SNG:

| | |
|---------------|------------|
| Bélgica | 100 ha |
| Alemanha | 1 500 ha |
| França | 17 300 ha |
| Grécia | 41 100 ha |
| Itália | 130 100 ha |
| Luxemburgo | 100 ha |
| Países Baixos | 100 ha |
| Áustria | 100 ha |
| Portugal | 41 300 ha |
| Espanha | 568 200 ha |
| Reino Unido | 100 ha. |

4. Cada Estado-Membro pode subdividir a sua SNG em sub-superfícies, de acordo com critérios objectivos, nomeadamente a nível regional ou em função da produção.

Artigo 85.º

Superação das sub-superfícies de base

Sempre que um Estado-Membro subdivida a sua SNG em sub-superfícies de base e sejam excedidos os limites numa ou mais sub-superfícies de base, a superfície por agricultor para a qual é pedida a ajuda comunitária deve ser reduzida proporcionalmente à superação, no ano em questão, para os agricultores das sub-superfícies de base onde o limite tenha sido excedido. Esta redução deve ser efectuada quando, no Estado-Membro em questão, as superfícies situadas nas sub-superfícies de base que não tenham atingido os seus limites tiverem sido redistribuídas pelas sub-superfícies de base em que esses limites tenham sido excedidos.

Artigo 86.º

Condições de elegibilidade

1. O pagamento da ajuda comunitária depende, nomeadamente, dos limites mínimos da dimensão das parcelas e da densidade de plantação.

2. As superfícies abrangidas por planos de melhoramento na acepção do artigo 14.ºB do Regulamento (CEE) n.º 1035/72 do Conselho, de 18 de Maio de 1972, que estabelece a organização comum de mercado no sector das frutas e produtos hortícolas ⁽¹⁾, passarão a ser elegíveis para ajuda a título do presente regime em 1 de Janeiro do ano seguinte ao da expiração do plano de melhoramento.

3. Os Estados-Membros podem fazer depender a concessão da ajuda comunitária da adesão dos agricultores a uma organização de produtores reconhecida nos termos do artigo 11.º ou do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 2200/96.

4. Em caso de aplicação do n.º 3, os Estados-Membros podem decidir que o pagamento da ajuda referido no n.º 1 seja feito a uma organização de produtores, em nome dos seus membros. O montante da ajuda recebida pela organização de produtores deve ser pago aos seus membros. Contudo, os Estados-Membros podem autorizar que, em contrapartida dos serviços prestados aos seus membros, uma organização de produtores retenha do montante da ajuda comunitária um montante que pode atingir 2 %.

Artigo 87.º

Ajuda nacional

1. Os Estados-Membros podem conceder uma ajuda nacional, em complemento da ajuda comunitária, até ao limite anual de 120,75 euros por hectare.

2. A ajuda nacional só pode ser paga relativamente a superfícies que beneficiem de ajuda comunitária.

⁽¹⁾ JO L 118 de 20.5.1972, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1363/95 da Comissão (JO L 132 de 16.6.1995, p. 8).

3. Os Estados-Membros podem fazer depender a concessão da ajuda nacional à adesão dos agricultores a uma organização de produtores reconhecida nos termos do artigo 11.º ou do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 2200/96.

CAPÍTULO 5

AJUDA ÀS CULTURAS ENERGÉTICAS

Artigo 88.º

Ajuda

É concedida uma ajuda anual de 45 euros por hectare relativamente às superfícies semeadas com culturas energéticas utilizadas nas condições estabelecidas no presente capítulo.

Entende-se por «culturas energéticas» as culturas destinadas essencialmente à produção dos seguintes produtos energéticos:

- produtos considerados biocombustíveis indicados no n.º 2 do artigo 2.º da Directiva 2003/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Maio de 2003, relativa à promoção da utilização de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes ⁽¹⁾,
- energia eléctrica e térmica produzida a partir da biomassa.

Artigo 89.º

Superfícies

1. É estabelecida uma superfície máxima garantida de 1 500 000 ha, à qual pode ser concedida ajuda.
2. Sempre que a superfície para a qual é pedida a ajuda exceda a superfície máxima garantida, a superfície por agricultor para a qual é pedida a ajuda deve ser reduzida proporcionalmente à superação, no ano em questão, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

Artigo 90.º

Condições de elegibilidade

A ajuda é concedida apenas em relação às superfícies cuja produção seja objecto de um contrato entre o agricultor e a indústria de transformação, excepto nos casos em que a transformação é efectuada pelo próprio agricultor, na exploração.

As superfícies que tenham sido objecto de um pedido de candidatura ao regime das culturas energéticas não podem ser contabilizadas como retiradas da produção para efeitos da obrigação de retirada de terras referida no n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999, assim como no n.º 2 do artigo 54.º, no n.º 2 do artigo 63.º e no n.º 1 do artigo 107.º do presente regulamento.

Artigo 91.º

Revisão da lista das culturas energéticas

No artigo 88.º, podem ser aditados ou suprimidos produtos nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

Artigo 92.º

Reexame do regime das culturas energéticas

Até 31 de Dezembro de 2006, a Comissão deve apresentar ao Conselho um relatório sobre a aplicação do regime, eventualmente acompanhado de propostas que tenham em conta a implementação da iniciativa da União Europeia no domínio dos biocombustíveis.

CAPÍTULO 6

AJUDA À BATATA PARA FÉCULA

Artigo 93.º

Ajuda

É instituída uma ajuda para os agricultores que produzam batatas destinadas ao fabrico de fécula de batata. O montante do pagamento é aplicável à quantidade de batata necessária para fabricar uma tonelada de fécula. O montante é de:

- 110,54 euros para a campanha de comercialização de 2004/2005 e em caso de aplicação do artigo 71.º,
- 66,32 euros a partir da campanha de comercialização de 2005/2006.

O referido montante deve ser ajustado em função do teor de fécula das batatas.

Artigo 94.º

Condições

A ajuda é paga apenas em relação à quantidade de batatas objecto de um contrato de cultura entre o produtor de batata e a empresa produtora de fécula, dentro do limite do contingente atribuído à referida empresa, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1868/94.

⁽¹⁾ JO L 123 de 17.5.2003, p. 42.

CAPÍTULO 7

Artigo 96.º

PRÉMIO AOS PRODUTOS LÁCTEOS E PAGAMENTOS COMPLEMENTARES

Artigo 95.º

Prémio aos produtos lácteos

1. No período compreendido entre 2004 e 2007, os produtores de leite podem beneficiar de um prémio aos produtos lácteos. O prémio é concedido por ano civil, por exploração e por tonelada da quantidade de referência individual elegível para o prémio e disponível na exploração.

2. Sem prejuízo do n.º 3 e das reduções resultantes da aplicação do n.º 4, a quantidade de referência individual de leite disponível na exploração em 31 de Março do ano civil em questão, expressa em toneladas, é multiplicada por:

— 8,15 euros por tonelada, para o ano civil de 2004,

— 16,31 euros por tonelada, para o ano civil de 2005,

— 24,49 euros por tonelada, para os anos civis de 2006 e 2007, e

em caso de aplicação do artigo 70.º, para os anos civis seguintes.

3. As quantidades de referência individuais que tenham sido objecto de cessação temporária, nos termos do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 3950/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, que institui uma imposição suplementar no sector do leite e dos produtos lácteos ⁽¹⁾, ou do artigo 16.º do Regulamento (CE) n.º 1788/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003, que institui uma imposição no sector do leite e dos produtos lácteos ⁽²⁾, em 31 de Março do ano civil em questão são consideradas disponíveis na exploração do cessatário para esse ano civil.

4. Para efeitos do n.º 2, sempre que, em 31 de Março de um dado ano civil, a soma da totalidade das quantidades de referência individuais de um Estado-Membro for superior à soma das quantidades totais correspondentes desse Estado-Membro fixadas no Anexo I do Regulamento (CEE) n.º 3950/92, para o período de 12 meses de 1999/2000, o Estado-Membro em questão deve, com base em critérios objectivos, tomar as medidas necessárias para, nesse sentido, reduzir o montante total das quantidades individuais de referência elegíveis para o prémio no seu território.

⁽¹⁾ JO L 405 de 31.12.1992, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 572/2003 da Comissão (JO L 82 de 29.3.2003, p. 20).

⁽²⁾ Ver página 123 do presente Jornal Oficial.

Pagamentos complementares

1. No período compreendido entre 2004 e 2007, os Estados-Membros devem efectuar anualmente, nos seus territórios, pagamentos complementares aos produtores, num total equivalente aos montantes globais anuais estabelecidos no n.º 2. Estes pagamentos são efectuados segundo critérios objectivos e de uma forma que garanta a igualdade de tratamento dos produtores e evite distorções de mercado e de concorrência. Além disso, os pagamentos não devem depender das flutuações dos preços de mercado.

Os suplementos de prémio só podem ser concedidos a título de montante suplementar por montante de prémio, como previsto no n.º 2 do artigo 95.º

2. Pagamentos complementares: montantes globais expressos em milhões de euros:

| | 2004 | 2005 | 2006 e 2007 ⁽¹⁾ |
|---------------|--------|--------|----------------------------|
| Bélgica | 12,12 | 24,30 | 36,45 |
| Dinamarca | 16,31 | 32,70 | 49,05 |
| Alemanha | 101,99 | 204,53 | 306,79 |
| Grécia | 2,31 | 4,63 | 6,94 |
| Espanha | 20,38 | 40,86 | 61,29 |
| França | 88,70 | 177,89 | 266,84 |
| Irlanda | 19,20 | 38,50 | 57,76 |
| Itália | 36,34 | 72,89 | 109,33 |
| Luxemburgo | 0,98 | 1,97 | 2,96 |
| Países Baixos | 40,53 | 81,29 | 121,93 |
| Áustria | 10,06 | 20,18 | 30,27 |
| Portugal | 6,85 | 13,74 | 20,62 |
| Finlândia | 8,81 | 17,66 | 26,49 |
| Suécia | 12,09 | 24,24 | 36,37 |
| Reino Unido | 53,40 | 107,09 | 160,64 |

⁽¹⁾ E, em caso de aplicação do artigo 70.º, anos civis seguintes.

Artigo 97.º

Definições

Para efeitos do presente Capítulo, é aplicável a definição de «produtor» do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1788/2003.

CAPÍTULO 8

AJUDA REGIONAL ESPECÍFICA PARA AS CULTURAS ARVENSES

Artigo 98.º

Ajuda

Em caso de aplicação do artigo 70.º, na Finlândia e na Suécia a norte do paralelo 62º N e em determinadas zonas adjacentes afectadas por condições climáticas semelhantes que tornam a actividade agrícola especialmente difícil, é concedida aos agricultores que produzam cereais, oleaginosas, linho não têxtil, bem como linho e cânhamo destinados à produção de fibras uma ajuda específica de 24 euros por tonelada, multiplicada pelos rendimentos determinados no plano de regionalização relativo à região em questão, dentro do limite máximo, fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, correspondente à componente desta ajuda no limite máximo referido no artigo 41.º

Sempre que o montante total da ajuda pedida exceda o limite máximo fixado, a ajuda por agricultor será reduzida proporcionalmente à superação, no ano em questão.

CAPÍTULO 9

AJUDAS ÀS SEMENTES

Artigo 99.º

Ajuda

1. Em caso de aplicação do artigo 69.º, os Estados-Membros devem conceder anualmente as ajudas, previstas no Anexo XI, à produção de sementes de base ou de sementes certificadas de uma ou mais das espécies enumeradas nesse anexo.

2. Se a superfície admitida à certificação para a qual é pedida a ajuda à produção de sementes também for utilizada para solicitar a ajuda a título do regime de pagamento único, deve deduzir-se do montante da ajuda à produção de sementes — com excepção das espécies referidas nos pontos 1 e 2 do Anexos XI — o montante da ajuda a título do regime de pagamento único a conceder, num dado ano, para a superfície em causa. Da dedução efectuada não pode, contudo, resultar um montante inferior a zero.

3. O montante da ajuda pedida não deve exceder o limite máximo, fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, correspondente à componente das ajudas à produção de sementes para as espécies em causa no limite máximo nacional referido no artigo 41.º

Sempre que o montante total da ajuda pedida exceda o limite máximo fixado, a ajuda por agricultor é reduzida proporcionalmente à superação no ano em questão.

4. As variedades de *Cannabis sativa* L. às quais é aplicável a ajuda prevista no presente artigo são determinadas nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

CAPÍTULO 10

PAGAMENTO POR SUPERFÍCIE PARA AS CULTURAS ARVENSES

Artigo 100.º

Âmbito de aplicação e definições

1. Em caso de aplicação do artigo 66.º, os Estados-Membros devem conceder, nas condições previstas no presente capítulo, salvo disposição em contrário, aos agricultores que produzam culturas arvenses a ajuda escolhida pelo Estado-Membro em questão nos termos do referido artigo.

2. Para efeitos do presente Capítulo:

— a campanha de comercialização decorre de 1 de Julho a 30 de Junho,

— entende-se por «culturas arvenses» as culturas enumeradas no Anexo IX.

3. Os Estados-Membros em que o milho não constitua uma cultura tradicional podem tornar a silagem de forragem elegível para os pagamentos por superfície para as culturas arvenses, nas condições aplicáveis a estas culturas.

Artigo 101.º

Superfícies de base

O pagamento por superfície é fixado por hectare e diferenciado a nível regional.

O pagamento por superfície é concedido relativamente à superfície ocupada com culturas arvenses ou retirada da produção nos termos do artigo 107.º e que não exceda o número total de hectares da superfície ou das superfícies de base regionais fixadas no Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 2316/1999 da Comissão ⁽¹⁾, tendo em conta a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1017/94.

⁽¹⁾ Regulamento (CE) n.º 2316/1999 da Comissão, de 22 de Outubro de 1999, que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1251/1999 do Conselho que institui um sistema de apoio aos produtores de determinadas culturas arvenses (JO L 280 de 30.10.1999, p. 43). Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1035/2003 (JO L 150 de 18.6.2003, p. 24).

Entende-se por «região» um Estado-Membro ou uma região de um Estado-Membro, à escolha do Estado-Membro em questão. Em caso de aplicação do artigo 66.º, da superfície ou das superfícies fixadas no Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 2316/1999 deve ser deduzido o número de hectares correspondente aos direitos por retirada de terras da produção determinados nos termos do artigo 53.º e do n.º 2 do artigo 63.º na região em causa.

Artigo 102.º

Superação das superfícies de base e limite máximo

1. Quando o total das superfícies para as quais é pedido um pagamento a título do sistema de apoio às culturas arvenses, incluindo a retirada de terras da produção prevista nesse regime em caso de aplicação do artigo 71.º, exceder a superfície de base, a superfície elegível por agricultor deve ser proporcionalmente reduzida em relação a todos os pagamentos concedidos nos termos do presente regulamento na região em questão, durante a mesma campanha de comercialização.

2. O total dos pagamentos pedidos não deve exceder o limite máximo fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º Sempre que o montante total da ajuda pedida exceda o limite máximo fixado, a ajuda por agricultor deve ser reduzida proporcionalmente à superação no ano em questão.

3. Em caso de aplicação do artigo 71.º, as superfícies que não sejam objecto de um pedido de pagamento nos termos do presente capítulo, mas sejam utilizadas para justificar um pedido de ajuda nos termos do Capítulo 12 devem ser igualmente tidas em conta para o cálculo das superfícies em relação às quais é pedido um pagamento.

4. Se um Estado-Membro tornar a silagem de forragem elegível para os pagamentos por superfície para as culturas arvenses, deve ser definida uma superfície de base distinta. Se a superfície de base para as culturas arvenses ou a silagem de forragem não for atingida numa determinada campanha de comercialização, o saldo de hectares deve ser atribuído à superfície de base correspondente, para a mesma campanha de comercialização.

5. Se um Estado-Membro tiver optado por uma ou mais superfícies de base nacionais, poderá subdividir cada uma delas em subsuperfícies de base, de acordo com critérios objectivos que ele próprio definirá.

Para efeitos do presente número, as superfícies de base de «secano» e de «regadio» serão consideradas superfícies de base nacionais.

Em caso de superação de uma superfície de base nacional, o Estado-Membro em questão pode, de acordo com critérios objectivos, concentrar a medida a tomar nos termos do n.º 1 total ou parcialmente nas subsuperfícies de base relativamente às quais se tenha verificado a superação.

Os Estados-Membros que tenham optado pelas possibilidades previstas no presente número devem informar, até 15 de Setembro, os agricultores e a Comissão das suas escolhas e das correspondentes regras de execução.

Artigo 103.º

Plano de regionalização

É aplicável o plano de regionalização estabelecido pelos Estados-Membros nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999.

O plano de regionalização pode ser revisto, de acordo com critérios objectivos, pelo Estado-Membro em questão, a pedido da Comissão ou por iniciativa desse Estado-Membro.

Artigo 104.º

Montante de base

1. O pagamento por superfície é calculado multiplicando o montante de base por tonelada pelo rendimento médio dos cereais determinado no plano de regionalização para a região em questão.

2. O cálculo referido no n.º 1 é efectuado com base no rendimento médio dos cereais. Todavia, se o milho for tratado separadamente, o rendimento «milho» é utilizado para o milho e o rendimento «cereais diferentes do milho» para os cereais, as oleaginosas, o linho não têxtil e o linho e o cânhamo destinados à produção de fibras.

3. O montante de base para as culturas arvenses e, em caso de aplicação do artigo 71.º, para a retirada de terras da produção é de 63,00 euros por tonelada a partir da campanha de comercialização de 2005/2006.

Artigo 105.º

Complemento para o trigo duro

1. É pago um complemento ao pagamento por superfície de:

— 291 euros por hectare para a campanha de comercialização de 2005/2006,

— 285 euros por hectare a partir da campanha de comercialização de 2006/2007,

para as superfícies semeadas com trigo duro nas zonas tradicionais de produção enumeradas no Anexo X, dentro dos limites a seguir indicados:

| | |
|----------|--------------|
| Grécia | 617 000 ha |
| Espanha | 594 000 ha |
| França | 208 000 ha |
| Itália | 1 646 000 ha |
| Áustria | 7 000 ha |
| Portugal | 118 000 ha. |

2. Se o total das superfícies para as quais é pedido um complemento ao pagamento por superfície for, no decurso de uma dada campanha, superior ao limite acima indicado, a superfície por agricultor relativamente à qual o complemento pode ser pago deve ser reduzida proporcionalmente.

Todavia, e sob reserva dos limites por Estado-Membro fixados no n.º 1, os Estados-Membros podem repartir as superfícies indicadas nesse número pelas zonas de produção definidas no Anexo X ou, se for caso disso, pelas regiões de produção do plano de regionalização, de acordo com a importância da cultura do trigo duro durante o período de 1993 a 1997. Nesse caso, se o total das superfícies para as quais é pedido um complemento ao pagamento por superfície numa região de produção for, no decurso de uma dada campanha, superior ao limite regional correspondente, a superfície por agricultor da região de produção em questão relativamente à qual o complemento pode ser pago deve ser reduzida proporcionalmente. Essa redução é efectuada quando, no Estado-Membro em questão, as superfícies situadas em regiões que não tenham atingido os seus limites regionais tiverem sido distribuídas pelas regiões em que esses limites tenham sido excedidos.

3. Nas regiões em que a produção de trigo duro esteja bem estabelecida, com excepção das constantes do Anexo X, é concedida uma ajuda especial de 46 euros por hectare para a campanha de comercialização de 2005/2006, até ao limite do número de hectares a seguir indicado:

| | |
|-------------|-----------|
| Alemanha | 10 000 ha |
| Espanha | 4 000 ha |
| França | 50 000 ha |
| Itália | 4 000 ha |
| Reino Unido | 5 000 ha. |

Artigo 106.º

Linho e cânhamo

O pagamento por superfície para o linho e o cânhamo destinados à produção de fibras, só pode ser efectuado, consoante as circunstâncias, quando tenha sido celebrado um contrato ou assumido um compromisso nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1673/2000.

No caso do cânhamo destinado à produção de fibras, o pagamento por superfície deve ser também efectuado nas condições previstas no artigo 52.º

Artigo 107.º

Retirada de terras da produção

1. Em caso de aplicação do artigo 71.º, os agricultores que requeiram um pagamento por superfície ficam sujeitos à obrigação de retirar da produção parte das terras da sua exploração e receberão uma compensação por essa obrigação.

2. A obrigação de retirada de terras para cada agricultor que requeira pagamentos por superfície é fixada em proporção da sua superfície ocupada com culturas arvenses para a qual é apresentado um pedido e retirada da produção nos termos do presente capítulo.

A taxa de base da obrigação de retirada de terras da produção é fixada em 10 % para as campanhas de comercialização de 2005/2006 e 2006/2007.

3. As terras retiradas da produção podem ser utilizadas para:

- a produção de matérias destinadas ao fabrico, na Comunidade, de produtos não destinados directamente ao consumo humano ou animal, desde que sejam aplicados sistemas de controlo eficazes,
- a cultura de leguminosas numa exploração agrícola gerida, em relação à totalidade da sua produção, segundo as obrigações do Regulamento (CEE) n.º 2092/91.

Os Estados-Membros são autorizados a pagar ajudas nacionais até 50 % dos custos relacionados com o início de culturas plurianuais destinadas à produção de biomassa em terras retiradas da produção.

4. A quantidade de subprodutos destinados ao consumo humano ou animal resultante do cultivo de sementes oleaginosas em terras retiradas da produção nos termos do primeiro travessão do n.º 3 será tida em conta para a observância do limite de um milhão de toneladas métricas referido no n.º 3 do artigo 56.º

5. Sempre que forem fixados rendimentos diferenciados para as superfícies cultivadas em regime de regadio e para as superfícies cultivadas em regime de sequeiro, é aplicável à retirada de terras o pagamento relativo às superfícies de sequeiro.

6. Os agricultores podem beneficiar do pagamento relativo à retirada de terras da produção por uma retirada voluntária de terras superior à sua obrigação. Os Estados-Membros devem permitir aos agricultores retirar da produção até 10 %, pelo menos, da superfície ocupada com culturas arvenses para a qual é apresentado um pedido de pagamento e que é retirada da produção nos termos do presente artigo. Os Estados-Membros podem fixar percentagens mais elevadas, desde que tenham em conta as situações específicas e garantam uma ocupação suficiente das terras agrícolas.

Em caso de aplicação do artigo 66.º, o presente número é aplicável segundo regras de execução a adoptar pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 144.º

7. Os agricultores que apresentem um pedido de pagamento relativamente a uma superfície não superior à necessária para produzir 92 toneladas de cereais, com base no rendimento determinado para a sua região, não ficam sujeitos à obrigação de retirada de terras da produção, sendo-lhes aplicável o n.º 6.

8. Sem prejuízo do artigo 108.º, as superfícies:

- retiradas da produção ao abrigo de medidas agro-ambientais [artigos 22.º a 24.º do Regulamento (CE) n.º 1257/1999], que não sejam utilizadas para fins agrícolas nem para quaisquer fins lucrativos distintos dos admitidos para as outras terras retiradas da produção nos termos do presente regulamento, ou
- arborizadas ao abrigo da florestação [artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1257/1999],

podem, na sequência de um pedido apresentado depois de 28 de Junho de 1995, ser contabilizadas como retiradas da produção para efeitos da obrigação de retirada de terras referida no n.º 1, até um limite por exploração que pode ser estabelecido pelo Estado-Membro em questão. Esse limite só pode ser fixado na medida do necessário para evitar que um montante desproporcionado do orçamento disponível relativo ao regime em questão seja concentrado num número reduzido de explorações.

Todavia, para essas superfícies, não pode ser concedido o pagamento por superfície a que se refere o artigo 104.º do presente regulamento e o apoio concedido nos termos do n.º 1 do artigo 24.º ou do segundo travessão do n.º 1 do artigo 31.º do Regulamento (CE) n.º 1257/1999 deve limitar-se a um montante, no máximo, igual ao do pagamento por superfície previsto no artigo 104.º do presente regulamento para a retirada de terras da produção.

Os Estados-Membros podem decidir não aplicar o regime previsto no presente número a novos candidatos em regiões em que exista o risco permanente de ser significativamente excedida a superfície de base regional.

9. As superfícies retiradas da produção não podem ser inferiores a 0,1 hectare nem ter menos de 10 metros de largura. Por motivos ambientais devidamente justificados, os Estados-Membros podem aceitar superfícies com, pelo menos, 5 metros de largura e 0,05 hectare.

Artigo 108.º

Terras elegíveis

Não podem ser apresentados pedidos de pagamentos relativamente a terras que, à data prevista nos pedidos de ajudas por superfície para 2003, se encontrem ocupadas por pastagens permanentes, culturas permanentes ou florestas ou estejam a ser utilizadas para fins não agrícolas.

Os Estados-Membros podem, em condições a determinar nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, estabelecer derrogações ao primeiro parágrafo do presente artigo, desde que tomem medidas para evitar um aumento significativo da superfície agrícola total elegível.

Artigo 109.º

Sementeira e apresentação do pedido

Para terem direito ao pagamento por superfície, os agricultores devem ter procedido à sementeira, o mais tardar, até ao dia 31 de Maio anterior à respectiva colheita e ter apresentado um pedido, o mais tardar, até ao dia 15 de Maio.

Artigo 110.º

Regras de execução

As regras de execução do presente Capítulo, serão adoptadas nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, nomeadamente as relativas:

- ao estabelecimento e à gestão das superfícies de base,
- à elaboração dos planos de regionalização da produção,
- à silagem de forragem,
- à concessão do pagamento por superfície,
- à superfície mínima elegível para pagamento; estas regras devem ter especialmente em conta as exigências de controlo e a eficácia pretendida com o regime em questão,
- à determinação, em relação ao trigo duro, da elegibilidade para o complemento ao pagamento por superfície e dos requisitos de elegibilidade para a ajuda específica, nomeadamente, das regiões a tomar em consideração,
- à retirada de terras da produção, designadamente ao n.º 3 do artigo 107.º; estas condições definirão as leguminosas forrageiras que podem ser cultivadas nas terras retiradas da produção e, no que diz respeito ao primeiro travessão do primeiro parágrafo do referido número, poderão incluir a cultura de produtos sem compensação.

A Comissão pode, segundo o mesmo procedimento:

- quer fazer depender a concessão dos pagamentos da utilização de:
 - i) sementes específicas;
 - ii) sementes certificadas no caso do trigo duro, bem como do linho e do cânhamo destinados à produção de fibras;
 - iii) determinadas variedades no caso das oleaginosas, do trigo duro e do linho não têxtil, bem como do linho e do cânhamo destinados à produção de fibras;

- quer prever a possibilidade de os Estados-Membros fazerem depender a concessão dos pagamentos dessas condições,
- permitir a variação das datas previstas no artigo 109.º em determinadas regiões, a fim de ter em conta circunstâncias climáticas excepcionais que impeçam a aplicação das datas habituais.

CAPÍTULO 11

PRÉMIOS AOS OVINOS E CAPRINOS

Artigo 111.º

Âmbito de aplicação

Em caso de aplicação do artigo 67.º, os Estados-Membros devem conceder anualmente prémios ou pagamentos complementares aos agricultores que criem ovinos e caprinos, nas condições previstas no presente Capítulo, salvo disposição em contrário.

Artigo 112.º

Definições

Para efeitos do presente Capítulo, entende-se por:

- a) «Ovelha», qualquer fêmea da espécie ovina que já tenha parido pelo menos uma vez ou tenha, pelo menos, um ano;
- b) «Cabra», qualquer fêmea da espécie caprina que já tenha parido pelo menos uma vez ou tenha, pelo menos, um ano.

Artigo 113.º

Prémio por ovelha e por cabra

1. O agricultor que possua ovelhas na sua exploração pode beneficiar, a seu pedido, de um prémio pela manutenção de ovelhas (prémio por ovelha).
2. O agricultor que possua cabras na sua exploração pode beneficiar, a seu pedido, de um prémio pela manutenção de cabras (prémio por cabra). O prémio é concedido aos agricultores de zonas específicas em que a produção obedeça aos dois critérios seguintes:
 - a) A criação de cabras deve ser principalmente orientada para a produção de carne de caprino;
 - b) As técnicas de criação dos caprinos e ovinos devem ser da mesma natureza.

É estabelecida uma lista dessas zonas nos termos do no n.º 2 do artigo 144.º

3. O prémio por ovelha e o prémio por cabra são concedidos sob a forma de um pagamento anual por animal elegível, por ano civil e por agricultor, dentro dos limites máximos individuais. O número mínimo de animais para os quais é apresentado um pedido de prémio é determinado pelo Estado-Membro. Esse mínimo não pode ser inferior a 10 nem superior a 50.

4. O montante do prémio por ovelha é de 21 euros. No entanto, no caso dos agricultores que comercializem leite de ovelha ou produtos à base de leite de ovelha, o prémio por ovelha é de 16,8 euros.

5. O montante do prémio por cabra é de 16,8 euros.

Artigo 114.º

Prémio complementar

1. Nas zonas em que a produção de ovinos e caprinos constitua uma actividade tradicional ou contribua significativamente para a economia rural, é pago um prémio complementar aos agricultores. Os Estados-Membros devem definir essas zonas. Em qualquer caso, o prémio complementar é concedido apenas aos agricultores em cujas explorações pelo menos 50 % da superfície utilizada para fins agrícolas se situe em zonas desfavorecidas, definidas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1257/1999.
2. O prémio complementar também é concedido aos agricultores que pratiquem a transumância, desde que:
 - a) Pelo menos 90 % dos animais para os quais é pedido o prémio pastem, durante pelo menos 90 dias consecutivos, numa zona elegível estabelecida nos termos do n.º 1; e
 - b) As sedes das suas explorações estejam situadas em zonas geográficas bem definidas, em relação às quais esteja comprovado pelo Estado-Membro que a transumância corresponde a uma prática tradicional da criação de ovinos e/ou caprinos e que esses movimentos de animais são necessários devido à inexistência de forragens em quantidade suficiente durante o período de transumância.
3. O montante do prémio complementar é de 7 euros por ovelha e por cabra. O prémio complementar é concedido em condições idênticas às estabelecidas para a concessão do prémio por ovelha e do prémio por cabra.

Artigo 115.º

Disposições comuns

1. O prémio é pago ao agricultor beneficiário em função do número de ovelhas e/ou cabras mantidas na sua exploração durante um período mínimo, a determinar nos termos do no n.º 2 do artigo 144.º

2. Quando for aplicável um regulamento que estabeleça novas regras de identificação e registo dos ovinos e caprinos, os animais deverão ser identificados e registados de acordo com essas regras, para serem elegíveis para o prémio.

Artigo 116.º

Limites individuais

1. A partir de 1 de Janeiro de 2005, o limite máximo individual por agricultor referido no n.º 3 do artigo 113.º deve ser igual ao número de direitos ao prémio que detinha em 31 de Dezembro de 2004, segundo as regras comunitárias aplicáveis.

2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para assegurar que a soma dos direitos ao prémio nos seus territórios não exceda os limites máximos nacionais estabelecidos no n.º 4 e que possam ser mantidas as reservas nacionais referidas no artigo 118.º

3. Os direitos ao prémio que tenham sido retirados por força das medidas previstas no n.º 2 devem ser abolidos.

4. São aplicáveis os limites máximos a seguir indicados:

| Estado-Membro | Direitos (× 1 000) |
|-------------------------|--------------------|
| Bélgica | 70 |
| Dinamarca | 104 |
| Alemanha | 2 432 |
| Grécia | 11 023 |
| Espanha | 19 580 |
| França | 7 842 |
| Irlanda | 4 956 |
| Itália | 9 575 |
| Luxemburgo | 4 |
| Países Baixos | 930 |
| Áustria | 206 |
| Portugal ⁽¹⁾ | 2 690 |
| Finlândia | 80 |
| Suécia | 180 |
| Reino Unido | 19 492 |
| Total | 79 164 |

⁽¹⁾ A ajustar quando o Regulamento (CE) n.º 1017/94 deixar de vigorar.

Artigo 117.º

Transferência dos direitos ao prémio

1. Sempre que um agricultor venda ou transfira de outro modo a sua exploração, pode transferir todos os seus direitos ao prémio para a pessoa que retome a exploração.

2. O agricultor pode também transferir, total ou parcialmente, os seus direitos para outros agricultores sem transferir a exploração.

Em caso de transferência de direitos sem transferência da exploração, uma parte dos direitos ao prémio transferidos, não superior a 15 %, deve ser cedida, sem compensação, à reserva nacional do Estado-Membro em que esteja situada a sua exploração, para redistribuição gratuita.

Os Estados-Membros podem adquirir direitos ao prémio de agricultores que concordem, numa base voluntária, em ceder total ou parcialmente os seus direitos. Nesse caso, os pagamentos pela aquisição desses direitos podem ser efectuados a esses agricultores quer a partir dos orçamentos nacionais, quer nos termos do quinto travessão do n.º 2 do artigo 119.º

Em derrogação do n.º 1 e em circunstâncias devidamente justificadas, os Estados-Membros podem dispor que, em caso de venda ou de transferência de outro modo da exploração, a transferência de direitos seja efectuada por intermédio da reserva nacional.

3. Os Estados-Membros podem tomar as medidas necessárias para evitar que os direitos ao prémio sejam transferidos para fora de zonas ou de regiões sensíveis em que a produção de ovinos seja especialmente importante para a economia local.

4. Os Estados-Membros podem autorizar, antes de uma data por eles fixada, transferências temporárias de uma parte dos direitos ao prémio que não se destinem a ser utilizados pelo agricultor que os detém.

Artigo 118.º

Reserva nacional

1. Cada Estado-Membro mantém uma reserva nacional de direitos ao prémio.

2. Os direitos ao prémio retirados nos termos do n.º 2 do artigo 117.º ou de outras disposições comunitárias são acrescentados à reserva nacional.

3. Os Estados-Membros podem atribuir direitos ao prémio a agricultores, dentro dos limites das suas reservas nacionais. Ao fazê-lo, devem dar precedência, em especial, a novos produtores, a jovens agricultores ou a outros agricultores prioritários.

Artigo 119.º

Pagamentos complementares

1. Em caso de aplicação do artigo 71.º, os Estados-Membros devem efectuar anualmente pagamentos complementares num total equivalente aos montantes globais previstos no n.º 3 do presente artigo.

Os Estados-Membros podem decidir completar os montantes globais indicados no n.º 3 do presente artigo mediante a redução dos montantes dos pagamentos a que se refere o artigo 113.º A redução dos montantes, que pode ser aplicada numa base regional, não pode ser superior a um euro.

Os pagamentos são efectuados anualmente, de acordo com critérios objectivos que incluam, nomeadamente, as estruturas e as condições de produção relevantes, e de uma forma que garanta a igualdade de tratamento dos produtores e evite distorções de mercado e de concorrência. Além disso, esses pagamentos não devem depender das flutuações dos preços de mercado e podem ser efectuados numa base regional.

2. Nesses pagamentos podem incluir-se, nomeadamente:

- os pagamentos aos agricultores que se dedicam a tipos específicos de produção, em particular relacionados com a qualidade, importantes para a economia local ou para a protecção do ambiente,
- o aumento do prémio a que se refere o artigo 113.º Os montantes complementares podem ser sujeitos à aplicação de requisitos relativos ao factor densidade dos animais, a determinar pelo Estado-Membro em função das condições locais,
- o apoio à reestruturação de explorações de agricultores ou à criação de organizações de produtores,
- os pagamentos por superfície a conceder aos agricultores por hectare de superfície forrageira de que o agricultor dispõe durante o ano civil em questão e relativamente à qual não sejam pedidos, para o mesmo ano, pagamentos a título do sistema de apoio aos agricultores que produzem determinadas culturas arvenses, do regime de ajuda às forragens secas e de regimes comunitários de ajuda para outras culturas permanentes ou hortícolas,
- os pagamentos aos agricultores que cedam voluntariamente os seus direitos nos termos do n.º 2 do artigo 117.º,
- o apoio à melhoria e à racionalização da transformação e da comercialização da carne de ovino e caprino.

3. São aplicáveis os montantes globais a seguir indicados:

(expressos em milhares de euros)

| | |
|---------------|--------|
| Bélgica | 64 |
| Dinamarca | 79 |
| Alemanha | 1 793 |
| Grécia | 8 767 |
| Espanha | 18 827 |
| França | 7 083 |
| Irlanda | 4 875 |
| Itália | 6 920 |
| Luxemburgo | 4 |
| Países Baixos | 743 |
| Áustria | 185 |
| Portugal | 2 275 |
| Finlândia | 61 |
| Suécia | 162 |
| Reino Unido | 20 162 |

Artigo 120.º

Limites máximos

O total dos montantes de cada prémio ou pagamento complementar pedido não pode exceder o limite máximo fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º

Sempre que o montante total da ajuda pedida exceda o limite máximo fixado, a ajuda por agricultor deve ser reduzida proporcionalmente à superação, no ano em questão.

CAPÍTULO 12

PAGAMENTOS PARA A CARNE DE BOVINO

Artigo 121.º

Âmbito de aplicação

Em caso de aplicação do artigo 68.º, os Estados-Membros devem conceder, nas condições do presente Capítulo, salvo disposição em contrário, a ou as ajudas escolhidas pelo Estado-Membro em questão nos termos do referido artigo.

*Artigo 122.º***Definições**

Para efeitos do presente Capítulo, entende-se por:

- a) «Região», um Estado-Membro ou uma região de um Estado-Membro, à escolha do Estado-Membro em questão;
- b) «Touro», um bovino macho não castrado;
- c) «Boi», um bovino macho castrado;
- d) «Vaca em aleitamento», uma vaca pertencente a uma raça de orientação «carne» ou resultante de um cruzamento com uma dessas raças e que faça parte de um efectivo destinado à criação de vitelos para produção de carne;
- e) «Novilha», uma fêmea da espécie bovina a partir de 8 meses de idade que ainda não tenha parido.

*Artigo 123.º***Prémio especial**

1. O agricultor que possua bovinos machos na sua exploração pode beneficiar, a seu pedido, de um prémio especial. Este prémio é concedido, dentro dos limites máximos regionais, por ano civil e por exploração, para um máximo de 90 animais, para cada uma das classes etárias referidas no n.º 2.
2. O prémio especial é concedido, no máximo:
 - a) Uma vez durante a vida de cada touro a partir dos 9 meses de idade; ou
 - b) Duas vezes durante a vida de cada boi:
 - a primeira vez, quando o animal atingir 9 meses,
 - a segunda, após o animal ter atingido 21 meses.
3. Para beneficiar do prémio especial:
 - a) Cada animal que seja objecto de um pedido deve estar na posse do agricultor, para engorda, durante um período a determinar;
 - b) Cada animal deve dispor, até ao abate ou à exportação, do passaporte animal previsto no artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1760/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho,

de 17 de Julho de 2000, que estabelece um regime de identificação e registo de bovinos e relativo à rotulagem da carne de bovino e dos produtos à base de carne de bovino ⁽¹⁾, com todas as informações relevantes sobre o seu estatuto em termos de prémio ou, na sua falta, de um documento administrativo equivalente.

4. Sempre que, numa determinada região, o número total de touros a partir dos 9 meses de idade e de bois dos 9 aos 20 meses de idade para os quais tenha sido apresentado um pedido e que preencham as condições para a concessão do prémio especial exceda o limite máximo regional referido no n.º 8, o número de todos os animais elegíveis nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2, por agricultor, durante o ano em questão, deve ser reduzido proporcionalmente.

Para efeitos do presente artigo, entende-se por «limite máximo regional» o número de animais que podem beneficiar do prémio especial, numa região e num ano civil.

5. Em derrogação dos n.ºs 1 e 4, os Estados-Membros podem:

- com base em critérios objectivos que se inscrevam numa política de desenvolvimento rural e unicamente na condição de terem em conta aspectos relacionados com o ambiente e o emprego, alterar ou renunciar a aplicar o limite de encabeçamento de 90 animais por exploração e por classe etária, e
- quando exercerem essa faculdade, decidir aplicar o n.º 4 por forma a ser alcançado o nível de redução requerido para respeitar o limite máximo regional aplicável, sendo que essa redução não deve abranger os pequenos agricultores que, durante o ano em questão, não apresentaram pedidos de prémios especiais que excedam o número mínimo de animais determinado pelo Estado-Membro em questão.

6. Os Estados-Membros podem decidir conceder o prémio especial aquando do abate dos bovinos. Nesse caso, para os touros, o critério de idade previsto na alínea a) do n.º 2 será substituído pelo peso-carcaça mínimo de 185 quilogramas.

O prémio será pago ou reverterá para os agricultores.

O Reino Unido fica autorizado a aplicar, na Irlanda do Norte, um sistema de concessão do prémio especial diferente do que aplica no resto do seu território.

7. O montante do prémio é de:

- a) 210 euros por touro elegível;
- b) 150 euros por boi elegível e por classe etária.

⁽¹⁾ JO L 204 de 11.8.2000, p. 1.

8. São aplicáveis os limites máximos regionais a seguir indicados:

| | |
|---------------|---------------------------------------|
| Bélgica | 235 149 |
| Dinamarca | 277 110 |
| Alemanha | 1 782 700 |
| Grécia | 143 134 |
| Espanha | 713 999 ⁽¹⁾ |
| França | 1 754 732 ⁽²⁾ |
| Irlanda | 1 077 458 |
| Itália | 598 746 |
| Luxemburgo | 18 962 |
| Países Baixos | 157 932 |
| Áustria | 373 400 |
| Portugal | 175 075 ⁽³⁾ ⁽⁴⁾ |
| Finlândia | 250 000 |
| Suécia | 250 000 |
| Reino Unido | 1 419 811 ⁽⁵⁾ |

⁽¹⁾ Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1454/2001.

⁽²⁾ Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1452/2001.

⁽³⁾ Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1453/2001.

⁽⁴⁾ A ajustar quando o Regulamento (CE) n.º 1017/94 deixar de vigorar.

⁽⁵⁾ Este limite máximo será temporariamente aumentado em 100 000, para 1 519 811, até que os animais vivos com menos de 6 meses de idade possam ser exportados.

— 54,34 euros por animal abatido durante o período compreendido entre a 16.^a e a 17.^a semanas do ano,

— 36,23 euros por animal abatido durante o período compreendido entre a 18.^a e a 21.^a semanas do ano, e

— 18,11 euros por animal abatido durante o período compreendido entre a 22.^a e a 23.^a semanas do ano.

3. Quando a taxa referida na alínea b) do n.º 1 não for atingida, tendo em conta o penúltimo período do mesmo número, os Estados-Membros cujos agricultores tenham beneficiado anteriormente do prémio de dessazonalização podem decidir conceder este prémio à taxa de 60 % dos montantes fixados no n.º 2.

Nesse caso, o Estado-Membro em questão:

a) Pode decidir limitar esta concessão aos 2 ou 3 primeiros períodos acima referidos;

b) Deve assegurar que a medida seja financeiramente neutra relativamente ao mesmo ano orçamental, reduzindo em conformidade:

— o montante do prémio especial aplicável à segunda classe etária de bois nele concedido, e/ou

— os pagamentos complementares a efectuar nos termos da secção 2; e informará a Comissão da medida de redução aplicada.

Para efeitos da aplicação dessa medida, os territórios da Irlanda e da Irlanda do Norte são considerados conjuntamente para o cálculo do limiar referido na alínea a) do n.º 1 e, portanto, para o benefício do prémio.

4. Os abates efectuados durante o segundo ano anterior ao do abate do animal que beneficia do prémio são tidos em conta para a verificação da superação das percentagens referidas no presente artigo.

Artigo 124.º

Prémio de dessazonalização

1. Em caso de aplicação do artigo 71.º, sempre que, num Estado-Membro, o número de bois:

a) Abatidos num dado ano seja superior a 60 % do conjunto dos abates anuais de bovinos machos; e

b) Abatidos durante o período compreendido entre 1 de Setembro e 30 de Novembro de um dado ano seja superior a 35 % do conjunto dos abates anuais de bois,

os agricultores podem beneficiar, a seu pedido, de um prémio adicional ao prémio especial (prémio de dessazonalização). Todavia, se ambos os limiares de desencadeamento acima referidos forem atingidos na Irlanda ou na Irlanda do Norte, o prémio deve ser aplicado na Irlanda e na Irlanda do Norte.

Para efeitos da aplicação do presente artigo ao Reino Unido, a Irlanda do Norte é considerada uma entidade separada.

2. O montante do prémio é fixado em:

— 72,45 euros por animal abatido durante as primeiras quinze semanas do ano,

Artigo 125.º

Prémio por vaca em aleitamento

1. O agricultor que possua vacas em aleitamento na sua exploração pode beneficiar, a seu pedido, de um prémio para a manutenção do efectivo de vacas em aleitamento (prémio por vaca em aleitamento). Este prémio será concedido dentro dos limites máximos individuais, por ano civil e por agricultor.

2. O prémio por vaca em aleitamento é concedido ao agricultor que:

a) Não forneça leite nem produtos lácteos provenientes da sua exploração durante 12 meses a contar da data de apresentação do pedido.

Todavia, o fornecimento de leite ou de produtos lácteos efectuado directamente da exploração ao consumidor não impede a concessão do prémio;

- b) Forneça leite ou produtos lácteos cuja quantidade de referência individual total prevista no artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 3950/92 não exceda 120 000 quilogramas. Todavia, os Estados-Membros podem decidir, com base em critérios objectivos a determinar por eles próprios, alterar ou renunciar a aplicar esse limite quantitativo,

desde que o agricultor detenha, durante pelo menos seis meses consecutivos a contar da data de apresentação do pedido, um número de vacas em aleitamento pelo menos igual a 60 % e um número de novilhas igual, no máximo, a 40 % do número de animais em relação ao qual foi pedido o prémio.

Para a determinação do número de animais elegíveis nos termos das alíneas a) e b) do primeiro parágrafo, a pertença das vacas a um efectivo em aleitamento ou a um efectivo leiteiro é estabelecida com base na quantidade de referência individual do beneficiário definida no n.º 2 do artigo 95.º e no rendimento médio de leite.

3. O direito ao prémio por agricultor é limitado pela aplicação de um limite máximo individual definido no artigo 126.º

4. Por animal elegível, o montante do prémio é de 200 euros.

5. Em caso de aplicação da subalínea i) da alínea a) do artigo 68.º, os Estados-Membros podem conceder um prémio nacional suplementar por vaca em aleitamento, até ao máximo de 50 euros por animal, desde que tal não implique qualquer discriminação entre os criadores no Estado-Membro em questão.

No que se refere às explorações situadas nas regiões definidas nos artigos 3.º e 6.º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, que estabelece disposições gerais sobre os Fundos Estruturais ⁽¹⁾, os primeiros 24,15 euros por animal deste prémio suplementar são financiados pela secção «Garantia» do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA).

No que se refere às explorações situadas no conjunto do território de um Estado-Membro, a secção «Garantia» do FEOGA financia o prémio suplementar na totalidade, se o Estado-Membro em questão possuir uma elevada proporção de vacas em aleitamento que representem, pelo menos, 30 % do número total de vacas, e se, pelo menos, 30 % dos bovinos machos abatidos pertencerem às classes de conformação S e E. Qual-

quer superação destas percentagens é determinada com base na média dos dois anos anteriores àquele para o qual é concedido o prémio.

6. Para efeitos do presente artigo, só são tomadas em consideração as novilhas pertencentes a uma raça de orientação «carne» ou resultantes de um cruzamento com uma dessas raças e que façam parte de um efectivo destinado à criação de vitelos para produção de carne.

Artigo 126.º

Limite máximo individual para as vacas em aleitamento

1. É concedida, a cada agricultor que possua vacas em aleitamento, uma ajuda dentro dos limites máximos nacionais estabelecidos ao abrigo do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999.

2. Os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para assegurar que a soma dos direitos ao prémio nos seus territórios não exceda os limites máximos nacionais previstos no n.º 5 do presente artigo e que possam ser mantidas as reservas nacionais referidas no artigo 128.º

3. Sempre que exija uma redução dos limites máximos individuais dos agricultores, o ajustamento referido no n.º 2 é efectuado sem pagamento compensatório e decidido com base em critérios objectivos, incluindo nomeadamente:

- a taxa de utilização pelos agricultores dos seus limites máximos individuais durante os três anos de referência anteriores a 2000,
- a realização de um programa de investimento ou de extensão no sector da carne de bovino,
- circunstâncias naturais especiais ou a aplicação de sanções, de que resulte o não pagamento ou um pagamento reduzido do prémio durante, pelo menos, um ano de referência,
- outras circunstâncias excepcionais que tenham por efeito que os pagamentos efectuados relativamente a um ano de referência, pelo menos, não correspondam à situação real determinada para os anos anteriores.

4. Os direitos ao prémio que tenham sido retirados por força das medidas previstas no n.º 2 são abolidos.

⁽¹⁾ JO L 161 de 26.6.1999, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1105/2003 (JO L 158 de 27.6.2003, p. 3).

5. São aplicáveis os limites máximos nacionais a seguir indicados:

| | |
|--|-----------|
| Bélgica | 394 253 |
| Dinamarca | 112 932 |
| Alemanha | 639 535 |
| Grécia | 138 005 |
| Espanha ⁽¹⁾ | 1 441 539 |
| França ⁽²⁾ | 3 779 866 |
| Irlanda | 1 102 620 |
| Itália | 621 611 |
| Luxemburgo | 18 537 |
| Países Baixos | 63 236 |
| Áustria | 375 000 |
| Portugal ⁽³⁾ ⁽⁴⁾ | 416 539 |
| Finlândia | 55 000 |
| Suécia | 155 000 |
| Reino Unido | 1 699 511 |

⁽¹⁾ Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1454/2001.

⁽²⁾ Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1452/2001.

⁽³⁾ Sem prejuízo das regras específicas previstas no Regulamento (CE) n.º 1453/2001.

⁽⁴⁾ A aumentar no valor dos prémios resultantes da aplicação desse regulamento em 2003 e 2004, quando o Regulamento (CE) n.º 1017/94 deixar de vigorar.

Artigo 127.º

Transferência dos direitos ao prémio por vaca em aleitamento

1. Sempre que um agricultor venda ou de outro modo transfira a sua exploração, pode transferir todos os seus direitos ao prémio por vaca em aleitamento para a pessoa que retoma a exploração. O agricultor pode também transferir, total ou parcialmente, os seus direitos para outros agricultores sem transferir a exploração.

Em caso de transferência dos direitos ao prémio sem transferência da exploração, uma parte dos direitos transferidos, não superior a 15 %, é devolvida, sem pagamento compensatório, à reserva nacional do Estado-Membro em que esteja situada a exploração, para redistribuição gratuita.

2. Os Estados-Membros:

a) Devem tomar as medidas necessárias para evitar que os direitos ao prémio sejam transferidos para fora de zonas

ou de regiões sensíveis em que a produção de carne de bovino seja especialmente importante para a economia local;

b) Podem prever que a transferência dos direitos sem transferência da exploração seja efectuada directamente entre agricultores ou por intermédio da reserva nacional.

3. Os Estados-Membros podem autorizar, antes de uma data por eles fixada, transferências temporárias de uma parte dos direitos ao prémio que não se destinem a ser utilizados pelo agricultor que os detém.

Artigo 128.º

Reserva nacional de direitos ao prémio por vaca em aleitamento

1. Cada Estado-Membro mantém uma reserva nacional de direitos ao prémio por vaca em aleitamento.

2. Os direitos ao prémio retirados nos termos do n.º 1 do artigo 127.º ou de outras disposições comunitárias são acrescentados à reserva nacional, sem prejuízo do n.º 4 do artigo 126.º

3. Os Estados-Membros utilizam as suas reservas nacionais para a atribuição, dentro dos limites dessas reservas, de direitos ao prémio, em especial aos produtores que se iniciem na profissão, aos jovens agricultores e a outros agricultores prioritários.

Artigo 129.º

Novilhas

1. Em derrogação do n.º 3 do artigo 125.º, os Estados-Membros em que mais de 60 % das vacas em aleitamento e das novilhas sejam mantidas em zonas de montanha, na acepção do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1257/1999, podem decidir gerir a concessão do prémio por vaca em aleitamento separadamente para as novilhas e para as vacas em aleitamento, dentro de um limite máximo nacional distinto a determinar pelo Estado-Membro em questão.

Esse limite máximo nacional distinto não deve exceder 40 % do limite máximo nacional do Estado-Membro em questão, previsto no n.º 5 do artigo 126.º, devendo este ser reduzido num montante equivalente ao limite máximo nacional distinto. Sempre que, num Estado-Membro que exerça a faculdade prevista no presente número, o número total de novilhas para as quais tenha sido apresentado um pedido e que preencham as condições para a concessão do prémio por vaca em aleitamento exceda o limite máximo nacional distinto, o número de novilhas elegíveis, por agricultor, durante o ano em questão, é reduzido proporcionalmente.

2. Para efeitos do presente artigo, só são tomadas em consideração as novilhas pertencentes a uma raça de orientação «carne» ou resultantes de um cruzamento com uma dessas raças.

Artigo 130.º**Prémio ao abate**

1. O agricultor que possua bovinos na sua exploração pode beneficiar, a seu pedido, de um prémio ao abate. Este prémio é concedido aquando do abate de animais elegíveis ou da sua exportação para um país terceiro, dentro de limites máximos nacionais a determinar.

São elegíveis para o prémio ao abate:

- a) Os touros, bois, vacas e novilhas a partir dos oito meses de idade;
- b) Os vitelos com mais de um mês e menos de oito meses de idade e um peso de carcaça até 185 kg,

desde que tenham estado na posse do agricultor durante um período a determinar.

2. O montante do prémio é de:

- a) 80 euros por animal elegível nos termos da alínea a) do n.º 1;
- b) 50 euros por animal elegível nos termos da alínea b) do n.º 1.

3. Os limites máximos nacionais a que se refere o n.º 1 são fixados por Estado-Membro e separadamente para os dois grupos de animais especificados nas alíneas a) e b) do mesmo número. Cada limite máximo é igual ao número de animais de cada um desses dois grupos que, em 1995, tenham sido abatidos no Estado-Membro em questão, acrescido dos animais exportados para países terceiros, de acordo com os dados do Eurostat ou com quaisquer outras informações estatísticas oficiais publicadas relativamente a esse ano e aceites pela Comissão.

4. Sempre que, num determinado Estado-Membro, o número total de animais para os quais tenha sido apresentado um pedido relativamente a um dos dois grupos de animais especificados nas alíneas a) e b) do n.º 1 e que preencham as condições para a concessão do prémio ao abate exceda o limite máximo nacional previsto para esse grupo, o número de todos os animais elegíveis nesse grupo, por agricultor, durante o ano em questão, é reduzido proporcionalmente.

Artigo 131.º**Factor de densidade**

1. Em caso de aplicação do artigo 71.º, o número total dos animais que podem beneficiar do prémio especial e do prémio por vaca em aleitamento fica sujeito à aplicação de um factor de densidade dos animais na exploração, de duas cabeças normais (CN) por hectare e por ano civil. A partir de 1 de Janeiro

de 2003, o factor de densidade é de 1,8 CN. Este factor é expresso em número de CN, em relação à superfície forrageira da exploração consagrada à alimentação dos animais nela presentes. No entanto, os agricultores ficam dispensados da aplicação do factor de densidade sempre que o número de animais presentes na exploração e a ser considerado na determinação do factor de densidade não exceda 15 CN.

2. Para a determinação do factor de densidade na exploração, devem ser tidos em conta:

- a) Os bovinos machos, as vacas em aleitamento e as novilhas, os ovinos e/ou os caprinos relativamente aos quais tenham sido apresentados pedidos de prémio, assim como as vacas leiteiras necessárias para produzir a quantidade total de referência de leite atribuída ao agricultor. A conversão do número de animais assim obtido em CN é feita por intermédio da tabela de conversão a seguir indicada.

| | |
|--|---------|
| Bovinos machos e novilhas com mais de 24 meses de idade, vacas em aleitamento, vacas leiteiras | 1,0 CN |
| Bovinos machos e novilhas com idade entre os 6 e os 24 meses | 0,6 CN |
| Ovinos | 0,15 CN |
| Caprinos | 0,15 CN |

- b) A superfície forrageira, na acepção de superfície da exploração disponível durante todo o ano civil para a criação de bovinos e de ovinos e/ou caprinos. Não se incluem nesta superfície:

- os edifícios, os bosques, os lagos e os caminhos,
- as superfícies utilizadas para outras culturas elegíveis para ajuda comunitária ou para culturas permanentes ou culturas hortícolas, com excepção das pastagens permanentes para as quais sejam concedidos pagamentos por superfície nos termos do artigo 136.º ou, se for caso disso, do artigo 96.º
- as superfícies elegíveis para o sistema de apoio aos agricultores que produzem determinadas culturas arvenses, utilizadas a título do regime de ajuda às forragens secas ou sujeitas a um programa nacional ou comunitário de retirada de terras da produção.

A superfície forrageira inclui as superfícies utilizadas em comum e as sujeitas a cultura mista.

Artigo 132.º**Pagamento por extensificação**

1. Em caso de aplicação do artigo 71.º, os agricultores que beneficiem do prémio especial e/ou do prémio por vaca em aleitamento podem beneficiar de um pagamento por extensificação.

2. O pagamento por extensificação é de 100 euros por prémio especial e por prémio por vaca em aleitamento concedido, desde que, durante o ano civil em causa, o factor de densidade na exploração em questão seja inferior ou igual a 1,4 CN/ha.

Contudo, os Estados-Membros podem decidir conceder o pagamento por extensificação num montante de 40 euros, para um factor de densidade igual ou superior a 1,4 CN/ha e inferior ou igual a 1,8 CN/ha, e num montante de 80 euros, para um factor de densidade inferior a 1,4 CN/ha.

3. Para efeitos do n.º 2:

- a) Em derrogação da alínea a) do n.º 2 do artigo 131.º, o factor de densidade na exploração é determinado tendo em conta os bovinos machos, as vacas e as novilhas nela presentes durante o ano civil em causa, bem como os ovinos e/ou caprinos para os quais tenham sido apresentados pedidos de prémio relativamente ao mesmo ano civil. O número de animais é convertido em CN com recurso à tabela de conversão constante da alínea a) do n.º 2 do artigo 131.º
- b) Sem prejuízo do terceiro travessão da alínea b) do n.º 2 do artigo 131.º, não são consideradas superfícies forrageiras as superfícies utilizadas para a produção de culturas arvenses como definidas no Anexo IX.
- c) A superfície forrageira a tomar em consideração para o cálculo do factor de densidade é constituída por, pelo menos, 50 % de terrenos de pastagem.

Cada Estado-Membro define o que entende por «terreno de pastagem», devendo esta definição incluir, pelo menos, o critério segundo o qual os terrenos de pastagem são prados que, atendendo às práticas agrícolas locais, são reconhecidos como destinados à pastagem de bovinos e/ou ovinos. Contudo, tal não exclui a utilização mista desses terrenos (pastagem, feno, forragem de ensilagem) durante o mesmo ano.

4. Sem prejuízo dos requisitos relativos ao factor de densidade referidos no n.º 2 do presente artigo, os agricultores dos Estados-Membros em que mais de 50 % da produção de leite seja realizada em zonas de montanha, na acepção do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1257/1999, e cujas explorações estejam situadas nessas zonas, podem receber pagamentos por extensificação nos termos previstos no n.º 2 do presente artigo para as vacas leiteiras que possuam nessas explorações.

5. Se necessário e nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, a Comissão ajusta os montantes previstos no n.º 2, tendo especialmente em conta o número de animais com direito ao pagamento relativamente ao ano civil anterior.

Artigo 133.º

Pagamentos complementares

1. Em caso de aplicação do artigo 71.º, os Estados-Membros devem efectuar anualmente, nos seus territórios, pagamentos complementares aos agricultores, num total equivalente aos

montantes globais previstos no n.º 3 do presente artigo. Estes pagamentos são efectuados segundo critérios objectivos, que incluam nomeadamente as estruturas e as condições de produção relevantes, e de uma forma que garanta a igualdade de tratamento dos agricultores e evite distorções de mercado e de concorrência. Além disso, os pagamentos não devem depender das flutuações dos preços de mercado.

2. Os pagamentos complementares podem ser efectuados sob a forma de pagamentos por cabeça e/ou de pagamentos por superfície.

3. São aplicáveis os montantes globais a seguir indicados:

| | |
|---------------|------|
| Bélgica | 39,4 |
| Dinamarca | 11,8 |
| Alemanha | 88,4 |
| Grécia | 3,8 |
| Espanha | 33,1 |
| França | 93,4 |
| Irlanda | 31,4 |
| Itália | 65,6 |
| Luxemburgo | 3,4 |
| Países Baixos | 25,3 |
| Áustria | 12,0 |
| Portugal | 6,2 |
| Finlândia | 6,2 |
| Suécia | 9,2 |
| Reino Unido | 63,8 |

Artigo 134.º

Pagamentos por cabeça

1. Os pagamentos por cabeça podem ser concedidos em relação a:

- a) Bovinos machos;
- b) Vacas em aleitamento;
- c) Vacas leiteiras;
- d) Novilhas.

2. Os pagamentos por cabeça podem ser concedidos sob a forma de montantes suplementares por unidade de prémio ao abate previsto no artigo 130.º, excepto para os vitelos. Nos outros casos, a concessão de pagamentos por cabeça fica sujeita:

- a) Às condições especiais do artigo 135.º;

b) A requisitos específicos relativos ao factor de densidade dos animais, a definir pelos Estados-Membros.

3. Os requisitos específicos relativos ao factor de densidade dos animais são definidos:

- com base na superfície forrageira referida na alínea b) do n.º 2 do artigo 131.º, com excepção todavia das superfícies para as quais são concedidos pagamentos nos termos do artigo 136.º,
- tendo especialmente em conta o impacto ambiental do tipo de produção em questão, a sensibilidade ambiental das terras utilizadas para a criação de bovinos e as medidas aplicadas para estabilizar ou melhorar a situação dessas terras do ponto de vista ambiental.

Artigo 135.º

Condições para os pagamentos por cabeça

1. Os pagamentos por cabeça para os bovinos machos podem ser concedidos por ano civil, num Estado-Membro, relativamente a um número máximo de animais:

- igual ao limite máximo regional do Estado-Membro em questão estabelecido no n.º 8 do artigo 123.º, ou
- igual ao número de bovinos machos que beneficiaram do prémio em 1997, ou
- igual ao número médio de abates de bovinos machos durante os anos de 1997, 1998 e 1999, de acordo com os dados do Eurostat ou com quaisquer outras informações estatísticas oficiais publicadas relativamente a esses anos e aceites pela Comissão.

Os Estados-Membros podem igualmente prever um limite do número de cabeças de bovinos machos por exploração a determinar por cada Estado-Membro a nível nacional ou regional.

Só são elegíveis os bovinos machos a partir dos 8 meses de idade. Se os pagamentos por cabeça forem efectuados aquando do abate, os Estados-Membros podem decidir substituir essa condição por um peso-carcaça mínimo de 180 quilogramas.

2. Os pagamentos por cabeça para as vacas em aleitamento e as novilhas elegíveis para o prémio por vaca em aleitamento nos termos do n.º 4 do artigo 125.º e do artigo 129.º só podem ser concedidos sob a forma de montante suplementar por unidade de prémio por vaca em aleitamento previsto no n.º 4 do artigo 125.º

3. Os pagamentos por cabeça para as vacas leiteiras só podem ser concedidos sob a forma de montante por tonelada de quantidade de referência elegível para o prémio e disponível na exploração, a determinar nos termos do n.º 2 do artigo 95.º

A alínea b) do n.º 2 do artigo 134.º não é aplicável.

4. Os pagamentos por cabeça para as novilhas que não as referidas no n.º 2 podem ser concedidos por Estado-Membro e por ano civil relativamente a um número máximo de novilhas igual ao número médio de abates de novilhas durante os anos de 1997, 1998 e 1999, de acordo com os dados do Eurostat ou com quaisquer outras informações estatísticas oficiais publicadas relativamente a esses anos e aceites pela Comissão.

Artigo 136.º

Pagamentos por superfície

1. Os pagamentos por superfície são concedidos por hectare de pastagens permanentes:

- a) De que o agricultor disponha durante o ano civil em questão;
- b) Que não seja utilizado para cumprir os requisitos específicos relativos ao factor de densidade dos animais referidos no n.º 3 do artigo 134.º;
- c) Relativamente ao qual não sejam pedidos, para o mesmo ano, pagamentos a título do sistema de apoio aos agricultores que produzem determinadas culturas arvenses, do regime de ajuda às forragens secas e de regimes comunitários de ajuda para outras culturas permanentes ou hortícolas.

2. A superfície de pastagens permanentes numa região relativamente à qual podem ser concedidos pagamentos por superfície não excede a superfície de base regional correspondente.

As superfícies de base regionais são estabelecidas pelos Estados-Membros com base no número médio de hectares de pastagens permanentes disponíveis para a criação de bovinos em 1995, 1996 e 1997.

3. O pagamento máximo por superfície que pode ser concedido, incluindo, se for caso disso, os pagamentos por superfície efectuados nos termos do artigo 96.º, não pode exceder 350 euros por hectare.

Artigo 137.º

Transmissão de informações

Todas as alterações das disposições nacionais relativas à concessão de pagamentos complementares devem ser comunicadas à Comissão o mais tardar um mês a contar da data da sua adopção.

Artigo 138.º

Disposições comuns

O animais devem ser identificados e registados nos termos do Regulamento (CE) n.º 1760/2000, para poderem beneficiar pagamentos directos previstos no presente capítulo.

Artigo 139.º

Limites máximos

O total dos montantes de cada um dos pagamentos directos pedidos nos termos do presente Capítulo não pode exceder um limite máximo, fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, correspondente à componente de cada um desses pagamentos directos no limite máximo referido no artigo 41.º

Quando o montante total das ajudas pedidas ultrapassar o limite máximo fixado, a ajuda por agricultor deve ser reduzida proporcionalmente no ano em questão.

Artigo 140.º

Substâncias proibidas nos termos da Directiva 96/22/CE do Conselho

1. Sempre que, em aplicação da Directiva 96/23/CE ⁽¹⁾, seja detectada a presença de resíduos de substâncias proibidas nos termos da Directiva 96/22/CE ⁽²⁾ ou de resíduos de substâncias autorizadas nos termos desta directiva, mas utilizadas ilegalmente, num animal pertencente ao efectivo bovino de um agricultor, ou sempre que seja encontrada, na exploração de um agricultor, sob qualquer forma, uma substância ou um produto não autorizado ou uma substância ou um produto autorizado nos termos da Directiva 96/22/CE, mas detido ilegalmente, esse agricultor deve ser excluído, durante o ano civil da verificação dos factos, do benefício dos montantes previstos no presente Capítulo.

Em caso de reincidência, o período de exclusão pode, em função da gravidade da infracção, ser aumentado até cinco anos, a contar do ano em que foi verificada a reincidência.

2. Qualquer entrave do proprietário ou do detentor dos animais à aplicação dos planos nacionais de vigilância dos resíduos, aquando da realização das inspecções e das colheitas de amostras necessárias, ou aquando da realização das operações de inquérito e de controlo previstas na Directiva 96/23/CE, tem como consequência a aplicação das sanções previstas no n.º 1 do presente artigo.

⁽¹⁾ Directiva 96/23/CE do Conselho, de 29 de Abril de 1996, relativa às medidas de controlo a aplicar a certas substâncias e aos seus resíduos nos animais vivos e respectivos produtos e que revoga as Directivas 85/358/CEE e 86/469/CEE e as Decisões 89/187/CEE e 91/664/CEE (JO L 125 de 23.5.1996, p. 10). Directiva com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

⁽²⁾ Directiva 96/22/CE do Conselho, de 29 de Abril de 1996, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias β-agonistas em produção animal e que revoga as Directivas 81/602/CEE, 88/146/CEE e 88/299/CEE (JO L 125 de 23.5.1996, p. 3).

CAPÍTULO 13

AJUDA ÀS LEGUMINOSAS PARA GRÃO

Artigo 141.º

Âmbito de aplicação

Em caso de aplicação do artigo 71.º, os Estados-Membros em questão devem conceder uma ajuda à produção das seguintes leguminosas para grão:

- Lentilhas que não se destinem a sementeira, do código NC ex 0713 40 00;
- Grão-de-bico que não se destine a sementeira, do código NC ex 0713 20 00;
- Ervilhaca das espécies *Vicia sativa* L. e *Vicia ervilla* Willd., do código NC ex 0713 90 90, outras.

Artigo 142.º

Ajuda

1. A ajuda é concedida por campanha de comercialização, à produção das leguminosas para grão referidas no artigo 141.º. A campanha inicia-se em 1 de Julho e termina em 30 de Junho.

As parcelas de cultura que sejam objecto de um pedido de ajuda por hectare a título de um regime financiado nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1258/1999 ficam excluídas do benefício do pagamento da ajuda prevista pelo presente regime.

2. Sem prejuízo do artigo 143.º, o montante da ajuda por hectare de superfície semeada e colhida é de 181 euros por hectare.

Artigo 143.º

Limite máximo

O total das ajudas pedidas não pode exceder um limite máximo, fixado pela Comissão nos termos do n.º 2 do artigo 64.º, correspondente à componente dos pagamentos por superfície para as leguminosas para grão referidos no Anexo VI no limite máximo nacional referido no artigo 41.º

Quando o montante total das ajudas pedidas ultrapassar o limite máximo fixado, a ajuda por agricultor deve ser reduzida proporcionalmente no ano em questão.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 144.º

Comité de Gestão dos Pagamentos Directos

1. A Comissão é assistida pelo Comité de Gestão dos Pagamentos Directos, composto por representantes dos Estados-Membros e presidido pelo representante da Comissão.

2. Sempre que se faça referência ao presente número, são aplicáveis os artigos 4.º e 7.º da Decisão 1999/468/CE.

O prazo previsto no n.º 3 do artigo 4.º da Decisão 1999/468/CE é de um mês.

3. O Comité aprovará o seu regulamento interno.

Artigo 145.º

Regras de execução

As regras de execução do presente regulamento são adoptadas nos termos do n.º 2 do artigo 144.º e devem incluir, nomeadamente:

- a) Regras relativas ao estabelecimento de um sistema de aconselhamento agrícola;
- b) Regras relativas à definição dos critérios de atribuição dos montantes disponibilizados pela aplicação da modulação;
- c) Regras relativas à concessão das ajudas previstas no presente regulamento, incluindo condições de elegibilidade, datas de apresentação dos pedidos e de pagamento e disposições relativas ao controlo, bem como regras relativas à verificação e à atribuição dos direitos às ajudas, incluindo, eventualmente, o intercâmbio de dados com os Estados-Membros, assim como à determinação da superação das superfícies de base ou das superfícies máximas garantidas, e ainda regras relativas à retirada e à reatribuição dos direitos a prémio não utilizados estabelecidos nos termos dos Capítulos 11 e 12;
- d) Quanto ao regime de pagamento único, regras relativas, nomeadamente, ao estabelecimento da reserva nacional, à transferência de direitos, à definição de culturas permanentes, pastagens permanentes, terras agrícolas e prados, às opções previstas no Capítulo 5 do Título III e à lista de culturas autorizadas nas terras retiradas da produção, bem

como regras pormenorizadas relativas à observância do Memorando de Acordo relativo a certas sementes oleaginosas celebrado entre a Comunidade Económica Europeia e os Estados Unidos da América no âmbito do GATT, aprovado pela Decisão 93/355/CEE ⁽¹⁾;

- e) Quanto ao trigo duro, regras relativas às quantidades de sementes certificadas e às variedades reconhecidas;
- f) Quanto às culturas energéticas, regras relativas à definição das culturas abrangidas pelo regime, aos requisitos mínimos aplicáveis ao contrato e às medidas de controlo da quantidade transformada e da transformação na exploração;
- g) Quanto ao cânhamo destinado à produção de fibras, regras relativas às medidas de controlo específicas, bem como aos métodos a utilizar para a determinação do teor de tetrahidrocanabinol, incluindo as disposições relativas aos contratos e aos compromissos referidos no artigo 52.º;
- h) Eventuais alterações do Anexo I, atendendo aos critérios definidos no artigo 1.º;
- i) Eventuais alterações dos Anexos II, VI, VII, IX, X e XI atendendo, nomeadamente, à nova legislação comunitária e, no que diz respeito ao Anexo VIII, em caso de aplicação do artigo 62.º e, se for caso disso, em função das informações comunicadas pelos Estados-Membros relativamente à parte dos montantes de referência correspondente aos pagamentos para as culturas arvenses, assim como aos montantes dos próprios limites máximos, a aumentar em função da diferença entre a superfície efectivamente determinada e a superfície para a qual foram pagos prémios às culturas arvenses em 2000 e 2001, em aplicação dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Regulamento (CEE) n.º 3887/92 ⁽²⁾, dentro do limite das superfícies de base (ou da superfície máxima garantida no que respeita ao trigo duro) e tendo em conta o rendimento médio nacional utilizado para o cálculo do Anexo VIII;
- j) Os elementos de base do sistema de identificação das parcelas agrícolas e a respectiva definição;
- k) Eventuais alterações do pedido de ajuda e da dispensa da obrigação de apresentar um pedido de ajuda;

⁽¹⁾ JO L 147 de 18.6.1993, p. 25.

⁽²⁾ Regulamento (CEE) n.º 3887/92 da Comissão, de 23 de Dezembro de 1992, que estabelece as normas de execução do sistema integrado de gestão e de controlo relativo a determinados regimes de ajudas comunitárias (JO L 391 de 31.12.1992, p. 36). Regulamento revogado pelo Regulamento (CE) n.º 2419/2001 (JO L 327 de 12.12.2001, p. 11).

- l) Regras relativas às indicações mínimas que devem constar dos pedidos de ajudas;
- m) Regras relativas aos controlos administrativos e aos controlos *in loco* e por teledetecção;
- n) Regras relativas à aplicação das reduções e exclusões dos pagamentos em caso de incumprimento das obrigações referidas nos artigos 3.º e 24.º, incluindo aos casos de omissão da aplicação das reduções e exclusões;
- o) Eventuais alterações do Anexo V, atendendo aos critérios definidos no artigo 26.º;
- p) Comunicações entre os Estados-Membros e a Comissão;
- q) Medidas que sejam simultaneamente necessárias e devidamente justificadas para a resolução, em caso de emergência, de problemas práticos e específicos, nomeadamente os relacionados com a implementação do Capítulo 4 do Título II e do Capítulo 5 do Título III. Essas medidas podem estabelecer derrogações a determinadas partes do presente regulamento, mas apenas na medida e durante o período de tempo estritamente necessários.

Artigo 146.º

Transmissão de informações à Comissão

Os Estados-Membros devem transmitir à Comissão informações pormenorizadas quanto às medidas tomadas em execução do presente regulamento, nomeadamente dos seus artigos 5.º, 13.º, 42.º e 58.º

Artigo 147.º

Alterações dos Regulamentos (CEE) n.º 2019/93, (CE) n.º 1452/2001, (CE) n.º 1453/2001 e (CE) n.º 1454/2001

- 1) O artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 2019/93 passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 6.º

1. Em caso de aplicação da exclusão prevista no artigo 70.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores (*), a República Helénica deve apresentar à Comissão um programa destinado a apoiar as actividades tradicionais relacionadas com a produção de carne de bovino, de ovino e de caprino, dentro do limite das necessidades de consumo das ilhas menores do Mar Egeu.

O programa deve ser elaborado e executado pelas autoridades competentes designadas pelo Estado-Membro.

2. A Comunidade financia o programa até um montante anual igual à soma dos prémios efectivamente pagos em 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 1254/1999 (**), e do Regulamento (CE) n.º 2529/2001 (***) e do presente regulamento para os produtores estabelecidos nas ilhas menores do Mar Egeu.

A Comissão aumentará esse montante por forma a ter em conta a evolução da produção local. Todavia, o montante anual nunca poderá ser superior à soma dos limites máximos aplicáveis em 2003 para os prémios à carne de bovino nos termos do presente regulamento, multiplicados pelos montantes dos prémios e pagamentos de base e complementares aplicáveis em 2003, e de todos os direitos a prémios detidos pelos produtores estabelecidos nas ilhas menores do Mar Egeu em 30 de Junho de 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 2529/2001, mais a proporção pertinente da reserva nacional, multiplicados pelos prémios e pagamentos aplicáveis em 2003.

3. A Comissão adopta as regras de execução, aprova e modifica o programa e fixa e aumenta o montante referido no primeiro parágrafo do n.º 2 do presente artigo, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003. A Comissão pode, nos termos do mesmo artigo rever o limite referido no segundo parágrafo do n.º 2.

4. Anualmente, até 15 de Abril, as autoridades gregas devem apresentar um relatório sobre a implementação do programa.

(*) JO L 270 de 21.10.2003, p. 1.

(**) JO L 160 de 26.6.1999, p. 21. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

(***) JO L 341 de 22.12.2001, p. 3.

- 2) O artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1452/2001 passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 9.º

1. Em caso de aplicação da exclusão prevista no artigo 70.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores (*), França deve apresentar à Comissão programas destinados a apoiar as actividades tradicionais e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino, de ovino e de caprino dentro do limite das necessidades de consumo dos departamentos franceses ultramarinos.

Os programas devem ser elaborados e executados pelas autoridades competentes designadas pelo Estado-Membro.

2. A Comunidade financia os programas até um montante anual igual à soma dos prémios efectivamente pagos em 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 1254/1999 (**), e do Regulamento (CE) n.º 2529/2001 (***) e do presente regulamento para os produtores estabelecidos nos departamentos franceses ultramarinos.

A Comissão aumentará esse montante por forma a ter em conta a evolução da produção local. Todavia, o montante anual nunca poderá ser superior à soma dos limites máximos aplicáveis em 2003 para os prémios à carne de bovino nos termos do presente regulamento, multiplicados pelos montantes dos prémios e pagamentos de base e complementares aplicáveis em 2003, e de todos os direitos a prémios detidos pelos produtores estabelecidos nos departamentos franceses ultramarinos em 30 de Junho de 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 2529/2001, mais a proporção pertinente da reserva nacional, multiplicados pelos prémios e pagamentos aplicáveis em 2003.

3. A Comissão adopta as regras de execução, aprova e modifica os programas e fixa e aumenta o montante referido no primeiro parágrafo do n.º 2 do presente artigo, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003. A Comissão pode, nos termos do mesmo artigo, rever o limite referido no segundo parágrafo do n.º 2.

4. Anualmente, até 15 de Abril, as autoridades francesas devem apresentar um relatório sobre a implementação dos programas.

(*) JO L 270 de 21.10.2003, p. 1.

(**) JO L 160 de 26.6.1999, p. 21. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

(***) JO L 341 de 22.12.2001, p. 3.º.

3) O Regulamento (CE) n.º 1453/2001 é alterado do seguinte modo:

a) O artigo 13.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 13.º

1. Em caso de aplicação da exclusão prevista no artigo 70.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores (*), a República Portuguesa deve apresentar à Comissão um programa destinado a apoiar as actividades tradicionais e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino, de ovino e de caprino dentro do limite das necessidades de consumo da Madeira.

O programa deve ser elaborado e executado pelas autoridades competentes designadas pelo Estado-Membro.

2. A Comunidade financia o programa até um montante anual igual à soma dos prémios efectivamente pagos em 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 1254/1999 (**), do Regulamento (CE) n.º 2529/2001 (***) e do presente regulamento para os produtores estabelecidos na Madeira.

A Comissão aumentará esse montante por forma a ter em conta a evolução da produção local. Todavia, o montante anual nunca poderá ser superior à soma dos limites máximos aplicáveis em 2003 para os prémios à carne de bovino nos termos do presente regulamento, multiplicados pelos montantes dos prémios e pagamentos de base e complementares aplicáveis em 2003, e de todos os direitos a prémios detidos pelos produtores estabelecidos na Madeira em 30 de Junho de 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 2529/2001, mais a proporção pertinente da reserva nacional, multiplicados pelos prémios e pagamentos aplicáveis em 2003.

3. A Comissão adopta as regras de execução, aprova e modifica o programa e fixa e aumenta o montante referido no primeiro parágrafo do n.º 2 do presente artigo, nos termos do procedimento previsto no n.º 2 do artigo 144.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003. A Comissão pode, nos termos do mesmo artigo, rever o limite referido no segundo parágrafo do n.º 2.

4. Anualmente, até 15 de Abril, as autoridades da República Portuguesa devem apresentar um relatório sobre a implementação do programa.

(*) JO L 270 de 21.10.2003, p. 1.

(**) JO L 160 de 26.6.1999, p. 21. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

(***) JO L 341 de 22.12.2001, p. 3.º.

b) No artigo 22.º, os n.ºs 2 a 5.º passam a ter a seguinte redacção:

«2. Em caso de aplicação da exclusão prevista no artigo 70.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, a República Portuguesa deve apresentar à Comissão um programa destinado a apoiar as actividades tradicionais e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino, de ovino e de caprino.

O programa deve ser elaborado e executado pelas autoridades competentes designadas pelo Estado-Membro.

3. A Comunidade financia o programa até um montante anual igual à soma dos prémios efectivamente pagos em 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 1254/1999, do Regulamento (CE) n.º 2529/2001 e do presente regulamento para os produtores estabelecidos nos Açores.

A Comissão aumentará esse montante por forma a ter em conta a evolução da produção local. Todavia, o montante anual nunca poderá ser superior à soma dos limites máximos aplicáveis em 2003 para os prémios à carne de bovino nos termos do presente regulamento, multiplicados pelos montantes dos prémios e pagamentos de base e complementares aplicáveis em 2003, e de todos os direitos a prémios detidos pelos produtores estabelecidos nos Açores em 30 de Junho de 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 2529/2001 e do Regulamento (CE) n.º 1254/1999 para as vacas em aleitamento, mais as proporções pertinentes das reservas nacionais, multiplicados pelos prémios e pagamentos aplicáveis em 2003.

Em caso de aplicação da subalínea i) da alínea a) do artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, as autoridades da República Portuguesa podem aumentar o limite máximo para as vacas em aleitamento no que respeita aos Açores mediante transferência dos direitos ao prémio por vaca em aleitamento a partir do limite máximo nacional. Neste caso, o montante correspondente será transferido do limite máximo fixado em aplicação da subalínea i) da alínea a) do artigo 68.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003 para o limite máximo referido no segundo parágrafo do n.º 3 do presente artigo.

4. A Comissão adopta as regras de execução, aprova e modifica o programa e fixa e aumenta o montante referido no primeiro parágrafo do n.º 3, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003. A Comissão pode rever o limite referido no segundo parágrafo do n.º 2, nos termos do mesmo artigo.

5. Anualmente, até 15 de Abril, as autoridades da República Portuguesa devem apresentar um relatório sobre a implementação do programa.»

c) É revogado o n.º 6 do artigo 22.º

d) O artigo 23.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 23.º

Durante um período transitório que abrange as campanhas de 1999/2000 a 2004/2005, para efeitos da reatribuição da imposição suplementar aos produtores referidos no n.º 1, segundo período, do artigo 2.º do Regulamento (CEE) n.º 3950/92 (*), só são considerados como tendo contribuído para o excedente os produtores, definidos na alínea c) do artigo 9.º do referido regulamento, estabelecidos nos Açores e aí exercendo a

sua actividade produtiva, que comercializem quantidades que excedam a sua quantidade de referência aumentada da percentagem determinada nos termos do terceiro parágrafo.

A imposição suplementar é devida para as quantidades que excedam a quantidade de referência assim aumentada após reatribuição, aos produtores referidos no primeiro parágrafo e proporcionalmente à quantidade de referência de que dispõe cada um deles, das quantidades não utilizadas compreendidas na margem resultante desse aumento.

A percentagem referida no primeiro parágrafo é igual à relação entre as quantidades de 73 000 toneladas, para o período de 1999/2000 a 2003/2004, e 61 500 toneladas, para a campanha de 2004/2005, e a soma das quantidades de referência disponíveis em cada exploração em 31 de Março de 2000 e aplica-se exclusivamente, em relação a cada produtor, às quantidades de referência de que o mesmo dispunha em 31 de Março de 2000.

(*) JO L 405 de 31.12.1992, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 572/2003 (JO L 82 de 29.3.2003, p. 20).».

4) O Regulamento (CE) n.º 1454/2001 é alterado do seguinte modo:

a) O artigo 5.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

1. Em caso de aplicação da exclusão prevista no artigo 70.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores (*), o Reino de Espanha deve apresentar à Comissão um programa destinado a apoiar as actividades tradicionais e a melhoria qualitativa da produção de carne de bovino, de ovino e de caprino dentro do limite das necessidades de consumo das ilhas Canárias.

O programa deve ser elaborado e executado pelas autoridades competentes designadas pelo Estado-Membro.

2. A Comunidade financia o programa até um montante anual igual à soma dos prémios efectivamente pagos em 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 1254/1999 (**), do Regulamento (CE) n.º 2529/2001 (***) e do presente regulamento para os produtores estabelecidos nas ilhas Canárias.

A Comissão aumentará esse montante por forma a ter em conta a evolução da produção local. Todavia, o montante anual nunca poderá ser superior à soma dos limites máximos aplicáveis em 2003 para os prémios à carne de bovino nos termos do presente regulamento, multiplicados pelos montantes dos prémios e pagamen-

tos de base e complementares aplicáveis em 2003, e de todos os direitos a prémios detidos pelos produtores estabelecidos nas ilhas Canárias em 30 de Junho de 2003 nos termos do Regulamento (CE) n.º 2529/2001, mais a proporção pertinente da reserva nacional, multiplicados pelos prémios e pagamentos aplicáveis em 2003.

3. A Comissão adopta as regras de execução, aprova e modifica o programa e fixa e aumenta o montante referido no primeiro parágrafo do n.º 2 do presente artigo, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003. A Comissão pode, nos termos do mesmo artigo, rever o limite referido no segundo parágrafo do n.º 2.

4. Anualmente, até 15 de Abril, as autoridades do Reino de Espanha deve apresentar um relatório sobre a implementação do programa.

(*) JO L 270 de 21.10.2003, p. 1.

(**) JO L 160 de 26.6.1999, p. 21. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 806/2003 (JO L 122 de 16.5.2003, p. 1).

(***) JO L 341 de 22.12.2001, p. 3.».

b) É revogado o artigo 6.º

Artigo 148.º

Alterações do Regulamento (CE) n.º 1868/94

O Regulamento (CE) n.º 1868/94 é alterado do seguinte modo:

1) É aditado o seguinte artigo:

«Artigo 4.ºA

O preço mínimo para as batatas destinadas ao fabrico de fécula de 178,31 euros por tonelada a partir da campanha de comercialização de 2004/2005.

Este preço é aplicável à quantidade de batata, entregue na fábrica, necessária para produzir uma tonelada de fécula.

O preço mínimo deve ser ajustado em função do teor de amido das batatas.».

2) O artigo 5.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 5.º

É pago às empresas produtoras de fécula de batata um prémio de 22,25 euros por tonelada de fécula pela quantidade

produzida até ao limite do respectivo contingente máximo referido no n.º 2 do artigo 2.º, desde que essas empresas tenham pago aos produtores de batata o preço mínimo referido no artigo 4.ºA em relação à quantidade de batata necessária para garantir a produção de fécula prevista no contingente.».

3) O artigo 7.º passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 7.º

Não está sujeita ao regime do presente regulamento a fécula de batata produzida por empresas não abrangidas pelo n.º 2 do artigo 2.º do presente regulamento e que comprem batata para a qual os produtores não beneficiem do pagamento previsto no artigo 93.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores (*).

(*) JO L 270 de 21.10.2003, p. 1.».

Artigo 149.º

Alterações do Regulamento (CE) n.º 1251/1999

O Regulamento (CE) n.º 1251/1999 é alterado do seguinte modo:

1) No artigo 4.º, o primeiro travessão do n.º 3 passa a ter a seguinte redacção:

«Para as proteaginosas:

— 63,00 euros/tonelada a partir da campanha de comercialização de 2004/2005.».

2) No n.º 4 do artigo 4.º, o montante de «19 euros/tonelada» é substituído por «24 euros/tonelada».

3) No artigo 5.º:

a) O primeiro parágrafo passa a ter a seguinte redacção:

«Para a campanha de comercialização de 2004/2005, é pago um complemento ao pagamento por superfície de 313 euros por hectare para a superfície semeada com trigo duro nas zonas de produção tradicionais enuncia-das no Anexo II, até ao limite fixado no Anexo III.»;

b) O quarto parágrafo passa a ter a seguinte redacção:

«Nas regiões em que a produção de trigo duro esteja bem estabelecida, com excepção das constantes do Anexo II, é concedida uma ajuda específica de 93 euros por hectare para a campanha de comercialização de 2004/2005, até ao limite do número de hectares indicado no Anexo IV.».

Artigo 150.º**Alterações do Regulamento (CE) n.º 1254/1999**

O Regulamento (CE) n.º 1254/1999 passa a ter a seguinte redacção:

- 1) No segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 10.º, a percentagem de «20 %» é substituída por «40 %».
- 2) No Anexo I, no quadro relativo ao prémio especial, o valor relativo à Áustria passa a ser de «373 400».
- 3) No Anexo II, no quadro relativo ao prémio por vaca em aleitamento, os valores relativos à Áustria e a Portugal passam a ser de «375 000» e «416 539», respectivamente.

Artigo 151.º**Alterações do Regulamento (CE) n.º 1673/2000**

O Regulamento (CE) n.º 1673/2000 é alterado do seguinte modo:

- 1) O artigo 1.º é alterado do seguinte modo:
 - a) A alínea a) do n.º 2 passa a ter a seguinte redacção:

«a) “Agricultor”, o agricultor tal como definido na alínea a) do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, de 29 de Setembro de 2003, que estabelece regras comuns para os regimes de apoio directo no âmbito da política agrícola comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores (*);
- (*) JO L 270 de 21.10.2003, p. 1.;
- b) No n.º 3, os termos «Regulamento (CE) n.º 1251/1999» são substituídos por «artigo 52.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003».
- 2) Nos primeiro e segundo travessões do n.º 2 do artigo 5.º, os termos «artigo 5.ºA do Regulamento (CE) n.º 1251/1999» são substituídos por «artigo 52.º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003».

Artigo 152.º**Alterações de outros regulamentos**

São revogadas as seguintes disposições:

- a) Artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2358/71;

- b) Artigos 3.º a 25.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999;
- c) Artigos 3.º a 11.º do Regulamento (CE) n.º 2529/2001.

Artigo 153.º**Revogações**

1. É revogado o Regulamento (CEE) n.º 3508/92. Esse regulamento continua, no entanto, a ser aplicável aos pedidos de pagamentos directos em relação aos anos civis anteriores a 2005.
2. É revogado o Regulamento (CE) n.º 1017/94 com efeitos a 1 de Janeiro de 2005.
3. São revogados os Regulamentos (CE) n.º 1577/96 e (CE) n.º 1251/1999. Esses regulamentos continuam, no entanto, a ser aplicáveis durante a campanha de comercialização de 2004/2005.
4. É revogado o Regulamento (CE) n.º 1259/1999 com efeitos a 1 de Maio de 2004. No entanto, os artigos 2.º-A e 11.º do Regulamento (CE) n.º 1259/1999, bem como, para efeitos de aplicação desses artigos, o Anexo do referido regulamento, continuam a ser aplicáveis até 31 de Dezembro de 2005. Além disso, os artigos 3.º, 4.º e 5.º, bem como, para efeitos de aplicação desses artigos, o Anexo do mesmo regulamento, continuam a ser aplicáveis até 31 de Dezembro de 2004.
5. As referências aos regulamentos revogados entendem-se como referências ao presente regulamento.

Artigo 154.º**Regras de transição relativas ao regime simplificado**

Sempre que um Estado-Membro aplique o regime simplificado referido no artigo 2.ºA do Regulamento (CE) n.º 1259/1999, são aplicáveis as seguintes disposições:

- a) O último ano para apresentação de novos pedidos pelos participantes é 2003;
- b) Os participantes continuam a receber o montante determinado a título do regime simplificado até 2005;
- c) Os Capítulos 1 e 2 do Título II do presente regulamento não são aplicáveis aos montantes concedidos a título do regime simplificado durante a participação nesse regime;
- d) Os agricultores que participem no regime simplificado não podem candidatar-se ao pagamento único enquanto participarem no referido regime. Se apresentarem um pedido a título do regime de pagamento único, o montante concedido a título do regime simplificado será incluído no montante de referência referido no artigo 37.º do presente regulamento, sendo calculado e ajustado de acordo com o Capítulo 2 do Título III do presente regulamento.

*Artigo 155.º***Outras regras de transição**

Podem ser adoptadas, nos termos do n.º 2 do artigo 144.º, outras medidas necessárias para facilitar a transição das disposições previstas nos regulamentos referidos nos artigos 152.º e 153.º para as previstas no presente regulamento, nomeadamente as relativas à aplicação dos artigos 4.º e 5.º e do Anexo do Regulamento (CE) n.º 1259/1999 e do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999, bem como aos planos de melhoria referidos no artigo 86.º do presente regulamento. Os regulamentos e artigos referidos nos artigos 152.º e 153.º continuam a ser aplicáveis para efeitos do estabelecimento dos montantes de referência referidos no Anexo VII.

*Artigo 156.º***Entrada em vigor e aplicação**

1. O presente regulamento entra em vigor no sétimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 29 de Setembro de 2003.

2. O presente regulamento é aplicável a partir da data de entrada em vigor, com as seguintes excepções:

- a) Os Capítulos 4 e 5 do Título II são aplicáveis aos pedidos de pagamento apresentados em relação ao ano civil de 2005 e aos anos subsequentes. Todavia, o n.º 2 do artigo 28.º é aplicável aos pedidos de pagamento apresentados nos termos dos Capítulos 1 a 7 do Título IV a partir de 1 de Janeiro de 2004.
- b) Os Capítulos 1, 2, 3 e 6 do Título IV e o artigo 149.º são aplicáveis a partir da campanha de comercialização de 2004/2005.
- c) Os Capítulos 4, 5 e 7 do Título IV e o artigo 150.º são aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2004.
- d) O Capítulo 1 do Título II, o artigo 20.º, o Título III, os Capítulos 8, 10, 11, 12 e 13 do Título IV e o artigo 147.º são aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2005, com excepção da alínea d) do n.º 3 do artigo 147.º, que é aplicável a partir de 1 de Abril de 2003.
- e) O Capítulo 9 do Título IV é aplicável a partir da campanha de comercialização de 2005/2006.
- f) Os artigos 151.º e 152.º são aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2005, com excepção da alínea a) do artigo 152.º, que é aplicável a partir da campanha de comercialização de 2005/2006.

Pelo Conselho

O Presidente

G. ALEMANNO

ANEXO I

Lista dos regimes de apoio que preenchem os critérios estabelecidos no artigo 1.º

| Sector | Base jurídica | Notas |
|--|--|--|
| Pagamento único | Título III do presente regulamento | Pagamento dissociado (ver Anexo VI) (*) |
| Trigo duro | Capítulo 1 do Título IV do presente regulamento | Ajuda por superfície (prémio à qualidade) |
| Proteaginosas | Capítulo 2 do Título IV do presente regulamento | Ajuda por superfície |
| Arroz | Capítulo 3 do Título IV do presente regulamento | Ajuda por superfície |
| Frutos de casca rija | Capítulo 4 do Título IV do presente regulamento | Ajuda por superfície |
| Culturas energéticas | Capítulo 5 do Título IV do presente regulamento | Ajuda por superfície |
| Batata para fécula | Capítulo 6 do Título IV do presente regulamento | Ajuda à produção |
| Leite e produtos lácteos | Capítulo 7 do Título IV do presente regulamento | Prémio aos produtos lácteos e pagamentos complementares |
| Culturas arvenses na Finlândia e em determinadas regiões da Suécia | Capítulo 8 do Título IV do presente regulamento (**) (****) | Ajuda regional específica para as culturas arvenses |
| Sementes | Capítulo 9 do Título IV do presente regulamento (**) (****) | Ajuda à produção |
| Culturas arvenses | Capítulo 10 do Título IV do presente regulamento (***) (****) | Ajuda por superfície, incluindo os pagamentos por retirada de terras, pagamentos para a silagem de forragem, os montantes complementares (**), o complemento e a ajuda específica para o trigo duro |
| Ovinos e caprinos | Capítulo 11 do Título IV do presente regulamento (***) (****) | Prémio por ovelha e por cabra, prémio complementar e determinados pagamentos complementares |
| Carne de bovino | Capítulo 12 do Título IV do presente regulamento (****) | Prémio especial (***), prémio de desazonalização, prémio por vaca em aleitamento (incluindo o pago por novilhas e o prémio nacional suplementar por vaca em aleitamento, quando co-financiado) (***), prémio ao abate (***), pagamento por extensificação, pagamentos complementares |
| Leguminosas para grão | Capítulo 13 do Título IV do presente regulamento (****) | Ajuda por superfície |
| Tipos específicos de agricultura e produção de qualidade | Artigo 69.º do presente regulamento (****) | |
| Forragens secas | 2.º parágrafo do n.º 2 do artigo 71.º do presente regulamento (****) | |
| Regime dos pequenos agricultores | Artigo 2.ºA Regulamento (CE) n.º 1259/1999 | Ajuda transitória por superfície para os agricultores que recebam menos de 1 250 euros |
| Azeite | N.º 1 do artigo 5.º Regulamento n.º 136/66/CEE | Ajuda à produção |

| Sector | Base jurídica | Notas |
|-------------------|---|---|
| Bicho-da-seda | Artigo 1.º Regulamento (CEE) n.º 845/72 | Ajuda de incentivo à criação |
| Bananas | Artigo 12.º Regulamento (CEE) n.º 404/93 | Ajuda à produção |
| Uvas secas | N.º 1 do artigo 7.º Regulamento (CE) n.º 2201/96 | Ajuda por superfície |
| Tabaco | Artigo 3.º Regulamento (CEE) n.º 2075/92 | Ajuda à produção |
| Lúpulo | Artigo 12.º Regulamento (CEE) n.º 1696/71 Regulamento (CE) n.º 1098/98 | Ajuda por superfície Pagamentos unicamente para a colocação em pousio temporário |
| POSEIDOM | Artigo 9.º (**) (****), n.º 2 do artigo 12.º e artigo 16.º Regulamento (CE) n.º 1452/2001 | Sectores: carne de bovino; açúcar; baunilha verde |
| POSEIMA | Artigos 13.º (**) (****), 16.º e 17.º e n.º 1 do artigo 28.º, artigo 21.º, n.ºs 2 a 4 (**) (****) e n.º 7 do artigo 22.º, artigos 27.º e 29.º e n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 30.º Regulamento (CE) n.º 1453/2001 | Sectores: carne de bovino; leite; batatas; açúcar; vime; ananás; tabaco; batatas de semente; chicória amarga; chá |
| POSEICAN | Artigos 5.º (**) (****), 9.º e 14.º Regulamento (CE) n.º 1454/2001 | Sectores: carne de bovino, de ovino e de caprino; batatas |
| Ilhas do Mar Egeu | Artigos 6.º (**) (****), 8.º, 11.º e 12.º Regulamento (CEE) n.º 2019/93 | Sectores: carne de bovino, batatas; azeitonas; mel |

(*) A partir de 1 de Janeiro de 2005 ou mais tarde, em caso de aplicação do artigo 71.º Para 2004 ou mais tarde, em caso de aplicação do artigo 71.º, os pagamentos directos referidos no Anexo VI estão incluídos no Anexo I, com excepção das forragens secas.

(**) Em caso de aplicação do artigo 70.º

(***) Em caso de aplicação dos artigos 66.º, 67.º e 68.º

(****) Em caso de aplicação do artigo 69.º

(*****) Em caso de aplicação do artigo 71.º

ANEXO II

Limites máximos nacionais referidos no n.º 2 do artigo 12.º*(em milhões de euros)*

| Estado-Membro | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---------------|------|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Bélgica | 4,7 | 6,2 | 7,7 | 7,7 | 7,7 | 7,7 | 7,7 | 7,7 |
| Dinamarca | 7,7 | 10,3 | 12,9 | 12,9 | 12,9 | 12,9 | 12,9 | 12,9 |
| Alemanha | 40,4 | 54,6 | 68,3 | 68,3 | 68,3 | 68,3 | 68,3 | 68,3 |
| Grécia | 40,4 | 53,9 | 67,4 | 67,4 | 67,4 | 67,4 | 67,4 | 67,4 |
| Espanha | 55,1 | 74,3 | 92,9 | 92,9 | 92,9 | 92,9 | 92,9 | 92,9 |
| França | 51,4 | 68,7 | 85,9 | 85,9 | 85,9 | 85,9 | 85,9 | 85,9 |
| Irlanda | 15,3 | 20,4 | 25,5 | 25,5 | 25,5 | 25,5 | 25,5 | 25,5 |
| Itália | 62,3 | 83,7 | 104,6 | 104,6 | 104,6 | 104,6 | 104,6 | 104,6 |
| Luxemburgo | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 |
| Países Baixos | 6,8 | 9,2 | 11,5 | 11,5 | 11,5 | 11,5 | 11,5 | 11,5 |
| Áustria | 12,4 | 17,1 | 21,3 | 21,3 | 21,3 | 21,3 | 21,3 | 21,3 |
| Portugal | 11,3 | 15,4 | 19,2 | 19,2 | 19,2 | 19,2 | 19,2 | 19,2 |
| Finlândia | 8,0 | 10,8 | 13,6 | 13,6 | 13,6 | 13,6 | 13,6 | 13,6 |
| Suécia | 6,6 | 8,8 | 11,0 | 11,0 | 11,0 | 11,0 | 11,0 | 11,0 |
| Reino Unido | 17,7 | 23,6 | 29,5 | 29,5 | 29,5 | 29,5 | 29,5 | 29,5 |

ANEXO III

Requisitos legais de gestão referidos nos artigos 3.º e 4.º

A. Aplicável a partir de 1.1.2005

Ambiente

| | | |
|----|--|---|
| 1. | Directiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens (JO L 103 de 25.4.1979, p. 1) | Artigo 3.º, n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 4.º, artigos 5.º, 7.º e 8.º |
| 2. | Directiva 80/68/CEE do Conselho, de 17 de Dezembro de 1979, relativa à protecção das águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas (JO L 20 de 26.1.1980, p. 43) | Artigos 4.º e 5.º |
| 3. | Directiva 86/278/CEE do Conselho, de 12 de Junho de 1986, relativa à protecção do ambiente, e em especial dos solos, na utilização agrícola de lamas de depuração (JO L 181 de 4.7.1986, p. 6) | Artigo 3.º |
| 4. | Directiva 91/676/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola (JO L 375 de 31.12.1991, p. 1) | Artigos 4.º e 5.º |
| 5. | Directiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens (JO L 206 de 22.7.1992, p. 7) | Artigos 6.º, 13.º e 15.º e alínea b) do artigo 22.º |

*Saúde pública e saúde animal**Identificação e registo de animais*

| | | |
|----|---|------------------------|
| 6. | Directiva 92/102/CEE do Conselho, de 27 de Novembro de 1992, relativa à identificação e ao registo de animais (JO L 355 de 5.12.1992, p. 32). | Artigos 3.º, 4.º e 5.º |
| 7. | Regulamento (CE) n.º 2629/97 da Comissão, de 29 de Dezembro de 1997, que estabelece disposições de aplicação do Regulamento (CE) n.º 820/97 do Conselho no que respeita a marcas auriculares, registos das explorações e passaportes no âmbito do regime de identificação e registo dos bovinos (JO L 354 de 30.12.1997, p. 19) | Artigos 6.º e 8.º |
| 8. | Regulamento (CE) n.º 1760/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Julho de 2000, que estabelece um regime de identificação e registo de bovinos e relativo à rotulagem da carne de bovino e dos produtos à base de carne de bovino, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 820/97 do Conselho (JO L 204 de 11.8.2000, p. 1) | Artigos 4.º e 7.º |

B. Aplicável a partir de 1.1.2006

Saúde pública, saúde animal e fitossanidade

| | | |
|-----|---|--|
| 9. | Directiva 91/414/CEE do Conselho, de 15 de Julho de 1991, relativa à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado (JO L 230 de 19.8.1991, p. 1) | Artigo 3.º |
| 10. | Directiva 96/22/CE do Conselho, de 29 de Abril de 1996, relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias β -agonistas em produção animal e que revoga as Directivas 81/602/CEE, 88/146/CEE e 88/299/CEE (JO L 125 de 23.5.1996, p. 3) | Artigos 3.º, 4.º, 5.º e 7.º |
| 11. | Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31 de 1.2.2002, p. 1) | Artigos 14.º e 15.º, n.º 1 do artigo 17.º, artigos 18.º, 19 e 20.º |
| 12. | Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147 de 31.5.2001, p. 1) | Artigos 7.º, 11.º, 12.º, 13.º e 15.º |

Notificação de doenças

| | | |
|-----|---|------------|
| 13. | Directiva 85/511/CEE do Conselho, de 18 de Novembro de 1985, que estabelece medidas comunitárias de luta contra a febre aftosa (JO L 315 de 26.11.1985, p. 11) | Artigo 3.º |
| 14. | Directiva 92/119/CEE do Conselho, de 17 de Dezembro de 1992, que estabelece medidas comunitárias gerais de luta contra certas doenças animais, bem como medidas específicas respeitantes à doença vesiculosa do suíno (JO L 62 de 15.3.1993, p. 69) | Artigo 3.º |
| 15. | Directiva 2000/75/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2000, que aprova disposições específicas relativas às medidas de luta e de erradicação da febre catarral ovina ou língua azul (JO L 327 de 22.12.2000, p. 74) | Artigo 3.º |

C. Aplicável a partir de 1.1.2007*Bem-estar dos animais*

| | | |
|-----|--|----------------------------------|
| 16. | Directiva 91/629/CEE do Conselho, de 19 de Novembro de 1991, relativa às normas mínimas de protecção dos vitelos (JO L 340 de 11.12.1991, p. 28) | Artigos 3.º e 4.º |
| 17. | Directiva 91/630/CEE do Conselho, de 19 de Novembro de 1991, relativa às normas mínimas de protecção de suínos (JO L 340 de 11.12.1991, p. 33) | Artigo 3.º e n.º 1 do artigo 4.º |
| 18. | Directiva 98/58/CE do Conselho, de 20 de Julho de 1998, relativa à protecção dos animais nas explorações pecuárias (JO L 221 de 8.8.1998, p. 23) | Artigo 4.º |

ANEXO IV

Boas condições agrícolas e ambientais referidas no artigo 5.º

| Questão | Normas |
|---|--|
| Erosão do solo: Proteger o solo através de medidas adequadas | <ul style="list-style-type: none">— Cobertura mínima do solo— Gestão mínima da terra, reflectindo as condições específicas do local— Socalcos |
| Matéria orgânica do solo: Manter os teores de matéria orgânica do solo através de práticas adequadas | <ul style="list-style-type: none">— Normas para as rotações de culturas, se for caso disso— Gestão do restolho |
| Estrutura do solo: Manter a estrutura do solo através de [...] medidas adequadas | <ul style="list-style-type: none">— Utilização de equipamentos mecânicos adequados |
| Nível mínimo de manutenção: Assegurar um nível mínimo de manutenção e evitar a deterioração dos habitats | <ul style="list-style-type: none">— Taxas mínimas de encabeçamento e/ou regimes adequados— Protecção das pastagens permanentes— Manutenção das características das paisagens— Prevenção da invasão das terras agrícolas por vegetação indesejável |

ANEXO V

Regimes de apoio compatíveis referidos no artigo 26.º

| Sector | Base jurídica | Notas |
|--|--|--|
| Uvas secas | N.º 1 do artigo 7.º Regulamento (CE) n.º 2201/96 | Ajuda por superfície |
| Tabaco | Artigo 3.º Regulamento (CEE) n.º 2075/92 | Ajuda à produção |
| Lúpulo | Artigo 12.º Regulamento (CEE) n.º 1696/71 Regulamento (CE) n.º 1098/98 | Ajuda por superfície Pagamentos para a colocação em pousio temporário e para o arran- que |
| Medidas agro-ambientais | Capítulo VI do Título II (artigos 22.º a 24.º) e n.º 3 do artigo 55.º Regulamento (CE) n.º 1257/1999 | Ajuda por superfície |
| Silvicultura | Artigo 31.º e n.º 3 do artigo 55.º Regulamento (CE) n.º 1257/1999 | Ajuda por superfície |
| Zonas desfavorecidas e zonas com condicionantes ambientais | Capítulo V do Título II (artigos 13.º a 21.º) e n.º 3 do artigo 55.º Regulamento (CE) n.º 1257/1999 | Ajuda por superfície |
| Azeite | N.º 1 do artigo 5.º Regulamento n.º 136/66/CEE | Ajuda à produção |
| Algodão | Artigo 8.º Regulamento (CE) n.º 1554/95 | Ajuda à produção |
| Forragens secas | Artigos 10.º e 11.º Regulamento (CE) n.º 603/95 | Ajuda à produção |
| Citrinos para transformação | Artigo 1.º Regulamento (CE) n.º 2202/96 | Ajuda à produção |
| Tomate para transformação | Artigo 2.º Regulamento (CE) n.º 2201/96 | Ajuda à produção |
| Vinho | Artigos 11.º a 15.º Regulamento (CE) n.º 1493/1999 | Ajuda à reestruturação |

ANEXO VI

Lista dos pagamentos directos relacionados com o pagamento único referido no artigo 33.º

| Sector | Base jurídica | Notas |
|--------------------------|---|--|
| Culturas arvenses | Artigos 2.º, 4.º e 5.º Regulamento (CE) n.º 1251/1999 | Ajuda por superfície, incluindo os pagamentos por retirada de terras, os pagamentos para a silagem de forragem e os montantes complementares (*), assim como o complemento e a ajuda específica para o trigo duro |
| Fécula de batata | N.º 2 do artigo 8.º Regulamento (CEE) n.º 1766/92 | Pagamento aos agricultores que produzam batata destinada ao fabrico de fécula |
| Leguminosas para grão | Artigo 1.º Regulamento (CE) n.º 1577/96 | Ajuda por superfície |
| Arroz | Artigo 6.º Regulamento (CE) n.º 3072/95 | Ajuda por superfície |
| Sementes (*) | Artigo 3.º Regulamento (CEE) n.º 2358/71 | Ajuda à produção |
| Carne de bovino | Artigos 4.º, 5.º, 6.º, 10.º, 11.º, 13.º e 14.º Regulamento (CE) n.º 1254/1999 | Prémio especial, prémio de dessazonalização, prémio por vaca em aleitamento (incluindo o pago por novilhas e o prémio nacional suplementar por vaca em aleitamento, quando co-financiado), prémio ao abate, pagamento por extensificação e pagamentos complementares |
| Leite e produtos lácteos | Capítulo 7 do Título IV do presente regulamento | Prémio aos produtos lácteos e pagamentos complementares (**) |
| Ovinos e caprinos | Artigo 5.º Regulamento (CE) n.º 2467/98, Artigo 1.º Regulamento (CEE) n.º 1323/90, Artigos 4.º e 5.º, e n.º 1 e primeiro, segundo e quarto travessões do n.º 2 do artigo 11.º Regulamento (CE) n.º 2529/2001 | Prémio por ovelha e cabra, prémio complementar e certos pagamentos complementares |
| POSEIDOM (*) | Alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 9.º Regulamento (CE) n.º 1452/2001 | Sector: carne de bovino |
| POSEIMA (*) | N.ºs 2 e 3 do artigo 13.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 22.º Regulamento (CE) n.º 1453/2001 | Sector: carne de bovino |
| POSEICAN (*) | N.ºs 2 e 3 do artigo 5.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º Regulamento (CE) n.º 1454/2001 | Sectores: carne de bovino, de ovino e de caprino |
| Ilhas do Mar Egeu (*) | N.ºs 2 e 3 do artigo 6.º Regulamento (CEE) n.º 2019/93 | Sector: carne de bovino |
| Forragens secas | Artigo 3.º Regulamento (CE) n.º 603/95 | Pagamento para os produtos transformados (aplicado em conformidade com o ponto D do Anexo VII do presente regulamento) |

(*) Excepto em caso de aplicação do artigo 70.º

(**) A partir de 2007, excepto em caso de aplicação do artigo 62.º

ANEXO VII

Cálculo do montante de referência referido no artigo 37.º**A. Ajudas por superfície**

1. Sempre que um agricultor tenha recebido ajudas por superfície, o número de hectares, com duas casas decimais, em relação ao qual tenha sido concedido um pagamento em cada ano do período de referência será multiplicado pelos seguintes montantes:

- 1.1. No respeitante aos cereais, incluindo o trigo duro, às sementes oleaginosas, às proteaginosas, ao linho não têxtil, ao linho e ao cânhamo destinados à produção de fibras, à silagem de forragem e à retirada de terras da produção:

- 63 euros por tonelada multiplicados pelo rendimento referido no n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999, determinado no plano de regionalização relativo à região em questão para o ano civil de 2002.

O presente ponto é aplicável sem prejuízo das disposições adoptadas pelos Estados-Membros em execução do n.º 6 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999.

Em derrogação do artigo 38.º, no respeitante ao linho e ao cânhamo, a média será calculada com base no número de hectares em relação ao qual tenha sido concedido um pagamento nos anos civis de 2001 e 2002.

- 1.2. No respeitante ao arroz:

- 102 euros por tonelada multiplicados pelos seguintes rendimentos médios:

| Estados-Membros | Rendimentos (t/ha) |
|----------------------------|--------------------|
| Espanha | 6,35 |
| França | |
| — território metropolitano | 5,49 |
| — Guiana francesa | 7,51 |
| Grécia | 7,48 |
| Itália | 6,04 |
| Portugal | 6,05 |

- 1.3. No respeitante às leguminosas para grão:

- para as lentilhas e o grão de bico, 181 euros por hectare,
- para a ervilhaca, 175,02 euros por hectare em 2000, 176,60 euros por hectare em 2001 e 150,52 euros por hectare em 2002.

2. Sempre que um agricultor tenha recebido o complemento específico ou a ajuda específica para o trigo duro, o número de hectares, com duas casas decimais, em relação ao qual tenha sido concedido esse pagamento em cada ano do período de referência será multiplicado pelos seguintes montantes:

Nas zonas referidas no Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1251/1999 e no Anexo IV do Regulamento (CE) n.º 2316/1999:

- 291 euros por hectare, para o pagamento único a conceder em relação ao ano civil de 2005,
- 285 euros por hectare, para o pagamento único a conceder em relação ao ano civil de 2006 e aos anos civis seguintes.

Nas zonas referidas no Anexo V do Regulamento (CE) n.º 2316/1999:

- 46 euros por hectare, para o pagamento único a conceder em relação ao ano civil de 2005.

3. Para efeitos dos pontos anteriores, por «número de hectares», entende-se o número de hectares determinado correspondente a cada um dos diversos tipos de ajudas por superfície referidos no Anexo VI do presente regulamento, em relação ao qual tenham sido preenchidas todas as condições fixadas nas regras relativas à concessão da ajuda, tendo em conta a aplicação do n.º 4 do artigo 2.º e do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999. No respeitante ao arroz, em derrogação do n.º 5 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 3072/95 do Conselho, se as superfícies de arroz num Estado-Membro, no período de referência, tiverem superado a sua superfície máxima garantida para esse período, o montante por hectare será reduzido proporcionalmente à superação.

B. Pagamentos para a fécula de batata

Sempre que um agricultor tenha recebido um pagamento para a fécula de batata, o montante será calculado multiplicando por 44,22 euros por tonelada de fécula de batata o número de toneladas em relação ao qual esse pagamento tenha sido concedido em cada ano do período de referência. Os Estados-Membros calcularão o número de hectares a incluir no cálculo do pagamento único proporcionalmente ao número de toneladas de fécula de batata produzida em relação ao qual tenha sido concedida, em cada ano do período de referência, a ajuda prevista no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento (CEE) n.º 1766/92, dentro dos limites de uma superfície de base a fixar pela Comissão com base no número de hectares abrangidos por um contrato de cultura no período de referência, comunicado pelos Estados-Membros.

C. Prémios e suplementos para o gado

Sempre que um agricultor tenha recebido prémios e/ou suplementos para o gado, o montante será calculado multiplicando o número de animais determinados em relação aos quais tenha sido concedido esse pagamento, em cada ano do período de referência, pelos montantes por cabeça fixados para o ano civil de 2002 pelos artigos correspondentes referidos no Anexo VI, tendo em conta a aplicação do n.º 4 do artigo 4.º, do n.º 2 do artigo 7.º e do n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999, ou do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 2529/2001.

Em derrogação do artigo 38.º, no que respeita aos pagamentos complementares para os ovinos e caprinos concedidos com base nos primeiro, segundo e quarto travessões do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 2529/2001, a média será calculada com base no número de animais para os quais tenha sido concedido o pagamento no ano civil de 2002.

No entanto, não serão tidos em conta os pagamentos efectuados em aplicação do segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999.

Além disso, em derrogação do artigo 38.º, em caso de aplicação dos n.ºs 11 e 12 do artigo 32.º do Regulamento (CE) n.º 2342/1999 da Comissão e do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1458/2001 da Comissão, o número de animais em relação ao qual tenha sido concedido um pagamento no ano em que foram aplicadas essas medidas, a ter em conta para o cálculo do montante de referência, não poderá ser superior ao número médio de animais em relação ao qual tenha sido concedido um pagamento no ano ou nos anos em que essas medidas não foram aplicadas.

D. Forragens secas

Sempre que um agricultor tenha entregue forragens no âmbito de um contrato nos termos da alínea c) do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 603/95 ou de uma declaração das superfícies nos termos do artigo 10.º do mesmo regulamento, os Estados-Membros calcularão o montante a incluir no montante de referência proporcionalmente ao número de toneladas de forragens secas produzidas em relação ao qual tenha sido concedida, em cada ano do período de referência, a ajuda prevista no artigo 3.º do referido regulamento, dentro dos seguintes limites máximos, expressos em milhões de euros:

| Estado-Membro | Limite máximo respeitante às forragens transformadas em produtos referidos no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 603/95 (forragens desidratadas) | Limite máximo respeitante às forragens transformadas em produtos referidos no n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 603/95 (forragens secas ao sol) | Limite máximo global |
|---------------|---|---|----------------------|
| UEBL | 0,049 | | 0,049 |
| Dinamarca | 5,424 | | 5,424 |
| Alemanha | 11,888 | | 11,888 |
| Grécia | 1,101 | | 1,101 |
| Espanha | 42,124 | 1,951 | 44,075 |
| França | 41,155 | 0,069 | 41,224 |
| Irlanda | 0,166 | | 0,166 |

| Estado-Membro | Limite máximo respeitante às forragens transformadas em produtos referidos no n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 603/95 (forragens desidratadas) | Limite máximo respeitante às forragens transformadas em produtos referidos no n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 603/95 (forragens secas ao sol) | Limite máximo global |
|---------------|---|---|----------------------|
| Itália | 17,999 | 1,586 | 19,585 |
| Países Baixos | 6,804 | | 6,804 |
| Áustria | 0,070 | | 0,070 |
| Portugal | 0,102 | 0,020 | 0,122 |
| Finlândia | 0,019 | | 0,019 |
| Suécia | 0,232 | | 0,232 |
| Reino Unido | 1,950 | | 1,950 |

Os Estados-Membros calcularão o número de hectares a incluir no cálculo dos montantes de referência proporcionalmente ao número de toneladas de forragens secas produzidas em relação ao qual tenha sido concedida, em cada ano do período de referência, a ajuda prevista no artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 603/95, dentro dos limites de uma superfície de base a fixar pela Comissão com base no número de hectares abrangidos por um contrato de cultura ou uma declaração das superfícies no período de referência, comunicado pelos Estados-Membros.

E. Ajudas regionais

Nas regiões em questão, serão incluídos no cálculo do montante de referência os seguintes montantes:

- 24 euros por tonelada multiplicados pelos rendimentos utilizados para o cálculo dos pagamentos por superfície relativos aos cereais, às oleaginosas, ao linho não têxtil, bem como ao linho e ao cânhamo destinados à produção de fibras, nas regiões indicadas no n.º 4 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1251/1999;
- o montante por cabeça previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1452/2001, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 1453/2001, e ainda nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 1454/2001, multiplicado pelo número de animais em relação aos quais tenha sido concedido esse pagamento em 2002;
- o montante por cabeça previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 2019/93, multiplicado pelo número de animais em relação ao qual tenha sido concedido esse pagamento em 2002.

F. Ajudas à produção de sementes

Sempre que um agricultor tenha recebido uma ajuda à produção de sementes, o montante será calculado multiplicando o número de toneladas em relação ao qual tenha sido concedido esse pagamento, em cada ano do período de referência, pelo montante por tonelada determinado nos termos do artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2358/71. Os Estados-Membros calcularão o número de hectares a incluir no cálculo do pagamento único proporcionalmente à superfície admitida à certificação em relação à qual tenha sido concedida, em cada ano do período de referência, a ajuda prevista no artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 2358/71, dentro dos limites de uma superfície de base a fixar pela Comissão com base na superfície total admitida à certificação comunicada à Comissão nos termos do Regulamento (CEE) n.º 3083/73. Essa superfície total não incluirá a superfície admitida à certificação para o arroz (*Oryza sativa* L.), a espelta (*Triticum spelta* L.), o linho têxtil e o linho oleaginoso (*Linum usitatissimum* L.) e o cânhamo (*Cannabis sativa* L.) que já tenha sido declarada para as culturas arvenses.

ANEXO VIII

Limites máximos nacionais referidos no artigo 41.º*(em milhões de euros)*

| Estado-Membro | 2005 | 2006 | 2007 e exercícios seguintes |
|---------------|-------|-------|--------------------------------|
| Bélgica | 411 | 411 | 528 |
| Dinamarca | 838 | 838 | 996 |
| Alemanha | 4 479 | 4 479 | 5 468 |
| Grécia | 837 | 834 | 856 |
| Espanha | 3 244 | 3 240 | 3 438 |
| França | 7 199 | 7 195 | 8 055 |
| Irlanda | 1 136 | 1 136 | 1 322 |
| Itália | 2 539 | 2 530 | 2 882 |
| Luxemburgo | 27 | 27 | 37 |
| Países Baixos | 386 | 386 | 779 |
| Áustria | 613 | 613 | 711 |
| Portugal | 452 | 452 | 518 |
| Finlândia | 467 | 467 | 552 |
| Suécia | 612 | 612 | 729 |
| Reino Unido | 3 350 | 3 350 | 3 868 |

ANEXO IX

Lista das culturas arvenses referidas no artigo 66.º

| Código NC | Designação |
|--------------------|---|
| I. CEREAIS | |
| 1001 10 00 | Trigo duro |
| 1001 90 | Outras variedades de trigo e mistura de centeio com trigo, com excepção do trigo duro |
| 1002 00 00 | Centeio |
| 1003 00 | Cevada |
| 1004 00 00 | Aveia |
| 1005 | Milho |
| 1007 00 | Sorgo de grão |
| 1008 | Trigo mourisco, painço e alpista; outros cereais |
| 0709 90 60 | Milho doce |
| II. OLEAGINOSAS | |
| 1201 00 | Soja |
| ex 1205 00 | Sementes de nabo silvestre |
| ex 1206 00 10 | Sementes de girassol |
| III. PROTEAGINOSAS | |
| 0713 10 | Ervilhas |
| 0713 50 | Favas |
| ex 1209 29 50 | Tremoços |
| IV. LINHO | |
| ex 1204 00 | Sementes de linho (<i>Linum usitatissimum</i> L.) |
| ex 5301 10 00 | Linho em bruto ou macerado, destinado à produção de fibras (<i>Linum usitatissimum</i> L.) |
| V. CÂNHAMO | |
| ex 5302 10 00 | Cânhamo em bruto ou macerado, destinado à produção de fibras (<i>Cannabis sativa</i> L.) |

ANEXO X

Zonas tradicionais de produção de trigo duro referidas no artigo 74.º

GRÉCIA

Nomoi (prefeituras) das seguintes regiões

Grécia Central

Peloponeso

Ilhas Jónicas

Tessália

Macedónia

Ilhas do Mar Egeu

Trácia.

ESPANHA

Províncias

Almería

Badajoz

Burgos

Cádiz

Córdoba

Granada

Huelva

Jaén

Málaga

Navarra

Salamanca

Sevilha

Toledo

Zamora

Saragoça.

ÁUSTRIA

Panónia:

1. *Gebiete der Bezirksbauernkammern (regiões das juntas distritais de agricultores)*

2046 Tullnerfeld-Klosterneuburg

2054 Baden

2062 Bruck/Leitha-Schwechat

2089 Baden

2101 Gänserndorf

2241 Hollabrunn

2275 Tullnerfeld-Klosterneuburg

2305 Korneuburg

2321 Mistelbach

2330 Krems/Donau

2364 Gänserndorf

2399 Mistelbach

2402 Mödling

2470 Mistelbach

2500 Hollabrunn

2518 Hollabrunn

2551 Bruck/Leitha-Schwechat
2577 Korneuburg
2585 Tullnersfeld-Klosterneuburg
2623 Wr. Neustadt
2631 Mistelbach
2658 Gänserndorf

2. *Gebiete der Bezirksreferate (regiões das secções distritais)*

3018 Neusiedl/See
3026 Eisenstadt
3034 Mattersburg
3042 Oberpullendorf

3. *Gebiete der Landwirtschaftskammer (regiões da câmara da agricultura)*

1007 Viena.

FRANÇA

Regiões

Midi-Pyrénées
Provence-Alpes-Côte d'Azur
Languedoc-Roussillon

Departamentos ()*

Ardèche
Drôme.

ITÁLIA

Regiões

Abruzzo
Basilicata
Calábria
Campânia
Lácio
Marche
Molise
Úmbria
Apúlia
Sardenha
Sicília
Toscana.

PORTUGAL

Distritos

Santarém
Lisboa
Setúbal
Portalegre
Évora
Beja
Faro.

(*) Cada um destes departamentos pode estar ligado a uma das regiões acima mencionadas.

ANEXO XI

Lista das espécies de sementes a que se refere o artigo 99.º

(euros/100 kg)

| Código NC | Designação | Montante da ajuda |
|---------------|--|-------------------|
| | 1. Ceres | |
| 1001 90 10 | <i>Triticum spelta</i> L. | 14,37 |
| 1006 10 10 | <i>Oryza sativa</i> L. ⁽¹⁾ | |
| | — Variedades de grãos longos, cujos grãos tenham um comprimento superior a 6,0 mm e uma relação comprimento/largura igual ou superior a 3 | 17,27 |
| | — Outras variedades, cujos grãos tenham um comprimento superior, igual ou inferior a 6,0 mm e uma relação comprimento/largura inferior a 3 | 14,85 |
| | 2. Oleagineae | |
| ex 1204 00 10 | <i>Linum usitatissimum</i> L. (linho têxtil) | 28,38 |
| ex 1204 00 10 | <i>Linum usitatissimum</i> L. (linho oleaginoso) | 22,46 |
| ex 1207 99 10 | <i>Cannabis sativa</i> L. ⁽²⁾ (variedades com um teor de tetrahydrocannabinol não superior a 0,2 %) | 20,53 |
| | 3. Gramineae | |
| ex 1209 29 10 | <i>Agrostis canina</i> L. | 75,95 |
| ex 1209 29 10 | <i>Agrostis gigantea</i> Roth. | 75,95 |
| ex 1209 29 10 | <i>Agrostis stolonifera</i> L. | 75,95 |
| ex 1209 29 10 | <i>Agrostis capillaris</i> L. | 75,95 |
| ex 1209 29 80 | <i>Arrhenatherum elatius</i> (L.) P. Beauv. ex J.S. e K.B. Prest. | 67,14 |
| ex 1209 29 10 | <i>Dactylis glomerata</i> L. | 52,77 |
| ex 1209 23 80 | <i>Festuca arundinacea</i> Schreb. | 58,93 |
| ex 1209 23 80 | <i>Festuca ovina</i> L. | 43,59 |
| 1209 23 11 | <i>Festuca pratensis</i> Huds. | 43,59 |
| 1209 23 15 | <i>Festuca rubra</i> L. | 36,83 |
| ex 1209 29 80 | <i>Festulolium</i> | 32,36 |
| 1209 25 10 | <i>Lolium multiflorum</i> Lam. | 21,13 |
| 1209 25 90 | <i>Lolium perenne</i> L. | 30,99 |
| ex 1209 29 80 | <i>Lolium x boucheanum</i> Kunth | 21,13 |
| ex 1209 29 80 | <i>Phleum Bertolinii</i> (DC) | 50,96 |
| 1209 26 00 | <i>Phleum pratense</i> L. | 83,56 |
| ex 1209 29 80 | <i>Poa nemoralis</i> L. | 38,88 |
| 1209 24 00 | <i>Poa pratensis</i> L. | 38,52 |
| ex 1209 29 10 | <i>Poa palustris</i> e <i>Poa trivialis</i> L. | 38,88 |
| | 4. Leguminosae | |
| ex 1209 29 80 | <i>Hedysarum coronarium</i> L. | 36,47 |
| ex 1209 29 80 | <i>Medicago lupulina</i> L. | 31,88 |
| ex 1209 21 00 | <i>Medicago sativa</i> L. (ecotipos) | 22,10 |
| ex 1209 21 00 | <i>Medicago sativa</i> L. (variedades) | 36,59 |

| | | (euros/100 kg) |
|---------------|---|-------------------|
| Código NC | Designação | Montante da ajuda |
| ex 1209 29 80 | <i>Onobrichis viciifolia</i> Scop. | 20,04 |
| ex 0713 10 10 | <i>Pisum sativum</i> L. (partim) (ervilha forrageira) | 0 |
| ex 1209 22 80 | <i>Trifolium alexandrinum</i> L. | 45,76 |
| ex 1209 22 80 | <i>Trifolium hybridum</i> L. | 45,89 |
| ex 1209 22 80 | <i>Trifolium incarnatum</i> L. | 45,76 |
| 1209 22 10 | <i>Trifolium pratense</i> L. | 53,49 |
| ex 1209 22 80 | <i>Trifolium repens</i> L. | 75,11 |
| ex 1209 22 80 | <i>Trifolium repens</i> L. var. <i>giganteum</i> | 70,76 |
| ex 1209 22 80 | <i>Trifolium resupinatum</i> L. | 45,76 |
| ex 0713 50 10 | <i>Vicia faba</i> L. (partim) (favarola) | 0 |
| ex 1209 29 10 | <i>Vicia sativa</i> L. | 30,67 |
| ex 1209 29 10 | <i>Vicia villosa</i> Roth. | 24,03 |

(¹) A medição dos grãos de arroz é efectuada em arroz branco, segundo o método seguinte:

- i) Colheita de uma amostra representativa do lote;
- ii) Seleccionar, na amostra, os grãos inteiros, incluindo os imaturos;
- iii) Efectuar duas medições que incidam em 100 grãos cada e calcular a média;
- iv) Determinar o resultado em milímetros arredondado a uma casa decimal.

(²) O teor de tetrahydrocannabinol (THC) de uma variedade é determinado por análise de uma amostra de peso constante. O peso de THC relativamente ao peso da amostra não deve — para efeitos da concessão da ajuda — ser superior a 0,2 %. A amostra em questão é composta do terço superior de um número representativo de plantas colhidas aleatoriamente no final da sua floração e às quais tenham sido retirados os caules e as sementes.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 229-B/2008

de 6 de Março

O Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro, que estabelece as regras gerais do apoio ao desenvolvimento rural sustentável, tem como objectivo, designadamente, a melhoria do ambiente e da paisagem rural.

A medida n.º 2.2, «Valorização de modos de produção», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, que visa promover a adopção de formas de exploração das terras agrícolas com benefícios ambientais ao nível da água, do solo e do ar e a utilização sustentada dos recursos genéticos autóctones, insere-se neste objectivo.

Os apoios são concedidos aos agricultores que pratiquem na sua unidade de produção o modo de produção integrada (PRODI) ou o modo de produção biológico (MPB) e aos criadores de raças autóctones ameaçadas de extinção.

Os pagamentos agro-ambientais visam compensar os gastos adicionais resultantes dos novos patamares de exigência destes modos de produção.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março, o seguinte:

Artigo 1.º

É aprovado, em anexo à presente portaria, dela fazendo parte integrante, o Regulamento de Aplicação da Medida n.º 2.2, «Valorização de Modos de Produção», do Subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PRODER, Que Integra a Acção n.º 2.2.1, Designada «Alteração de Modos de Produção Agrícola», e a Acção n.º 2.2.2, Designada «Protecção da Biodiversidade Doméstica».

Artigo 2.º

O regulamento referido no artigo 1.º contém os seguintes anexos, que dele fazem parte integrante:

- a) Anexo I, relativo à tabela de conversão em cabeças normais (CN);
- b) Anexo II, relativo a práticas culturais e de gestão relacionadas com a preservação dos recursos naturais;
- c) Anexo III, relativo aos montantes do apoio estabelecidos por tipo de cultura e modulados em função da respectiva área elegível;
- d) Anexo IV, relativo aos montantes do apoio adicional estabelecidos por tipo de cultura e modulados em função da respectiva área elegível;
- e) Anexo V, relativo à lista de raças autóctones ameaçadas e respectiva classificação quanto ao grau de risco de extinção;
- f) Anexo VI, relativo aos montantes anuais de apoio por CN de fêmeas reprodutoras exploradas em linha pura ou machos reprodutores;
- g) Anexo VII, relativo a compromissos de cada acção para efeitos de aplicação do artigo 26.º;

h) Anexo VIII, relativo a compromissos de cada acção para efeitos de aplicação do artigo 26.º;

i) Anexo IX, relativo a compromissos de cada acção para efeitos de aplicação do artigo 26.º;

j) Anexo X, relativo ao compromisso complementar para efeitos de aplicação do artigo 26.º;

l) Anexo XI, relativo a compromissos da acção «Alteração de modos de produção agrícola» e respectiva pontuação para efeitos de aplicação do artigo 26.º;

m) Anexo XII, relativo à transição entre programas.

Artigo 3.º

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*, Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, em 5 de Março de 2008.

ANEXO

REGULAMENTO DE APLICAÇÃO DA ACÇÃO N.º 2.2.1, «ALTERAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA», E DA ACÇÃO N.º 2.2.2, «PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE DOMÉSTICA».

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente Regulamento estabelece o regime de aplicação da acção n.º 2.2.1, designada «Alteração de modos de produção agrícola» e da acção n.º 2.2.2, designada «Protecção da biodiversidade doméstica», no âmbito da medida n.º 2.2 «Valorização de modos de produção», integrada no subprograma n.º 2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER.

Artigo 2.º

Objectivos

As acções previstas no presente Regulamento prosseguem os seguintes objectivos:

- a) Promover a adopção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a protecção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais;
- b) Incentivar a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que a incorporam;
- c) Garantir a utilização sustentada *in situ* dos recursos genéticos autóctones, designadamente os que estão ameaçados de extinção.

Artigo 3.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, e para além das definições constantes do Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março, entende-se por:

- a) «Agricultor seareiro» o agricultor que pratica um tipo de agricultura de características familiares e que cultiva

culturas anuais ao ar livre em parcelas arrendadas por uma campanha agrícola;

b) «Animais em pastoreio» todos os animais, do próprio ou de outrem, que apascentam as superfícies forrageiras e que não estão confinados a um espaço físico de forma permanente;

c) «Culturas de plantas aromáticas, condimentares e medicinais em regime extensivo» as culturas aromáticas, condimentares e medicinais permanentes ou as temporárias quando efectuadas em rotação com outro tipo de cultura que não exclusivamente hortícola;

d) «Culturas de plantas aromáticas, condimentares e medicinais em regime intensivo» as culturas aromáticas, condimentares e medicinais temporárias que são efectuadas em parcelas que lhes estão exclusivamente destinadas ou as realizadas em sucessão ou rotação com culturas horticolas;

e) «Culturas de regadio» as culturas servidas por instalações permanentes, fixas ou móveis, ligadas a um sistema de adução de água criado para fins de irrigação, designadamente furo, poço, barragem, charca, represa ou levada, que assegurem as disponibilidades mínimas de água;

f) «Culturas horticolas ao ar livre» as culturas horticolas cultivadas ao ar livre, incluindo batata, quer se destinem à indústria ou ao consumo em fresco, bem como as culturas horticolas destinadas ao autoconsumo;

g) «Culturas temporárias de Outono-Inverno» as culturas temporárias que desenvolvem a maior parte do seu ciclo vegetativo no período de Outono-Inverno;

h) «Culturas temporárias de Primavera-Verão» as culturas temporárias que desenvolvem a maior parte do seu ciclo vegetativo no período de Primavera-Verão;

i) «Exploração agrícola» o conjunto de unidades de produção submetidas a uma gestão única;

j) «Índice de qualificação fisiográfica da parcela (IQFP)» o indicador que traduz a relação entre a morfologia da parcela e o seu risco de erosão e consta do modelo P1 do Sistema de Identificação Parcelar;

l) «Mobilização mínima do solo» o sistema de mobilização de conservação do solo que, embora intervindo em toda a superfície do terreno, mantém uma quantidade apreciável de resíduos da cultura anterior à superfície do solo, baseando-se na utilização de alfaías de mobilização vertical e estando interdito o uso de alfaías que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão;

m) «Mobilização na linha» a técnica de instalação de cultura por sementeira em que a mobilização do solo se realiza exclusivamente na linha de sementeira, com recurso a alfaías de mobilização vertical, imediatamente antes ou em simultâneo com o processo de sementeira;

n) «Organismo de controlo (OC)» a entidade designada por organismo privado de controlo e certificação no n.º 1 do anexo IV do Despacho Normativo n.º 47/97, de 11 de Agosto, e reconhecida pelo Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) para efectuar acções de controlo ou certificação de produtos agro-alimentares no âmbito das áreas de produção diferenciadas;

o) «Pastagem biodiversa» a pastagem permanente com elevada diversidade florística, constituída homogeneamente por pelo menos 30 % de leguminosas e seis espécies ou variedades distintas de plantas, na Primavera;

p) «Produção com destino directo ao consumo humano» a produção agrícola de origem vegetal destinada ao consumo alimentar em fresco ou após transformação, incluindo

a produção de sementes destinada ao cultivo de plantas com este fim;

q) «Produção com destino indirecto ao consumo humano» os produtos agrícolas de origem vegetal utilizados para alimentação dos animais cuja produção se destine ao consumo alimentar, incluindo a produção de sementes destinada ao cultivo de plantas com este fim;

r) «Sementeira directa» a técnica de instalação de cultura por sementeira, com recurso a semeadores de características especiais, que permitem numa só passagem abrir o sulco, depositar e enterrar a semente, sem qualquer mobilização prévia do terreno;

s) «Superfície forrageira» a terra própria ou de baldio que é utilizada directa ou indirectamente para a alimentação do gado, excepto restolhos de culturas;

t) «Unidade de produção» o conjunto de parcelas agrícolas, agro-florestais ou florestais, contínuas ou não, que constituem uma unidade técnico-económica, caracterizada pela utilização em comum da mão-de-obra e dos meios de produção, submetida a uma gestão única, independentemente do título de posse, do regime jurídico e da área ou localização;

u) «Zona de montanha» as regiões definidas na Portaria n.º 377/88, de 11 de Junho, de acordo com a Directiva n.º 75/268/CEE, do Conselho, de 28 de Abril.

Artigo 4.º

Duração dos compromissos

As acções previstas no presente Regulamento destinam-se a apoiar os produtores que, de forma voluntária, se comprometam durante um período de cinco anos a respeitar compromissos de natureza agro-ambiental.

Artigo 5.º

Condicionabilidade

Os apoios previstos no presente Regulamento estão subordinados ao cumprimento, em toda a exploração agrícola, dos seguintes requisitos:

a) Requisitos legais de gestão e boas condições agrícolas e ambientais em conformidade com os artigos 4.º e 5.º e os anexos III e IV do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, e com a correspondente legislação nacional;

b) Adequada formação do aplicador de produtos fitofarmacêuticos, expressos no Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro;

c) Requisitos das zonas classificadas como de protecção às captações de água para abastecimento público, expressos no Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro.

Artigo 6.º

Tabelas de referência

1 — Para efeitos de aplicação do disposto no presente Regulamento, a tabela de conversão das espécies animais em cabeça normal (CN) consta do anexo I a este Regulamento.

2 — Para efeitos de avaliação do compromisso referido na subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º, é utilizada uma tabela de referência, a divulgar pela autoridade de gestão do PRODER.

CAPÍTULO II

Acção «Alteração de modos de produção agrícola»

Artigo 7.º

Beneficiários

Podem beneficiar dos apoios previstos no presente capítulo:

a) Pessoas singulares ou colectivas, de natureza pública ou privada, detentoras a qualquer título legítimo de uma unidade de produção onde se exerça actividade de produção primária de produtos agrícolas;

b) Órgãos de gestão de baldios na acepção da Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro;

c) Agricultores seareiros que pratiquem o modo de produção integrada (PRODI) em culturas hortícolas, horto-industriais e arroz.

Artigo 8.º

Critérios de elegibilidade

1 — Podem beneficiar do apoio previsto neste capítulo as pessoas referidas no artigo anterior que reúnam as seguintes condições:

a) Tenham submetido toda a superfície agrícola ou agro-florestal da unidade de produção e os respectivos animais ao modo de produção integrado ou ao modo de produção biológico, de acordo com os respectivos normativos;

b) Tenham efectuado, junto do GPP, a notificação relativa ao modo de produção biológico;

c) Tenham celebrado contrato com organismo de controlo (OC) reconhecido, através do qual garantam o controlo da sua unidade de produção;

d) Sem prejuízo do previsto no normativo aplicável ao respectivo modo de produção, tenham um encabeçamento de animais em pastoreio inferior ou igual a:

i) 3,000 CN por hectare de superfície agrícola e agro-florestal, no caso de unidades de produção em que mais de 50 % desta superfície se localize em zonas de montanha ou de unidades de produção até 2 ha de superfície agrícola e agro-florestal, incluindo áreas de baldio;

ii) 2,000 CN/ha de superfície forrageira nos restantes casos;

e) Apresentem, no caso de a unidade de produção utilizar áreas de baldio, declaração do órgão de gestão do baldio em como essa área se encontra submetida a um dos modos de produção e controlada por OC reconhecido, estando limitada à utilização por animais no mesmo modo de produção, e se responsabiliza, nessas áreas, pelo cumprimento dos requisitos identificados no artigo 5.º e dos compromissos referidos na subalínea iii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º

2 — Para efeitos de aplicação da alínea a) do número anterior, os beneficiários devem submeter ao mesmo modo de produção:

a) Toda a superfície cultivada com plantas da mesma espécie;

b) Toda a superfície de pastagem permanente, inclusive em sobcoberto de povoamento florestal arborizado, e o espaço agro-florestal não arborizado com aproveitamento

forrageiro, utilizados exclusivamente por animais criados nesse modo de produção;

c) Toda a superfície de uma parcela agrícola ou agro-florestal;

d) Todos os animais da mesma espécie ou com o mesmo tipo de produção presentes na unidade de produção.

3 — Sem prejuízo do número anterior, são excepcionadas da prática do modo de produção integrado ou biológico:

a) As áreas de autoconsumo, até 10 % da área da unidade de produção, com o limite de 1 ha, desde que ocupadas com culturas diferentes das realizadas nas restantes áreas da unidade de produção, e os animais até 2,000 CN, desde que não destinados a venda;

b) Outras áreas ou animais que o OC considere como tecnicamente não aptos à prática de um destes modos de produção.

4 — Os beneficiários podem candidatar ao apoio previsto neste capítulo uma parte ou a totalidade da superfície agrícola ou agro-florestal referida na alínea a) do n.º 1, devendo, no caso das culturas temporárias, candidatar toda a área ocupada com a mesma cultura.

5 — Para além das condições referidas nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, as superfícies candidatas ao apoio referidas no n.º 4 devem ainda cumprir as seguintes condições:

a) Terem uma ocupação agrícola cuja produção se destine directa ou indirectamente ao consumo humano;

b) Terem, no caso das culturas permanentes, as seguintes densidades mínimas por parcela:

i) Pomóideas, citrinos e prunóideas, excepto cerejeira — 200 árvores por hectare;

ii) Pequenos frutos, excepto sabugueiro — 1000 plantas por hectare;

iii) Actinóideas — 400 plantas por hectare;

iv) Outros frutos frescos e sabugueiro — 80 árvores por hectare;

v) Frutos secos e olival — 60 árvores por hectare;

vi) Vinha — 2000 cepas por hectare, excepto nos casos de áreas ocupadas com vinha conduzida em pérgula ou de áreas situadas na Região Demarcada dos Vinhos Verdes, em que a densidade mínima é de 1000 cepas por hectare.

Artigo 9.º

Compromissos dos beneficiários

1 — Para além do disposto no artigo 5.º, os beneficiários dos apoios previstos no presente capítulo, durante todo o período do compromisso, são obrigados:

a) Na unidade de produção:

i) Manter os critérios de elegibilidade expressos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º;

ii) Manter actualizado o caderno de campo, cujo modelo foi divulgado ou validado pela autoridade de gestão do PRODER, registando toda a informação relativa às práticas agrícolas adoptadas e manejo do efectivo pecuário;

b) Nas áreas candidatas, para além do disposto na alínea a):

i) Manter os critérios de elegibilidade expressos no n.º 5 do artigo 8.º, nas áreas objecto de apoio;

ii) Comercializar a produção obtida, na área objecto de apoio, certificada por um OC reconhecido no respectivo modo de produção;

iii) Adoptar as práticas culturais e de gestão relacionadas com a preservação dos recursos naturais de acordo com o quadro constante do anexo II a este Regulamento;

iv) Manter individualizados as instalações, efluentes zootécnicos e produções dos animais submetidos a cada um dos modos de produção, quando estes coexistam na unidade de produção;

c) Comunicar ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), a redução de áreas objecto de apoio, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º

2 — O disposto no número anterior aplica-se aos seareiros com as necessárias adaptações.

3 — O disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo produz efeitos a partir de 1 de Outubro do ano do pedido de apoio.

Artigo 10.º

Compromissos complementares

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, em áreas de rotação de culturas temporárias, os beneficiários podem assumir o compromisso complementar de utilizar técnicas de sementeira directa ou mobilização na linha, de forma continuada durante o período do compromisso, beneficiando, nesse caso, de um apoio adicional.

2 — Para efeitos do n.º 1, durante o período de compromisso, e desde que previamente comunicado ao IFAP, I. P., é permitido o recurso a:

a) Utilização conjugada do subsolador, chisel ou escarificador, no primeiro ano de sementeira após o início do compromisso, em caso de compactação do solo;

b) Técnicas de mobilização mínima sempre que seja adequado ao objectivo ou a injeção ou utilização de grade de discos, quando for necessário incorporar correctivos orgânicos;

c) Técnicas de mobilização mínima nas culturas hortícolas, horto-industriais, algodão e beterraba;

d) Outra técnica de mobilização, quando não exista alternativa viável, e sempre após parecer favorável da respectiva direcção regional de agricultura e pescas (DRAP).

3 — As situações identificadas no número anterior não conferem direito à concessão do apoio referido no n.º 1, no ano em que se verificarem.

Artigo 11.º

Forma do apoio

1 — O apoio assume a forma de pagamento, a título compensatório, por hectare de área elegível, sendo atribuído anualmente, durante o período de compromisso, em função do modo de produção e do tipo de cultura.

2 — São consideradas elegíveis para pagamento, nos termos do artigo 12.º, as áreas candidatas que reúnam os critérios de elegibilidade aplicáveis, referidos no artigo 8.º, e cumpram os compromissos aplicáveis previstos nos artigos 9.º e 10.º

Artigo 12.º

Montantes e limites do apoio

1 — Os montantes do apoio por hectare são os estabelecidos no quadro constante do anexo III a este Regulamento, sendo os montantes totais calculados pela aplicação sucessiva dos escalões.

2 — No caso de os beneficiários subscreverem o compromisso complementar previsto no n.º 1 do artigo 10.º e nas áreas que foram semeadas anualmente com culturas temporárias, de acordo com as técnicas de sementeira directa ou mobilização na linha, os montantes dos apoios são os estabelecidos no anexo IV ao presente Regulamento, sendo cumuláveis com os fixados no anexo III.

3 — Para efeitos do número anterior são consideradas as culturas temporárias que integram os grupos de culturas temporárias de regadio e de culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras, de acordo com o anexo IV ao presente Regulamento.

4 — Durante o período de conversão para modo de produção biológico, os montantes dos apoios são majorados em 20 %, por um período máximo de três anos.

5 — Para efeitos do número anterior, só são elegíveis as áreas que nunca beneficiaram de apoio agro-ambiental à conversão para modo de produção biológico.

6 — As superfícies com culturas permanentes são pagas à área elegível.

7 — As superfícies com culturas temporárias, com excepção das culturas forrageiras, são pagas à área elegível anualmente semeada ou plantada na área candidata.

8 — A superfície forrageira da unidade de produção, em modo de produção biológico ou em modo de produção integrado, é paga na proporção directa do efectivo pecuário próprio anualmente declarado, com excepção dos equídeos, expresso em cabeça normal (CN), até ao limite máximo de 1 ha por CN.

9 — Sem prejuízo do número anterior, em unidades de produção sem efectivo pecuário ou com efectivo pecuário total inferior ou igual a 2,000 CN, as culturas forrageiras anuais podem ser pagas em função da área semeada.

10 — As áreas de superfícies agro-florestais não arborizadas com aproveitamento forrageiro que se destinam à alimentação directa de pequenos ruminantes na unidade de produção, em modo de produção biológico ou em modo de produção integrado, são pagas na proporção directa do efectivo pecuário próprio de pequenos ruminantes, expresso em CN, até ao limite máximo de 10 ha por CN de pequenos ruminantes.

11 — Os montantes dos apoios para áreas de produção cultivadas com organismos geneticamente modificados (OGM) são de valor nulo.

12 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o pagamento dos apoios está sujeito aos seguintes limites anuais:

a) € 900 por hectare, no caso de culturas permanentes;

b) € 600 euros por hectare, no caso de culturas temporárias, incluindo horticultura;

c) € 450 euros por hectare, no caso de pastagens permanentes.

CAPÍTULO III

Ação «Protecção da biodiversidade doméstica»

Artigo 13.º

Lista de raças autóctones ameaçadas e grau de risco de extinção

Para efeitos desta acção, as raças autóctones ameaçadas e respectiva classificação quanto ao grau de risco de extinção constam do anexo v ao presente Regulamento.

Artigo 14.º

Beneficiários

Podem beneficiar dos apoios previstos no presente capítulo as pessoas singulares ou colectivas, de natureza pública ou privada, que sejam criadoras de animais das raças autóctones ameaçadas.

Artigo 15.º

Critérios de elegibilidade

1 — Podem beneficiar dos apoios previstos neste capítulo as pessoas referidas no artigo anterior que reúnam as seguintes condições:

a) Sejam detentoras de um efectivo pecuário constituído por fêmeas reprodutoras exploradas em linha pura ou por machos reprodutores, inscritos no livro genealógico ou registo zootécnico das raças autóctones ameaçadas;

b) Tenham um encabeçamento de animais em pastoreio inferior ou igual a:

i) 3,000 CN por hectare de superfície agrícola e agro-florestal, no caso de unidades de produção em que mais de 50 % desta superfície se localize em zonas de montanha ou de unidades de produção até 2 ha de superfície agrícola e agro-florestal, incluindo áreas de baldio;

ii) 2,000 CN por hectare de superfície forrageira nos restantes casos.

Artigo 16.º

Compromissos dos beneficiários

1 — Para além do disposto no artigo 5.º, os beneficiários dos apoios previstos no presente capítulo, durante todo o período do compromisso, são obrigados a:

a) Na unidade de produção:

i) Manter os critérios de elegibilidade;

ii) Participar num plano de conservação, caso se trate de raças raras ou muito ameaçadas, ou num plano de melhoramento, caso se trate de raças ameaçadas ou em risco, quando tal seja solicitado pela Direcção-Geral de Veterinária;

iii) Comunicar à entidade responsável do livro genealógico ou registo zootécnico todas as alterações do efectivo;

iv) Fazer prova anual do efectivo presente na unidade de produção no momento da realização do pedido de pagamento;

v) Manter a situação sanitária do efectivo regularizada;

vi) Cumprir as normas do livro genealógico ou registo zootécnico;

vii) Permitir a recolha de material genético, quando solicitado pelo Banco Português de Germoplasma Animal;

b) Comunicar ao IFAP, I. P., a redução de animais objecto de apoio, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º

2 — O disposto nas alíneas *a)* e *b)* do número anterior produz efeitos a partir de 1 de Outubro do ano do pedido de apoio.

Artigo 17.º

Forma do apoio

1 — O apoio assume a forma de pagamento, a título compensatório, por cabeça normal elegível, sendo atribuído anualmente durante o período de compromisso.

2 — Consideram-se elegíveis ao apoio os animais candidatos das raças autóctones ameaçadas, verificados os critérios de elegibilidade previstos no artigo 14.º e cumpridos os compromissos aplicáveis previstos no artigo 15.º

Artigo 18.º

Montantes e limites do apoio

1 — Os montantes anuais de apoio por CN de fêmeas reprodutoras exploradas em linha pura ou machos reprodutores, a conceder no âmbito desta acção, são os constantes do anexo vi ao presente Regulamento.

2 — O montante de apoio à fêmea reprodutora é o dobro do previsto no n.º 1 aquando da inscrição da primeira cria no livro de nascimentos, nos casos da espécie bovina e dos equídeos, se cada um destes efectivos reprodutores presentes na unidade de produção for inferior a 10,000 CN.

CAPÍTULO IV

Procedimento

Artigo 19.º

Apresentação

1 — Os pedidos de apoio são apresentados junto do IFAP, I. P., ou das entidades por este designadas.

2 — As normas relativas à formalização, tramitação, procedimentos e calendarização dos pedidos são adoptadas através de despacho normativo, tendo em conta o Sistema Integrado de Gestão e Controlo (SIGC) previsto no Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de Abril.

Artigo 20.º

Análise, hierarização e decisão

1 — Os pedidos de apoio são analisados e hierarizados pelo IFAP, I. P., por acção, de acordo com os seguintes critérios:

a) Acção «Protecção da biodiversidade doméstica», pela seguinte ordem de prioridades:

i) Primeira — Animais de raças «raras — particularmente ameaçadas»;

ii) Segunda — Animais de raças «muito ameaçadas»;

iii) Terceira — Animais de raças «ameaçadas»;

iv) Quarta — Animais de raças «em risco»;

b) Acção «Alteração de modos de produção agrícola», pela seguinte ordem de prioridades:

i) Primeira — unidades de produção com mais de 50 % da área candidata localizada em zona de intervenção territorial integrada ou Rede Natura 2000;

ii) Segunda — unidades de produção com mais de 50 % da área candidata localizada em zona vulnerável, delimitada

ao abrigo da Directiva n.º 91/676/CEE, do Conselho, de 12 de Setembro, e correspondente legislação nacional;

iii) Terceira — restantes casos.

2 — Para efeitos de aplicação do número anterior os pedidos de apoio são ainda hierarquizados por ordem decrescente de área (hectare) ou de animais (CN) candidatos.

3 — Os pedidos de apoio são decididos pelo gestor do PRODER, em função da verificação dos critérios de elegibilidade, hierarquização e da dotação orçamental do presente regime de apoios.

4 — A decisão é comunicada pelo IFAP, I. P., aos beneficiários até 15 de Setembro do ano do pedido de apoio.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 37-A/2008, de 5 de Março, a concessão do apoio é formalizada através da assinatura de um termo de aceitação pelo beneficiário.

Artigo 21.º

Pagamento

1 — Compete ao IFAP, I. P., proceder ao pagamento anual dos apoios, devendo, para o efeito, o beneficiário apresentar o respectivo pedido de pagamento.

2 — O pagamento é efectuado após conclusão dos controlos administrativos e *in loco*, podendo ser paga uma parte do apoio após a conclusão dos controlos administrativos, nos termos do artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1975/2006, da Comissão, de 7 de Dezembro.

3 — A não apresentação do pedido de pagamento referido no n.º 1 do presente artigo determina o não pagamento do apoio no ano em causa, sem prejuízo da obrigatoriedade de manutenção dos critérios de elegibilidade e dos compromissos assumidos.

CAPÍTULO V

Alteração, extinção, prolongamento, transmissão, redução e exclusão

Artigo 22.º

Alteração do pedido

1 — Os beneficiários podem proceder, aquando da apresentação do pedido de pagamento anual a que se refere o n.º 1 do artigo anterior, à rectificação do seu pedido, quando tenha alterado ou pretenda alterar a ocupação cultural da parcela, com efeitos no próprio ano do compromisso, havendo lugar, neste caso, à correspondente correcção do valor do apoio.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a alteração da ocupação cultural das parcelas com pastagem permanente biodiversa para pastagem permanente determina a devolução do montante correspondente à diferença entre o valor dos dois apoios relativamente aos anos em que o pagamento foi realizado por pastagem biodiversa.

3 — Os beneficiários podem proceder, aquando da apresentação do pedido de pagamento anual a que se refere o n.º 1 do artigo anterior, à alteração do pedido de apoio, com efeitos a partir de 1 de Outubro seguinte, sem que haja lugar à devolução dos apoios já recebidos ou a alteração do período de compromisso, nos seguintes casos:

a) Transição do modo de produção integrado para o modo de produção biológico, no âmbito da acção «Alteração de modos de produção agrícola»;

b) Aumento da área candidata ou aumento da área sujeita a compromisso complementar;

c) Aumento do efectivo pecuário, a comprovar por declaração emitida pela entidade gestora dos livros genealógicos ou dos registos zootécnicos, referente ao número total de animais inscritos nos respectivos livros ou registos.

4 — Os aumentos de área referidos na alínea b) do número anterior não podem ultrapassar o dobro da área candidata até ao limite de 20 ha.

5 — Os beneficiários podem, até 10 dias úteis após a ocorrência, proceder à alteração do pedido de apoio, sem que haja lugar à devolução dos apoios já recebidos, nos seguintes casos:

a) Sujeição de parte da unidade de produção a emparcelamento ou intervenção fundiária similar nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 384/88, de 25 de Outubro, e 103/90, de 22 de Março, ou expropriação;

b) Catástrofe natural grave que afecte parte significativa da superfície agrícola da unidade de produção;

c) Destruição parcial de instalações pecuárias não imputável ao beneficiário;

d) Epizootia que afecte a parte dos efectivos.

6 — Os beneficiários devem, aquando da apresentação do pedido de pagamento anual a que se refere o n.º 1 do artigo anterior, proceder à alteração do pedido de apoio, no caso de redução de área ou animais objecto de apoio, o que determina a devolução dos apoios recebidos indevidamente.

7 — Para efeitos do número anterior, o montante a que o beneficiário tem direito resulta da aplicação, por acção, ao montante de cada anuidade anteriormente paga, do quociente entre as áreas determinadas, por tipo de cultura, nesse ano e em cada um dos anos anteriores ou do quociente entre o número de animais verificados nesse ano e em cada um dos anos anteriores, devendo devolver a diferença relativamente ao montante que anteriormente lhe foi pago.

8 — Os seareiros devem, aquando da apresentação do pedido de pagamento anual a que se refere o n.º 1 do artigo anterior, proceder à identificação das parcelas arrendadas para a respectiva campanha agrícola, não havendo lugar à devolução do apoio no caso de redução de área, desde que mantenha pelo menos 1 ha.

Artigo 23.º

Extinção dos compromissos

1 — Os compromissos assumidos extinguem-se, sem devolução dos apoios, nos casos de sujeição da unidade de produção a emparcelamento, ou intervenção pública de ordenamento fundiário similar, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 384/88, de 25 de Outubro, e 103/90, de 22 de Março, desde que não seja possível a alteração do pedido de apoio nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo anterior.

2 — No caso de alteração das normas ou regras obrigatórias, nos termos do artigo 46.º do Regulamento (CE) n.º 1974/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro, o beneficiário pode não aceitar a correspondente adaptação dos compromissos assumidos, cessando estes sem ser exigida devolução relativamente ao período em que os compromissos tenham sido cumpridos.

3 — Sem prejuízo dos casos referidos nos números anteriores, os beneficiários ficam desvinculados dos com-

promissos, sem devolução dos apoios, nomeadamente, nas seguintes situações de força maior:

- a) Morte do beneficiário;
- b) Incapacidade profissional do beneficiário superior a três meses;
- c) Morte ou incapacidade profissional superior a três meses do cônjuge ou de outro membro do agregado familiar que coabite com o beneficiário, cujo trabalho na exploração represente parte significativa do trabalho total empregue na mesma, no caso de explorações familiares;
- d) Expropriação de toda ou de uma parte importante da unidade de produção, se essa expropriação não era previsível na data em que o compromisso foi assumido;
- e) Catástrofe natural grave que afecte a superfície agrícola da unidade de produção;
- f) Destruição das instalações pecuárias não imputável ao beneficiário;
- g) Epizootia que afecte a totalidade ou parte dos efectivos.

4 — Os casos de força maior e os respectivos comprovativos devem ser comunicados ao IFAP, I. P., pelo beneficiário ou pelo seu representante, por escrito e no prazo de 10 dias úteis a contar da data da ocorrência, podendo aquele prazo ser ultrapassado, desde que devidamente justificado e aceite pelo IFAP, I. P.

5 — Sempre que o beneficiário não tenha podido respeitar os compromissos devido aos casos de força maior referidos no n.º 3, mantém o seu direito à totalidade do pagamento do ano em que o facto ocorreu, desde que tenha sido apresentado pedido de pagamento.

Artigo 24.º

Prolongamento do período de compromisso

1 — Os beneficiários que apresentem a sua candidatura em 2007 ou em 2008 podem optar, na altura do quarto pedido de pagamento, pelo prolongamento do compromisso por mais dois anos ou um ano, respectivamente.

2 — A opção referida no número anterior está sujeita à decisão do gestor do PRODER e é comunicada de acordo com o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 20.º do presente Regulamento.

Artigo 25.º

Transmissão de áreas candidatas da unidade de produção

1 — Se o beneficiário transmitir a totalidade ou parte da área ou animais objecto de pedido de apoio durante o período de concessão do apoio, não há lugar a devolução dos apoios, desde que o novo detentor assuma os compromissos pelo período remanescente e se encontrem reunidos os critérios de elegibilidade.

2 — A transmissão de parte da área ou animais objecto de pedido de apoio obriga à correspondente alteração do mesmo, aquando da apresentação do pedido de pagamento anual, a que se refere o n.º 1 do artigo 21.

Artigo 26.º

Redução ou exclusão do apoio

1 — Nos casos de divergência entre as áreas ou os animais declarados e as áreas determinadas ou os animais verificados em sede de controlo, aplicam-se as reduções e as exclusões previstas nos Regulamentos (CE) n.ºs 1975/2006,

da Comissão, de 7 de Dezembro, e 796/2004, da Comissão, de 21 de Abril.

2 — Para efeitos do número anterior, os beneficiários devem reembolsar os apoios recebidos indevidamente nos anos anteriores, sendo o montante a devolver calculado nos termos do n.º 7 do artigo 22.º

3 — O incumprimento de qualquer um dos compromissos constantes do anexo VII determina a perda de direito ao apoio referente à totalidade da área ou animais elegíveis, consoante a acção a que digam respeito, no ano em causa.

4 — O incumprimento de qualquer dos compromissos constantes do anexo VIII determina a devolução do apoio, no ano em causa, nos seguintes termos:

a) No caso do n.º 1 do anexo VIII, perda de direito ao apoio nas áreas de culturas temporárias relativamente às quais não foi candidata toda a área;

b) No caso do n.º 2 do anexo VIII, perda de direito ao apoio nas áreas das parcelas de culturas permanentes relativamente às quais não foi mantida densidade igual ou superior à mínima;

c) No caso dos n.ºs 3, 4, 5 e 6 do anexo VIII, perda de direito ao apoio para a totalidade dos animais da raça relativamente à qual se verificou o incumprimento.

5 — O incumprimento de qualquer um dos compromissos de cada acção constantes do anexo IX, bem como a reincidência do incumprimento dos compromissos constantes do anexo VII, determina a devolução total dos apoios recebidos e a exclusão do beneficiário de cada acção, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.

6 — O incumprimento do compromisso constante do anexo X determina a devolução total dos apoios recebidos pelo compromisso complementar e a exclusão do beneficiário deste apoio, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.

7 — A reincidência do incumprimento dos compromissos constantes do anexo VIII determina a devolução total dos apoios recebidos anteriormente e a exclusão do apoio relativamente às áreas ou animais em que se verificou, sem prejuízo de outras consequências legalmente aplicáveis.

8 — O incumprimento de qualquer um dos compromissos constantes do anexo XI determina a redução do montante do apoio, no ano em que tal se verifique, em função da relação percentual entre a pontuação total de compromissos aplicáveis não cumpridos e a pontuação total de compromissos aplicáveis.

9 — A redução, em caso de reincidência do incumprimento de qualquer um dos compromissos constantes do anexo XI, é calculada através da multiplicação da pontuação a ele associada pelo número de vezes em que o incumprimento se registou.

10 — A aplicação do disposto no n.º 8 do presente artigo é efectuada nos seguintes termos:

a) Devolução total dos apoios recebidos, quando a relação percentual for superior a 60 %;

b) Redução de 100 %, quando a relação percentual for superior a 30 % e não ultrapassar 60 %.

c) Redução proporcional ao dobro da relação percentual quando esta for superior a 10 % e não ultrapassar 30 %;

d) Redução proporcional à relação percentual quando esta for superior a 5 % e não ultrapassar 10 %;

e) Sem redução, quando a relação percentual for igual ou inferior a 5 %.

11 — O incumprimento do compromisso referido na subalínea *ii*) da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 9.º determina a correcção do montante do apoio calculado para as áreas da cultura onde se verificou o incumprimento, pela aplicação do quociente entre as quantidades comercializadas e as quantidades de referência, e a respectiva devolução dos apoios recebidos indevidamente, no ano em que tal se verifique, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

12 — A não comercialização da produção de referência no ano pode ser justificada com a demonstração de existências do referido produto, não havendo, neste caso, correcção nem devolução dos apoios.

13 — O incumprimento pelos beneficiários dos requisitos referidos no artigo 5.º determina a redução do montante do apoio nos termos da legislação nacional aplicável.

14 — A correcção prevista no n.º 11 é efectuada após a aplicação do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10.

CAPÍTULO VI

Disposições transitórias e finais

Artigo 27.º

Acumulação dos apoios

1 — Os apoios a conceder no âmbito da acção «Alteração dos modos de produção» nos termos do presente Regulamento são cumuláveis com os apoios a conceder no âmbito do regulamento de aplicação das componentes agro-ambientais e silvo-ambientais das intervenções territoriais integradas (ITI), com excepção do apoio adicional à utilização de técnicas de sementeira directa ou mobilização na linha, quando relativo a parcelas ocupadas por culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras de acordo com o anexo IV, que sejam objecto de apoio para utilização dessas mesmas técnicas no âmbito da ITI.

2 — Para efeitos do número anterior, o montante total a pagar corresponde à soma de 80 % do montante de cada apoio, excepto no caso da acção relativa à ITI do Douro Vinhateiro, em que o montante total do pagamento corresponde à soma dos montantes de cada apoio.

3 — Caso o montante a pagar, calculado com base no disposto no n.º 2, seja inferior ao valor de um dos montantes dos apoios, é pago o apoio com maior valor.

4 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as acumulações estão sujeitas aos seguintes limites anuais:

a) € 900 euros por hectare, no caso de culturas permanentes;

b) € 600 euros por hectare, no caso de culturas temporárias, incluindo horticultura;

c) € 450 euros por hectare, no caso de pastagens permanentes.

Artigo 28.º

Transição entre programas

1 — Os beneficiários das medidas previstas no Regulamento de Aplicação da Intervenção «Medidas Agro-Ambientais», aprovado pela Portaria n.º 1212/2003, de 16 de Outubro, podem, caso o período de atribuição dos apoios não tenha terminado, transitar para as acções previstas no presente Regulamento, de acordo com a correspondência constante do anexo XII a este Regulamento.

2 — Para efeitos do número anterior, os beneficiários da medida «Melhoramento do solo e luta contra a erosão — Sementeira directa e mobilização na zona ou na linha» têm de subscrever o compromisso complementar relativo à técnica de sementeira directa ou mobilização na linha previsto no artigo 10.º do presente Regulamento.

3 — Para efeitos disposto no n.º 1, os compromissos em vigor transitam para acções previstas neste Regulamento ou para as componentes agro-ambiental e silvo-ambiental do regulamento de aplicação da medida n.º 2.4, designada ITI.

Artigo 29.º

Direito transitório

1 — O disposto no presente Regulamento aplica-se, com as necessárias adaptações, aos pedidos de apoio apresentados no ano de 2007, nomeadamente os seguintes:

a) O contrato com o OC, referido na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 8.º, pode ter sido celebrado até 30 de Novembro de 2007;

b) Os modelos de caderno de campo divulgados pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural podem ser utilizados, até 30 dias após publicação do novo modelo referido na subalínea *ii*) da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 9.º do presente Regulamento;

c) A rectificação de áreas candidatas ao modo de produção biológico para modo de produção integrada, com a correspondente correcção do valor do apoio, pode ser efectuada no momento da apresentação do primeiro pedido de pagamento.

2 — Os candidatos que tenham apresentado pedido de apoio, no ano de 2007, podem desistir do mesmo, no prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente Regulamento.

ANEXO I

Tabela de conversão em cabeças normais (CN)

(a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º)

| Espécies | Cabeças normais (CN) |
|--|----------------------|
| Touros, vacas e outros bovinos com mais de 2 anos e equídeos com mais de 6 meses | 1,000 |
| Bovinos de 6 meses a 2 anos | 0,600 |
| Bovinos com menos de 6 meses | 0,400 |
| Ovinos | 0,150 |
| Caprinos | 0,150 |
| Porcas reprodutoras > 50 Kg | 0,500 |
| Outros suínos | 0,300 |

| Espécies | Cabeças normais (CN) |
|-------------------------|----------------------|
| Galinhas poedeiras | 0,014 |
| Outras aves de capoeira | 0,003 |

ANEXO II

Práticas culturais e de gestão relacionadas com a preservação dos recursos naturais[a que se refere a subalínea *iii*) da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 9.º]

| Recurso: Água | | | | |
|--|---|----------------------|----------|---------------------|
| Culturas temporárias incluindo horticultura | | Culturas permanentes | | Pastagem permanente |
| Sequeiro | Regadio | Regadio | Sequeiro | |
| <ul style="list-style-type: none">— Utilizar exclusivamente os produtos fitofarmacêuticos permitidos pelo regulamento do modo de produção biológico ou os constantes de lista de produtos fitofarmacêuticos aconselhados em protecção integrada elaborada pela entidade competente;— Gerir adequadamente o equipamento destinado à aplicação de produtos fitofarmacêuticos e à armazenagem de estrume e chorume, que deverá ter capacidade para evitar a poluição das águas por descargas directas ou por escoamento superficial;— Não aplicar azoto nas culturas estromes de leguminosas;— É interdita a aplicação de efluentes zootécnicos e a preparação de produtos fitofarmacêuticos nas margens (mínimo 2 metros) das linhas de água, incluindo as temporárias, e a menos de 100 metros das captações de água para consumo humano. A aplicação de produtos fitofarmacêuticos é interdita a menos de 40 metros das captações de água para consumo humano, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro. | | | | |
| <ul style="list-style-type: none">— Dispor, no primeiro ano de atribuição do apoio, de análises de terras (sumária) e do material vegetal/foliar, no caso de culturas permanentes, acompanhadas das respectivas recomendações do laboratório, no caso de este as emitir, e também de análises da água de rega (sumária, incluindo nitratos). Repetir as análises:<ul style="list-style-type: none">— De terras, em período nunca superior a 4 anos;— De água, em período nunca superior a 4 anos, salvo se estas apresentarem valores que excedam os limites máximo recomendados fixados pelo Decreto-Lei n.º 236/98, de;— Do material vegetal/foliar nas culturas permanentes, anualmente, na época recomendada para cada cultura;— Praticar as fertilizações adequadas tendo em conta os resultados obtidos nas análises. | | | | |
| | <ul style="list-style-type: none">— Incorporar no sistema de rega uma válvula anti-retorno, sempre que através do mesmo se faça a aplicação de fertilizantes ou produtos fitofarmacêuticos;— Selar toda a estrutura hidráulica (furo, poço ou charca), que, por motivo de improdutividade, má construção, deterioração da captação ou da qualidade da água, ou outro, não permita a captação de águas subterrâneas;— Os equipamentos, quer de transporte quer de aplicação da água devem estar em bom estado de manutenção, de forma a evitar fugas e a garantir a possibilidade de regulação do débito;— Assegurar a disponibilização de água à cultura de acordo com as suas necessidades tendo por base, sempre que aplicável, os avisos emitidos ou o balanço hídrico, nomeadamente no que se refere à oportunidade de rega e dotações a aplicar, excepto na cultura de arroz. | | | |

| Recurso: Biodiversidade | | | | |
|---|---------|--|----------|---------------------|
| Culturas temporárias incluindo horticultura | | Culturas permanentes | | Pastagem permanente |
| Sequeiro | Regadio | Regadio | Sequeiro | |
| <ul style="list-style-type: none">— Manter os muros e faixas de separação das terras, a vegetação natural nas margens de todos os cursos e massas de água (sem prejuízo das limpezas e regularizações necessárias ao adequado escoamento ou capacidade de armazenamento) e as sebes, conservando-as em bom estado sanitário;— Manter os pontos de água existentes na unidade de produção com água acessível à fauna bravia, durante o período de 1 de Maio a 30 de Novembro. | | | | |
| <ul style="list-style-type: none">— Se recorrer a munda química, assegurar que pelo menos 5 % da área por parcela, não é sujeita a esta prática, devendo essas zonas ocupar faixas com largura máxima de 12 metros. Ficam excepcionadas as parcelas ocupadas por:<ul style="list-style-type: none">— Culturas hortícolas;— Campos de produção de semente previamente inscritos na entidade competente;— Arroz, caso em que deve assegurar, na envolvente dos canteiros com mais de 5ha vegetação ripícola numa área fixa não inferior a 5% da área do canteiro. | | <ul style="list-style-type: none">— Não fazer cortes para feno em pastagens permanentes de sequeiro, excepto se tal constituir uma técnica cultural de manutenção e fora da época de nidificação (Março a Abril);— Fazer um manejo compatível com o nível de produção forrageira e com a capacidade de suporte do meio natural, possibilitando a frutificação dos prados;— No caso de se verificar uma degradação da pastagem, proceder ao seu melhoramento. Se recorrer a mobilizações, estas devem ser adequadas e limitadas ao estritamente necessário e efectuadas segundo as curvas de nível;— Manter em bom estado sanitário as espécies florestais que integram o montado. | | |

| Recurso: Solo | | | | |
|---|---|---|----------|---------------------|
| Culturas temporárias incluindo horticultura | | Culturas permanentes | | Pastagem permanente |
| Sequeiro | Regadio | Regadio | Sequeiro | |
| <ul style="list-style-type: none">— Não aplicar lamas provenientes de estações de tratamento de águas residuais, ou resíduos sólidos urbanos, ou sub-produtos animais, excepto os permitidos em agricultura biológica, estrume curtido em local apropriado, chorume ou os provenientes do espalhamento natural durante o pastoreio;— Se utilizar correctivos orgânicos os mesmos devem ser espalhados sobre o terreno de forma uniforme e incorporados até 2 dias após a aplicação, a pequena profundidade, com recurso a técnicas de mobilização mínima sempre que seja adequado ao objectivo ou podendo proceder-se a injeção ou utilização de grade de discos;— Proceder à incorporação de estrumes e chorumes, quando a unidade de produção tenha actividade pecuária;— Caso proceda à aplicação de chorumes, dispor de análises com, pelo menos, os teores de azoto, zinco e cobre, análises essas a efectuar com uma periodicidade máxima de 4 anos. | | | | |
| <ul style="list-style-type: none">— Não são permitidas culturas anuais em parcelas com IQFP>=3, excepto em parcelas armadas em socalcos, terraços ou nas áreas integradas em várzeas;— Com excepção da culturas do arroz, efectuar rotações:— Durante um período de 5 anos, na mesma parcela, instalar, pelo menos, duas culturas diferentes (excepto nos casos em que nesse período apenas procedeu a uma instalação de cultura);— No caso das culturas hortícolas não é permitido repetir, em sequência, a mesma cultura;— Especificamente no caso das quenopodiáceas e das solanáceas a cultura só pode ser repetida após um período de 4 anos e de 2 anos, respectivamente;— Com excepção da culturas hortícolas e arroz, utilizar as técnicas de mobilização mínima, a não ser quando não exista alternativa viável confirmada por entidade competente;— Assegurar a cobertura vegetal do solo entre 1 de Novembro e 1 de Março, excepto nos casos:— Culturas em estufa ou arroz;— Cultura anual instalada até 1 de Novembro.— Parcelas com IQFP=1, parcelas armadas em socalcos, terraços ou em áreas integradas em várzea, para preparação de solo para instalação de cultura. | <ul style="list-style-type: none">— Manter o revestimento vegetal natural ou semeado das entrelinhas;— Controlar o desenvolvimento vegetativo através do pastoreio ou de cortes sem enterramento;— No caso de culturas regadas não aplicar herbicidas;— No caso de culturas de sequeiro só é permitido aplicar herbicidas entre 1 de Março e 1 de Agosto (assegurando que, pelo menos 3 % da área por parcela, incluindo bordaduras, em forma de faixas com a largura máxima da entrelinha, não é sujeita a monda química);— Utilizar, na sementeira da entrelinha, sempre técnicas de mobilização mínima, podendo, no caso da incorporação de correctivos orgânicos recorrer ao uso de grade de discos;— A lenha da poda deve ser triturada e deixada à superfície, excepto se existirem razões sanitárias que justifiquem a sua remoção;— Em parcelas com IQFP>= 3, só é permitida a instalação de culturas recorrendo a técnicas que minimizem a erosão do solo;— Em parcelas com IQFP>1, as mobilizações profundas necessárias à instalação devem ser realizadas segundo as curvas de nível. | <ul style="list-style-type: none">— Sempre que a percentagem de leguminosas na pastagem natural, no período da primavera seja reduzida proceder à introdução daquelas espécies melhoradoras;— Dispor, no primeiro ano de atribuição do apoio, de análises de terras (sumária), acompanhadas das respectivas recomendações do laboratório, no caso de este as emitir, repetir igual tipo de análises em período nunca superior a 4 anos, praticar as fertilizações adequadas tendo em conta os resultados obtidos nas análises;— Não fazer mobilizações com reviramento do solo, excepto no caso de incorporação de correctivos orgânicos ou no caso de sementeira de pastagens permanentes ou por razões de boa técnica agrícola e sempre após validação da entidade competente;— A sementeira com mobilização e reviramento do solo em parcelas com:— IQFP > 3 não é permitida;— IQFP = 3 só será autorizada se feita segundo as curvas de nível, em faixas com o máximo de 50 metros de largura, a mobilizar e instalar alternadamente, umas num ano, outras no ano seguinte. | | |

ANEXO III

Montantes do apoio estabelecidos por tipo de cultura e modulados em função da respectiva área elegível a que se referem os n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º

| Tipo de cultura | | Escalações de área | Montantes dos apoios (euro/ha) | |
|----------------------|----------------------------|-------------------------------|--------------------------------|--------------------|
| | | | Produção integrada | Produção biológica |
| Culturas permanentes | Frutos frescos de regadio | Até 5,00 ha | 584,00 | 900,00 |
| | | Superior a 5,00 até 10,00 ha | 467,20 | 720,00 |
| | | Superior a 10,00 até 25,00 ha | 292,00 | 450,00 |
| | | Superior a 25,00 ha | 116,80 | 180,00 |
| | Frutos frescos de sequeiro | Até 5,00 ha | 419,00 | 720,00 |
| | | Superior a 5,00 até 10,00 ha | 335,20 | 576,00 |
| | | Superior a 10,00 até 25,00 ha | 209,50 | 360,00 |
| | | Superior a 25,00 ha | 83,80 | 144,00 |

| Tipo de cultura | | | Escalaões de área | Montantes dos apoios (euro/ha) | | | |
|---|-----------------------|-------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------|--------|
| | | | | Produção integrada | Produção biológica | | |
| Culturas permanentes | Olival e frutos secos | Regadio | Até 10,00 ha | 260,00 | 510,00 | | |
| | | | Superior a 10,00 até 20,00 ha | 208,00 | 408,00 | | |
| | | | Superior a 20,00 até 50,00 ha | 130,00 | 255,00 | | |
| | | | Superior a 50,00 ha | 52,00 | 102,00 | | |
| | | Sequeiro | Até 20,00 ha | 164,00 | 236,00 | | |
| | | | Superior a 20,00 até 40,00 ha | 131,20 | 188,80 | | |
| | | | Superior a 40,00 até 100,00 ha | 82,00 | 118,00 | | |
| | | | Superior a 100,00 ha | 32,80 | 47,20 | | |
| | Vinha | Até 5,00 ha | 250,00 | 490,00 | | | |
| | | Superior a 5,00 até 10,00 ha | 200,00 | 392,00 | | | |
| | | Superior a 10,00 até 25,00 ha | 125,00 | 245,00 | | | |
| | | Superior a 25,00 ha | 50,00 | 98,00 | | | |
| | | Culturas temporárias de regadio (¹) | | | Até 20,00 ha | 194,00 | 356,00 |
| | | | | | Superior a 20,00 até 40,00 ha | 155,20 | 284,80 |
| | | | Superior a 40,00 até 100,00 ha | 97,00 | 178,00 | | |
| | | | Superior a 100,00 ha | 38,80 | 71,20 | | |
| Culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras (²) | | | Até 30,00 ha | 40,00 | 76,00 | | |
| | | | Superior a 30,00 até 60,00 ha | 32,00 | 60,80 | | |
| | | | Superior a 60,00 até 150,00 ha | 20,00 | 38,00 | | |
| | | | Superior a 150,00 ha | 8,00 | 15,20 | | |
| Culturas hortícolas ao ar livre (³) | | | Até 5,00 ha | 567,00 | 600,00 | | |
| | | | Superior a 5,00 até 10,00 ha | 453,60 | 480,00 | | |
| | | | Superior a 10,00 até 25,00 ha | 283,50 | 300,00 | | |
| | | | Superior a 25,00 ha | 113,40 | 120,00 | | |
| Culturas hortícolas em estufa | | | Sem modulação | 600,00 | 600,00 | | |
| Pastagem permanente (⁴) | | | Até 30,00 ha | 106,00 | 172,00 | | |
| | | | Superior a 30,00 até 60,00 ha | 84,80 | 137,60 | | |
| | | | Superior a 60,00 até 150,00 ha | 53,00 | 86,00 | | |
| | | | Superior a 150,00 ha | 21,20 | 34,40 | | |
| Pastagem permanente biodiversa | | | Até 30,00 ha | 130,00 | 210,00 | | |
| | | | Superior a 30,00 até 60,00 ha | 104,00 | 168,00 | | |
| | | | Superior a 60,00 até 150,00 ha | 65,00 | 105,00 | | |
| | | | Superior a 150,00 ha | 26,00 | 42,00 | | |

⁽¹⁾ Culturas de Primavera-Verão feitas em regadio, incluindo as culturas forrageiras para produção de silagem, com excepção das culturas que se inserem na classificação «Horticultura ao ar livre»;

⁽²⁾ Inclui: todas as culturas de Outono-Inverno; as culturas de Primavera-Verão efectuadas em sequeiro; todas as culturas forrageiras com excepção das que se destinam a produção de silagem feitas em regadio na Primavera-Verão; as culturas aromáticas, condimentares e medicinais feitas em regime não intensivo;

⁽³⁾ Para além das culturas hortícolas e horto-industriais realizadas ao ar livre, inclui ainda a beterraba sacarina e as culturas aromáticas, condimentares e medicinais feitas em regime intensivo da posição NC 07.09.90.90, nomeadamente salsa, cerefólio, estragão, segurelha e manjerona;

⁽⁴⁾ Inclui pastagens permanentes em terra limpa e em sob-coberto e espaço agro-florestal não arborizado com aproveitamento forrageiro.

ANEXO IV

Montantes do apoio adicional estabelecidos por tipo de cultura e modulados em função da respectiva área elegível a que se referem o n.º 2 do artigo 12.º

| Tipo de cultura | Escalões de área | Montantes dos apoios (euro/ha) |
|--|-------------------------------|--------------------------------|
| Culturas temporárias de regadio ⁽¹⁾ | Até 20,00 ha | 115,00 |
| | Superior a 20,00 até 40,00 ha | 92,00 |
| | Superior a 40 até 100,00 ha | 57,50 |
| | Superior a 100,00 ha | 23,00 |

| Tipo de cultura | Escalões de área | Montantes dos apoios (euro/ha) |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| Culturas temporárias de sequeiro e culturas forrageiras ⁽²⁾ | Até 30,00 ha | 75,00 |
| | Superior a 30,00 até 60,00 ha | 60,00 |
| | Superior a 60,00 até 150,00 ha | 37,50 |
| | Superior a 150,00 ha | 15,00 |

⁽¹⁾ Culturas de Primavera-Verão feitas em regadio, incluindo as culturas forrageiras para produção de silagem, com excepção das culturas que se inserem na classificação «Horticultura ao ar livre»;

⁽²⁾ Inclui: todas as culturas de Outono-Inverno; as culturas de Primavera-Verão efectuadas em sequeiro; todas as culturas forrageiras com excepção das que se destinam a produção de silagem feitas em regadio na Primavera-Verão; as culturas aromáticas, condimentares e medicinais feitas em regime não intensivo.

ANEXO V

Lista de raças autóctones ameaçadas e respectiva classificação quanto ao grau de risco de extinção a que se refere o artigo 13.º

| Espécie | Raça | Grau de risco de extinção |
|----------|--------------------------------|---------------------------------|
| Bovinos | Algarvia | Rara (particularmente ameaçada) |
| | Garvonesa/Chamusca | |
| | Jarmelista | |
| | Cachena | Muito ameaçada |
| | Marinhua | |
| | Arouquesa | Ameaçada |
| | Maronesa | |
| | Mirandesa | |
| | Preta | |
| | Minhota | Em risco |
| | Barrosã | |
| Ovinos | Churra Algarvia | Rara (particularmente ameaçada) |
| | Churra Badana | |
| | Churra do Campo | |
| | Churra do Minho | Muito ameaçada |
| | Mondegueira | |
| | Bordaleira Entre Douro e Minho | Ameaçada |
| | Campaniça | |
| | Churra Galega Mirandesa | |
| | Merina da Beira Baixa | |
| | Saloia | |
| | Churra Galega Bragança | Em risco |
| | Merino Preto | |
| Caprinos | Algarvia | Muito ameaçada |
| | Serpentina | |
| | Charnequeira | Ameaçada |
| | Bravia | Em risco |
| Suínos | Malhado de Alcobaça | Rara (particularmente ameaçada) |
| | Bisara | Muito ameaçada |
| | Alentejana | Ameaçada |
| Equídeos | Sorraia | Rara (particularmente ameaçada) |
| | Burro de Miranda | Muito ameaçada |
| | Garrana | |
| | Lusitana | Ameaçada |
| Galinhas | Amarela | Rara (particularmente ameaçada) |
| | Pedrês Portuguesa | |
| | Preta Lusitânica | |

ANEXO VI

Montantes anuais de apoio por CN de fêmeas reprodutoras exploradas em linha pura ou machos reprodutores a que se refere o n.º 1 do artigo 18.º

| Risco de extinção Classes | Montantes das apoios (euro/CN) |
|---------------------------------|--------------------------------|
| Rara (particularmente ameaçada) | 200,00 |
| Muito ameaçada | 170,00 |
| Ameaçada | 110,00 |
| Em risco | 90,00 |

ANEXO VII

Compromissos a que se refere o n.º 3 do artigo 26.º

| Acção | Compromissos |
|---|---|
| Acção «Alteração de Modos de Produção Agrícola» | — Manter um encabeçamento dentro dos limites estabelecidos; |
| Acção «Protecção da Biodiversidade Doméstica» | — Manter um encabeçamento dentro dos limites estabelecidos. — Fazer prova anual do efectivo presente na unidade de produção no momento da realização do pedido de pagamento — Manter a situação sanitária regularizada; |

ANEXO VIII

Compromissos a que se refere o n.º 4 do artigo 26.º

| Acção | Compromissos |
|---|---|
| Acção «Alteração de Modos de Produção Agrícola» | 1 — Candidatar toda a área da mesma cultura, no caso das culturas temporárias; 2 — Manter na parcela candidata densidade de plantação igual ou superior à densidade mínima exigida para as culturas permanentes. |
| Acção «Protecção da Biodiversidade Doméstica» | 3 — Participar num plano de conservação, caso se trate de raças raras ou muito ameaçadas, ou num plano de melhoramento, caso se trate de raças ameaçadas ou em risco, quando tal seja solicitado pela entidade competente; 4 — Permitir a recolha de material genético, quando solicitado pelo Banco Português de Germoplasma Animal. 5 — Comunicar à entidade responsável do livro genealógico ou registo zootécnico todas as alterações do efectivo; 6 — Cumprir as normas do livro genealógico ou registo zootécnico. |

ANEXO IX

Compromissos a que se refere o n.º 5 do artigo 26.º

| Acção | Compromissos |
|---|--|
| Acção «Alteração de Modos de Produção Agrícola» | — Manter toda a superfície agrícola e agro-florestal da unidade de produção e os respectivos animais sob controlo de OC reconhecido no modo de produção praticado. — Só utilizar para alimentação dos animais da unidade de produção áreas de baldio que respeitam o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º |
| Acção «Protecção da Biodiversidade Doméstica» | — Manter a detenção de um efectivo pecuário constituído por fêmeas reprodutoras exploradas em linha pura ou por machos reprodutores, inscritos no livro genealógico ou registo zootécnico das raças autóctones constantes do anexo v a este regulamento. |

ANEXO X

Compromissos a que se refere o n.º 6 do artigo 26.º

| | |
|--|---|
| Acção «Alteração de Modos de Produção Agrícola» — Compromisso complementar | — Utilizar técnicas de sementeira directa e mobilização na linha, de forma continuada durante o período do compromisso. |
|--|---|

ANEXO XI

Compromissos a que se referem o n.º 8 do artigo 26.º

| Acção “Alteração de Modos de Produção Agrícola” | |
|--|-----------|
| Compromisso | Pontuação |
| Manter actualizado o caderno de campo apropriado, registando toda a informação relativa às práticas agrícolas adoptadas e manejo do efectivo pecuário. | 10 |
| Manter individualizadas as instalações, os efluentes zootécnicos e as produções dos animais, submetidos a cada um dos modos de produção, quando estes coexistem na unidade de produção | 5 |
| Utilizar exclusivamente os produtos fitofarmacêuticos permitidos pelo regulamento do modo de produção biológico (Regulamento (CEE) n.º 2092/91) ou os constantes de lista de produtos fitofarmacêuticos aconselhados em protecção integrada elaborada pela entidade competente; | 10 |
| Gerir adequadamente o equipamento destinado à aplicação de produtos fitofarmacêuticos, à armazenagem de estrume e chorume, (que deverá ter capacidade para evitar a poluição das águas por descargas directas ou por escoamento superficial); | 5 |
| Não aplicar azoto nas culturas extremas de leguminosas | 10 |
| É interdita a aplicação de efluentes zootécnicos e a preparação de produtos fitofarmacêuticos nas margens (mínimo 2 metros), das linhas de água, incluindo as temporárias e a menos de 100 metros das captações de água para consumo humano. A aplicação de produtos fitofarmacêuticos é interdita a menos 40 metros das captações de água para consumo humano, sem prejuízo no disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de Setembro. | 10 |
| Disponer, no primeiro ano de atribuição do apoio, de análises de terras (sumária) e do material vegetal/foliar, no caso de culturas arbóreas e arbustivas, acompanhadas das respectivas recomendações do laboratório, no caso de este as emitir, e também de análises da água de rega (sumária, incluindo nitratos). Repetir as análises: <ul style="list-style-type: none"> • de terra em período nunca superior a 4 anos; • de água, em período nunca superior a 4 anos, salvo de estas apresentarem valores que excedam os limites máximo fixados pelo Decreto-Lei n.º 236/98; • do material vegetal/foliar, anualmente, na época recomendada para cada cultura. | 10 |
| Praticar as fertilizações adequadas tendo em conta os resultados obtidos na análises 5 | 5 |
| Incorporar no sistema de rega uma válvula anti-retorno, sempre que através do mesmo se faça a aplicação de fertilizantes ou produtos fitofarmacêuticos; | 2 |
| Selar toda a estrutura hidráulica (furo, poço ou charca), que por motivo de improdutividade, má construção, deterioração da captação e/ou da qualidade da água, ou outra não permita a captação de águas subterrâneas; | 10 |
| Os equipamentos, quer de transporte quer de aplicação da água devem estar em bom estado de manutenção, de forma a evitar fugas e a garantir a possibilidade de regulação do débito; | 5 |
| Assegurar a disponibilização de água à cultura de acordo com as suas necessidade tendo por base os avisos emitidos ou o balanço hídrico, nomeadamente no que se refere à oportunidade de rega e dotações a aplicar, excepto na cultura de arroz. | 5 |
| Manter os muros e faixas de separação das terras, a vegetação natural nas margens de todos os cursos e massas de água (sem prejuízo das limpezas e regularizações necessárias ao adequado escoamento e/ou capacidade de armazenamento) e as sebes, conservando-as em bom estado sanitário | 5 |
| Manter os pontos de água existentes na unidade de produção com água acessível à fauna bravia, durante o período de 1 de Maio a 30 de Novembro | 2 |
| Se recorrer a monda química assegurar que pelo menos 5% da área por parcela, não é sujeita a esta prática, devendo essas zonas ocupar a forma de faixas com largura máxima de 12 metros, excepto nos seguintes casos: <p>Culturas hortícolas;</p> <p>Campos de produção de semente previamente inscritos na entidade competente.</p> <p>Arroz, neste caso deve conservar ou criar, nas áreas envolventes dos canteiros (com mais de 5ha) vegetação ripícola numa área fixa não inferior a 5% (da área do canteiro) durante os 5 anos</p> | 5 |
| Não fazer cortes para feno em pastagens permanentes de sequeiro, excepto se tal constituir uma técnica cultural de manutenção e fora da época de nidificação (Março a Abril) | 5 |
| Fazer um manejo compatível com o nível de produção forrageira e com a capacidade de suporte do meio natural, possibilitando a frutificação dos prados | 5 |
| No caso de se verificar uma degradação da pastagem, proceder ao seu melhoramento. As mobilizações devem ser adequadas e minimizadas ao estritamente necessário devendo ser efectuadas segundo as curvas de nível | 2 |
| Manter em bom estado sanitário as espécies florestais que integram o montado | 2 |
| Não aplicar lamas provenientes de Estações de Tratamento de Águas Residuais, ou Resíduos sólidos urbanos, ou subprodutos animais, excepto os permitidos em agricultura biológica, estrume curtido em local apropriado, chorume ou os provenientes do espalhamento natural do pastoreio | 10 |
| Se utilizar correctivos orgânicos os mesmos devem ser espalhados sobre o terreno de forma uniforme e incorporados (por injeção ou recurso à grade de discos) até 2 dias após a aplicação | 5 |
| Proceder à incorporação de estrumes e chorumes, quando a unidade de produção tenha actividade pecuária | 2 |
| Caso proceda à aplicação de efluentes de chorumes, dispor de análises com, pelo menos, os teores de azoto, zinco e cobre, análises essas a efectuar com uma periodicidade máxima de 4 anos | 5 |
| Não são permitidas culturas anuais em solos com IQFP>=3, excepto em parcelas armadas em socacos ou terraços e nas áreas integradas em várzeas ou planaltos | 5 |

| Acção “Alteração de Modos de Produção Agrícola” | |
|--|-----------|
| Compromisso | Pontuação |
| Com excepção da culturas do arroz, efectuar rotações: <ul style="list-style-type: none"> • Durante um período de 5 anos, na mesma parcela, instalar, pelo menos, duas culturas diferentes (excepto nos casos em que nesse período apenas procedeu a uma instalação de cultura). • No caso das culturas hortícolas não é permitido repetir, em sequência, a mesma cultura, • Especificamente no caso das quenopodiaceas e das solanaceas a cultura só pode ser repetida após um período de 4 anos e de 2 anos, respectivamente | 2 |
| Com excepção da culturas hortícolas e arroz, utilizar as técnicas de mobilização mínima, a não ser quando não exista alternativa viável confirmado por entidade competente | 5 |
| Assegurar a cobertura vegetal do solo entre 1 de Novembro e 1 de Março, excepto nos casos: <ul style="list-style-type: none"> • culturas em estufa ou arroz; • cultura anual instalada até 1 de Novembro | 5 |
| Manter o revestimento vegetal natural ou semeado das entrelinhas. <ul style="list-style-type: none"> • Controlar o desenvolvimento vegetativo da entrelinha através de cortes, sem enterramento; • No caso de culturas regadas não aplicar herbicidas; • No caso de culturas de sequeiro só é permitido aplicar herbicidas entre 1 de Março e 1 de Agosto (assegurando que, pelo menos 3% da área por parcela, incluindo bordaduras, em forma de faixas com a largura máxima da entrelinha, não é sujeita a monda química) • Utilizar, na sementeira da entrelinha, sempre técnicas de mobilização mínima (excepto no caso de incorporação de correctivos orgânicos, onde se permite o uso de grade de discos) | 5 |
| A lenha da poda deve ser triturada e deixada à superfície, excepto se existirem razões sanitárias que justifiquem a sua remoção | 2 |
| Em parcelas com IQFP ≥ 3, só é permitida instalação de culturas recorrendo a técnicas que minimizem a erosão do solo. | 5 |
| Em solos com IQFP > 1, as mobilizações profundas necessárias à instalação devem ser realizadas segundo as curvas de nível. | 5 |
| Sempre que a percentagem de leguminosas na pastagem natural, no período da primavera seja reduzida, proceder à introdução daquelas espécies melhoradoras | 2 |
| Não fazer mobilizações com reviramento do solo, excepto no caso de incorporação de correctivos orgânicos (caso em que é permitido o uso de grade de discos) ou no caso de sementeira de prados permanentes e por razões de boa técnica agrícola e sempre após validação da entidade competente; | 5 |
| A sementeira com mobilização e reviramento do solo: <ul style="list-style-type: none"> • em parcelas com IQFP > 3 não é permitida; • em parcelas com IQFP = 3 só será autorizada se feita segundo as curvas de nível, em faixas com o máximo de 50 metros de largura, a mobilizar e instalar alternadamente, umas num ano, outras no ano seguinte | 5 |

ANEXO XII

Transição entre programas a que se refere o n.º 1 do artigo 28.º

| Correspondência entre programas | |
|---|--|
| De RURIS | Para PRODER |
| <ul style="list-style-type: none"> — Protecção integrada; — Produção integrada; — Melhoramento do solo e luta contra a erosão: <ul style="list-style-type: none"> — sementeira directa e mobilização na zona ou na linha; — enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes; — cultura complementar forrageira Outono-Inverno; — Sistemas forrageiros extensivos; — Redução da lixiviação de agro-químicos para os aquíferos; — Sistemas arvenses de sequeiro. | Alteração de Modos de Produção Agrícola: <ul style="list-style-type: none"> — Modo de Produção Integrado; — Modo de Produção Biológico. |
| Agricultura biológica | Alteração de Modos de Produção Agrícola: <ul style="list-style-type: none"> — Modo de Produção Biológico |
| Manutenção de raças autóctones | Protecção da Biodiversidade Doméstica |
| Hortas do sul (Alentejo e Algarve); <ul style="list-style-type: none"> — Vinha de Colares; — Apoio à apicultura; — Sistemas Policulturais Tradicionais; — Lameiros e outros prados e pastagens de elevado valor florístico; — Olival Tradicional; — Pomares Tradicionais; — Preservação de Bosquetes ou Maciços Arbustivo e Arbóreos com Interesse Ecológico e Paisagístico; — Arrozal. | Alteração de Modos de Produção Agrícola: <ul style="list-style-type: none"> — Modo de Produção Integrado; — Modo de Produção Biológico. (se localizadas fora de uma zona de Intervenção Territorial Integrada) |



ACTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ACONSELHADOS EM PROTECÇÃO INTEGRADA

• OLIVAL •

INCLUSÃO DE SUBSTÂNCIA ACTIVA E NOME COMERCIAL EXCLUSÃO DE SUBSTÂNCIA ACTIVA E NOME COMERCIAL PERMISSÃO TEMPORÁRIA® RECTIFICAÇÃO

| INSECTICIDAS E ACARICIDAS | | | | | | | |
|---|-------|----------------------------|---------|---|----------|----------------------------|--|
| Substância activa | Form. | Concentração (g s.a. / hl) | IS Dias | Nome comercial | Classif. | Nº de aplicações | Condições de aplicação |
| algodão (<i>Euphyllura olivina</i>) | | | | | | | |
| dimetoato ® | EC | 30 | (1) | DAFENIL PROGRESS • DANADIM PROGRESS • DIMETAL • DIMETEX ROGOR • DIMISTAR PROGRESS • PERFEKTHION | Xn, N | Máximo duas aplicações | (1) 42 dias podendo este intervalo ser reduzido para 21 dias, quando se efectua apenas 1 aplicação na concentração de 30g s.a./hl (correspondente a 75ml p.c./hl). |
| lambda-cialotrina ® | EC | 2 | 7 | KARATE with ZEON technology • KARATE ZEON | Xn; N | Máximo duas aplicações | |
| cochonilhas e cochonilha negra (<i>Saissetia oleae</i>) | | | | | | | |
| óleo de Verão (2) | EC | 792-1584 | - | GARBOL | N | --- | (2) Tratar quando as cochonilhas são jovens e se encontram nos estados ninfaís; (3) Considerando algumas diferenças de teor em substância activa (700 e 800g/l), em condições práticas, os valores referenciados correspondem a 1 a 2 litros de produto comercial; |
| | EO | 700-1600 (3) | | OLEOFIX • POMOROL • SOLEOL • VEROL | Is | | |
| gorgulho (<i>Otiorynchus cibricollis</i>) | | | | | | | |
| dimetoato ® | EC | 30 | (1) | DAFENIL PROGRESS • DANADIM PROGRESS • DIMETAL • DIMETEX ROGOR • DIMISTAR PROGRESS • PERFEKTHION | Xn, N | Máximo duas aplicações | (1) 42 dias podendo este intervalo ser reduzido para 21 dias, quando se efectua apenas 1 aplicação na concentração de 30g s.a./hl (correspondente a 75ml p.c./hl). |
| mosca da azeitona (<i>Bactrocera oleae</i>) | | | | | | | |
| deltametrina ® | EC | 1,25 | 7 | DECIS • DELTAPLAN | Xn; N | Máximo duas aplicações | (12) Para produtos fitofarmacêuticos com base em substâncias activas do grupo dos piretróides, só são permitidas duas aplicações, por finalidade e por ciclo cultural, quando aplicável. |
| dimetoato ® | EC | 30-60 (4) | (1) | DAFENIL PROGRESS • DANADIM PROGRESS • DIMETAL • DIMETEX ROGOR • DIMISTAR PROGRESS • PERFEKTHION | Xn, N | Máximo duas aplicações | (1) 42 dias podendo este intervalo ser reduzido para 21 dias, quando se efectua apenas 1 aplicação na concentração de 30g s.a./hl (correspondente a 75ml p.c./hl). (4) Ataques precoces: 1º tratamento (Julho-Agosto) 30g s.a./hl; 2º tratamento (Setembro-Outubro) 60g s.a./hl; Ataques tardios: tratamentos em (Setembro-Outubro) 60g s.a./hl; Ataques tardios próximos da colheita: um tratamento a 30g s.a./hl; |
| fosmete (5) | WP | 50 | 14 | IMIDAN 50 WP | Xn, N | Máximo duas aplicações | (5) Autorizado apenas para aplicação em produção de azeitona de mesa, com um máximo de 2 aplicações. Não pode ser aplicado em azeitonas para produção de azeite. |
| lambda-cialotrina ® | EC | 2 | 7 | KARATE with ZEON technology • KARATE ZEON | Xn; N | Máximo duas aplicações | (12) Para produtos fitofarmacêuticos com base em substâncias activas do grupo dos piretróides, só são permitidas duas aplicações, por finalidade e por ciclo cultural, quando aplicável. |
| spinosade | CB | 0,24 (11) | 7 | SPINTOR ISCO | N | Máximo quatro aplicações # | (11) Utilizar a dose de 1 L de p.c/ha e um volume de calda de 5-10 L/ha. Aplicar preferencialmente na parte da árvore exposta a sul. Os bicos do pulverizador têm que ser adaptados, devem ter o diâmetro de 1 mm e deve-se retirar o difusor. # Para evitar o desenvolvimento de resistências aconselha-se a não efectuar mais de duas aplicações por ciclo cultural. |
| ® Permitido temporariamente. Só são permitidas, por substância activa e por finalidade, no máximo duas aplicações por ciclo cultural, quando aplicável. | | | | | | | |
| * Consultar lista de cancelamento de uso para produtos comerciais disponível no site da DGADR (www.dgadr.pt). | | | | | | | |



ACTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ACONSELHADOS EM PROTECÇÃO INTEGRADA

• OLIVAL •

| INSECTICIDAS E ACARICIDAS | | | | | | | |
|--|-------|----------------------------|---------|---|-----------|------------------------|--|
| Substância activa | Form. | Concentração (g s.a. / hl) | IS Dias | Nome comercial | Classif . | Nº de aplicações | Condições de aplicação |
| traça (<i>Prays oleae</i>) | | | | | | | |
| <i>Bacillus thuringiensis</i> (6) | WP | 400-600g pc/ha (7) | - | BACTIL X2 • DIPEL (KENOGARD) • DIPEL WP | Is | --- | (6) O tratamento deve ser dirigido à geração antófaga. |
| | | | | BELTHIRUL • PRESA | Xi | | (7) Dadas as características do produto as doses de aplicação estão expressas em gramas de produto comercial/ha. |
| deltametrina ® | EC | 0,75 - 1,25 | 7 | DECIS EXPERT | Xn; N | Máximo duas aplicações | (12) Para produtos fitofarmacêuticos com base em substâncias activas do grupo dos piretróides, só são permitidas duas aplicações, por finalidade e por ciclo cultural, quando aplicável. |
| lambda-cialotrina ® (12) | CS | 0,75 (9) | - | ATLAS • JUDO • KARATE with ZEON technology • KARATE ZEON • NINJA with ZEON technology | Xn,N | máximo duas aplicações | (9) Tratar ao início do aparecimento das lagartas, antes da abertura das flores, desde que atingido o NEA. |
| | | 0,525 (13) -1,05 (14) | | KARATE with ZEON technology 1,5 CS | Xi; N | | (12) Para produtos fitofarmacêuticos com base em substâncias activas do grupo dos piretróides, só são permitidas duas aplicações, por finalidade e por ciclo cultural, quando aplicável. (13) No controlo da geração antófaga. (14) No controlo da geração carpófaga. |
| traça verde/margarónia (<i>Palpita unionalis</i>) | | | | | | | |
| deltametrina ® (12) | EC | 0,75 - 1,25 | 7 | DECIS EXPERT | Xn; N | Máximo duas aplicações | (12) Para produtos fitofarmacêuticos com base em substâncias activas do grupo dos piretróides, só são permitidas duas aplicações, por ciclo cultural e para o total das finalidades, quando aplicável. |
| lambda-cialotrina ® (12) | CS | 1-2 (10) | 7 | KARATE with ZEON technology | Xn, N | Máximo duas aplicações | (10) Usar a concentração mais elevada nos ataques severos e a concentração inferior em ataques ligeiros. (12) Para produtos fitofarmacêuticos com base em substâncias activas do grupo dos piretróides, só são permitidas duas aplicações, por finalidade e por ciclo cultural, quando aplicável. |
| tripes (<i>Liothrips oleae</i>) | | | | | | | |
| lambda-cialotrina ® | CS | 1-2 (10) | 7 | KARATE with ZEON technology • KARATE ZEON | Xn, N | Máximo duas aplicações | (10) Usar a concentração mais elevada nos ataques severos e a concentração inferior em ataques ligeiros. |
| ® Permitido temporariamente. Só são permitidas, por substância activa e por finalidade, no máximo duas aplicações por ciclo cultural, quando aplicável. * Consultar lista de cancelamento de uso para produtos comerciais disponível no site da DGADR (www.dgadr.pt). | | | | | | | |



ACTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ACONSELHADOS EM PROTECÇÃO INTEGRADA

• OLIVAL •

| FUNGICIDAS | | | | | | | |
|---|-------|----------------------------|---------|--|----------|------------------|---|
| Substância activa | Form. | Concentração (g s.a. / hl) | IS Dias | Nome comercial | Classif. | Nº de aplicações | Condições de utilização |
| cercosporiose (<i>Cercospora cladosporioides</i>) | | | | | | | |
| cobre (oxicloreto) (1) | WP | 200-250Cu (2) | 7 | COBRE 50 SELECTIS • CURENOX 50 • GAFEX* | Xn, N | -- | (1) Realizar o 1º tratamento antes da queda das primeiras chuvas outonais. Se as condições climáticas decorrerem favoráveis ao desenvolvimento da doença, repetir o tratamento passadas três semanas. (2) No caso da formulação contendo 26,6% de Cu, utilizar 16-40 g Cu/árvore, numa única aplicação, dependendo do porte. |
| | | | | BLAURAME • CALICOBRE 50 WP • COZI 50 • CUPRAVIT • CUPRITAL • CUPROCAFFARO • EXTRA-COBRE 50 • NEORAM BLU • ULTRA COBRE | Xn | | |
| | SC | 190-230Cu | 7 | COBRE FLOW CAFFARO | Xn | | |
| | | | | EIBOL-COBRE* • FLOWBRIX • FLOWBRIX BLU• FLOWRAM CAFFARO | N | | |
| | | | | CUPRITAL SC • CUPROCOL • CUPROCOL INCOLOR • INACOP-L | Xn; N | | |
| | WG | 200-300 Cu | 7 | OXITEC 25% HI BIO • NUCOP M 35% HI BIO | Xi; N | | |
| CUPRITAL 50 WG | | | | Xn; N | | | |
| gafa (<i>Gloeosporium olivarium</i>) | | | | | | | |
| cobre (hidróxido) (1) | WP | 200 | 7 | COBRE HIDRÓXIDO ADP • CHAMPION WP • GYPSY 50 WP • HIDROTEC 50% WP • MACC 50 | Xn, N | -- | (1) Realizar o 1º tratamento antes da queda das primeiras chuvas outonais. Se as condições climáticas decorrerem favoráveis ao desenvolvimento da doença, repetir o tratamento passadas três semanas. |
| | WG | 105 -210 | 7 | COPERNICO 25% HiBio • HIDROTEC 20% HI BIO | Xi; N | | |
| | | | | CHAMPION WG • KADOS • KOCIDE DF • KOCIDE OPTI • KOCIDE35 DF • KOCIDE 200 • KOLECTIS • VITRA 40 MICRO | Xn, N | | |
| cobre (oxicloreto) (1) | WP | 200-250Cu (2) | 7 | COBRE 50 SELECTIS • CURENOX 50 • GAFEX* | Xn, N | -- | (1) Realizar o 1º tratamento antes da queda das primeiras chuvas outonais. Se as condições climáticas decorrerem favoráveis ao desenvolvimento da doença, repetir o tratamento passadas três semanas. (2) No caso da formulação contendo 26,6% de Cu, utilizar 16-40 g Cu/árvore, numa única aplicação, dependendo do porte. |
| | | | | BLAURAME • CALICOBRE 50 WP • COZI 50 • CUPRAVIT • CUPRITAL • CUPROCAFFARO • EXTRA-COBRE 50 • NEORAM BLU • ULTRA COBRE | Xn | | |
| | SC | 190-230Cu | 7 | COBRE FLOW CAFFARO | Xn | | |
| | | | | EIBOL-COBRE • FLOWBRIX • FLOWBRIX BLU• FLOWRAM CAFFARO | N | | |
| | | | | CUPRITAL SC • CUPROCOL • CUPROCOL INCOLOR • INACOP-L | Xn; N | | |
| | WG | 200-300Cu | 7 | OXITEC 25% HI BIO • NUCOP M 35% HI BIO | Xi; N | | |
| CUPRITAL 50 WG ADVANCE | | | | Xn; N | | | |
| cobre (sulfato) (1) | XX | 250-300 | 7 | SULFATO DE COBRE CRYSTAL (APV 2206 E APV 3976)* • SULFATO DE COBRE MACKECHNIE* • SULFATO DE COBRE NEVE (APV 2205 E APV 3935)* • SULFATO DE COBRE VALLÉS* | Xn; N | --- | (1) Realizar o 1º tratamento antes da queda das primeiras chuvas outonais. Se as condições climáticas decorrerem favoráveis ao desenvolvimento da doença, repetir o tratamento passadas três semanas. |
| * Consultar lista de cancelamento de uso para produtos comerciais disponível no site da DGADR (www.dgadr.pt). | | | | | | | |

* Consultar lista de cancelamento de uso para produtos comerciais disponível no site da DGADR (www.dgadr.pt).



ACTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ACONSELHADOS EM PROTECÇÃO INTEGRADA

• OLIVAL •

| FUNGICIDAS | | | | | | | |
|---|-------|----------------------------|---------|---|----------|------------------------|--|
| Substância activa | Form. | Concentração (g s.a. / hl) | IS Dias | Nome comercial | Classif. | Nº de aplicações | Condições de utilização |
| gafa (<i>Gloeosporium olivarum</i>)(cont.) | | | | | | | |
| cobre (sulfato de Cu tribásico) (1) | SC | 247 | 7 | CUPROXAT | N | --- | (1) Realizar o 1º tratamento antes da queda das primeiras chuvas outonais. Se as condições climáticas decorrerem favoráveis ao desenvolvimento da doença, repetir o tratamento passadas três semanas. |
| cobre (sulfato de cobre e cálcio – mistura bordalesa) | WP | 195-400 | 7 | CALDA BORDALESA NUFARM • CALDA BORDALESA QUIMIGAL (APV 2211* E APV 3852) • CALDA BORDALESA VALLES | Xi; N | --- | (1) Realizar o 1º tratamento antes da queda das primeiras chuvas outonais. Se as condições climáticas decorrerem favoráveis ao desenvolvimento da doença, repetir o tratamento passadas três semanas. |
| | | | | BORDEAUX CAFFARO 13 • CALDA BORDALESA CAFFARO 20 • CALDA BORDALESA QUIMAGRO • CALDA BORDALESA RSR | Xn; N | | |
| | | | | CALDA BORDALESA SAPEC • CALDA BORDALESA SELECTIS | N | | |
| | WG | 200-400 | 7 | PEGASUS WG | Xi; N | | |
| olho de pavão (<i>Spilocea oleagina</i>) | | | | | | | |
| cobre (hidróxido) (3) | WP | 160-200 | 7 | COBRE HIDRÓXIDO ADP • CHAMPION WP • GYPSY 50 WP • HIDROTEC 50% WP•MACC 50 | Xn, N | --- | (3) No Outono, quando aparecem as primeiras manchas da doença, realizar uma ou duas aplicações. Em anos de Primavera chuvosa repetir o tratamento. |
| | WG | 105-210 | 7 | COPERNICO 25% HiBio • HIDROTEC 20% Hi BIO | Xi; N | | |
| | | | | CHAMPION WG • KADOS • KOCIDE DF • KOCIDE OPTI • KOCIDE35 DF • KOCIDE 200 • KOLECTIS • VITRA 40 MICRO | Xn, N | | |
| cobre (oxicloreto) (3) | WP | 200-250Cu (2) | 7 | COBRE 50 SELECTIS • CURENOX 50 • GAFEX* | Xn, N | --- | (2) No caso da formulação contendo 26,6% de Cu, utilizar 16-40 g Cu/árvore, numa única aplicação, dependendo do porte. (3) No Outono, quando aparecem as primeiras manchas da doença, realizar uma ou duas aplicações. Em anos de Primavera chuvosa repetir o tratamento. |
| | | | | BLAURAME • CALICOBRE 50 WP • COZI 50 • CUPRAVIT • CUPRITAL • CUPROCAFFARO• EXTRA-COBRE 50 • NEORAM BLU •ULTRA COBRE | Xn | | |
| | SC | 190-230Cu | 7 | COBRE FLOW CAFFARO | Xn | | |
| | | | | EIBOL-COBRE* • FLOWBRIX • FLOWBRIX BLU• FLOWRAM CAFFARO | N | | |
| | | | | CUPRITAL SC • CUPROCOL • CUPROCOL INCOLOR• INACOP-L | Xn; N | | |
| | WG | 200-300Cu | 7 | OXITEC 25% HI BIO • NUCOP M 35% HI BIO | Xi; N | | |
| CUPRITAL 50 WG ADVANCE | | | | Xn; N | | | |
| cobre (óxido cuproso) (3) | WG | 150 | 7 | COBRE NORDOX SUPER 75 WG • COBRE SANDOZ LÍQUIDO | N | | (3) No Outono, quando aparecem as primeiras manchas da doença, realizar uma ou duas aplicações. Em anos de Primavera chuvosa repetir o tratamento. |
| difenoconazol (4) | EC | 15 | 30 | SCORE 250 EC | N | Máximo duas aplicações | (4) Aplicar na Primavera, não efectuando mais de dois tratamentos, com produtos com o mesmo modo de acção (DMI). |
| * Consultar lista de cancelamento de uso para produtos comerciais disponível no site da DGADR (www.dgadr.pt). | | | | | | | |



ACTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ACONSELHADOS EM PROTECÇÃO INTEGRADA

• OLIVAL •

| FUNGICIDAS | | | | | | | |
|--|-------|-------------------------------|----------------|-----------------------------|----------|------------------------|--|
| Substância activa | Form. | Concentração (g s.a. / hl) | IS Dia s | Nome comercial | Classif. | Nº de aplicações | Condições de utilização |
| olho de pavão (<i>Spiloea oleagina</i>)(cont.) | | | | | | | |
| tebuconazol (4) | EW | 15 | - | ORIOUS 25 EW • TEBUTOP GOLD | Xn; N | Máximo duas aplicações | (4) Aplicar na Primavera, não efectuando mais de dois tratamentos, com produtos com o mesmo modo de acção (DMI). |
| | | | | ORIOUS 20 EW | Xn | | |
| | ME | | | FOLICUR | Xn; N | | |
| | EO | | | ENIGMA • LOUSAL | Xn; N | | |
| zirame (5) | WG | 228 | - | THIONIC WG • ZIDORA AG | Xn; N | Máximo uma aplicação | (5) Utilizar apenas em tratamentos de Primavera. |

| HERBICIDAS | | | | | | | |
|---|-------|-------------------------------------|---------|---|-------------------------------------|----------|---------|
| Substância activa | Form. | Dose (g s.a. / ha) | IS Dias | Condições de aplicação | Nome comercial | Classif. | Observ. |
| monocotiledóneas | | | | | | | |
| quizalofop-P-etilo | EC | 50-150 | - | Pós-emergência das infestantes. | TARGA GOLD | Xn; N | |
| dicotiledóneas anuais | | | | | | | |
| fluroxipir-1MHE | EC | 200-300 | - | Após emergência das infestantes quando estão em crescimento activo. Não aplicar em pomares com menos de 4 anos. Não molhar as árvores, especialmente os rebentos. | STARANE 20 • TOMAHAWK | Xn; N | |
| monocotiledóneas e dicotiledóneas | | | | | | | |
| amitrol | SG | 1720 a 2580 (1) 2580 (2) | (3) | (1) dicotiledóneas em desenvolvimento e gramíneas até ao afilhamento. (2) dicotiledóneas desenvolvidas e gramíneas até ao encanamento. (3) não aplicar após o início da queda da azeitona | CARAMBA • MAXATA | Xn; N | |
| amitrol+tiocianato de amónio | SL | 960+860 a 1440+1290 | (1) | (1) não aplicar após o início da queda da azeitona | ETIZOL TL • TRIVIAL | Xn | |
| amitrol+terbutilazina + tiocianato de amónio | SC | 955+500+900 a 1432,5+750+1350 | - | Aplicar depois da colheita até ao início da Primavera | SIMALEX • TRAZOL | Xn; N | |
| diflufenicão + glifosato | SC | 160+640 | - | Aplicar em pós-emergência precoce das infestantes no Outono. Não aplicar em pomares com menos de 4 anos. Durante a aplicação não atingir folhas, ramos e frutos. | ALIADO • FUJI • TRONX SUPER • ZARPA | Xi | |
| diflufenicão + glifosato + oxifluorfená | SC | 250+1000+150 | (1) | A aplicação deve ser dirigida ao solo de modo a não atingir as partes verdes da cultura. (1) Não aplicar após o início da queda da azeitona | DAKAR TRIO • KAPITAL TRIO | Xi; N | |
| © Permitido temporariamente. Só são permitidas, por substância activa e por finalidade, no máximo duas aplicações por ciclo cultural, quando aplicável. | | | | | | | |



ACTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ACONSELHADOS EM PROTECÇÃO INTEGRADA

• OLIVAL •

| HERBICIDAS | | | | | | | |
|---|-------|----------------------------|------------|---|--|----------|---|
| Substância activa | Form. | Dose (g s.a. / ha) | IS Dias | Condições de aplicação | Nome comercial | Classif. | Observ. |
| monocotiledóneas e dicotiledóneas (cont.) | | | | | | | |
| flazassulfurão Ⓢ (♣) | WG | 40 | 45 | Aplicar em oliveiras com mais de 3 anos. Para infestantes gramíneas e dicotiledóneas anuais recomenda-se uma única aplicação, no Outono, em pré-emergência ou pós-emergência precoce das infestantes de preferência até 4-5 folhas (5-15 cm). | KATANA | N | (♣) flazassulfurão: para combate de infestantes do género <i>Conyza</i> (avoadinha), não pode ser aplicado em solos pobres em matéria orgânica e com toalhas frêáticas a menos de 2 metros de profundidade. |
| glifosato (sal de amónio) | SG | 272-3600 | 28 | Após a emergência das infestantes, quando estas se encontram em crescimento activo. Durante a aplicação não atingir folhas, ramos e frutos. | BUGGY 360 SG • ROUNDUP FORTE | Xi; N | |
| | SL | 720-2520 | | | TORNADO • TOUCHDOWN PREMIUM | Is | |
| glifosato (sal de isopropilamónio) | SL | 540-3600 | 28 | Após a emergência das infestantes, quando estas se encontram em crescimento activo. Durante a aplicação não atingir folhas, ramos e frutos. | ARBONAL STAR 45 • ASTERÓIDE • COSMIC • ENVISION 45 • GLIFOTOP ULTRA • OXALIS • ROUNDUP SUPRA • ROUNDUP ULTRA • PITON VERDE •PREMIER 45 ENVISION | Is | |
| | | | | | BUGGY • GLYFOGAN (Av0055)* • GLIFOTOP • LOGRADO • NUFOSATE •RADIKAL • RAUDO • ROUNDUP • RUMBO VALLÉS • TOMCATO | Xi; N | |
| | | | | | MARQUI • GLIFOPEC | Xi | |
| | | | | | ACCELERATOR 45 • CLINIC ACE • GLIFOS • GLIFOS ACCELERATOR • GLIFOSATO SAPEC • GLIFOSATO SELECTIS • GLYFOGAN (Av 0163) • MONTANA • PREMIER • RONAGRO • TAIFUN | N | |
| glifosato (sal de potássio) | SL | 270-3510 | 28 | Após a emergência das infestantes, quando se encontram em crescimento activo. Não aplicar em oliveiras com menos de 3 anos. Durante a aplicação não atingir folhas, ramos e frutos. | ROUNDUP BRONCO | N | |
| | | | | | ROUNDUP GPS • SUPER STING | Xi; N | |
| glifosato (sal de isopropilamónio) + oxifluorfená | SC | 800+120 a 1200+180 | 28 | Após a emergência das infestantes, quando estas se encontram em crescimento activo. Não aplicar em oliveiras com menos de 3 anos. Durante a aplicação não atingir folhas, ramos e frutos. | BUHAWI • GLYPHOGAN MAXX • LASER PLUS • SPEEDAGRO | Is | |
| | | | | | DAKAR COMBI • DAKAR SUPER • GLIFOX • GLITZ SUPER | Xi; N | |
| glifosato (sal de isopropilamónio) + terbutilazina | SC | 774+1484 a 1080+2070 | 28 | Após a emergência das infestantes anuais. | CORINDO • FOLAR 525 FW • GLITZ | Xi; N | |
| Ⓢ Permitido temporariamente. Só são permitidas, por substância activa e por finalidade, no máximo duas aplicações por ciclo cultural, quando aplicável. | | | | | | | |



ACTUALIZAÇÃO DOS PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ACONSELHADOS EM PROTECÇÃO INTEGRADA

• OLIVAL •

| HERBICIDAS | | | | | | | |
|--|-------|-----------------------|------------|--|--|----------|---------|
| Substância activa | Form. | Dose (g s.a. / ha) | IS Dias | Condições de aplicação | Nome comercial | Classif. | Observ. |
| monocotiledóneas e dicotiledóneas (cont.) | | | | | | | |
| glufosinato-amónio ® | SL | 1500 - 4500 | - | Aplicação durante o ciclo da cultura. Não atingir os órgãos verdes da planta. Utilizar as doses mais baixas no controlo de infestantes anuais; e as mais altas no controlo de infestantes vivazes | BASTAS | Xn | |
| oxifluorfena | EC | 720-960 | -- | A partir do 1º ano de plantação, no fim do Outono e/ou da Primavera. Não aplicar nas épocas de crescimento activo da cultura. A aplicação deve ser dirigida ao solo, antes da emergência das infestantes ou na fase de plântula. Durante a aplicação não atingir folhas, ramos e frutos. | GALIGAN 240 EC • OXIFENA 240 EC* • OXIGAN 240 EC | Xi; N | |
| | | | | | DAKAR • EMIR • FUEGO SAPEC • GLOBAL | Xn; N | |
| | SC | 720-960 | - | Aplicação dirigida ao solo. | GALIGAN 500 SC • GOAL SUPREME | N | |
| terbutilazina | SC | 1500 | - | Não aplicar em solos arenosos. Aplicar de Dezembro a Abril em pré emergência das infestantes | TERBUTILAZINA SAPEC • TYLLANEX 50 SC • TOPZINA | Xn; N | |
| | | | | | TERBAZINA 50 FL | N | |
| ® Permitido temporariamente. Só são permitidas, por substância activa e por finalidade, no máximo duas aplicações por ciclo cultural, quando aplicável. * Consultar lista de cancelamento de uso para produtos comerciais disponível no site da DGADR (www.dgadr.pt). | | | | | | | |

Salienta-se ainda que:

- a consulta destes quadros não dispensa a **leitura atenta do rótulo** do respectivo produto fitofarmacêutico;
- para qualquer dúvida relativamente ao **cancelamento de AVs e APV's** deverá ser consultada a listagem disponível no site da DGADR (www.dgadr.pt _ produtos fitofarmacêuticos_listas de produtos com vendas autorizadas_listagem de cancelamentos a partir de 01-01-2001).